



Relatório de Gestão e

Prestação de Contas | 2011





Deliberação

Com fundamento no art.7º do Decreto-Lei n.º233/2005, de 29 de dezembro, aplicável “ex vi” do n.º2 do art.1º do Decreto-Lei n.º180/2008, de 26 de agosto, o Conselho de Administração do Hospital de Faro, EPE delibera por unanimidade de votos dos seus membros aprovar o Relatório de Gestão e Contas referente ao ano 2011 e que é composto por **137** páginas.

Mais, se delibera que os membros deste órgão colegial que administra o Hospital de Faro, EPE, no uso das competências decorrentes dos diplomas legais acima citados, apenas rubricam as páginas deste documento referentes à Demonstração de Resultados, à proposta de aplicação dos resultados e à certificação legal das contas.

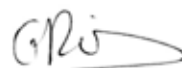
Faro, aos 30 dias do mês de abril de 2012



Dr. Pedro M. H. Nunes
(Presidente do Conselho de Administração)



Dr. Luís Miguel Martins
(Vogal Executivo)



Dr.ª Graça Pereira
(Vogal Executivo)



Dr. Jorge Salvador
(Diretor Clínico)



Dr. José Vieira dos Santos
(Enfermeiro Diretor)

Abreviaturas

ACSS	<i>Administração Central do Sistema de Saúde</i>
APCER	<i>Associação Portuguesa de Certificação</i>
ARS	<i>Administração Regional Saúde</i>
AVC	<i>Acidente Vascular Cerebral</i>
CFIC	<i>Centro de Formação Investigação e Conhecimento</i>
CMVMC	<i>Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas</i>
DGS	<i>Direcção-Geral da Saúde</i>
DGTF	<i>Direção Geral Tesouro Finanças</i>
EFQM	<i>European Foundation for Quality Management</i>
E.P.E	<i>Entidade Pública Empresarial</i>
FASP – SNS	<i>Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional Saúde</i>
GAPCG	<i>Gabinete Auditoria Planeamento Controlo Gestão</i>
GDH	<i>Grupo de Diagnóstico Homogéneo</i>
GCRE	<i>Gabinete Relações e Comunicação Externa</i>
IGAS	<i>Inspeção-geral das Atividades em Saúde</i>
IGCP	<i>Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P.</i>
IGH	<i>Indicadores de Gestão Hospitalar</i>
INEM	<i>Instituto Nacional Emergência Médica</i>
INE	<i>Instituto Nacional de Estatística</i>
HCI	<i>Human Computer Interaction</i>
LIC	<i>Lista Inscritos Cirurgia</i>
MCDT	<i>Meios Complementares Diagnóstico e Terapêutica</i>
OMS	<i>Organização Mundial de Saúde</i>
PMP	<i>Prazo Médio Pagamento</i>
POPH	<i>Programa Operacional Potencial Humano</i>
REE	<i>Resíduos Elétricos e Eletrónicos</i>
RNCCI	<i>Rede Nacional Cuidados Continuados Integrados</i>
ROC	<i>Revisor Oficial de Contas</i>
SICA	<i>Sistema Informação p/ Contratualização e Acompanhamento</i>
SINAS	<i>Sistema Nacional de Avaliação em Saúde</i>
SIRIEF	<i>Sistema Recolha Informação Económico Financeira</i>
SNS	<i>Serviço Nacional de Saúde</i>
TC	<i>Tribunal de Contas</i>
TIC	<i>Tecnologias de Informação e Comunicação</i>
UCISU	<i>Unidade de Cuidados Intermédios do Serviço de Urgência</i>
UTCO	<i>Unidade Tratamento Cirúrgico Obesidade</i>

Conteúdos

	Deliberação.....	1
	Nota introdutória.....	9
	Mensagem do Conselho de Administração.....	10
Capítulo 1	Hospital de Faro, E.P.E.....	12
	1. O Hospital de Faro.....	13
	Breve caracterização.....	13
	Evolução histórica e situação atual.....	14
	Enquadramento do hospital.....	15
	Dados demográficos da região.....	16
	Orgãos sociais do hospital.....	17
	Modelo organizativo em dezembro de 2011.....	18
	Estrutura Orgânica.....	19
	Cooperação com entidades externas.....	20
	2. Recursos Humanos.....	29
	Evolução/distribuição dos recursos humanos por grupos profissionais.....	29
	Distribuição de efetivos por tipo de vínculo.....	31
	Habilitações literárias.....	32
	Segurança, higiene e saúde no trabalho.....	32
	3. Formação e aperfeiçoamento profissional - conhecimento/investigação.....	33
	Formandos.....	33
	Áreas Temáticas.....	34
	Formação obrigatória.....	36
	Formação na área de controlo de infeção.....	36
	Indicadores de Formação.....	37
	Internato Médico.....	37
	Unidade de Investigação.....	37
	Atividades.....	37
	Actividade formativa desenvolvida por iniciativa dos Serviços Clínicos.....	39
Capítulo 2	Investimentos.....	40
	Evolução dos investimentos.....	41
	Requalificação de áreas do Edifício do Ambulatório.....	41
Capítulo 3	Gestão Hospitalar.....	42
	Balanço do último triénio.....	43
	Evolução dos principais indicadores assistenciais.....	44

	Intervenções realizadas visando a melhoria das condições da oferta assistencial....	45
	Hospital de Faro: grau de cumprimento de metas fixadas em 2011.....	47
	Grau de cumprimento do Plano Desempenho – Atividade Total.....	49
	Grau de cumprimento do Contrato Programa – Atividade SNS.....	50
	Grau de cumprimento do Contrato Programa – Orçamento Económico.....	51
	Grau de cumprimento do Contrato Programa – Indicadores de Qualidade e Eficiência...	52
	Grau de cumprimento do plano de redução da despesa.....	53
Capítulo 4	Dispositivo Assistencial e Atividade Realizada.....	60
	Caracterização do Dispositivo Assistencial.....	62
	Análise dos principais indicadores globais da atividade em internamento.....	62
	Doentes saídos.....	63
	Demora Média.....	64
	Número de Partos.....	65
	Intervenções Cirúrgicas com origem no Internamento.....	67
	Principais Grupos de Diagnóstico Homogéneos em 2011.....	69
	Ambulatório Programado.....	71
	Cirurgia de Ambulatório.....	72
	Consulta Externa.....	74
	Hospital de Dia.....	77
	GDH's Médicos de Ambulatório.....	78
	Acessibilidade.....	79
	Lista de espera cirúrgica.....	79
	Serviço de Urgência.....	80
	Meios Complementares de Diagnóstico.....	83
	Realizados no Hospital de Faro.....	83
	Realizados no Exterior.....	84
	Outras Atividades.....	84
	Farmácia Hospitalar.....	84
	Auditoria Interna.....	85
	Gabinete de Comunicação e Relações Exteriores.....	86
	Gabinete Sim - Cidadão.....	87
Capítulo 5	Desempenho Económico-Financeiro.....	88
	Análise económica.....	89
	Estrutura de custos.....	91
	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas.....	93
	Produtos farmacêuticos.....	94
	Material de consumo clínico.....	95

	Fornecimento e serviços externos.....	96
	Custos com pessoal.....	97
	Estrutura dos proveitos.....	97
	Análise financeira e patrimonial.....	99
	Indicadores económico financeiros.....	101
	Doações.....	104
Capítulo 6	Governo da Sociedade.....	105
	1. Missão, objectivos e políticas da empresa.....	106
	A Missão.....	106
	Os valores.....	106
	2. Regulamentos internos e externos.....	106
	Avaliação sobre o grau de cumprimento dos Princípios de Bom Governo...109	
	3. Informação sobre as transacções relevantes.....	112
	4. Informação sobre outras transacções.....	113
	Procedimentos adoptados na aquisição de bens e serviços.....	113
	Transacções que não ocorrem em condições de mercado.....	113
	Fornecedores relevantes.....	113
	5. Indicação do modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais	114
	Identificação dos Órgãos Sociais.....	114
	Funções e responsabilidades.....	114
	6. Remunerações dos membros dos órgãos sociais durante o ano de 2011....116	
	7. Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental.....	118
	Estratégias adotadas.....	118
	Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira social e ambiental.....	120
	Sustentabilidade económico-financeira.....	120
	Modelo de financiamento.....	120
	Sustentabilidade social.....	121
	Sustentabilidade ambiental.....	121
	Grau de cumprimento de metas fixadas.....	122
	Cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial.....	122
	Serviço público e satisfação das necessidades da colectividade.....	123
	8. Avaliação sobre o grau de cumprimento dos princípios de bom governo....124	
	9. Apresentação do código de ética.....	125
	10. Identificação dos mecanismos adotados com vista à prevenção de conflitos de interesses.....	125
	Sistema de controlo.....	126
	Divulgação da informação.....	126

Capítulo 7	Cumprimento de disposições legais.....	128
	Cumprimento de disposições legais.....	129
	1. Princípios do Bom Governo (RCM n.º 49/2007 de 28 de Março).....	129
	2. Cumprimentos Orientações e Objectivos de Gestão (artigo 11º do Decreto Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto.....	129
	3. Risco Financeiro (Despacho n.º 101/2009 – SETF, de 30 Janeiro.....	129
	4. Prazo Médio Pagamentos (PMP) – RCM 34/2008 de 22 de Fevereiro com alterações do Despacho nº 9870/2009, de 13 Abril.....	131
	5. Deveres de Informação – Despacho 14277/2008, de 23 de Maio.....	132
	6. Cumprimento das recomendações emitidas pela aprovação do Relatório de Gestão e Contas de 2010.....	132
	7. Negociação salarial nas empresas públicas – ofício n.º 1730, de 25 fevereiro da DGTF.....	132
	8. Prémios gestão – despacho de 25 março de 2010 do MEF.....	132
	9. Contratação pública – contratos de prestação de serviços – Despacho n.º 438/2010 – SETF, de 10 Maio.....	133
	10. Limites de endividamento – resolução assembleia da república n.º 29/2010 de 12 Abril.....	133
	11 – Adesão ao sistema nacional de compras públicas.....	133
	12. Remuneração gestores públicos – artigo 12º-A/2010, de 30 de junho.....	134
	13. Princípio unidade tesouraria do estado - artigo 17º da Lei n.º 12-A/2010 de 30 Junho.....	134
	14. Contabilização dos imóveis – ofício n.º 2873 de 8 de Abril de 2010....	134
	15. Publicidade institucional – RCMN N.º 47/2010, de 25 Junho, conjugado com a Portaria 1297/2010, de 21 de Dezembro.....	135
Capítulo 8	Proposta de Aplicação de Resultados.....	136
Capítulo 9	Anexos.....	138
Capítulo 10	Certificação Legal de Contas.....	188
Capítulo 11	Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	194
Capítulo 12	Avaliação de Desempenho dos Gestores.....	197



Nota introdutória

Em cumprimento do Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de Dezembro, pela redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, o Hospital de Faro, E.P.E, doravante apenas designado por Hospital de Faro, apresenta para o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2011, os seguintes documentos:

- Relatório de Gestão elaborado em conformidade, designadamente, com o disposto no artigo 13º-A do Decreto-Lei acima identificado;
- Documentos de prestação de contas anuais;
- Relatório anual do órgão de fiscalização e a certificação legal de contas.



Mensagem do Conselho de Administração

Mensagem do Conselho de Administração

O atual Conselho de Administração tomou posse dois dias apenas antes de terminar o ano de 2011. Assim o relatório de contas que se apresenta traduz a ação empenhada dos que nos antecederam.

Incumbidos agora de gerir os destinos do Hospital de Faro nos próximos três anos cabe-nos em tempos de inevitável turbulência económica assegurar a missão desta importante unidade do nosso Serviço Nacional de Saúde.

Como todos os que nos antecederam daremos o nosso melhor não esquecendo que ao hospital público cabe garantir a segurança de quem vive em permanência ou transitoriamente na Região do Algarve. Para tal é necessário expandir os seus quadros, garantir que trabalhar nesta instituição seja um projeto para a vida, qualquer que seja a carreira profissional.

Recuperar, renovar, sedimentar os valores do hospital público, fixar e atrair quadros jovens; Este o desafio que a conjuntura económica torna ainda mais árduo.

Com a ajuda de todos os profissionais deste hospital a quem tudo se deve na sua sustentabilidade e perenidade através dos anos, havemos de conseguir.

1

Hospital de Faro, E.P.E.

1. O Hospital de Faro

Breve caracterização

Dotado de todas as valências básicas e complementares que permitem ajustar a sua classificação ao nível II de diferenciação da Carta Hospitalar, o Hospital de Faro é um Hospital Público instituído, organizado e administrado a pensar na população e na prestação de cuidados diferenciados a doentes agudos.

O Hospital de Faro, fundado em 1979, é o hospital de referência da região do Algarve que garante resposta a uma população presente de 462.000 pessoas, a qual chega a triplicar na época alta do turismo.

Nessa medida, e devido ao papel que lhe foi conferido em sede das distintas Redes de Referência Hospitalar entendeu o órgão de administração manter como princípios basilares da sua ação os seguintes:

VISÃO

Queremos ser um hospital de qualidade excelente, em permanente aperfeiçoamento profissional e técnico, capaz de lograr um alto grau de satisfação dos agentes sociais, dos profissionais que nele trabalham e, especialmente, dos seus utentes.

VALORES

- Trabalho em prol dos Utentes;
- Trabalho de Equipa;
- Orientação para os resultados (ganhos em saúde);
- Aposta na inovação;
- Sentido de pertença;
- Gestão participativa.

MISSÃO

O Hospital de Faro é um hospital público, com características de hospital central, cuja finalidade é elevar a qualidade dos cuidados de saúde prestados à população e satisfazer as necessidades e expectativas dos seus utentes mediante a prestação de serviços de saúde especializados.

Para isso foram assumidos como vetores principais de actuação o desenvolvimento da melhoria contínua nos seguintes domínios:

- A motivação e o desenvolvimento profissional das pessoas que trabalham no hospital;
- A eficiência e o equilíbrio financeiro da gestão;
- A contribuição para a melhoria do Sistema Nacional de Saúde, pela cooperação e coordenação com outras organizações deste sistema.

Utente

Evolução histórica e situação atual

Construído para substituir o antigo Hospital da Santa Casa da Misericórdia, o Hospital de Faro iniciou a sua atividade a 4 de Dezembro de 1979, após publicação do seu quadro orgânico de pessoal.

Ao longo dos anos, muitas foram as adaptações de estrutura e de organização que sofreu, as quais permitiram melhorar e alterar a sua capacidade de resposta assistencial, com acréscimo significativo dos níveis de complexidade, diferenciação técnica e de especialização dos Serviços.

Foi requalificado por Despacho de Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Saúde, de 22 de Janeiro de 2008, como Hospital Central.

Posteriormente, através do Decreto-Lei nº 180/2008, de 26 de Agosto, o Hospital de Faro foi declarado Entidade Pública Empresarial, enquadrando-se nos estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro.

Dispõe atualmente, de acordo com o seu estatuto, de um amplo leque de oferta de serviços, dos quais se entende deverem ser destacados:

- Um Serviço de Urgência Polivalente que engloba a Urgência Geral, a Urgência de Ginecologia e Obstetrícia e a Urgência Pediátrica;
- Internamento organizado por Especialidades Clínicas, em conformidade com as normas definidas pelas Redes de Referência Hospitalar;
- Unidades de Cuidados Intensivos Neonatais e Pediátricos, de Cuidados Intermédios e Intensivos Polivalentes bem como de uma unidade dedicada à prestação de Cuidados Intensivos Coronários;
- Modernas Unidades de Eletrofisiologia e Hemodinâmica e uma Unidade de Acidentes Vasculares Cerebrais (AVC) para o tratamento das doenças cardiovasculares;
- Uma área centralizada de Consultas Externas e uma moderna Unidade de Cirurgia de Ambulatório (na qual em 2011 se realizou cerca de 50% da atividade cirúrgica programada), ambas localizadas em edifício autónomo, em cujo topo se situa o heliporto, a funcionar desde 2004.

No início do ano de 2007, através da celebração de protocolo com a ARS Algarve, o Hospital de Faro assumiu, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, a gestão de uma Unidade de Convalescença, sediada em Loulé, a 20 quilómetros de Faro.

Durante o ano de 2011, e suportadas por alargamento ao referido Protocolo, ficaram concluídas, na sequência de financiamento específico, a edificação e apetrechamento no Edifício do Ambulatório de duas novas Unidades da Rede: uma Unidade de Cuidados Paliativos, com 15 camas (inexistente na área do Sotavento Algarvio) e uma Unidade de Convalescença com 30 camas, as quais associadas às 20 camas da Unidade de Loulé acima referida tinham como objetivo melhorar o acesso a esta tipologia de cuidados, mantendo-se a sua gestão sob a responsabilidade do Hospital de Faro.

Todavia, face aos constrangimentos orçamentais existentes foi, em Agosto do ano em análise, proposto pelo Conselho de Administração do Hospital à ARS Algarve o encerramento da Unidade de Convalescença de Loulé e a concentração em Faro de uma única Unidade (com pelo menos 35 camas) já que a tipologia e dimensão dos respetivos quartos de internamento permitiam perspetivar um aumento da lotação inicialmente prevista – 30 camas.

A concretização desta proposta permitiria não só potenciar os recursos humanos e materiais existentes como também evitar todos os encargos decorrentes das deslocações de utentes e materiais para a Unidade de Loulé.

Enquadramento do hospital

O Hospital de Faro, localizado na cidade de Faro presta assistência direta à população do Sotavento Algarvio abrangendo os concelhos de Albufeira, Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real Stº António.

O Hospital de Faro é também o centro de referência para toda a região do Algarve, abrangendo, de acordo com os dados provisórios do Censo de 2011, uma população residente de cerca de 450.000 habitantes, número que pode triplicar, na época alta do turismo.

O grupo de Hospitais Públicos da Região do Algarve é composto pelo Hospital de Faro, e pelo Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio (CHBA, E.P.E.), que integra o antigo Hospital Distrital de Lagos (HDL) e o Hospital do Barlavento Algarvio (HBA).

No início de 2007, em regime de parceria público-privada, entrou em funcionamento o Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul (Hospital especializado do SNS), situado no Município de São Brás de Alportel, que dispõe de 54 camas de Internamento.

Pese embora a situação de forte constrangimento orçamental, a construção do Novo Hospital Central do Algarve, unidade de substituição do atual Hospital (que se previa estar concluída no final de 2014) continua a ser assumida pela tutela como uma prioridade para a melhoria dos cuidados de saúde da Região.



Dados demográficos da região

O Algarve é a terceira região do país com o índice de envelhecimento mais elevado (132), acima da média nacional (129).

Relativamente ao índice de fecundidade, o Algarve contraria a tendência nacional (+ 1,98% na última década) tendo a população dos 0-14 anos registado no referido período um acréscimo de 14%.

A taxa de natalidade na região do Algarve tem sofrido uma evolução ascendente ao longo dos últimos anos, sendo atualmente a região do país que regista o maior aumento da natalidade (11,1‰), dados do INE relativos a 2009.

Nos Hospitais do Algarve realizaram-se em 2011, 4322 partos (- 383 do que os registados no ano de 2010) dando origem a 4386 nados vivos, dos quais 2774 nasceram no Hospital de Faro. Destes, 2183 são filhos de mãe portuguesa enquanto 599 são filhos de mãe estrangeira, percebendo-se assim a importância destas comunidades no rejuvenescimento da população local.

De acordo com uma projeção demográfica publicada em Janeiro de 2009 pelo Eurostat, a população algarvia crescerá mais de 30 por cento até 2030 devido ao aumento do número de imigrantes. Estima-se que nesse ano a região atinja os 564 mil habitantes, contra os atuais 451mil, o que representa o terceiro maior crescimento regional da União Europeia. Ainda segundo o mesmo estudo, em 2030 o Algarve terá mais 152 mil imigrantes, 119 mil dos quais serão estrangeiros e 33 mil portugueses de outras regiões o que, no total, representa um aumento populacional de 13,4%.

Órgãos sociais do hospital

Ao longo do ano de 2011 o Hospital foi administrado por duas equipas distintas, a saber:

- De 1 de Janeiro a 27 de Dezembro de 2011 os elementos abaixo indicados, nomeados pelo Despacho nº 28327/2008, de 05 de Novembro, para o triénio 2008-2010, garantiram por ausência de nomeação de substitutos, a gestão de 11 meses e 27 dias do ano de 2011.

- Presidente - Dr.^a Ana Paula Pereira Gonçalves;
- Vogal Executivo - Prof. Doutor Francisco Manuel Dionísio Serra;
- Vogal Executivo - Dr. Hugo Miguel Guerreiro Nunes;
- Diretora Clínica - Dr.^a Maria Helena Marques Pereira Branco Gomes;
- Enfermeira Diretora - Enf.^a Maria Filomena do Rosário Rafael Martins.

- A partir de 28 de Dezembro de 2011, por despacho conjunto nº 17422/2011 proferido pelos Ministros das Finanças e da Saúde, publicado em D.R. 2.^a série n.º 248 de 28.12.2011, foram designados para integrar o órgão de administração os seguintes elementos:

- Presidente - Mestre Pedro Manuel Mendes Henriques Nunes;
- Vogal Executivo - Dr. Luis Miguel da Costa e Cunha Martins;
- Vogal Executivo - Dr.^a Graça Maria Palma Pereira;
- Diretor Clínico - Dr. Jorge Manuel Domingues Salvador;
- Enfermeiro Diretor - Dr. José Fernando Vieira dos Santos.

Fazendo parte dos Órgãos Sociais, o Fiscal Único é o responsável pelo controlo de legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da Instituição.

- Nomeado pelo Despacho nº 11123/2009, de 05 de Maio, do Ministro das Finanças, e constituído por um Fiscal Único efetivo e um suplente, abaixo designados, mantiveram-se em funções durante o ano de 2011, à semelhança do ocorrido com o órgão de administração:

- Sociedade Grant Thornton & Associados, SROC - Efetivo;
- Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC - Suplente.

Os Órgãos Sociais, atrás mencionados, constituem-se como garantia da existência de condições imprescindíveis à efetiva segregação das funções de Administração, Execução e de Fiscalização.

No referido período o Hospital contou ainda com um Auditor Interno designado pelo Conselho de Administração nos termos do art.º 17 dos Estatutos dos Hospitais E.P.E. aprovado pelo Decreto-Lei 233/2005 de 29 de Dezembro.

Modelo organizativo em dezembro de 2011

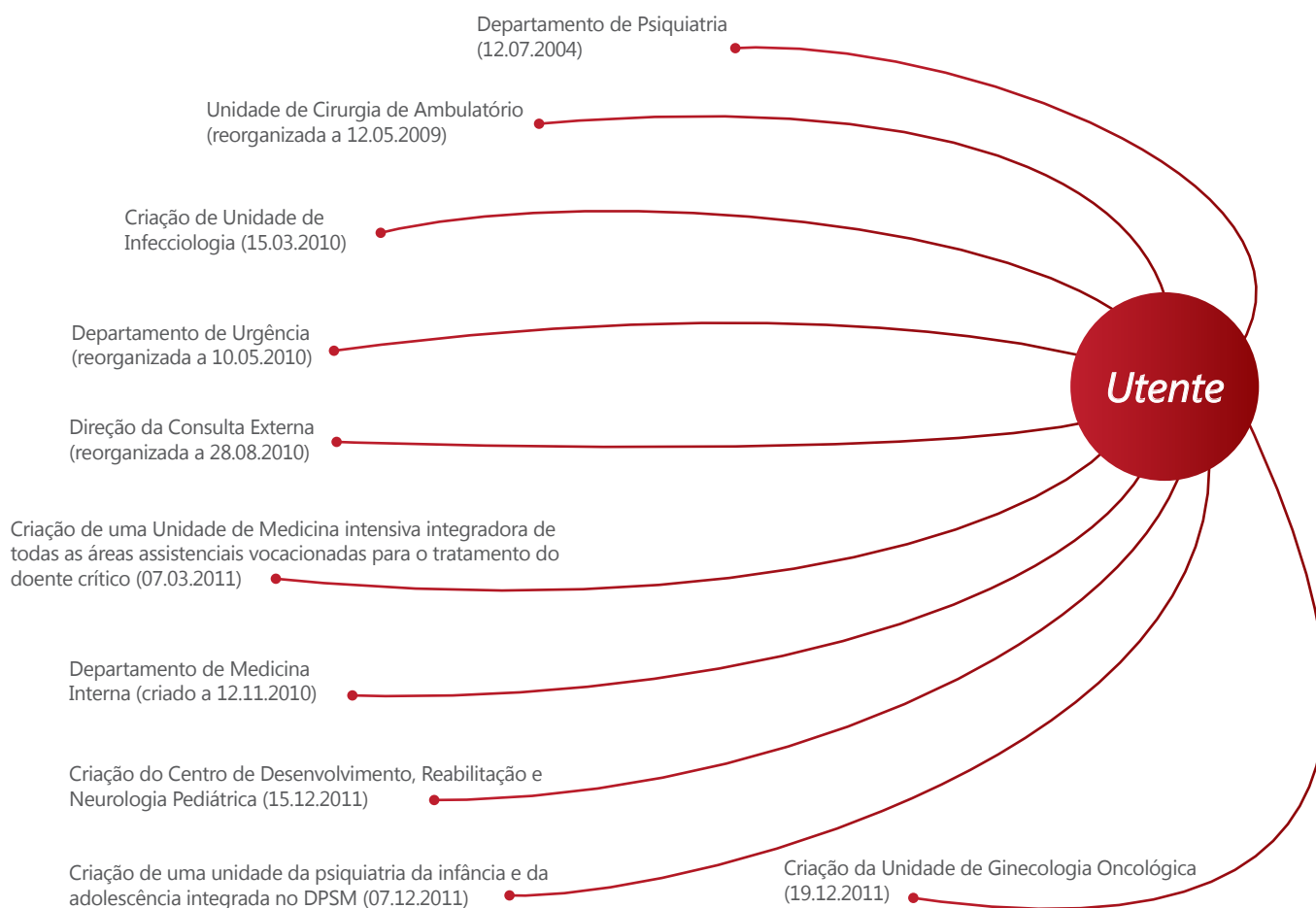
No Plano Estratégico 2008-2013 do Hospital de Faro encontrava-se previsto o desenvolvimento de um novo modelo organizativo, baseado em conceitos inovadores de gestão clínica, gestão de processos, interdisciplinaridade e trabalho em equipa, favorecendo a orientação para o utente.

Partindo do modelo organizacional descrito na Estrutura Orgânica (pág. 17), a incorporação destes novos conceitos de gestão clínica continuou a ser implementada de forma progressiva, de maneira que a sua adoção não provocasse ruturas ou efeitos não-desejados para a organização.

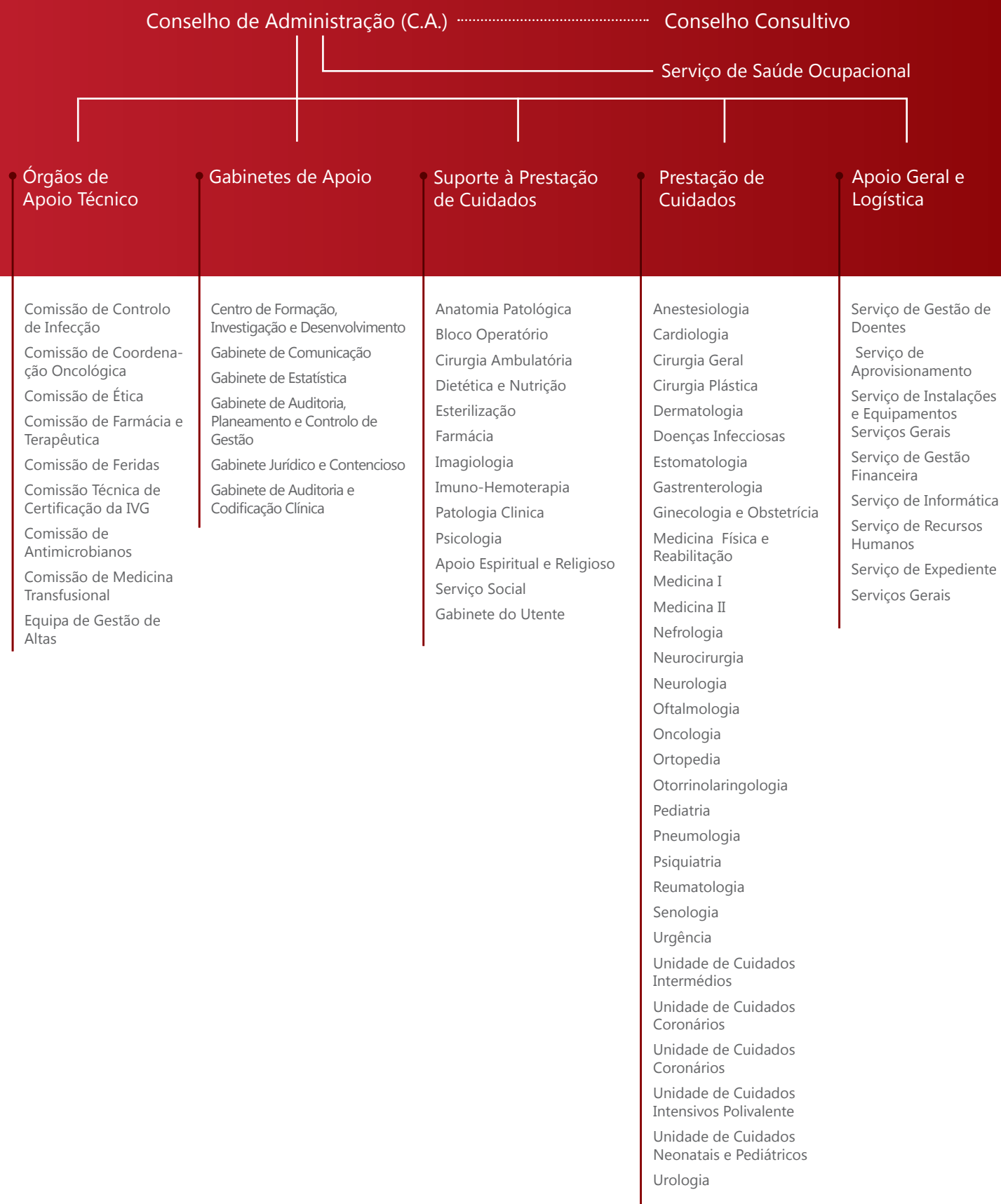
Deste modo, e como adiante referiremos, o Hospital não só consolidou a criação de unidades funcionais de pequena e média dimensão, pilares essenciais para a construção de um modelo de gestão alicerçado em grandes áreas departamentais, como incorporou de forma gradual novas modalidades de coordenação e estratégias de gestão, assentes nos seguintes princípios:

- Incorporação de novos conceitos de gestão;
- Orientação da gestão para os processos e utentes;
- Co-responsabilização dos profissionais;
- Trabalho multidisciplinar e em equipa.

Destacam-se, neste domínio, as iniciativas que, deram corpo à consolidação e/ou criação das seguintes estruturas orgânicas:



Estrutura Orgânica



Cooperação com entidades externas

Protocolo entre o Hospital de Faro e Ordem dos Enfermeiros no âmbito do “Programa Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem”

Com o objetivo de contribuir para a excelência dos cuidados de Enfermagem foi celebrado em Outubro de 2011 Protocolo de Adesão ao Programa Nacional de implementação dos Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem, definidos pela Ordem dos Enfermeiros.

O referido Protocolo prevê o desenvolvimento de ações de promoção, disseminação, implementação e avaliação de programas de melhoria contínua da qualidade do exercício profissional e dos cuidados de enfermagem.

A aplicação deste Protocolo traduzir-se-á na nomeação de um enfermeiro dinamizador por cada 100 enfermeiros existentes na unidade de Saúde, sendo que os enfermeiros dinamizadores indicados frequentarão uma ação de formação promovida pela Ordem dos Enfermeiros que deverão replicar junto dos restantes colegas da instituição.

Uma vez concluída a fase formativa, esses profissionais vão identificar as áreas que pretendem melhorar, tendo por referência os Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem, definidos pela Ordem dos Enfermeiros.

Posteriormente seguir-se-á a definição e implementação do programa de melhoria da qualidade, com os respetivos indicadores.

Compromisso de colaboração entre o Hospital de Faro, EPE e Escola Superior da Universidade do Algarve, para o funcionamento de cursos de pós-graduação e mestrados, em enfermagem

Deste compromisso a desenvolver em sede de posterior celebração de Acordo Específico resultará a participação futura nas áreas de docência e realização de estágios do Hospital de Faro no “Erasmus Mundus Master in Emergency and Critical Care Nursing”.

Manutenção da parceria celebrada em 2010 com Secção Regional do Sul da Ordem dos Enfermeiros, para realização de cursos em Suporte Básico de Vida Pediátrico dirigidos a pais de crianças até aos oito anos de idade

Na sequência do sucesso registado na edição de 2010, o Hospital de Faro e a Secção Regional Sul da Ordem dos Enfermeiros deram continuidade à iniciativa, alargando desta vez o seu âmbito a professores, educadores e outros cuidadores de crianças desta vez sob o lema “Pequenos gestos salvam Vidas!”

No decurso do ano em análise realizaram-se seis sessões com a participação de 94 elementos.

Protocolo celebrado com a Direção-Geral da Saúde para prestação de serviços no âmbito da Certificação/Acreditação de Unidades de Gestão Clínica

Como adiante se referirá de modo mais detalhado o Hospital de Faro passou a integrar no final do 1º semestre de 2011 o conjunto de unidades hospitalares que, sob a orientação técnica da DGS, têm vindo a desenvolver iniciativas conducentes à acreditação de alguns dos seus serviços clínicos, nomeadamente a área materno-infantil

Manutenção do protocolo de colaboração entre o Hospital de Faro e a Universidade do Algarve no domínio do apoio ao funcionamento do novo Curso de Medicina

Fortaleceu-se ao longo do ano de 2011 a parceria em referência tendo o Hospital recebido como alunos estagiários os estudantes do 3º ano do citado Curso.

Para além disso foi também substancialmente reforçado em ações de docência o contributo dos clínicos hospitalares com a Universidade.

Ações a destacar no ano de 2011

Consolidação da estrutura organizativa da Área da Urgência/Emergência/Intensivismo

Como já referimos, e em reforço das ações encetadas no ano transato, nas áreas em título foi atribuído um enfoque especial à adoção de medidas de carácter organizativo.

Estas centraram-se na reorganização do funcionamento do denominado balcão do Serviço de Urgência, privilegiando a otimização dos circuitos por forma a agilizar a resposta às situações não emergentes bem como na consolidação das estruturas afetas ao atendimento do doente crítico.

Sob a alçada da Direção do SU, e sustentada numa estratégia orientada para a criação de uma área Departamental desenvolveram-se os seguintes processos:

- Criação de uma Unidade de Medicina Intensiva, integradora das Unidades de AVC, Unidade de Cuidados Intermédios do Serviço de Urgência e Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente, dirigida por único Coordenador médico com o objetivo de dotar o Hospital de condições internas que garantissem uma abordagem coordenada do tratamento do doente crítico, desde a fase da sua admissão no hospital e consequente estabilização, até ao seu encaminhamento e acompanhamento para os diversos serviços hospitalares.
- Sob a égide da Direção Clínica estabelecimento de um forte modelo colaborativo com a Área Departamental de Medicina Interna visando a criação de circuitos destinados à melhoria da acessibilidade dos utentes aos serviços de internamento.
- Realização de diversas ações formativas destinadas a pessoal médico e de enfermagem, das quais se destacam as realizadas no domínio do Suporte Avançado de Vida e Via Verde da Sepsis;

- Realização de sessões formativas destinadas a Assistentes Operacionais (internos e vinculados a prestadores de serviços), Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores essencialmente centradas no aperfeiçoamento das regras de conduta a adotar relativamente ao doente e seu acompanhante no SU visando a melhoria da qualidade de atendimento em urgência.
- Elaboração e ampla divulgação de um Manual de Normas de Conduta do Doente e Acompanhante no Serviço de Urgência Geral.

Como consequência das iniciativas vindas a referir destacamos os seguintes aspetos:

- Consolidação do processo de reorganização da área de Urgência/Emergência,
- A melhoria significativa do cumprimento dos tempos definidos pelo Sistema de Triagem de Manchester;
- Criação de um modelo organizativo adequado ao atendimento do doente crítico;
- A partir do segundo semestre de 2011 melhoria significativa do acesso aos serviços de internamento dos doentes provenientes do S.U., os quais só em situações devidamente justificadas, permaneciam no espaço físico da urgência, para além de 24 horas.

Criação da área departamental de Medicina Interna

O modelo organizativo encetado no final do ano de 2010, alicerçado numa estratégia de organização orientada para os resultados e fruto do reconhecimento que as fortes limitações logísticas do hospital não permitiam sem a colaboração de todos os serviços, incluindo os cirúrgicos, fazer face a uma procura constituída por doentes de idade elevada e portadores de pluripatologia, assumiu a sua plena expressão no decurso do ano em análise.

As medidas adotadas aos diferentes níveis pelos responsáveis da referida área e o particular enfoque conferido ao desenvolvimento do trabalho em equipa e à adequada integração do exercício dos clínicos em fase pré-graduada permitiram obter ganhos não despreciables.

Foi, por isso possível que, em 2011, a Área Departamental de Medicina Interna, com o mesmo número de profissionais e o mesmo universo de doentes tratados, reduzisse a respetiva demora média em 1,83 dias passando dos 13,28 dias registados em 2010 para 11,45 em 2011.

Considera-se também que, pelo contributo que proporcionou para a obtenção dos ganhos atrás referidos, deve ser assinalada, uma iniciativa dirigida ao exterior, assente num formato de workshops direcionados para a população, visando transmitir aos familiares e cuidadores de pessoas doentes conhecimentos que, após a alta hospitalar, permitissem uma melhor reintegração dos utentes na sua vida familiar e social.

Também a estreita colaboração estabelecida com a Direção do Serviço de Urgência, potenciada pelas novas medidas organizativas adotadas ao nível daquele serviço, permitiram garantir que a admissão de doentes urgentes no internamento de Medicina Interna, se passasse a efetuar de acordo as normas internas, raramente ultrapassando, após a decisão de internamento, um período de 24 horas.

Consolidação do Sistema de Gestão da Qualidade da EFQM - European Foundation for Quality Management

O Sistema de Gestão da Qualidade da EFQM, como é sabido assenta num modelo integrado, destinado a medir e a promover a excelência nas organizações privilegiando a respetiva auto-avaliação, de modo a que estas possam com clareza identificar os seus pontos fortes e as áreas onde podem ser alcançadas melhorias.

Durante o ano de 2011 a atividade da equipa gestora do projeto centrou-se na organização de 14 processos, abaixo enunciados, levados a cabo, por igual número de grupos de Trabalho.

- Sistemas de informação
- Recursos Humanos
- Aprovisionamento
- Faturação
- Consulta Externa
- Serviço de Urgência
- Cirurgia do Ambulatório
- Gastroenterologia
- Imagiologia
- Serviço de Instalações e Equipamentos
- Farmácia
- Bloco Operatório
- Hospital de Dia
- Internamento

Simultaneamente foram criadas condições para que, já sem o apoio da equipa de consultores, o Grupo de Trabalho responsável pelo Projeto ficasse dotado das competências necessárias à identificação e desenvolvimento de novos processos de melhoria e, consequentemente, dotado de plena autonomia técnica, prosseguisse o seu trabalho.

Certificação/Acreditação de Unidades de Gestão Clínica das área Materno-Infantil

Sob a supervisão directa do Departamento de Qualidade da Direcção Geral de Saúde foram constituídas duas equipas de Projecto, com carácter pluridisciplinar integrando elementos representantes das áreas profissionais acima referenciadas.

Consolidação do projeto de Gestão Risco Clínico

Este sistema construído de acordo com as normas emanadas pelo Departamento de Qualidade na Saúde, da Direcção Geral da Saúde assenta num "Sistema de Registo e Notificação de Incidentes, abrangendo todos os níveis e áreas de prestação de cuidados, e tem como objetivo dotar os profissionais de uma ferramenta para a notificação, de forma anónima e não punitiva, de incidentes de segurança que possam ocorrer nas organizações prestadoras de cuidados de saúde.

A sua implementação na fase final do ano de 2010 e avaliação efetuada pela equipa de projeto justificaram que em Fevereiro de 2011 tivessem sido criadas e divulgadas normas orientadoras da atividade do Grupo de Gestão de Risco Clínico no Hospital, das quais pela sua relevância se entende dever destacar as seguintes:

- Implementação e Monitorização do Sistema de Notificação de Eventos Adversos;
- Avaliação do Risco Clínico no Hospital em colaboração direta com os Serviços

Durante o ano de 2011 foram notificados 378 incidentes, os quais foram devidamente avaliados pelos responsáveis dos serviços em que ocorreram e determinaram a adoção das necessárias medidas corretivas.

Sistema Nacional de Avaliação em Saúde

Como foi referido aquando da elaboração do Relatório de Gestão de 2010, a ERS foi incumbida da criação de um sistema destinado à comparação dos níveis de qualidade disponíveis nos diversos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde em Portugal, tendo por esse motivo lançado o Projeto SINAS - Sistema Nacional de Avaliação em Saúde.

É neste enquadramento e à semelhança do que aconteceu a nível nacional, que Hospital de Faro prosseguiu com este projeto, o qual em 2011 abrangeu procedimentos das seguintes áreas clínicas: Acidentes Vasculares Cerebrais, Enfartes Agudos do Miocárdio, Cirurgia do Ambulatório, Obstetrícia, Ortopedia e Pediatria.

Os resultados obtidos pelo Hospital, num rating com três níveis de Excelência, inserem-se maioritariamente no nível II de Excelência Clínica com exceção da Cirurgia de Ambulatória a quem foi atribuído o nível III (o nível máximo).

Programa “Cirurgia Segura Salva Vidas”

Prosseguiu em 2011 o Programa “Cirurgia Segura Salva Vidas” em conformidade com as orientações da DGS.

O programa “Cirurgia Segura Salva Vidas” foi estabelecido pela Aliança Mundial para a Segurança do Doente, da Organização Mundial de Saúde (OMS), com a finalidade de reduzir o número de mortes relacionadas com a cirurgia em todo o mundo. O objetivo é promover o compromisso político e a vontade clínica para abordar questões importantes de segurança, tais como práticas anestésicas inadequadas, infeções cirúrgicas evitáveis e falhas de comunicação entre os membros das equipas cirúrgicas.

Implementação de uma ferramenta de Benchmarking na vertente assistencial e clínica.

Na linha das ações definidas em plano estratégico e, através de uma ferramenta de Benchmarking, que estabelece a comparação com hospitais similares de Portugal e Espanha, o Hospital em parceria com entidade externa (a consultora internacional Iasist), sempre orientado para a procura da excelência, desenvolveu durante o ano de 2011 um conjunto de ações que lhe permitiram conhecer na vertente assistencial e clínica, os resultados globais do 1º semes-

tre do ano em análise (por GDH e serviço/especialidade), bem como a evolução verificada nos últimos anos.

A citada ferramenta denominada IAmetrics, e que inclui no grupo de comparação hospitais de elevada diferenciação de Espanha e Portugal, permite o acesso online aos resultados e privilegia a análise das seguintes dimensões, para doentes com internamento e submetidos a cirurgia de ambulatório:

- Qualidade dos dados e nível de exaustividade dos registos clínicos;
- Complexidade do Hospital;
- Gestão dos tempos de internamento;
- Potencial de cirurgia ambulatória;
- Mortalidade;
- Complicações;
- Readmissões;

A análise destas diferentes dimensões (que poderá ser realizada por serviço ou especialidade), permitirá também aferir sempre a posição do Hospital no contexto dos hospitais do grupo de comparação, dando simultaneamente informação essencial sobre os procedimentos e serviços, identificando aqueles em que os níveis de conformidade são mais elevados bem como os restantes em que se deteta maior potencial de melhoria.

Nessa medida, no último trimestre de 2011, teve lugar, uma sessão de apresentação do trabalho desenvolvido dirigida a todos responsáveis clínicos e restantes colaboradores, tendo sido registada não só uma evolução positiva ao longo do período em análise, fruto das ações promovidas pelo Gabinete de Auditoria e Codificação Clínica bem como, naturalmente, identificadas algumas áreas cujo potencial de melhoria justifica uma intervenção atenta.

Tendo em vista uma utilização plena da ferramenta em análise foram programadas sessões formativas posteriores a realizar durante o ano de 2012.

Consolidação do Sistema de IGH - Indicadores Gestão Hospitalar.

O desenvolvimento no ano transato de um Sistema de Informação de Gestão designado de IGH – Indicadores de Gestão Hospitalar, sumariamente descrito no Relatório de Gestão de 2010, permitiu garantir o necessário acesso a este tipo informação, de forma permanente e sistematizada tornando os processos de decisão mais rápidos.

Assim, e porque este software se constitui como um sistema de Business Intelligence (BI) associado a indicadores de gestão hospitalar, gestão operacional e acompanhamento estratégico, disponibilizado aos utilizadores autorizados através de web browser, numa arquitetura de portal interno, foi possível ao longo do ano a que se reporta o presente Relatório produzir mensalmente informação de gestão integrada e atempada, construída nos exatos termos em que foi definida, obviando todos os inconvenientes resultantes de um pesquisa em várias sistemas de informação e posterior construção, através de preenchimento de células, de um documento integrador.

Reforço das competências da organização no domínio da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Durante o ano de 2011 foi dada continuidade ao projeto formativo em referência integrado por um conjunto de ações de formação, segmentadas por grupos profissionais, focadas no desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, complementadas por práticas nas áreas em título.

Como adiante se demonstrará participaram nas referidas sessões 592 profissionais a que corresponderam um total de 7.449 horas de formação.

Na oportunidade, entende-se dever salientar a relevância deste processo formativo para uma organização em crescente atualização e na qual cada profissional, qualquer que seja o posto de trabalho, que se lhe encontre atribuído (médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, assistentes técnicos e assistentes operacionais, entre outros) tem necessidade de conhecer e bem utilizar as novas tecnologias.

Reforço do controle do Sistema de Gestão de Acessos ao Hospital.

Na sequência do processo de informatização da gestão de visitas, através do qual se visou controlar e monitorizar o acesso de não funcionários à organização, foi elaborado e submetido a debate interno o Regulamento Geral de Acessos ao Hospital o qual integrou todas as especificações legais atualmente em vigor neste domínio.

A aprovação do referido documento e o empenhamento das equipas envolvidas no controlo de acessos, na sua divulgação e cumprimento têm contribuído de forma decisiva para o reforço da segurança da organização, dos seus funcionários e utentes.

Em complemento do descrito e no estrito cumprimento das normas legais em vigor entende-se dever assinalar que foi também instalado um sistema de vídeo vigilância nos principais acessos ao edifício Hospitalar, o qual é objeto de monitorização diurna (12h) em tempo real.

Implementação de um novo modelo de organização e gestão dos processos logísticos

Tal como se encontrava previsto no seu Plano Estratégico foi possível ao Hospital de Faro concretizar em 2011 a implementação de um novo modelo de organização e gestão do modelo logístico interno, o qual, no ano em análise, se desenvolveu em duas etapas:

- a) Intervenção física nos espaços do novo armazém central;
- b) Implementação do processo de criação de armazéns avançados nos serviços com utilização do sistema Ekanban;

Deve, contudo, assinalar-se que a anteceder esta iniciativa se tornou necessário efectuar, a partir de 2010, um moroso e exigente trabalho de libertação do espaço destinado às instalações referidas na alínea a).

Na realidade, a referida superfície, um hangar com cerca 700 m², havia sido alocada, aquando da digitalização do Serviço de Imagiologia em 2005, a depósito de radiografias e outros MCDT realizados no exterior, os quais ocupavam a sua quase totalidade e exigiram, para a sua remoção, um rigoroso processo de identificação e catalogação.

Concluída que foi esta etapa prévia deu-se início ao suprarreferido processo cujos ganhos esperados são os seguintes:

1. Diminuição dos níveis de stock nos armazéns avançados dos Serviços Utilizadores e no Armazém Central;
2. Redução do valor do consumo proporcionado pela melhoria do controlo dos stocks e pela alteração do modelo de imputação;
3. Melhoria do nível de satisfação dos serviços quanto às necessidades independentes (materiais de consumo corrente) e das necessidades dependentes (materiais de utilização específica e esporádica), pela maior rapidez de resposta, diminuição das roturas e entrega oportuna/atempada nos Serviços Utilizadores;
4. Diminuição dos erros na introdução dos dados no sistema informático e no fornecimento do material pedido pela utilização de códigos de barras e automatização de procedimentos;
5. Redução dos custos com pessoal devido à racionalização dos métodos, isto é, diminuição ou simplificação de tarefas que geram custo e não acrescentam valor ao Serviço de Aprovisionamento;
6. Aumento da eficiência e da eficácia/resultados do Serviço de Aprovisionamentos.

No final de 2011, encontrava-se concluída a 1ª etapa e dispunham de armazéns avançados seis serviços, de um total de 21.

Criação de um Serviço de Gestão Documental

A necessidade de adaptar a organização dos serviços às novas realidades e necessidades funcionais levou a que se promovesse uma análise à organização e funcionamento dos Serviços de Expediente e Arquivos Clínico e Administrativo, da qual resultou uma proposta de reformulação do modelo de funcionamento vigente.

Sob a coordenação única de um profissional com competências académicas e curriculares específicas foi criado o Serviço de Gestão Documental, objecto de regulamentação própria e integrador dos serviços acima referidos.

Criação do “Serviço de Gestão do Sistema de Faturação” da actividade hospitalar

As dificuldades sentidas ao longo dos anos de 2010 e 2011 na correta organização do processo de faturação da actividade assistencial prestada nas diversas linhas de actividade, designadamente no que concerne aos utentes do SNS, determinou que se considerasse necessário dotar o Hospital de uma estrutura orgânica expressamente dedicada a este processo.

Assim sendo, e com início de actividade definido para o primeiro dia do ano de 2012, foi criado o serviço em título e nomeado o respectivo coordenador a quem, auxiliado por uma

ferramenta informática expressamente desenvolvida para o efeito (sistema de auditoria à qualidade dos dados para facturação), foi atribuída e a missão de identificar e detalhar em proposta de regulamento as iniciativas necessárias à melhoria da eficiência e efectividade do trabalho vindo a desenvolver.

Reorganização do Sistema de Transporte de Doentes

Com o objectivo de melhorar o funcionamento da área em título e não pondo nunca em causa em o direito dos utentes ao transporte hospitalar foram durante o ano de 2010 adoptadas medidas no sentido de serem otimizados não só os procedimentos em vigor como a utilização dos meios nele envolvidos.

Assim sendo, foi progressivamente implementada durante o ano de 2011 uma ferramenta informática especificamente desenvolvida para o efeito que assegura o interface com o SONHO e permite a monitorização em tempo real de toda a actividade realizada, qualquer que seja o serviço prescritor, o motivo do transporte e respectivo destino.

Com o apoio deste meio foi possível melhorar a organização/utilização da frota disponível, tendo sido gastos, face a 2010, e com um maior número de utentes transportados, menos 480.000€.

Implementação do sistema controle biométrico de assiduidade com gestão de escalas de trabalho

Durante o ano de 2011 prosseguiu o processo de criação de condições logísticas para a instalação do sistema em título tendo sido dado particular enfoque à formação dos profissionais da área de recursos humanos, à instalação dos necessários terminais de controlo e implementação do processo no conjunto de serviços piloto.

Instalação de um sistema pneumático de distribuição de materiais

À semelhança de outras unidades de saúde, e tendo como objectivo facilitar a movimentação de materiais, dispensando deslocações de profissionais, foi instalado um sistema de distribuição pneumático que permitiu reduzir de forma significativa os tempos utilizados nas entregas/devoluções entre serviços de produtos de pequeno porte (medicamentos, amostras para exames analíticos, etc.).

Aplicação de inquéritos de Satisfação a Utes e Profissionais do Hospital

De acordo com os compromissos assumidos em sede de Contrato Programa foram aplicados por entrevistadores devidamente autorizados e credenciados os inquéritos acima referidos através dos quais se visou aferir o grau de satisfação dos seus destinatários, bem como detectar oportunidade de melhoria em diversas áreas.

À data de elaboração do presente Relatório apenas se encontra concluído o trabalho de análise dos inquéritos dirigidos aos profissionais, o qual integra anexo ao presente Relatório.

2. Recursos Humanos

Evolução/distribuição dos recursos humanos por grupos profissionais

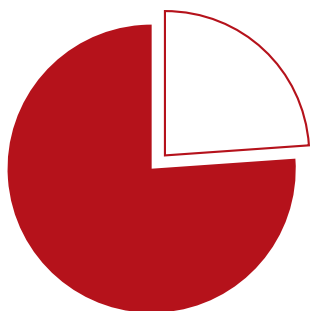
Em 31 de Dezembro de 2011, o Hospital de Faro contava com um total de 2.394 trabalhadores, dos quais 76% pertenciam ao sexo feminino sendo os restantes do sexo masculino (24%).

Como é habitual em organizações desta natureza o grupo profissional com maior número de efetivos é o de enfermagem (785), seguindo-se o dos Assistentes Operacionais (612), o do pessoal da Carreira Médica (404), Assistentes Técnicos (283) e Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica (172). Os restantes grupos profissionais constituíam no seu conjunto, um total de 138 trabalhadores.

Em termos de evolução do número de trabalhadores, e conforme resulta da leitura da tabela 1, verificou-se um acréscimo de 44 efetivos. Contrariamente ao ano transato os grupos que mais contribuíram para este aumento foram o de pessoal médico (+19 profissionais), assistentes operacionais (+15 elementos) e assistentes técnicos (+14 unidades), enquanto a nível do pessoal de enfermagem se verificou uma redução de 9 profissionais.

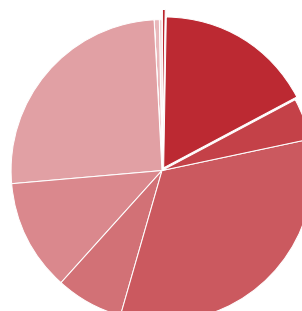
Contudo, no que diz respeito aos assistentes operacionais e assistentes técnicos deve ser salientado o facto de que o aumento registado se ficou a dever à substituição temporária de profissionais, ausentes do serviço há mais de 60 dias (tabela 2).

Assim sendo, foi necessário recorrer à celebração transitória de contratos de trabalho a termo incerto de forma a suprir as referidas ausências uma vez que as funções em causa eram imprescindíveis ao adequado funcionamento dos serviços.



Graf. 1 Trabalhadores por género

■ Feminino 76%
□ Masculino 24%



Graf. 2 Distribuição Recursos Humanos por Grupo Profissional

■ dirigente	0%
■ médico	17%
■ técnico superior	4%
■ enfermagem	33%
■ téc. de diag. e tera.	7%
■ assistente técnico	12%
■ assistente operacional	26%
■ pessoal docente	0%
■ pessoal de informática	1%
■ pessoal religioso	0%

Grupo Profissional	2009	2010	2011
Dirigente	9	10	13
Médico	374	385	404
Técnicos Superiores	101	108	107
Pessoal Enfermagem	771	794	785
Técnicos Diagnóstico e Terapêutica	161	168	172
Assistente Técnico	276	269	283
Assistente Operacional	618	597	612
Pessoal Docente	2	2	1
Pessoal de Informática	14	16	16
Pessoal Religioso	2	1	1
Total	2.328	2.350	2.394

Tabela 1: Evolução da Distribuição de Trabalhadores por Grupo Profissional

Motivo	Assist. Técnico	Assist. Operacional
Doença	2	
Junta Médica/doença prolongada	3	21
Licença S/ Retribuição	2	6
Licença Parental	6	5
Acidente Trabalho	1	5
Total	14	37

Tabela 2: Ausências superiores a 60 dias

Absentismo

Durante o ano 2011 registou-se um decréscimo significativo do número total de dias de ausência ao serviço (-8%). Como se pode constatar pela análise da tabela 3, o tipo de ausência preponderante teve como causa a doença (46%), seguida das faltas por proteção na parentalidade (29%). Quanto a estas últimas entende-se dever assinalar que relativamente ao ano transato, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, se verificou um reforço deste tipo de ausência (+2.100 dias e 29% do total, por contraste com os 23% de 2010).

Motivo da Ausência	Total	%
Casamento	396	0,78%
Proteção Parentalidade	14744	29,18%
Falecimento Familiar	474	0,94%
Doença	23006	45,53%
Por Acidente Trabalho ou Doença Profissional	2395	4,74%
Assistência Familiares	535	1,06%
Trabalhador Estudante	230	0,46%
Por conta período de férias	471	0,93%
Cumprimento Pena Disciplinar	14	0,03%
Greve	498	0,99%
Injustificadas	47	0,09%
Outras	7719	15,28%
Total	50529	100,00%

Tabela 3: Total de Ausências por Motivo

Estrutura etária

Em termos da distribuição por faixas etárias, no final de 2011, 1.825 trabalhadores tinham entre 20 e 49 anos de idade, o que representa 75,87% do total de efetivos, enquanto os restantes 578 tinham mais de 50 anos (24,14% do total de trabalhadores).

Como podemos verificar na tabela 4, a maioria dos trabalhadores do Hospital têm idade compreendida entre os 25 e 49 anos, uma situação que se prevê estável a médio prazo. A média de idades em 2011 era de 40,19 anos.

Este indicador tem vindo a estabilizar nos últimos anos em consequência do processo de aposentações e das novas contratações, tendo registados nos anos de 2008, 2009 e 2010 os valores médios de 41,05, 39,81, e 39,83 anos respetivamente.

Escalão Etário/ Género	Fem	Masc	Total
Menos de 20	0	0	0
20 a 24	74	14	88
25 a 29	387	105	492
30 a 34	220	84	304
35 a 39	238	76	314
40 a 44	245	64	309
45 a 49	231	78	309
50 a 54	207	68	275
55 a 59	140	65	205
60 a 64	57	20	77
65 a 69	16	5	21
70 e mais	0	0	0
Total	1.815	579	2.394

Tabela 4 - Distribuição de efectivos por escalão etário e género

Distribuição de efetivos por tipo de vínculo

O Hospital de Faro enquanto Entidade Pública Empresarial tem, como se comprova pela análise da tabela que segue, ainda mais de metade dos trabalhadores em Regime de Contrato em Funções Públicas, uma situação que com o decorrer dos anos terá tendência a alterar-se, já que todas as novas contratações têm que, por força da lei, ser efetuadas ao abrigo do Código do Trabalho.

Vínculo	Total	%
Regime de Contrato em Funções Públicas	1298	54,22%
Contrato por Tempo Indeterminado	1121	46,83%
Contrato a Termo Resolutivo Lei 59/2008	149	6,22%
Cedência de Interesse Público	22	0,92%
Comissão de Serviço Pública	6	0,25%
Regime de Contrato no Âmbito Código do Trabalho	1081	45,78%
Contrato Individual Trabalho Lei 7/2009, C/Termo	225	9,40%
Contrato Individual Trabalho Lei 7/2009, S/Termo	856	35,76%
Contrato de Prestação de Serviços	15	0,63%
Total	2394	100,00%

Tabela 5 - Distribuição de trabalhadores por tipo de vínculo

Habilitações literárias

Em termos de habilitações literárias, 58,23% dos profissionais detinham formação de nível Superior. Para esta situação muito contribuem os grupos profissionais afetos à prestação direta de cuidados de saúde. A 31.12.2011 apenas 13,78% dos trabalhadores tinham habilitações inferiores ao 9º Ano.

Habilitação Literária	Total	%
Menos de 4 Anos escolaridade	26	1,09%
4 Anos Escolaridade	170	7,10%
6 Anos Escolaridade	134	5,60%
9 Anos Escolaridade	261	10,90%
11 Anos Escolaridade	86	3,59%
12 Anos Escolaridade	323	13,49%
Bacharelato	191	7,98%
Licenciatura	1121	46,83%
Mestrado	82	3,43%
Total	2394	100,00%

Tabela 6 - Distribuição de efectivos por Habilitação Literária

Segurança, higiene e saúde no trabalho

No ano 2011 foram registados 111 acidentes de trabalho dos quais resultaram um total de 1135 dias perdidos, sendo que 340 se reportam a eventos ocorridos no ano anterior. Do total de acidentes (111) 74,7% não deram lugar a qualquer tipo de ausência ao serviço.

Acidentes de trabalho		No local de trabalho					
		Total	"inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)"	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	22	-	-	-	-	-
	F	85	-	-	-	-	-
Nº de acidentes de trabalho (AT) com baixa ocorridos no ano de referência	M	6	-	1	3	2	-
	F	18	-	1	12	5	-
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	410	-	1	35	380	-
	F	685	-	2	148	661	-
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	187	-	-	-	187	-
	F	153	-	-	-	153	-
		In itinere					
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	1	-	-	-	-	-
	F	3	-	-	-	-	-
Nº de acidentes de trabalho (AT) com baixa ocorridos no ano de referência	M	1	-	-	1	0	-
	F	3	-	-	1	2	-
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	8	-	-	8	0	-
	F	106	-	-	15	91	-
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0	-	-	-	-	-
	F	0	-	-	-	-	-

Tabela 7 - Distribuição de Acidentes de Trabalho (no local de trabalho)

3. Formação e aperfeiçoamento profissional - conhecimento/investigação

O Centro de Formação, Investigação e Conhecimento (CFIC) tem como objetivo principal programar e realizar formação profissional direcionada principalmente para a satisfação de necessidades identificadas pela Organização, no que concerne à formação contínua dos colaboradores, independentemente dos Grupos Profissionais ou das áreas de atividade. Prosseguindo uma linha de ação que promove a atualização e a otimização das competências próprias tem vindo a consolidar o seu papel, constituindo-se, hoje, como um pilar indispensável à valorização do conhecimento.

Em 2011, e tendo em conta as fortes limitações orçamentais foi desenvolvido um plano de formação abrangente o qual, sobretudo, procurou dar resposta às necessidades detetadas em áreas assistenciais estratégicas.

Nessa medida e como resulta da leitura do quadro abaixo, foram reduzidos de forma significativa os meios financeiros alocados a este domínio:

Custos com a Formação

Ano	Custos diretos	Custos Indiretos	Total
2010	186.446,21	366.321,80	552.768,01
2011	97.404,43	279.321,19	376.725,72

Tabela 8 - Custos com a Formação

Assinala-se também que a metodologia utilizada na planificação e realização da formação procurou garantir uma articulação estreita e flexível entre as referidas áreas e os profissionais, conjugando-se as prioridades e disponibilidades dos sectores envolvidos.

Proceder-se-á, de seguida, a uma breve análise dos aspetos considerados relevantes nas atividades desenvolvidas.

Formandos

Um dos objetivos prioritários do CFIC do Hospital de Faro é o alargamento do âmbito da formação a todos os grupos profissionais.

Contudo, ao analisarmos em 2011 o âmbito da respetiva participação verifica-se que, fruto dos constrangimentos orçamentais acima aludidos, não só se restringiu o número de formandos (de 2.350 em 2010, para 2.138 em 2011), como se reduziu o volume de formação (de 40 304 horas em 2010, para 21.487 em 2011).

A participação em atividades formativas repartiu-se pelos vários grupos profissionais com maior destaque para a enfermagem (36%), seguida do grupo profissional dos assistentes operacionais (21%) e assistentes técnicos (17%).

Quanto ao grupo de pessoal médico (com 13% de formandos), e portanto pouca expressão no global, registou um ligeiro acréscimo no número de participações em ações formativas organizadas pelo CFIC. Tal facto é não só consequência do menor peso relativo deste grupo profissional no total dos colaboradores do Hospital como está também diretamente relacionado com as múltiplas iniciativas desencadeadas no domínio das respetivas especialidades como adiante registaremos.

Áreas Temáticas

Ao analisar as áreas temáticas através da tabela 9, verifica-se que, à semelhança do ano transato, aquela que mais se evidencia é a da “Eficiência e Efetividade através das TIC”. Durante o ano de 2011 realizaram-se neste domínio mais 30 ações de formação que envolveram 467 formandos (21,8% do total), o que permitiu conferir e consolidar as competências de todos os grupos profissionais numa área do conhecimento essencial ao desenvolvimento de qualquer organização moderna.

A temática de “Controlo de Infecção (I.A.C.S.) assumiu também papel preponderante, não só em número de ações realizadas mas também em número de formandos e volume de formação.

Dirigido à maioria dos profissionais, este projeto formativo visa desenvolver os conhecimentos no âmbito das Infecções Associadas aos Cuidados de Saúde e pretende, também, transmitir informação necessária ao desenvolvimento sistemático de procedimentos que cumpram as recomendações da Comissão do Controlo da Infecção por parte dos profissionais diretamente envolvidos na prestação de cuidados. Constatase que do total das 145 ações realizadas, 29 enquadraram-se nesta área, envolvendo 384 formandos (17,9% do total de participantes) e um volume de formação de 2502 horas.

Também com um número de formandos significativo (355) o qual beneficiou de um total de 1018h de formação, realizaram-se ações dirigidas à “Sensibilização para a Qualidade do Atendimento ao Público”

A temática “Prevenção das úlceras de Pressão/Feridas” continuou a ser uma área dominante. Os resultados dos estudos de prevalência vindos a realizar no Hospital de Faro aconselharam que se continuasse a apostar na formação de profissionais para melhorar este indicador e consequentemente, aumentar a qualidade dos cuidados de saúde prestados à população. Esta temática contou com a participação de 60 formandos, o que se traduziu num volume de formação de 840 horas.

A temática “Ensino à distância” com a plataforma de aprendizagem DOKEOS” manteve-se, também, como área importante, embora o número de ações e de participantes não tenham tido a expressão verificada em 2010.

Contudo, o mesmo não se pode dizer em relação ao volume de formação que foi de 1.382,5 horas (6,43%), já que, para além da formação em sala, estava igualmente contemplada uma componente de ensino à distância em horário pós-laboral.

Temática	N.º de acções	N.º de formandos	Vol. de formação	Destinatários
Úlceras por Pressão e Feridas Crónicas	4	60	840	Enfermeiros
Cuidados em Fim de Vida	2	32	660	Enfermeiros
Prevenção e Controlo de IACS	29	384	2502	Enfermeiros, Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica e Assistentes Operacionais
Aleitamento Materno - Promotoras	2	17	347,5	Médicos, Técnicos Superiores, Enfermeiros, Docentes e Técnicos Diagnóstico e Terapêutica
Suporte Imediato de Vida	1	19	171	Médicos e Enfermeiros
Ética, Legalidade e Decisão	1	16	224	Enfermeiros
Gestão do Risco - Prevenção do Erro	2	37	518	Enfermeiros
Programa Global de Qualidade - CAF/EFQM	1	22	731	Médicos, Técnicos Superiores de Saúde, Técnicos Superiores, Enfermeiros e Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica
Triagem de Prioridades na Urgência - Protocolo de Manchester	1	15	105	Enfermeiros
Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	2	27	480	Assistentes Operacionais
Higiene Postural	1	21	246	Assistentes Operacionais
Higiene e Limpeza dos Serviços de Internamento	1	15	94,5	Assistentes Operacionais
Higiene do Ambiente e Esterilização	1	16	112	Assistentes Operacionais
Comunicação nas Relações Interpessoais	1	10	120	Assistentes Operacionais
Gestão de Conflitos	1	11	132	Assistentes Operacionais
Atendimento Telefónico	2	9	81	Assistentes Operacionais
Informática na óptica do utilizador	2	33	224	Técnicos Superiores e Assistentes Operacionais
Análise aos Custos/ Proveitos e às Demonstrações Financeiras	2	30	408,5	Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos
Registo e Análise ao Processamento de Salários	2	16	216	Técnicos Superiores, Pessoal de Informática e Assistentes Técnicos
Organização e Gestão do Tempo	1	14	272,5	Técnicos Superiores, Enfermeiros, Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais
Iniciação à Gestão Documental	1	20	333	Assistentes Técnicos
Word Avançado	1	13	384	Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais
O Novo Código da Contratação Pública	1	13	182	Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos
Planos e Relatórios de Gestão e Controlo Estratégico	1	17	446	Dirigentes, Técnicos Superiores, Enfermeiros e Assistentes Técnicos
Balanced Scorecard	1	15	371	Dirigentes, Médicos, Técnicos Superiores, Enfermeiros e Assistentes Técnicos
Planeamento e Gestão de Projectos	1	17	430,5	Médicos, Técnicos Superiores de Saúde, Técnicos Superiores e Enfermeiros
Liderar Equipas para Resultados	1	19	364	Dirigentes, Médicos, Técnicos Superiores e Enfermeiros
Como Elaborar Regulamentos e Estatutos na Administração Pública	1	8	56	Dirigentes, Médicos, Técnicos Superiores e Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica
Curso de Radiologia do Torax e Abdómen	1	39	185	Médicos

Temática	N.º de acções	N.º de formandos	Vol. de formação	Destinatários
1º Curso Básico em Nutrição Clínica	2	50	772	Médicos, Técnicos Superiores de Saúde, Técnicos Superiores, Enfermeiros e Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica
Pé Diabético	2	22	154	Médicos e Enfermeiros
Antibioterapia na Prática Clínica	1	28	309	Médicos
Equilíbrio Ácido-Base e Hidroelectro-lítico	1	12	92	Médicos
Fundamental Critical Care Support Course	1	23	427,5	Médicos
Via Aérea Difícil	1	19	76	Médicos
Curso de Electrocardiografia	1	30	230	Médicos
Workshop "Pensar e Intervir como Treinador"	1	10	247,5	Médicos, Técnicos Superiores, Enfermeiros e Assistentes Técnicos
Eficiência e Efectividade através das TI's - Gerir Melhor	6	69	785	Dirigentes, Médicos, Téc. Sup. de Saúde, Téc. Sup., Pessoal de Informática, Docente, Enf., Técnicos de Diag. e Terapêutica e Assistentes Técnicos
Eficiência e Efectividade através das TI's - Comunicar Melhor	18	156	2062	Médicos, Téc. Sup. de Saúde, Téc. Sup., Enfermeiros, Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica e Assistentes Técnicos
Eficiência e Efectividade através das TI's - Aprendizagem & Desen. Pessoal	6	242	1694	Dirigentes, Médicos, Téc. Sup. de Saúde, Téc. Sup., Docente, Enfermeiros, Téc. de Diagnóstico e Terapêutica e Assistentes Técnicos
Microsoft Excel 2007	5	74	809	Médicos, Enfermeiros, Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica e Assistentes Técnicos
Formação sobre Ensino a distância com a plataforma de aprendizagem Dokeos	4	51	1382,5	Médicos, Técnicos Superiores, Enfermeiros, Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais
Sensibilização para a Qualidade no Atendimento ao Público	24	355	1018	Médicos, Téc. Sup. de Saúde, Téc. Sup., Pessoal de Informática, Enfermeiros, Téc. de Diag. e Terapêutica, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais
Intervenção Integrada em Violência Doméstica na Região do Algarve	4	32	192	Técnicos Superiores, Enfermeiros, Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica e Assistentes Operacionais
TOTAL	145	2.138	21.487	

Tabela 9 - Áreas temáticas (continuação)

Formação obrigatória

No ano de 2011 e de acordo com os compromissos assumidos em sede de Contrato-Programa o Hospital de Faro, E.P.E. realizou formação obrigatória na área da infeção hospitalar.

Formação na área de controlo de infeção

A temática da Prevenção e Controlo da Infeção Associada aos Cuidados de Saúde (PIACS) integra os objetivos do Plano Nacional de Saúde e do Programa Nacional de Prevenção das Infeções Associadas aos Cuidados de Saúde (IACS), constituindo-se como elemento fundamental à abordagem de uma problemática que é unanimemente considerada como geradora de grande prejuízo e condicionante do nível de qualidade na prestação dos diversos serviços hospitalares.

Assim sendo, e prosseguindo o trabalho realizado no ano anterior, foram promovidas 29 ações abrangendo um grupo de 384 profissionais: médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, assistentes técnicos e assistentes operacionais, o que se traduziu num volume de formação de 2.502 horas.

Indicadores de Formação

Como já foi referido e resulta da análise da tabela síntese acima apresentada o ano de 2011 caracterizou-se, neste domínio, por uma diminuição da atividade formativa, registando-se por esse motivo a nível de todos os indicadores (nº total de ações, nº total de participantes, volume de formação) um decréscimo.

Tal não significou uma menor valorização desta área fundamental para o desenvolvimento dos recursos humanos mas antes a adoção de uma política que não descurando a sua importância procurou ajustar à situação de contenção orçamental em vigor.

Internato Médico

O Hospital de Faro, devido ao elevado número de internos que acolhe (149 em 31 de Dezembro de 2011), tem uma responsabilidade acrescida enquanto entidade responsável por proporcionar formação médica (científica, técnica e prática) de qualidade às futuras gerações de médicos.

Foi neste contexto que, através da Direção do Internato Médico, o Hospital dedicou especial atenção à formação médica dos internos, quer do ano comum quer das especialidades. Em colaboração com os diferentes serviços pretendeu-se garantir uma formação médica contínua, tanto teórica como prática, com a finalidade de preparar os médicos para o exercício da profissão.

Assim, em simbiose com a atividade assistencial no âmbito do internato médico da especialidade realizaram-se, de forma sistemática, sessões de formação. Estas sessões têm periodicidade semanal e são da responsabilidade de todos os serviços do Hospital que recebem internos. Durante o ano de 2011 foram realizadas 38 sessões, planeadas de forma a, por um lado, garantir uma abordagem alargada de temas, e por outro, a criar uma dinâmica que permita contribuir para a formação de todos os médicos, incluindo os do Internato do Ano Comum.

Esta missão de formação do pessoal do internato médico implica um investimento não mensurável, sem retorno imediato. Contudo, a Organização contribui de forma decisiva para a preparação dos futuros médicos, garantindo assim continuidade da aposta no reforço da qualidade na prestação de cuidados de saúde.

Unidade de Investigação

A investigação é um dos pilares estruturais do CFIC do Hospital de Faro, E.P.E., pelo que foi formalmente criada em 2009 e uma Unidade de Investigação com os seguintes objetivos:

- Contribuir para o desenvolvimento da investigação na área da saúde;
- Fomentar a criação de uma cultura científica guiada por objetivos e critérios de avaliação mensuráveis;
- Estimular a cooperação científica interinstitucional nacional e estrangeira;
- Identificar áreas prioritárias de investigação;
- Apoiar a ação dos investigadores;
- Recolher, organizar, divulgar e disponibilizar informação necessária para fins de investigação, docência, tutoria ou prestação de serviços, através de meios próprios ou de recursos partilhados do CFIC.

Atividades

Durante o ano de 2011 foram apoiados os Projectos de Investigação e Ensaaios Clínicos que constam na tabela 10.

Serviço Responsável	Promotor	Resumo
Anestesiologia 42160443 PAI 2001	Janssen Cilag	Estudo Aleatorizado, em Dupla Ocultação, controlado por Placebo, Multicêntrico para Avaliar a Eficácia, Segurança e Tolerabilidade de JNJ-42160443 como terapêutica Adjuvante em Doentes com Dor Oncológica, Seguido de uma Fase de Extensão Aberto
Cardiologia Improv-IT	Shering Plough Farm	Estudo Multicêntrico, de Dupla Ocultação e com Distribuição Aleatória para Avaliar o Benefício Clínico e a Segurança de Inegy (Ezetimiba/Sinvastatina) vs. Sinvastatina em Monoterapia em Doentes de Alto Risco com Síndrome Coronário Agudo ("IMPROVED Reduction of Outcomes: Vytorin Efficacy International Trial – IMPROVE-IT").
Cardiologia RIVAROX ACS3001-Atlas	Janssen - Cilag Farmaceutica	Estudo Aleatorizado, em Dupla-Ocultação, Controlado por Placebo, Multicêntrico Conduzido pela Ocorrência de Eventos, para Avaliação da Eficácia e segurança do Rivaroxaban em Doentes com Síndrome Coronário Agudo Recente
Cardiologia SIGNIFY C13-16257-083	Servier	O propósito deste ensaio consiste em demonstrar que a ivabradina reduz os eventos cardiovasculares em doentes com doença arterial coronária estável sem insuficiência cardíaca sintomática. O objetivo principal consiste em demonstrar a superioridade da ivabradina sobre o placebo na redução da mortalidade cardiovascular ou do enfarte do miocárdio não fatal (parâmetro de avaliação final composto).
Cardiologia	Sorin Group	Clinical Status Monitoring in ICD Patients by PhD Function" O protocolo do estudo não implica a necessidade de consultas extra à prática habitual do serviço.
Cardiologia 20050222 RED -HFTrial	Amgen	Estudo multicêntrico , com dupla ocultação, aleatorizado, controlado por placebo para avaliar a eficácia e segurança do tratamento com Darbeopetina alfa na mortalidade e morbilidade em sujeitos com insuficiência cardíaca, com disfunção sistólica sintomática do ventrículo esquerdo e anemia.
Cardiologia CSPP100F2301 ATMOSPHERE	Novartis Farma	O Objetivo deste estudo é avaliar o efeito de Aliscireno e a Terapêutica de associação Aliscireno/Enalapril (em comparação com a monoterapiacom Enalapril), em adição ao tratamento convencional da insuficiência cardíaca crónica (ICC),no aumento do tempo decorrido até à ocorrência de morte cardiovascular (CV) ou hospitalização devidas a insuficiência cardíaca, em doentes com insuficiência cardíaca crónica estável (Classes NYHA II - IV).
Cardiologia Takeda SYR-322402	PPD Global Research & D.	Estudo multicêntrico, aleatorizado, dupla ocultação, controlado com placebo para avaliar a resposta cardiovascular após o tratamento com Alogliptina em associação com o tratamento padrão em doentes com diabetes do tipo 2 e síndrome coronário agud.
Cardiologia RIMON R 00962	Sanofi	ETERNAL – Estudo pan-europeu, aleatorizado, em grupos paralelos, com 2 braços de tratamento, controlado com placebo, duplamente cego e multicêntrico, com Rimonabant 20 mg, administrado uma vez/ dia, no tratamento de doentes com obesidade abdominal e com dislipidemia com ou sem outras co-morbilidaedes.
Cardiologia INSPIRE-ME IIA	Sanofi	Inquérito observacional prospetivo, multinacional de crater epidemiológico a desenvolver em Portugal, ao abrigo do protocolo nº C00046, intitulado "Inspire-me IAA – International Study of Prediction of Intra-abdominal Adiposity and its TElationships with CardioMETabolic Risk/Intra-Abdominal Adiposity.
Gastroenterologia. MV22255/ GUARD-C	Roche Farmaceutica	Estudo de coorte, global, observacional sobre a predição de efeitos adversos indesejáveis em indivíduos com Hepatite C Crónica sob terapêutica com Interferão de Ação prolongada e Ribavirina.
Medicina Fisica e Reabilitação	Ipsen P hrama (CRO)	Trata-se de um estudo internacional, observacional, prospetivo de coorte cujo objectivo principal é perceber o efeito da toxina botulinica como tratamento para a espasticidade (rigidez) do braço e/ou mão, após AVC.
Medicina/Diabetes LANTU C 02761 EASI	Sanofi	Evaluation of gIArgine versus Sitagliptin in Insulin naive Patients
Nefrologia C-SCADE 5 TrialNo.1245.36	Boehringer Inge- lheim	A phase III, randomised, double-blind, placebo-contrlled group, efficacy and safety study of BI 10773(10mg and 25 mg administered once daily)as add on to pre-existing antidiabetic therapy over 52 weeks in patients with type 2 diabetes mellitus and renal impairment and insufficient glycaemic control.
Nefrologia FER-CKD-01 FIND-CKD	Vifor Pharma (Icon)	An Open-label, Multicentre, Randomised, 3 arm Study to Investigate the Comparative Efficacy and Safety of Intravenous Ferric Carboxymaltose (Ferinject® High- and Low-dosage Regimens) versus Oral Iron for the Treatment of Iron Deficiency Anaemia in Subjects with Non dialysis dependent Chronic Kidney.
Nefrologia C-SCADE 8 TrialNo.1245.36	Boehringer Ingelheim	"A Phase III, multicentre, international, randomised parallel group, doubler blind cardiovascular safety study of BI 10773 compared to usal care in type 2 diabetes mellitus patients with increased cardiovascular risk"
Neurologia COPTIMIZE	Sanofi	É um estudo observacional ou não interventivo, o que significa que não haverá quaisquer tratamentos ou exames extra relacionados com o estudo, à excepção realizados na pratica clinica, independentemente do estudo.
Oncologia M10-300	Abbott	An Open-Label, Randomized Phase 2 Study of ABT-869 in Comnation With mFolfox6 (Oxaliplatin 5-Fluorouracil, and Folinic Acid) Versus Bevacizumab in Combination With mFolfox6 as Second-line Treatment of Subjects With Advanced Colorectal Cancer.
Oncologia M2-9532 - 20090679	Amgen	Este será um estudo de revisão médica não interventivo, retrospectivo. Não estará envolvido qualquer fármaco no estudo nem qualquer outra intervenção médica.
Oncologia PETTACC 8	Merck SA	Tratamento adjuvante do cancro do cólon estágio III com ressecção total, com Folfox 4 versus ,Folfox 4 + Cetuximab.
Pneumologia CIGE 025A 2433	Novartis	Registo Observacional - Doentes Asmáticos tratados com Xolair

Tabela 10 - Ensaio Clínicos

Actividade formativa desenvolvida por iniciativa dos Serviços Clínicos

Em complemento das acções acima referenciadas os serviços hospitalares promoveram no decorso do ano de 2011 um conjunto de Seminários/Workshops vocacionados para o desenvolvimento e abordagem de competências multidisciplinares dos quais se destacam os seguintes:

Iniciativas	Serviço Promotor
II Jornadas de Psicologia Clínica e Saúde	<i>Serviço de Psicologia</i>
Autismo: 1º encontro entre pais e profissionais	<i>Grupo de Apoio ao Autismo</i>
Workshop EFQM (European Foundation for Quality Management)	<i>Área da Qualidade</i>
Rastreio do Dia Mundial da Voz	<i>Serviço de Otorrinolaringologia e setor de Terapia da Fala do Serviço de Medicina Física e de Reabilitação</i>
4º Simpósio Diabetes do Algarve	<i>Unidade de Diabetologia do HFaró, Associação para o Estudo da Diabetes Mellitus e Apoio ao Diabético do Algarve (AEDMA) e Núcleo de Diabetes do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio</i>
Formação básica em nutrição clínica	<i>Grupo de Nutrição Clínica</i>
1º Workshop de Contracepção	<i>Serviço de Ginecologia/Obstetrícia</i>
3ª Semana da Não-Violência	<i>Serviço de Pediatria</i>
Projecto de Formação na Comunidade 2011 Programa de formação composto por 3 sessões: • Segurança na Pessoa Idosa • Importância da nutrição adequada na pessoa idosa • Importância da Atividade Física na Promoção do Envelhecimento Saudável	<i>Área Departamental de Medicina Interna</i>
Reuniões de Atualização em Medicina Materno-Fetal "Workshop 3: O Parto Pré-Termo"	<i>Serviço de Ginecologia/Obstetrícia</i>
Formação em Gasimetria	<i>Serviço de Patologia Clínica</i>
X Jornadas do Serviço de Pediatria do Hospital de Faro	<i>Serviço de Pediatria</i>
3º Curso de Atualização e Treino em Urgência e Emergência em Ginecologia	<i>Serviço de Ginecologia/Obstetrícia</i>
Dia Mundial da Diabetes	<i>Unidade de Diabetologia</i>
Dia Internacional de Sensibilização para a Prematuridade	<i>Serviço de Neonatologia</i>
Jornadas de Enfermagem em Cuidados "A pessoa em situação crítica"	<i>Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente</i>
II Curso de Colposcopia	<i>Serviço de Ginecologia e Obstetrícia e Serviço de Anatomia Patológica</i>

Tabela 11 - Actividade formativa desenvolvida por iniciativa dos serviços Clínicos

2

Investimentos

Evolução dos investimentos

Em termos de investimento total, registou-se um decréscimo de cerca de 61% (-2.730.296,88€) no investimento total, opção decorrente da política de contenção de custos adoptada.

Assim sendo, e na ausência de transferência de verba por conta do capital social por realizar, o investimento teve, sobretudo em conta, a necessidade manter operacionais quer os sistemas de informação quer os equipamentos de técnica médica imprescindíveis à prestação de cuidados, tendo sido efetuado por conta das verbas de exploração.

Rubrica	Ano de 2009	Ano de 2010	Ano de 2011	Δ (€) 2011/2010	Δ (%) 2011/2010
Edifícios e Outras Construções	1.818.929,61	1.428.090,00	-	-1.428.090,00	-100,00%
Equipamento Básico	2.216.083,57	2.435.248,58	1.060.507,55	-1.374.741,03	-56,45%
Equipamento Administrativo	147.052,91	35.763,61	23.444,44	-12.319,17	-34,45%
Equipamento Informático	538.443,20	534.305,11	621.776,02	87.470,91	16,37%
Outras Imobilizações Corpóreas	52.868,87	2.371,39	-246,20	-2.617,59	-110,38%
Total	4.773.378,16	4.435.778,69	1.705.481,81	-2.730.296,88	-61,55%
Imobilizações em Curso	-	4.014.659,04	2.197.135,30	-1.817.523,74	-45,27%
Bens de Domínio Público	-	-	520.204,23	520.204,23	100,00%
Total	4.773.378,16	8.450.437,73	4.422.821,34	-4.027.616,39	-47,66%

Tabela 12- Atividade anual total

No final de 2011, encontravam-se em curso investimentos realizados ao abrigo de Protocolo celebrado com a rede Nacional dos Cuidados Continuados Integrados destinados à beneficiação dos 3º, 4º e 5º piso do Edifício do Ambulatório, bem como os relacionados com a requalificação da área de logística e armazéns.

Requalificação de áreas do Edifício do Ambulatório

No final do segundo semestre de 2011, ficaram praticamente concluídas as obras de requalificação do 3º, 4º e 5º piso do Edifício do Ambulatório iniciadas em 2010.

Os trabalhos realizados criaram não só condições para a instalação de duas Unidades da Rede de Cuidados Continuados (Convalescença: 30 camas – e Paliativos:15 camas), bem como para a transferência do Serviço de Medicina e Reabilitação e consultas dirigidas a utentes portadores de patologia do foro neuro músculo-esquelético para novas e adequadas áreas.

No final de 2011 encontravam-se em normal funcionamento nas novas áreas o Serviço de Medicina Física e Reabilitação e as consultas acima referidas

No que diz respeito às Unidades da Rede, o Hospital no final de 2011 havia já recepcionado a maior parte do equipamento necessário à sua imediata entrada em funcionamento, aguardando o Conselho de Administração que a Administração Regional de Saúde do Algarve se pronunciasse sobre a proposta que lhe havia sido enviada e à qual nos referimos na página 13 do presente Relatório.

3

Gestão Hospitalar

Balanço do último triénio

Como foi referido no documento congénere relativo a 2010 os últimos anos de atividade do Hospital de Faro foram caracterizados por esforços de modernização, a par do desenvolvimento de políticas direcionadas para a prestação de cuidados de acordo com as necessidades e expectativas dos utentes que resultaram em:

- Requalificação como Hospital Central, desenvolvendo de forma significativa o seu perfil assistencial, quer do ponto de vista das valências, quer da adequação da sua capacidade produtiva, de forma a dar resposta às exigências do seu posicionamento nas redes de referência hospitalar;
- Transição para Entidade Pública Empresarial, transformação que não alterando o cunho próprio da instituição ou dos valores que sempre nortearam a sua atividade, permitiu dotar o Hospital de mecanismos de gestão mais flexíveis de forma a melhorar a sua eficiência;
- Melhoria assinalável no acesso dos cuidados, verificando-se um aumento de produção nas principais linhas de atividade, com forte enfoque no domínio do Ambulatório;
- Esforços de otimização e racionalização dos recursos existentes assentes numa visão partilhada do desenvolvimento da Instituição, consubstanciada na implementação de instrumentos que potenciasssem as boas práticas de planeamento e gestão estratégica, no sentido de conter/inverter a tendência de crescimento da despesa, a qual, embora sobrejamente explicada e demonstrada, tem tido origem nos seguintes factos:
 - a) Acréscimo exponencial do número de médicos em atividade formativa (dos 20 internos que formava em 2006, o Hospital passou, a partir de 2008, a assegurar a formação de cerca 140 clínicos/ano);
 - b) Alargamento da área de cuidados intermédios/intensivos em cerca de mais 26 camas, incluídas as da Unidade de AVC;
 - c) Abertura da Unidade de Cirurgia do Ambulatório, na qual durante o período 2009-2011 foram intervencionados 15.919 utentes.
 - d) Celebração em 2007 de um Protocolo com a Rede Nacional de Cuidados Continuados para a gestão de 20 camas de Convalescença, sediadas a 20 Km de Faro, projeto que, embora objeto de financiamento próprio se refletiu, a partir daquela data, na despesa dos exercícios (cerca de mais de 800.000 euros por cada ano);
 - e) Aumento significativo do número de utentes abrangidos por tratamento com terapêutica antirretroviral. Ao invés dos 680 utentes abrangidos em 2008, passou a ser dispensado tratamento a 874 doentes em 2011 (o custo médio do tratamento mensal por utente, só com terapêutica anti-retrovírica, ronda os 900 euros mês);
 - f) Aumento também significativo do número de utentes portadores de patologia oncológica, a quem foram proporcionados os cuidados adequados no domínio da quimioterapia e radioterapia;
 - g) Implementação, em consequência de orientações legais, do processo de dispensa gratuita em ambulatório de medicamentos destinados ao tratamento de doenças incapacitantes do foro neurológico (cerca de 1.600.000€/ano);

- h) Adesão, na sequência de Projeto criado pela tutela, ao Programa de Combate às Listas de Espera em Oftalmologia, com recurso, por ausência de meios humanos próprios, à contratação de equipas externas as quais realizaram cerca 8.000 intervenções em 3 anos.
- i) Aumento de encargos com o pessoal resultante da atualização das tabelas salariais em 2009.

Evolução dos principais indicadores assistenciais

O Hospital de Faro nos últimos anos aumentou consideravelmente a sua atividade. No entanto, algumas linhas de produção cresceram de forma mais acentuada.

Durante este período o Hospital não só optou por incrementar a sua atividade, como simultaneamente fomentou o desenvolvimento de prestação de cuidados de saúde mais complexos, o que determinou uma oferta de serviços com uma maior diferenciação e especialização. Naturalmente, esta aposta resultou num aumento do ICM (Índice Case-mix), indicador que em 2007 era de 0,9501, e que de forma crescente veio progredindo até atingir em 2011 o valor de 1,0871.

Encontra-se também consolidada a aposta feita ao longo dos últimos anos no desenvolvimento da cirurgia de ambulatório.

Como já foi referido no documento homólogo de 2010 Hospital de Faro passou de uma atividade em ambulatório sem expressão neste domínio para números que representam cerca de metade do total da cirurgia programada (49,78%).

A diminuição do número de intervenções está diretamente associada ao facto de ter cessado o já aludido Programa Especial de Cirurgia Oftalmológica pelo que é até possível afirmar que nas restantes especialidades este modelo de intervenção se tornou uma rotina.

Ao nível da acessibilidade à Consulta Externa, o Hospital também desenvolveu um conjunto de esforços de forma a melhorar significativamente este indicador. A produção de primeiras consultas externas médicas encontra-se agora estabilizada, tendo sido realizadas 61.288 consultas em 2011.

Deve também ser salientado o incremento registado em áreas que geram GDH's Médicos de Ambulatório, consequência de uma intensa atividade no domínio do tratamento da patologia oncológica.

Intervenções realizadas visando a melhoria das condições da oferta assistencial

De acordo com o Plano Estratégico apresentado em 2008 e sem descurar a necessária captação de recursos médicos em áreas críticas, o Hospital de Faro desenvolveu um conjunto de atividades que foram potenciadoras de um vasto e reconhecido conjunto de mais-valias para o utente, das quais, no que se refere ao ano de 2011, se destacam as seguintes:

- Conclusão do processo de Requalificação da área de Consultas Externas, através da criação de uma ala adequadamente apetrechada destinada à realização de consultas a utentes portadores de patologias do foro neuro músculo-esquelético (Ortopedia, Fisiatria, Neurologia, Reumatologia e Neurocirurgia);
- Adaptação de instalações para criação de uma Unidade de Patologia do Colo, já que o Hospital, no âmbito de Protocolo celebrado com a ARS Algarve assegura o tratamento a todas as mulheres do Sotavento Algarvio referenciadas pelo Programa de Rastreio do cancro do Colo do Útero;
- Criação e apetrechamento de novas áreas assistenciais com cerca de 400 m² destinadas à especialidade de Medicina Física e Reabilitação, a qual até então garantia cuidados nuns escassos 120 m²*;
- Continuação do Programa de Requalificação das áreas de Internamento – Beneficiação global faseada da maioria dos Serviços de Internamento visando a criação de condições de conforto e humanização para utentes e profissionais e a melhoria dos aspetos assistenciais, designadamente através instalação de rede de gases medicinais, novos sistemas de iluminação e instalação de sistemas de tratamento de ar;
- No final do ano de 2011 encontravam-se requalificadas as áreas de internamento das seguintes especialidades: Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica, Ginecologia, Oftalmologia, ORL, Ortopedia, e Urologia, abrangendo um total de 156 camas e cerca de 4000 m²;

Encontrava-se em curso a beneficiação da área de internamento da especialidade de Obstetrícia (43 camas em 800m²), com conclusão prevista para o final do 1º trimestre de 2012;

- Obras de requalificação e apetrechamento com mobiliário hospitalar de toda a área de internamento de agudos e crónicos do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental, incluindo os respetivos apoios;
- Conclusão do processo de construção e apetrechamento das Unidades de Convalescença e Paliativos sediadas no Edifício do Ambulatório;
- Conclusão do processo de requalificação dos dois armazéns de materiais de consumo, visando a concentração numa única estrutura de toda a área de armazenagem, acompanhado da implementação de um novo modelo de distribuição com criação de armazéns avançados;

Esta medida permitiu a libertação de espaços com uma área de cerca de 500m², a utilizar futuramente em benefício do funcionamento global do Hospital;

Nota:

De acordo com a Rede de Referência Hospitalar de Medicina Física e Reabilitação o hospital devia dispor de uma área com 1000 m².

- Consolidação da aposta nos sistemas de qualidade implementados em 2010, aos quais se vieram associar em 2011, por convite de entidades externas o Projeto DUQUE e o Projeto de Acreditação das áreas Materno-Infantil;
- Consolidação do processo de Gestão do Risco Clínico;
- Consolidação do processo de reorganização da área de Urgência/Emergência, relativamente ao qual entendemos dever salientar:
 1. Melhoria significativa do cumprimento dos tempos definidos pelo Sistema de Triage de Manchester;
 2. O novo modelo em que passou a assentar o atendimento do doente crítico;
 3. A diminuição registada no 2º semestre de 2011 a nível do nº de reclamações sobre o funcionamento do Serviço de Urgência Geral;
 4. A permanência por período não superior a 24 horas na área da urgência de utentes com indicação para internamento;
- Implementação de soluções informáticas no domínio da gestão de transporte de doentes, da manipulação e gestão de citotóxicos, da prescrição de alimentação a doentes internados e da requisição de MCDT, nas áreas de análises clínicas, anatomia patológica e imagiologia, as quais contribuíram de forma efetiva para melhorar os sistemas de controlo nestas áreas e, consequentemente, a contenção e/ou diminuição da despesa gerada neste sectores;
- Consolidação das principais linhas de atividade assistencial, em consonância com o contratualizado para o ano em análise como adiante se demonstrará.

Hospital de Faro: grau de cumprimento de metas fixadas em 2011

Do ponto de vista económico-financeiro o Hospital tem historicamente vindo a apresentar resultados deficitários, naturalmente geradores de constrangimentos e condicionantes a uma gestão mais eficaz, nomeadamente no que se refere ao relacionamento com fornecedores.

Em termos resumidos e tal como se encontra referido no Relatório de Gestão de 2010, a explicação para a insustentabilidade “crónica” do Hospital assenta nos seus elevados custos operacionais, em consequência, por um lado, da dispersão das suas estruturas físicas e, por outro, da distância a que o mesmo se encontra dos centros de referência mais próximos (cerca de 300km) quer do ponto de vista assistencial e do apoio às operações de Logística, quer no que se refere aos Recursos Humanos especializados.

Como é sabido, o Hospital de Faro, por força do seu estatuto e da sua situação periférica é obrigado a manter serviços/actividades estruturalmente deficitárias, mas imprescindíveis ao cumprimento da sua missão e às crescentes exigências de diferenciação.

Mesmo assim, e dando corpo aos objectivos nacionais, foi possível no ano em análise inverter a tendência dos anos anteriores registando os custos um decréscimo de 6,61% relativamente aos apurados em 2010.

A elaboração do Plano de Desempenho para 2011 e a celebração do respectivo Contrato Programa traduziu-se, pois, num forte desafio, uma vez que as regras superiormente definidas obrigavam a que, por um lado, se continuasse a garantir idêntico nível de cuidados em áreas consideradas como prioritárias e que, por outro lado, se cumprissem rigorosos níveis de redução de despesa.

As orientações que adiante se transcrevem integram documento emanado pela ACSS em Novembro de 2010 com o título “Metodologia para definição de preços e fixação de objectivos para o Contrato-Programa de 2011” e, naturalmente, tiveram que ser tidas em conta na definição de objectivos por parte do Hospital.

Assim, na proposta de Plano de Desempenho para 2011 teve-se em conta que:

- Para os custos com pessoal devia ser considerada uma variação de -5% face ao ano de 2010;
- Para os custos das rubricas de FSE deve ser considerado um aumento máximo de 0% face ao ano de 2010;
- Para os consumos (incluindo produtos farmacêuticos e consumo clínico) as previsões não poderão exceder 1,5% face aos valores de 2010.”

Contudo, na fase de negociação do Contrato-Programa o Conselho de Administração em articulação com o Departamento de Contratualização da ARS Algarve considerou, tendo como base três pressupostos, que adiante se explicitarão, dever equacionar/propor uma taxa de redução de despesa mais ambiciosa, isto é, -9,16%, do que ano de 2010.

Deste modo, a proposta de orçamento económico para 2011 foi elaborada no pressuposto de que:

1. O Hospital conseguiria passar a encaminhar para os Hospitais do SNS todos os utentes portadores de patologia do foro cardio-torácico, os quais vinham sendo atendidos no sector privado, gerando assim uma redução de custos da ordem dos 2.300.000 €;

2. A adesão aos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde em matéria de aquisição de medicamentos e material de consumo permitira reduzir em cerca de 4% o Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, isto é, aproximadamente 1.600.000€;
3. A programada contratação de novos profissionais médicos para áreas que, por insuficiência de recursos, recorrem de forma sistemática ao trabalho extraordinário (Anestesiologia, Obstetria, Neurocirurgia, Intensivismo, entre outras) contribuiria para uma significativa redução da despesa na rubrica Suplementos de Remunerações;

Todavia, só a partir do último quadrimestre de 2011 se encontraram reunidas condições para concretizar a medida referida no ponto 1, tendo sido, por esse motivo, possível reduzir a referida despesa em 600.000€.

No que diz respeito aos previsíveis benefícios resultantes da adesão aos SPMS estes não se verificaram uma vez que a referida entidade só praticamente no final de 2011 conseguiu oferecer condições mais vantajosas do que as vindas a obter pelo Hospital.

Entende-se dever referir, quanto à programada contratação de novos profissionais, que a maioria dos processos de recrutamento ficaram desertos, pelo que só o esforço de adaptação dos planos de trabalho associado ao efeito das medidas legislativas aplicáveis aos salários mensais acima dos 1.500€, produziram efeito.

Mesmo, assim não atingindo o valor estimado (uma redução de cerca de 18%) os custos com trabalho extraordinário, quer na modalidade de presença física, quer no regime de prevenção reduziram 11% relativamente a 2010.

Tendo em conta o exposto, o planeamento e a gestão do exercício de 2011 foram fortemente marcados pela necessidade de ajustamento à conjuntura económico-financeira do país, preocupação a que se associaram condicionantes internas também relevantes, designadamente as relativas à necessidade de manter em adequado estado de funcionamento uma organização fortemente envolvida na formação de novos profissionais* e empenhada na melhoria dos seus padrões assistenciais.

Como adiante se demonstrará, pese embora o facto de não ter possível alcançar a ambiciosa meta de redução de despesa a que se propôs, o Hospital cumpriu, e até superou, as metas definidas pela ACSS neste domínio.

De facto, relativamente a 2010, os custos com CMVMC, FSE e Pessoal reduziram respectivamente 2,24%, 6,45% e 8,16%.

Cumpra também evidenciar no que diz respeito aos proveitos que, em 2011, em resultado da redução dos preços imposta pela ACSS, se registou uma diminuição de cerca de 10.000.000€ (-7,74%), do valor a pagar pelas diferentes linhas de atividade, facto que, naturalmente, para além de se refletir no valor do adiantamento mensal (que foi reduzido e que contribuiu ainda mais para aumentar o PMP a fornecedores) tornou ainda mais complexo o exercício da gestão.

Nota :
Em 2011 149 médicos frequentavam o internato da especialidade e o ano comum.

Grau de cumprimento do Plano Desempenho – Atividade Total

Através da leitura dos elementos apresentados na tabela 13 (actividade anual total) é possível avaliar a execução do Plano de Desempenho de 2011 o qual serviu de base à negociação do Contrato-Programa.

De uma forma geral, e à excepção dos objectivos definidos para primeira consulta, doentes saídos e actividade cirúrgica de ambulatório foi possível concretizar, e em alguns casos ultrapassar, as metas traçadas.

No que diz respeito à evolução da actividade face ao ano transato, podemos verificar que se registou um ligeiro decréscimo no que diz respeito ao internamento e cirurgia de ambulatório.

Como adiante se explicará a situação verificada em internamento é justificada por dois tipos de factos: redução do número de partos (-321 do que em 2010), da qual resultou a diminuição em dobro do número de GDH's médicos (mãe e nascituro), bem como a diminuição, relativamente ao ano anterior, do número de doentes internados a partir do Serviço de Urgência (1.388). Quanto à actividade de ambulatório a variação registada resulta do forte decréscimo da cirurgia oftalmológica, cujas causas adiante explicaremos.

Linha de Actividade Assistencial	Real 2009	Real 2010	Real 2011	Plano Desempenho 2011	Taxa de Execução PD
<i>Internamento</i>					
Doentes Saídos - Sem Berçário e SO	20.011	20.199	19.748	21.500	91,85%
Doentes Saídos - Base de Dados GDH	24.634	24.168	22.362	24.200	92,40%
Total de Dias de Internamento	154.524	163.188	171.188	181.535	94,30%
<i>Consulta Externa</i>					
Nº Total de Consultas	211.589	219.782	235.052	216.364	108,64%
Nº Total de Consultas Médicas	201.089	206.125	207.820	204.613	101,57%
Nº Primeiras Consultas Médicas	64.514	62.883	61.288	66.113	92,70%
Nº Consultas Médicas Subsequentes	136.575	143.242	146.532	138.500	105,80%
% Primeiras Consultas Médicas no Total Consultas Médicas	32,06%	30,51%	29,40%	32,30%	91,02%
<i>Hospital de Dia</i>					
N.º de Sessões ^{a)}	24.298	21.433	23.010	21.990	104,64%
<i>Urgência</i>					
Nº de atendimentos (total)	145.461	148.145	150.050	150.563	99,66%
Nº de atendimentos (sem Internamento)	128.850	131.436	134.732	133.368	101,02%
<i>Intervenções Cirúrgicas (=doentes operados)</i>					
Programada Convencional	5.180	4.545	4.620	4.536	101,85%
Programada Ambulatória	5.909	5.426	4.584	5.433	84,37%
Cirurgia Urgente	3.464	3.746	3.720	2.733	136,11%
<i>GDH de Ambulatório</i>					
N.º de GDH Médicos	18.680	20.934	23.724	20.950	113,24%
N.º de GDH Cirúrgicos	5.492	4.362	3.357	4.300	78,07%
<i>Visitas Domiciliárias</i>					
N.º de Visitas Domiciliárias	4.683	3.567	7.787	4.271	145,24%

Tabela 13- Atividade anual total

* As Sessões de Hospital de Dia não incluem as sessões de quimioterapia uma vez que estas são incluídas nos GDH Médicos de Ambulatório.

Grau de cumprimento do Contrato Programa – Atividade SNS

Reproduzem-se para a avaliação do grau de cumprimento do Contrato Programa (Actividade SNS) as explicações aduzidas no título anterior, as quais serão devidamente detalhadas aquando da análise ponto a ponto das diversas linhas de actividade.

Linha de Actividade Assistencial	SNS - Real 2009	SNS - Real 2010	SNS - Real 2011	CP/SNS - Contratual. 2011	Taxa Execução CP 2011
Internamento					
Total de GDH	21.714	21.135	22.167	22.855	96%
GDH Médicos	15.049	15.025	15.176	16.390	93%
GDH Cirurgicos Programados	3.382	2.493	3.302	2.511	132%
GDH Cirurgicos Urgentes	3.283	3.617	3.689	3.954	93%
Total de Dias de Internamento de Doentes Crónicos **	2.068	1.825	1.460	2.130	69%
Consulta Externa					
Nº Total de Consultas Médicas	176.051	180.407	206.971	193.540	107%
Nº Primeiras Consultas Médicas	56.433	55.037	61.038	57.500	106%
Nº Consultas Médicas Subsequentes	119.618	125.370	145.933	136.040	108%
Hospital de Dia					
Nº de Sessões ^{a)}	19.767	19.928	19.481	9.110	214%
Urgência					
Nº de atendimentos (total)	145.461	148.145	145.279	146.000	103%
Nº de atendimentos (sem Internamento)	110.634	118.124	130.442	131.300	99%
GDH de Ambulatório					
Nº de GDH Médicos	15.854	17.476	23.512	20.000	118%
N.º de GDH Cirurgicos	5.008	3.926	3.336	3.200	104%
Visitas Domiciliárias					
N.º de Visitas Domiciliárias	4.683	3.567	7.787	750	827,07%

Tabela 14- Atividade anual total SNS

* As Sessões de Hospital de Dia não incluem as sessões de quimioterapia uma vez que estas são incluídas nos GDH Médicos de Ambulatório.

**Aquando da elaboração do plano de desempenho encontravam-se internado no DPSM 5 doentes crónicos. No decurso de 2011 (final do 1º semestre) um dos doentes foi acolhido noutra instituição.

Grau de cumprimento do Contrato Programa – Orçamento Económico

Ao nível da execução económica, e da análise das contas de exploração, verifica-se que os custos do Hospital de Faro, como já tivemos ocasião de referir/explicitar aquando da análise efectuada ao “Grau de Cumprimento de Metas Fixadas em 2011”, embora reduzindo cerca de 6,61% ficaram acima do valor previsto em Contrato Programa.

Considera-se ser de realçar mais uma vez o facto de os proveitos definidos pela ACSS para o CP do ano em análise, terem sido reduzidos em 7,74% o que contribuiu para o agravamento da situação.

Assinala-se contudo que teria sido possível apresentar um resultado líquido mais próximos-do contratualizado se como referimos na página 129 tivesse sido já confirmada a faturação em falta relativa à atividade SNS do ano de 2009 (aproximadamente 2.500.000€).

Indicadores Económicos	Real 2010	Real 2011	Tx. Variação face 2010	CP - Contratual. 2011	Desvio Face CP (valor)	Desvio Face CP (%)
Resultado Líquido (Antes Impostos)	-18.224.072,75	-17.034.106,40	-6,53%	-7.369.956,94	-9.664.149,46	131,13%
Custos Totais	148.647.143,94	138.819.959,84	-6,61%	135.037.603,88	3.782.355,96	2,80%
Custos Operacionais cash	139.255.199,64	130.790.822,51	-6,08%	127.980.945,09	2.809.877,42	2,20%
Consumos (Produtos Farmacêuticos)	31.118.630,71	31.351.967,79	0,75%	31.018.857,59	333.110,20	1,07%
Consumos (material de consumo clínico e outros)	10.477.103,47	9.307.247,35	-11,17%	8.773.033,40	534.213,95	6,09%
FSE (Subcontratos)	12.074.005,03	10.569.637,68	-12,46%	8.756.401,41	1.813.236,27	20,71%
FSE (Serviços)	17.339.100,67	16.946.166,00	-2,27%	16.214.319,00	731.847,00	4,51%
Suplementos Remuneratórios	13.899.185,72	13.424.882,15	-3,41%	12.055.649,85	1.369.232,30	11,36%
Salários base e subsídios de férias e natal	42.779.923,54	39.066.177,79	-9,5%	5.879.633,11	-2.368.077,90	-40,28%
Proveitos	130.423.071,19	121.785.853,44	-6,62%	127.667.646,94	-5.881.793,50	-4,61%
EBITDA	-10.070.630,55	-13.779.843,92	36,83%	n.d	n.d	n.d

Tabela 15- Indicadores económicos anuais.

Grau de cumprimento do Contrato Programa – Indicadores de Qualidade e Eficiência

Em 2011, o Hospital só parcialmente cumpriu os Objectivos de Qualidade e Eficiência contratualizados, entendendo-se dever salientar que, no que concerne ao designado como “B.1. Peso das primeiras consultas médicas no total de consultas médicas (%)”, o mesmo teria sido largamente alcançado se não se tivesse verificado que não compareceram às primeiras consultas programadas cerca de 7.700 utentes.

Objetivos de Qualidade e Eficiência	Metas 2011	Realizado 2011	Desvio relativo face ao contratado	Cumpre/ Não Cumpre
Objetivos Nacionais				
A. Qualidade e Serviço				
A.1. Taxa reinternamentos nos primeiros cinco dias (%)	1,8%	1,78%	-0,02%	Cumpre
A.2. Percentagem de partos por cesarianas	32,0%	34,5%	+2,5%	Não cumpre
B. Acesso				
B.1. Peso das primeiras consultas médicas no total de consultas médicas (%)	32,3%	29,4%	-2,9%	**
B.2. Mediana do nº de dias entre a data de internamento e a data de sinalização para a RNCCI	14,00 dias	10,00 dias	-4 dias	Cumpre
B.3. Rácio consultas externas/urgências	138,4%	138,5%	+0,1%	Cumpre
C. Desempenho Assistencial				
C.1. Percentagem de cirurgias de ambulatório (GDH) no total das cirurgias programadas (GDH)	58,0%	49,78%	-8,22%	Não cumpre
C.2. Demora média (dias)	8,44	8,66*	+0,22	**
C.3. Percentagem de consumo de medicamentos genéricos em embalagens no total de bem. de medicamentos	25,0%	N.D.	-	-
D. Desempenho Económico-Financeiro				
D.1. Percentagem de custos com pessoal ajustados no total de proveitos operacionais	55,7%	56,2%	+0,5%	**
D.2. Resultado operacional do exercício	-7.901.961,09€	-17.047.387,00 €		Não cumpre
Objetivos Regionais				
E. Objetivos Regionais Comuns				
E.1. Variação % dos custos com consumos, face ao realizado em 2010	-4,40%	-2,44%	+1,96%	Não cumpre
E.2. Variação % dos custos com fornecimentos e serviços externos, face ao realizado em 2010	-15,00%	-6,45%	+8,55%	Não cumpre
E.3. Variação % dos custos com pessoal, face ao realizado em 2010	-7,40%	-8,16%	-0,76%	Cumpre
F. Objetivos Regionais Institucionais				
F.1. SIGIC – Episódios em LIC com tempo de espera > 12 meses (exceto epis. com pat. De obesidade)	0	145	+147	Não Cumpre
F.2. SIGIC – Mediana do tempo de espera dos episódios em LIC na especialidade ORL	4,0	2,8	-1,2	Cumpre
F.3. CTH – Percentagem de 1as consultas realizadas e registadas na CTH relativamente ao total de primeiras consultas realizadas pelo Hospital	22,5%	24,1%	+1,6%	Cumpre
F.4. CTH – Tempo médio de resposta ao pedido de consulta (em dias), na especialidade de Medicina Interna	180 dias	104 dias		Cumpre

Tabela 16- Indicadores anuais de qualidade e eficiência

** Os ínfimos desvios registados nas áreas assinaladas são justificados por causas não controladas pelo Hospital a analisar em sede própria pela Departamento de Contratualização da ARS Algarve pelo que se optou por nada registar relativamente ao seu grau de cumprimento.

Grau de cumprimento do plano de redução da despesa

Durante o ano de 2011 o Hospital, através da ARS Algarve e a solicitação desta entidade, apresentou à tutela o seu Plano de Redução de Despesa.

Na tabela que segue (pág. 52 a 56) constam as medidas propostas, algumas das quais já vinham sendo implementadas, e o grau de cumprimento das mesmas, sendo de assinalar que o resultado quantificado da sua execução em 2011 se traduziu numa redução de **3.436.985,9€**.

Nº Medida do Memorando	N.º da Prop. de Ago	Objectivo da medida	Ponto de situação da execução da medida	Impacto financeiro efectivo ^{1 e 2}		Execução
				2011 ¹	2012 ¹	2011
Medida prevista no ponto 3.74 do Memorando - Redução dos Custos Operacionais	1.a	1) Prosseguir a política de redução de custos na área de material de consumo clínico:				
		a) Até 30.06.2011 o Hospital com níveis de actividade idênticas aos do 1º semestre de 2011 registou, em material de consumo clínico, uma quebra na despesa de 594.676€, i.e., -11,31% de que em igual período do ano anterior.	Esta medida foi executada. Verificando-se uma redução da despesa face a 2010.			
		b) Para o 2º semestre de 2011, porque se encontra em curso um processo de reorganização da logística hospitalar, é expectável que a tendência seja reforçada, atingindo-se uma redução da despesa na ordem dos 13%, tal como se previa no orçamento que elaborámos para o presente ano.	<p>“A concretização do projeto começou pela concentração dos armazéns clínico, hoteleiro e administrativo, estes armazéns anteriormente funcionavam em dois espaços distantes fisicamente com duas equipas distintas e com métodos de trabalho e organização diferenciados.</p> <p>Concluída a obra de preparação dos hangares na entrada poente do Hospital, o Armazém foi organizado de acordo com um novo layout e implementado um novo método de gestão.</p> <p>Após a reorganização do armazém central do Hospital foi desenvolvido o processo de criação e organização de armazéns avançados nos Serviços, processo que compreende: organização do espaço, análise do padrão de consumo do serviço e definição de níveis do armazém avançado, tendo também sido ministrada a formação necessária aos profissionais dos Serviços para a transição para o novo modelo de funcionamento.</p> <p>Em 2011, o novo sistema de gestão dos armazéns avançados e registo dos consumos foi implementado no Armazém Central e nos Serviços de Internamento de: Oncologia Médica; Nefrologia; Ortopedia; Neurologia; Gastroenterologia, e no Serviço de Urgência Pediátrica. Em 2012 o novo sistema de gestão dos armazéns avançados avançará para outros serviços, esperando-se que seja implementado no total em 21 serviços.”</p>	-705324€		-420.204,02€
		3) No que diz respeito às restantes rubricas, designadamente no que se refere a material de manutenção e conservação verificou-se um decréscimo da ordem dos 19,5% (96.331€), tendência que se considera poder manter até ao final do ano, por força da reorganização introduzida nos serviços de manutenção.	Esta medida foi executada, uma vez que os custos com material de manutenção e conservação sofreram uma redução da despesa face a 2010.	-192.662,00		-81900,05€
		4) Reforçar o processo de negociação com os fornecedores, tendo em vista a diminuição dos custos unitários dos materiais consumidos.		-300.000,00		-1.300.571,46 €

Nº Medida do Memorando	N.º da Prop. de Ago	Objectivo da medida	Ponto de situação da execução da medida	Impacto financeiro efectivo ^{1 e 2}		Execução
				2011 ¹	2012 ¹	2011
		Recurso a realização e/ou leitura externa de meios de diagnóstico da Área de Imagiologia, com redução de custo unitário de cerca de 3€/exame.		-7.500,00	-25.000,00 €	
Medida prevista no ponto 3,83 do Memorando - Flexibilidade dos horários - Redução Horas Extraordinárias	1.b	Reforçar as medidas adoptadas no sentido de diminuir o recurso a trabalho extraordinário, consolidando os ganhos registados no 1º semestre de 2011; em valor absoluto o Hospital gastou - 390.874€ (-15%) com trabalho extraordinário, no qual estão também incorporados os ganhos inerentes à prestação de - 9 454 horas de trabalho extraordinário.	Esta medida encontra-se em execução, sendo que já se conseguiram resultados em 2011.	-500.000,00		-426.121,95 €
	2.b	Prosseguir a política de criação de equipas de urgência dedicadas, visando o reforço das respectivas competências e simultaneamente a optimização dos recursos disponíveis em Balcão	A operacionalização desta medida foi iniciada em Outubro de 2011, sendo que haverá impacto já em Nov e Dez. de 2011, esperando-se que em 2012 o impacto seja mais significativo.	-24.000,00	144.000,00 €	-122.270,53 €
Medida prevista no ponto 3.87 do Memorando - Reduzir Custos com Transportes	1.d	Reforço de política de reorganização do processo de transportes de doentes, urgentes e não urgentes, encetado no final do ano de 2010, o qual gerou no 1º semestre do corrente ano, uma redução de custos de cerca de 124.303€ (-14.4%), tendência que se prevê manter até ao final de 2011	A Operacionalização desta medida foi iniciada no início do segundo semestre de 2011, havendo resultados muitos significativos nesta área.	-250.000,00	-125.697,00 €	-480.863,57 €

Medida prevista no ponto 3.74 do Memorando - Concentração e racionalização de serviços Hospitalares	2.a	<p>1 - Continuação do processo de departamentalização dos serviços hospitalares, potenciando ganhos organizativos, os quais em primeira linha e em termos de impacto financeiro, terão consequências na redução da demora média de internamento, nos modelos de organização do trabalho e em ganhos de eficiência com produção de maior número de GDH's com o mesmo nível de custos.</p> <p>a) Criação de um Departamento Cirúrgico, integrando as especialidades de Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica, Oftalmologia, ORL e Urologia.</p> <p>b) Criação de Departamento da Saúde da Mulher, integrando as áreas de Ginecologia Geral, Ginecologia Oncológica (incluindo Senologia), Obstetrícia (incluindo o Centro de Diagnóstico Pré-Natal).</p>	Será alvo de avaliação no processo de revisão do Orçamento para 2012, o qual vai ser elaborado nas próximas semanas, de acordo com a Metodologia do Contrato Programa que a Tutela aprovou em janeiro para 2012.			
---	-----	---	--	--	--	--

Nº Medida do Memorando	N.º da Prop.de Ago	Objectivo da medida	Ponto de situação da execução da medida	Impacto financeiro efectivo ^{1 e 2}		Execução
				2011 ¹	2012 ¹	2011
Medida Prevista no ponto 7.9 do Memorando - Reorganização/ Racionalização da rede hospitalar (...)	3.a	<p>1 - Celebração de Acordos Colaborativos com o CHBA, nas seguintes áreas assistenciais:</p> <p>a) Tratamento do VIH /Sida</p> <p>a.1) Assumpção por parte do Hospital de Faro dos todos os novos doentes da área de atracção do CHBA, integrando-os no projecto SIVIDA.</p> <p>a.2) Uniformização dos protocolos terapêuticos dos dois Hospitais, por forma a obter ganhos de escala, com consequente diminuição dos custos unitários de aquisição, em futuras aquisições, a serem promovidas por um dos hospitais.</p> <p>OBS: A concretização da medida referida no ponto 2 carece de validação pelo Coordenador Nacional do VIH / Sida, da concordância dos profissionais do Hospital de Faro no acompanhamento dos doentes no CHBA. Apesar de estar definido financiamento específico para o tratamento destes novos doentes, o Hospital de Faro irá registar um acréscimo de despesa mensal com aquisição de medicamentos para tratamento desses doentes, na ordem dos 900€/mês/doente, para além dos restantes custos inerentes ao processo de acompanhamento, o que gerará um acréscimo de despesa de 500.000€/ano.</p>	Será alvo de avaliação no processo de revisão do Orçamento para 2012, o qual vai ser elaborado nas próximas semanas, de acordo com a Metodologia do Contrato Programa que a Tutela aprovou em janeiro para 2012.		480.000,00 €	

Nº Medida do Memorando	N.º da Prop.de Ago	Objectivo da medida	Ponto de situação da execução da medida	Impacto financeiro efectivo ^{1 e 2}		Execução
				2011 ¹	2012 ¹	2011
Medida Prevista no ponto 7.9 do Memorando - Reorganização/ Racionalização da rede hospitalar (...)	3.a	<p>b) Na resposta em urgência, nas seguintes situações:</p> <p>b.1) Especialidades em que o Hospital de Faro é referência para a Região do Algarve e o CHBA, em sede das RRH, não tem que assegurar resposta em urgência. Afectação do período obrigatório de actividade em urgência ao Hospital de Faro, dos médicos vinculados ao CHBA, nas seguintes especialidades: Gastroenterologia - 4 médicos; Urologia - 2 médicos;</p> <p>b.2) Centralização no Hospital de Faro da resposta em urgência, das especialidades em que os dois hospitais são deficitários: Oftalmologia, ORL e Psiquiatria.</p> <p>OBS: A concretização da medida referida no ponto 2 carece da concordância dos profissionais do CHBA e tem como consequências positivas a diminuição dos encargos com trabalho extraordinário, assumidos pelo Hospital de Faro, para organização dos planos de trabalho. Como desvantagens regista-se o facto do Hospital de Faro ter que assumir o pagamento das despesas com deslocação dos profissionais do CHBA.</p>	Será alvo de avaliação no processo de revisão do Orçamento para 2012, o qual vai ser elaborado nas próximas semanas, de acordo com a Metodologia do Contrato Programa que a Tutela aprovou em janeiro para 2012.		-30.000,00 €	
		<p>c) Criação de uma resposta conjunta fora do horário normal para a especialidade de Imuno-Hemoterapia.</p> <p>OBS: A concretização desta medida carece da anuência dos profissionais dos dois hospitais.</p>	Será alvo de avaliação no processo de revisão do Orçamento para 2012, o qual vai ser elaborado nas próximas semanas, de acordo com a Metodologia do Contrato Programa que a Tutela aprovou em janeiro para 2012.		-50.000,00 €	

Medidas

Execução das medidas do MoU

Nº Medida do Memorando	N.º da Prop.de Ago	Objectivo da medida	Ponto de situação da execução da medida	Impacto financeiro efectivo ^{1 e 2}		Execução
				2011 ¹	2012 ¹	2011
Medida Prevista no ponto 7.9 do Memorando - Reorganização/ Racionalização da rede hospitalar (...)	3.b	<p>2) No âmbito da Consulta a Tempo e Horas, celebração de protocolos com o ACES Central e Sotavento, para realização de:</p> <p>a) Consultas hospitalares nos Centros de Saúde de Olhão, Faro e Loulé, no domínio das seguintes especialidades: Medicina Interna (12h/semana); Ortopedia (5h/semana); Pediatria (8h/semana); Cirurgia Geral (8h/semana); Ginecologia (4h/semana); Gastrenterologia (8h/semana); Urologia (6h/semana) dependendo da concretização da medida referida no ponto 3.a 2.1..</p> <p>b) Consulta de Dermatologia, por videoconferência, com afetação de 8h/semana, bem como um período de 4h/semana de consulta, sem a presença do doente para avaliação de situações clínicas com recurso a imagens fotográficas digitalizadas.</p>	Será alvo de avaliação no processo de revisão do Orçamento para 2012, o qual vai ser elaborado nas próximas semanas, de acordo com a Metodologia do Contrato Programa que a Tutela aprovou em janeiro para 2012.	2011 ¹	2012 ¹	2011
		3) Encaminhamento de acordo com a rede de referência dos doentes a sujeitar a intervenção cardio-torácica para Hospitais públicos do SNS (Hospital de Santa Marta).	Esta medida foi executada em Setembro de 2011, havendo já um impacto significativo em 211, sendo que o maior impacto será verificado em 2012	-600.000,00	-1.642.105,28 €	-605.054,32 €

Medidas

Execução das medidas do MoU

Nº Media do Memorando	N.º da Prop.de Ago	Objectivo da medida	Ponto de situação da execução da medida	Impacto financeiro efectivo ^{1 e 2}		Execução
				2011 ¹	2012 ¹	2011
Medida Prevista no ponto 7.9 do Memorando - Reorganização/ Racionalização da rede hospitalar (...)	5.a	Concentração em Faro das Unidades de Convalescença geridas pelo Hospital de Faro - Proposta a aprovar pela RNCCI.	Será alvo de avaliação no processo de revisão do Orçamento para 2012, o qual vai ser elaborado nas próximas semanas, de acordo com a Metodologia do Contrato Programa que a Tutela aprovou em janeiro para 2012.		-150.000,00 €	
Medida prevista no ponto 6.3 do Memorando - Medidas Adicionais para obtenção reduções na área do Medicamento	4.a	1) Aquisição conjunta de materiais nas seguintes áreas, para obtenção de ganhos de escala , logo custos unitários mais baixos.	Será alvo de avaliação no processo de revisão do Orçamento para 2012, o qual vai ser elaborado nas próximas semanas, de acordo com a Metodologia do Contrato Programa que a Tutela aprovou em janeiro para 2012.		-150.000,00 €	
		a) Anti-retrovíricos				
		b) Anti-neoplásicos				
		c) Medicamentos Biológicos				
		d) Material para Cirurgia Laparoscópica, Cardiologia e Cirurgia Oftalmológica.				

Tabela 17 - Resultado quantificado da execução das medidas em 2011

1: Deverá ser explicitado se o impacto financeiro previsto tem repercussão orçamental directa ou não, ou seja, se tem impacto no perímetro orçamental da administração pública ou não.

2: As entidades deverão remeter em anexo versão detalhada dos elementos que suportam o apuramento do impacto financeiro.

4

Dispositivo Assistencial e Atividade Realizada

Serviços de Prestação de Cuidados Saúde	Interna-mento	UCI's	Hospital de Dia	Urgências	Consulta Externa	Cir. Ambul.	MCDT's	Outros
Anestesiologia	-	-	-	●	✓	-	✓	
Cardiologia	✓	✓	✓	●	✓	-	✓	Hemodinâmica
Cirurgia Geral	✓	-	✓	●	✓	✓	-	
Cirurgia Plástica	✓	-	-	●	✓	✓	-	
Dermatologia	✓	-	✓	-	✓	✓	✓	
Doeças Infecciosas	✓	-	✓	-	✓	-	✓	
Estomatologia	-	-	-	-	✓	✓	✓	
Gastroenterologia	✓	-	✓	●	✓	-	✓	
Ginecologia/Obstetrícia	✓	-	✓	●	✓	✓	✓	
Hematologia Clínica	-	-	✓	-	✓	-	✓	
Imagiologia	-	-	-	●	-	-	✓	
Imunoalergologia	-	-	-	-	✓	-	✓	
Imuno-Hemoterapia	-	-	-	●	✓	-	✓	
Medicina Física e Reabilitação	✓	-	-	-	✓	-	✓	
Medicina	✓	-	✓	●	✓	-	-	
Nefrologia	✓	-	✓	●	✓	-	✓	
Neurocirurgia	✓	-	✓	●	✓	-	-	
Neurologia	✓	-	✓	●	✓	-	✓	
Oftalmologia	✓	-	-	●	✓	✓	✓	
Oncologia	✓	-	✓	●	✓	-	✓	
Ortopedia	✓	-	✓	●	✓	✓	✓	
Otorrinolaringologia	✓	-	-	●	✓	-	✓	
Patologia Clínica	-	-	-	●	✓	-	✓	
Pediatria	✓	✓	✓	●	✓	-	✓	Inclui o Centro de Neurodesenvolvimento
Pneumologia	✓	-	✓	●	✓	✓	✓	
Psiquiatria	✓	-	✓	●	✓	-	-	Equipas de Saúde Mental Comunitárias
Reumatologia	-	-	✓	-	✓	-	-	
Senologia	-	-	-	-	✓	✓	-	
Unidade Cuidados Inter-médios	✓	-	-	●	-	-	-	Inclui a Unidade AVC
Unidade Cuidados Inten-sivos	✓	-	-	●	-	-	-	
Urgência Geral	-	-	-	●	-	-	-	
Urologia	✓	-	✓	●	✓	✓	✓	

Tabela 18 - Dispositivo Assistencial a 31.12.2011

Legenda Existe ✓ | 24 Horas ● | 12 Horas ou menos ●

Caracterização do Dispositivo Assistencial

O Hospital Faro dispõe, na área assistencial, de recursos humanos de elevada qualidade e de um conjunto de recursos altamente sofisticados do ponto de vista técnico científico, que conferem uma melhoria, facilitação e agilização dos procedimentos quer no âmbito da gestão clínica quer no que se refere às áreas de apoio clínico.

Os serviços de prestação de cuidados de saúde são compostos conforme a tabela 18 (pág. 59). À semelhança dos anos anteriores, durante o ano de 2011 o Hospital de Faro desenvolveu um conjunto de iniciativas no sentido de aumentar as competências destas valências, apostando fortemente na política de qualidade e formação e conhecimento.

Durante este capítulo será realizada uma análise, necessariamente resumida, das principais linhas de atividade, obedecendo à estrutura do Contrato-Programa.

Para além da análise da atividade assistencial, será também apresentada uma abordagem de um conjunto de atividades desenvolvidas durante o ano de 2011, que contribuíram de forma objetiva para a melhoria nos cuidados de saúde, uma otimização de processos chaves e um aperfeiçoamento do relacionamento no Hospital de Faro quer com os seus profissionais quer com todos os stakeholders.

Análise dos principais indicadores globais da atividade em internamento

Indicadores		2009	2010	2011	Δ 2011 face 10 (n.º)	Δ 2011 face 10 (%)
Quantitativos	Lotação	487	514	503	-11	-2,14%
	Doentes Saídos	20.011	20.199	19.748	-451	-2,23%
	Dias Internamento Doentes Saídos	154.524	163.188	171.188	8.000	4,90%
	Dias Internamento Doentes Tratados	160.699	169.640	171.942	2.302	1,36%
Qualitativos	Demora Média	8,03	8,40	8,71	0,31	3,67%
	Taxa Ocupação	90,40	90,42	93,65	3,23	3,57%
	Doente Cama	41,09	39,30	39,26	-0,04	-0,09%
	Readmissões	139	188	156	-32,00	-17,02%
	Taxa Mortalidade	5,34	6,19	7,16	0,97	15,67%

Tabela 19 - Evolução dos Indicadores Quantitativos e Qualitativos do Internamento.

Em 2011, o Hospital de Faro tratou 19.748 doentes, nas várias especialidades do internamento, isto é, menos 451 doentes do que em 2010, facto que se, como adiante se demonstrará, se encontra compensado pelo reforço de toda a atividade de ambulatório, como alternativa cada vez mais adotada ao tratamento de doentes na modalidade de internamento convencional. Registou-se, contudo, um acréscimo do número global de dias de internamento, o que, naturalmente se refletiu no valor da demora média.

Esta, com um valor de 8,66 (+0,26 do que em 2010), continuou a ser influenciada pela consolidação da cirurgia de ambulatório, onde são tratadas as patologias menos complexas e que, nos anos transatos contribuíam para a redução da demora média global.

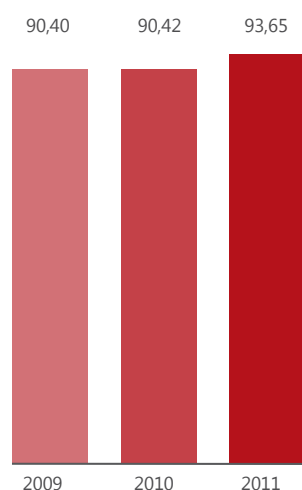
Nota: Tabela 19 - sem Berçário e SO; sem Transferências Internas; Não inclui doentes crónicos de psiquiatria

A taxa de ocupação continua a apresentar um valor médio acima dos 90%, indesejavelmente próximo do nível de plena utilização dos recursos disponíveis.

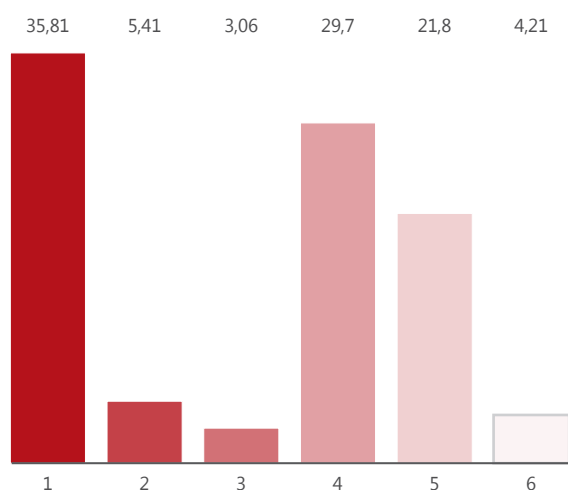
Como é sabido é na região do Algarve* que se regista o ratio cama/100.000 habitantes mais baixo do país (179), sofrendo o Hospital as naturais consequências deste facto.

Contudo, têm-se desenvolvido esforços no sentido da readaptação da capacidade instalada às necessidades da população, visando otimizar os recursos de que se dispõe, destacando-se as obras de requalificação/beneficiação realizadas nos serviços de Internamento e áreas de apoio, que para além de permitirem reafectar os espaços, proporcionam também aos utentes e profissionais melhores condições de conforto e de trabalho.

Fruto das medidas vindas a adotar, e como já assinalámos, foram, ao longo de 2011, disponibilizados diversos espaços os quais no seu conjunto representam cerca de 800 m², podendo destes serem 500 m² destinados à melhoria das condições assistenciais.



Graf. 3 Taxa de Ocupação



Graf. 4 Peso Relativo dos Doentes Saídos por Grupo de Especialidade 2011

1 Especialidade Médicas	35,81
2 Pediatria	5,41
3 Psiquiatria	3,06
4 Especialidades Cirúrgicas	29,7
5 Ginecologia	21,8
6 UCI	4,21

Doentes saídos

Como já referimos diminuiu globalmente o número de doentes saídos (-451) facto que, de forma simplista, pode ser explicado pela redução do nº de doentes tratados nas especialidades de Obstetria (-332) e Cirurgia geral (-157).

Em outras especialidades (Nefrologia, Oncologia, Psiquiatria), segundo a tabela 20, a diminuição verificada é explicada pelo incremento da atividade em hospital de dia.

A redução do número de partos realizado em 2011 (-321) justifica os valores verificados no internamento de Obstetria.

* Ver relatório do grupo técnico para a reforma hospitalar (página 30)

Todos os movimentos vindos a referir foram contrabalançados pelo acréscimo verificados em Medicina Interna (+848) e Urologia (+124), sendo que quanto à primeira especialidade se considera que tal se ficou a dever ao processo de reorganização encetado com a criação da área departamental de Medicina Interna que como tivemos ocasião de detalhar a páginas 20 do presente relatório, reduziu a respetiva demora média.

N.º Doentes Saídos por Especialidade	2009	2010	2011	Δ 2011 face 10 (n.º)	Δ 2011 face 10 (%)
Cardiologia	1.494	1.291	1.185	-106	-8,21%
Dermatologia	43	25	9	-16	-64,00%
Doeças Infecciosas	107	126	210	84	66,67%
Gastroenterologia	633	609	629	20	3,28%
Medicina Física e Reabilitação	22	53	37	-16	-30,19%
Medicina	2.500	2.328	3.176	848	36,43%
Nefrologia	631	658	561	-97	-14,74%
Neurologia	375	362	295	-67	-18,51%
Oncologia Médica	403	460	410	-50	-10,87%
Pediatria	1.169	1.142	1.068	-74	-6,48%
Pneumologia	534	577	560	-17	-2,95%
Psiquiatria	606	707	604	-103	-14,57%
Cirurgia Geral	2.353	2.415	2.258	-157	-6,50%
Cirurgia Plástica	253	232	193	-39	-16,81%
Ginecologia	1.249	1.128	1.124	-4	-0,35%
Neurocirurgia	221	327	374	47	14,37%
Obstetrícia	3.362	3.514	3.182	-332	-9,45%
Oftalmologia	29	187	66	-121	-64,71%
Ortopedia	2.018	1.731	1.735	4	0,23%
Otorrinolaringologia	175	222	143	-79	-35,59%
Urologia	954	973	1.097	124	12,74%
Uni. Cuidados Intermédios	266	551	319	-232	-42,11%
Uni. Cuidados Intensivos	84	94	98	4	4,26%
Uni. Cuidados Intensivos Coronários	208	183	155	-28	-15,30%
Unidade Cuidados Intensivos Pediátricos	322	304	260	-44	-14,47%
TOTAL	20.011	20.199	19.748	-451	-2,23%

Tabela 20 - Doentes Saídos por Especialidade de Internamento

Demora Média

No ano de 2011, e como foi já salientado, a demora média global (8,66) teve um incremento de cerca de 3%, facto que é, em nossa opinião explicável por dois tipos de razões:

- O aumento e reforço da complexidade dos utentes intervencionados em Neurocirurgia (+47 utentes), cuja demora média de internamento passou de 7,4 em 2010 para 14,69 em 2011;
- A diminuição significativa do nº de utentes saídos em Obstetrícia, especialidade, com uma DM inferior a 4 dias, e que contribui de forma decisiva para a diminuição da média global.

Demora Média	2009	2010	2011	Δ 2011 face 10 (n.º)	Δ 2011 face 10 (%)
Cardiologia	2,75	2,65	3,00	0,35	13,24%
Dermatologia	17,43	21,45	54,67	33,22	154,86%
Doenças Infecciosas	3,07	12,62	16,60	3,98	31,50%
Gastroenterologia	8,24	8,43	8,52	0,09	1,05%
Medicina Física e Reabilitação	48,08	11,47	28,84	17,37	151,42%
Medicina Interna	11,99	13,08	11,45	-1,63	-12,49%
Nefrologia	13,88	6,95	8,35	1,40	20,21%
Neurologia	14,41	10,22	13,03	2,81	27,53%
Oncologia	6,33	8,20	9,77	1,57	19,10%
Pediatria	4,54	4,50	5,16	0,66	14,67%
Pneumologia	12,18	11,49	12,67	1,18	10,25%
Psiquiatria	22,51	19,14	20,26	1,12	5,85%
Cirurgia Geral	6,91	8,05	7,66	-0,39	-4,82%
Cirurgia Plástica	4,67	4,24	5,10	0,86	20,37%
Ginecologia	3,62	4,03	3,95	-0,08	-2,05%
Neurocirurgia	7,05	7,40	14,69	7,29	98,55%
Obstetrícia	10,40	3,84	3,95	0,11	2,84%
Oftalmologia	3,89	3,39	2,85	-0,54	-15,97%
Ortopedia	9,21	10,18	10,08	-0,10	-1,01%
Otorrinolaringologia	6,11	5,16	8,82	3,66	70,89%
Urologia	6,47	6,64	5,95	-0,69	-10,34%
UC Intermédios SU	3,74	4,25	4,34	0,09	2,11%
Unidade Cuidados Intensivos	13,08	10,08	10,51	0,43	4,26%
UCI Coronários	1,79	1,77	1,79	0,02	1,00%
UCI Pediátricos	10,48	11,07	10,51	-0,56	5,00%
Total	8,03	8,40	8,66	0,26	3,00%

Tabela 21 - Evolução da Demora Média por Especialidade

Número de Partos

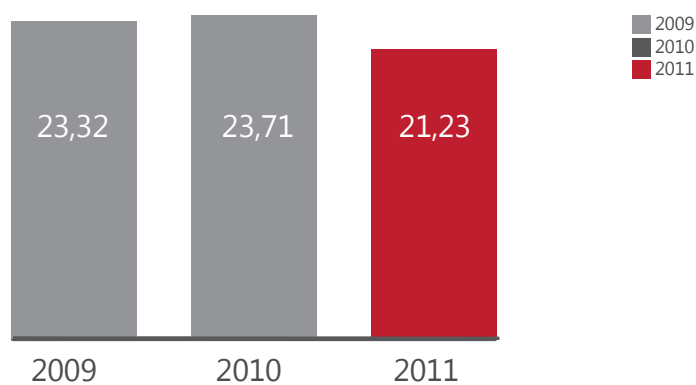
O ano de 2011 representa, neste domínio, uma inversão significativa da realidade registada ao longo dos últimos cinco anos. Pela primeira vez, e acompanhando a tendência nacional, em 2011 ocorreram -321 partos do que no ano anterior.

N.º de Partos	2009	2010	2011	Δ 2011 face 10 (n.º)	Δ 2011 face 10 (%)
Eutócicos	1.713	1.693	1.537	-156	-9,21%
Distócicos - Cesariana	1.021	1.089	943	-146	-13,41%
Distócicos - Outros	268	271	252	-19	-7,01%
Total	3.002	3.053	2.732	-321	-10,51%

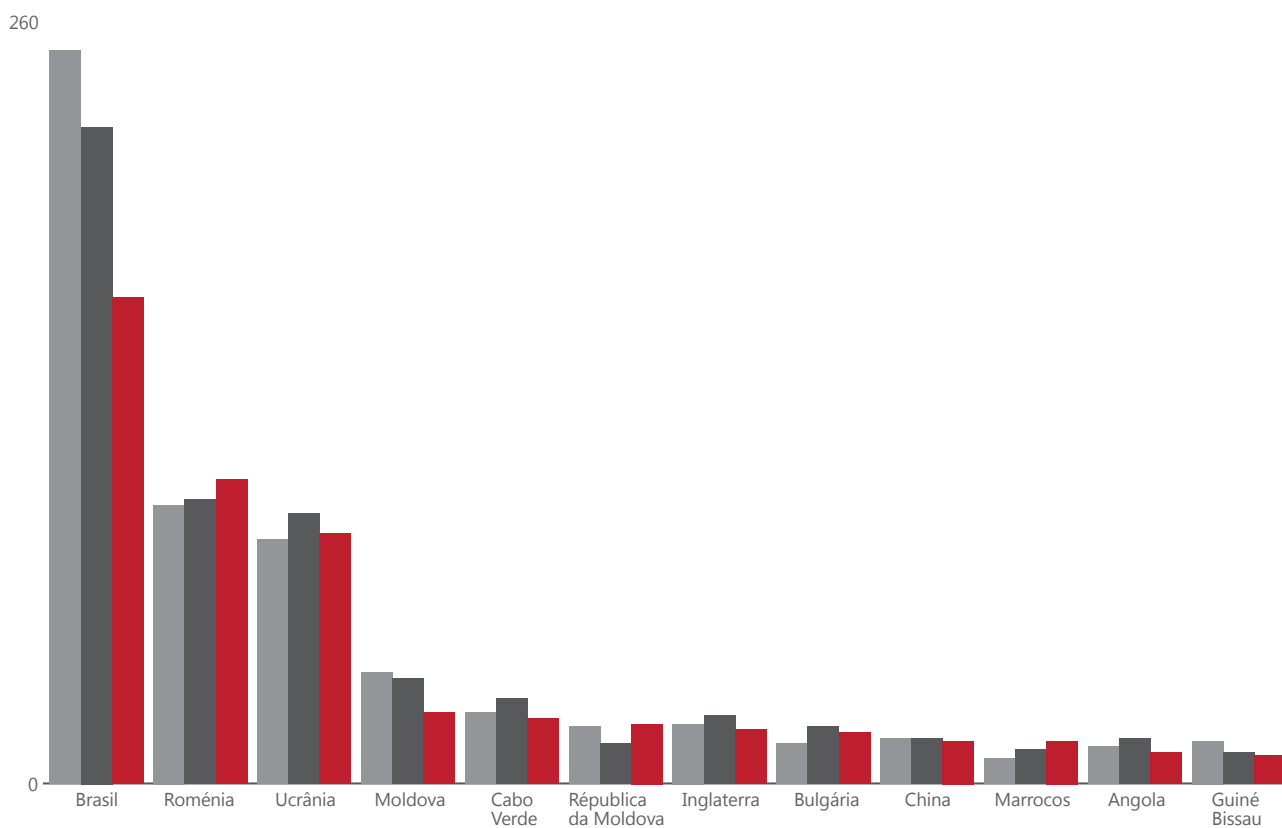
Tabela 22 - Número de partos por tipo

Embora com um ligeiro decréscimo (-1,8% do que em 2010) 21,23% do número de partos realizados têm origem em mães estrangeiras.

Nestas continua a assumir particular relevância a nacionalidade brasileira, embora registando menos 60 partos do que em 2010. No que diz respeito às restantes nacionalidades os valores mantêm-se estacionários.



Graf. 5 Mães estrangeiras (%)



Graf. 6 Principais Nacionalidades das mães estrangeiras

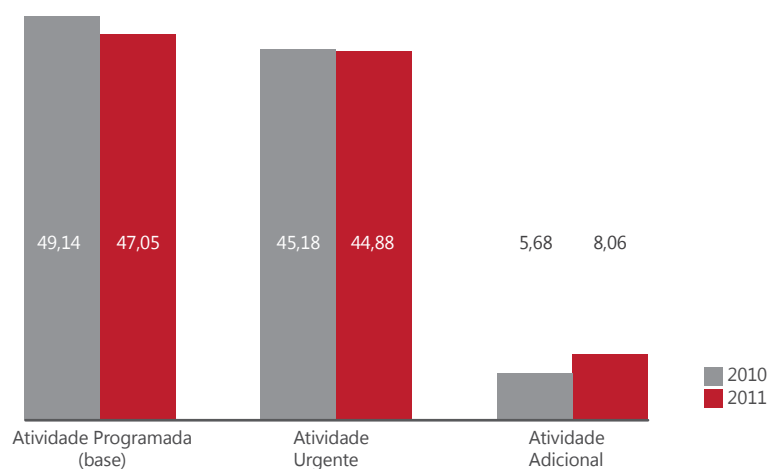
Intervenções Cirúrgicas com origem no Internamento

Em 2011 registou-se um ligeiro incremento da atividade cirúrgica em bloco convencional (+91 intervenções), facto a que não é alheio o aumento verificado ao nível da cirurgia realizada em programa adicional, com particular relevância para a especialidade de Ortopedia.

Pela importância que assumem no tratamento da patologia oncológica entende-se dever realçar o trabalho realizado pelas especialidades de Senologia e Urologia (no conjunto, e em idêntica proporção, foram realizadas mais 231 intervenções).

Indicadores	2009	2010	2011	Δ 2011 face 10 (nº)	Δ 2011 face 10 (%)
Total Cirurgias					
Actividade Programa-da (base)	3.981	4.074	3.944	-130	-3,19%
Actividade Urgente	3464	3.746	3.762	16	0,43%
Actividade Adicional	1.199	471	676	205	43,52%
TOTAL	8.644	8.291	8.382	91	1,10%
Total Doentes					
Actividade Programa-da (base)	3.274	3.210	3.059	-151	-4,70%
Actividade Urgente	3.099	3.353	3.299	-54	-1,61%
Actividade Adicional	907	329	583	254	77,20%
TOTAL	7.280	6.892	6.941	49	0,71%

Tabela 23 - Evolução da atividade em cirurgia convencional.



Graf. 7 - Peso relativo por tipologia de atividade cirúrgica (%)

	Atividade Programada (base)	Atividade Urgente	Atividade Adicional
N.º Cirurgia 2010	49,14%	45,18%	5,68%
N.º Cirurgia 2011	47,05%	44,88%	8,06%

Tabela 24 - Peso relativo por tipologia de atividade cirúrgica

Especialidade	2009	2010	2011	Δ 2011 face 10 (n.º)	Δ 2011 face 10 (%)
Cirurgia Geral	2.459	2.294	2.328	34	1,48%
U.T.C.O.	0	97	78	-19	-19,59%
Cirurgia pediátrica geral	0	107	153	46	42,99%
Cirurgia pediátrica urológica	0	13	18	5	38,46%
Cirurgia Plástica e Reconstructiva	259	223	211	-12	-5,38%
Ginecologia	891	795	730	-65	-8,18%
Ginecologia oncológica	130	154	188	34	22,08%
NeuroCirurgia	208	265	270	5	1,89%
Obstetrícia	1.150	1.197	1.036	-161	-13,45%
Oftalmologia	1	259	59	-200	-77,22%
Ortopedia	2.034	1.607	1.791	184	11,45%
Otorrinolaringologia	188	136	130	-6	-4,41%
Urologia	1.047	875	993	118	13,49%
Senologia	277	246	359	113	45,93%
Outras*	0	23	38	15	65,22%
Total	8.644	8.291	8.382	91	1,10%

Tabela 25 - Número de cirurgias em bloco convencional por especialidade

Principais Grupos de Diagnóstico Homogêneos em 2011

Na tabela 26 apresentam-se os 25 GDH's de Internamento mais frequentes, comparando-os, em termo de posicionamento, com o verificado em 2010.

Nas tabelas 27 e 28 serão também detalhados, por comparação com o ano de 2010, os 25 GDH's Cirúrgicos e Médicos com maior peso relativo.

GDH	Designação GDH	Tipo	2011	2011	2010
629	Recém-nascido, peso ao nascer > 2499g, sem procedimento significativo em B.O., com diagnóstico de recém-nascido normal	M	2391	1º	1º
373	Parto vaginal, sem diagnósticos de complicação	M	1376	2º	2º
371	Cesariana, sem CC	C	748	3º	3º
541	Perturbações respiratórias, excepto infecções, bronquite ou asma, com CC major	M	535	4º	4º
89	Pneumonia e/ou pleurisia simples, idade > 17 anos, com CC	M	520	5º	5º
14	Acidente vascular cerebral com enfarte	M	457	6º	6º
372	Parto vaginal, com diagnósticos de complicação	M	416	7º	7º
127	Insuficiência cardíaca e/ou choque	M	287	8º	8º
430	Psicoses	M	282	9º	9º
359	Procedimentos no útero e/ou seus anexos, por carcinoma in situ e/ou doença não maligna, sem CC	C	252	10º	10º
533	Outras perturbações do sistema nervoso, excepto acidente isquémico transitório, convulsões e/ou cefaleias, com CC major	M	243	11º	13º
494	Colecistectomia laparoscópica, sem exploração do colédoco, sem CC	C	234	12º	12º
219	Procedimentos no membro inferior e/ou no úmero, excepto na anca, pé ou fémur, idade >17 anos, sem CC	C	205	13º	18º
211	Procedimentos na anca e/ou no fémur, excepto procedimentos articulares major, idade >17 anos, sem CC	C	194	14º	17º
853	Procedimentos cardiovasculares percutâneos, com stent eluidor de fármacos, com enfarte agudo do miocárdio	C	194	15º	14º
818	Substituição da anca, excepto por complicações	C	191	16º	20º
311	Procedimentos transuretrais, sem CC	C	187	17º	32º
90	Pneumonia e/ou pleurisia simples, idade > 17 anos, sem CC	M	181	18º	16º
167	Apendicectomia sem diagnóstico principal complicado, sem CC	C	178	19º	11º
116	Outras implantações de pacemaker cardíaco permanente	C	147	20º	23º
208	Perturbações das vias biliares, sem CC	M	145	21º	30º
383	Outros diagnósticos pré-parto, com complicações médicas	M	143	22º	19º
544	Insuficiência cardíaca congestiva e/ou arritmia cardíaca, com CC major	M	143	23º	22º
122	Perturbações circulatórias com enfarte agudo do miocárdio, sem complicações major, alta vivo	M	137	24º	21º
209	Procedimentos major nas articulações e/ou reimplante de membro inferior, excepto anca, excepto por complicação	C	136	25º	106º

Tabela 24 - Lista dos 25 GDH de Internamento mais frequentes em 2011

GDH	Designação GDH	2010	2011	Δ 2011 face 10 (n.º)	Δ 2011 face 10 (%)
371	Cesariana, sem CC	851	748	-103	-12,10%
359	Procedimentos no útero e/ou seus anexos, por carcinoma in situ e/ou doença não maligna, sem CC	245	252	7	2,86%
494	Colecistectomia laparoscópica, sem exploração do colédoco, sem CC	230	234	4	1,74%
219	Procedimentos no membro inferior e/ou no úmero, excepto na anca, pé ou fémur, idade > 17 anos, sem CC	177	205	28	15,82%
853	Procedimentos cardiovasculares percutâneos, com stent eluidor de fármacos, com enfarte agudo do miocárdio	207	194	-13	-6,28%
211	Procedimentos na anca e/ou no fémur, excepto procedimentos articulares major, idade > 17 anos, sem CC	185	194	9	4,86%
818	Substituição da anca, excepto por complicações	173	191	18	10,40%
311	Procedimentos transuretrais, sem CC	124	187	63	50,81%
167	Apendicectomia sem diagnóstico principal complicado, sem CC	237	178	-59	-24,89%
116	Outras implantações de pacemaker cardíaco permanente	155	147	-8	-5,16%
209	Procedimentos major nas articulações e/ou reimplante de membro inferior, excepto anca, excepto por complicação	52	136	84	161,54%
229	Procedimentos na mão ou no punho, excepto procedimentos major nas articulações, sem CC	106	128	22	20,75%
381	Abortamento com dilatação e/ou curetagem, curetagem de aspiração e/ou histerotomia	206	126	-80	-38,83%
585	Procedimentos major no estômago, esófago, duodeno, intestino delgado e/ou intestino grosso, com CC major	86	124	38	44,19%
162	Procedimentos para hérnia inguinal e/ou femoral, idade > 17 anos, sem CC	142	121	-21	-14,79%
224	Procedimentos no ombro, cotovelo ou antebraço, excepto procedimentos major nas articulações, sem CC	116	120	4	3,45%
867	Excisão local e/ou remoção de dispositivo de fixação interna, excepto da anca e fémur, sem CC	108	110	2	1,85%
651	Cesariana de alto risco, sem CC	147	108	-39	-26,53%
808	Procedimentos cardiovasculares percutâneos, com enfarte agudo do miocárdio, insuficiência cardíaca ou choque	86	104	18	20,93%
315	Outros procedimentos no rim e/ou nas vias urinárias, em B.O.	121	96	-25	-20,66%
149	Procedimentos major no intestino delgado e/ou no intestino grosso, sem CC	84	93	9	10,71%
148	Procedimentos major no intestino delgado e/ou no intestino grosso, com CC	72	92	20	27,78%
165	Apendicectomia com diagnóstico principal complicado, sem CC	73	85	12	16,44%
370	Cesariana, com CC	80	84	4	5,00%
227	Procedimentos nos tecidos moles, sem CC	59	80	21	35,59%

Tabela 27 - Lista dos 25 GDH de Internamento Cirurgicos mais frequentes em 2011

GDH	Designação GDH	2010	2011	Δ 2011 face 10 (n.º)	Δ 2011 face 10 (%)
629	Recém-nascido, peso ao nascer > 2499g, sem procedimento significativo em B.O., com diagnóstico de recém-nascido normal	2.683	2.391	-292	-10,88%
373	Parto vaginal, sem diagnósticos de complicação	1.560	1.376	-184	-11,79%
541	Perturbações respiratórias, excepto infecções, bronquite ou asma, com CC major	569	535	-34	-5,98%
89	Pneumonia e/ou pleurisia simples, idade > 17 anos, com CC	540	520	-20	-3,70%
14	Acidente vascular cerebral com enfarte	480	457	-23	-4,79%
372	Parto vaginal, com diagnósticos de complicação	390	416	26	6,67%
127	Insuficiência cardíaca e/ou choque	339	287	-52	-15,34%
430	Psicoses	318	282	-36	-11,32%
533	Outras perturbações do sistema nervoso, excepto acidente isquémico transitório, convulsões e/ou cefaleias, com CC major	229	243	14	6,11%
90	Pneumonia e/ou pleurisia simples, idade > 17 anos, sem CC	198	181	-17	-8,59%
208	Perturbações das vias biliares, sem CC	128	145	17	13,28%
544	Insuficiência cardíaca congestiva e/ou arritmia cardíaca, com CC major	160	143	-17	-10,63%
383	Outros diagnósticos pré-parto, com complicações médicas	176	143	-33	-18,75%
122	Perturbações circulatórias com enfarte agudo do miocárdio, sem complicações major, alta vivo	164	137	-27	-16,46%
569	Perturbações dos rins e/ou das vias urinárias, excepto insuficiência renal, com CC major	116	136	20	17,24%
620	Recém-nascido, peso ao nascer entre 2000 e 2499g, sem procedimento significativo em B.O., com diagnóstico de recém-nascido normal	152	133	-19	-12,50%
321	Infecções dos rins e/ou das vias urinárias, idade > 17 anos, sem CC	108	130	22	20,37%
204	Perturbações do pâncreas, excepto por doença maligna	118	128	10	8,47%
775	Bronquite e/ou asma, idade < 18 anos, sem CC	144	123	-21	-14,58%
379	Ameaça de abortamento	126	118	-8	-6,35%
121	Perturbações circulatórias com enfarte agudo do miocárdio e/ou complicações major, alta vivo	110	111	1	0,91%
384	Outros diagnósticos pré-parto, sem complicações médicas	94	111	17	18,09%
557	Perturbações hepatobiliares e/ou pancreáticas, com CC major	93	110	17	18,28%
816	Gastrenterites não bacterianas e/ou dor abdominal, idade < 18 anos, sem CC	144	108	-36	-25,00%
810	Hemorragia intracraniana	105	105	0	0,00%

Tabela 28 - Lista dos 25 GDH de Internamento Médicos mais frequentes em 2011

Em termos totais em 2011 realizaram-se 15.577 GDH's médicos de internamento, verificando-se um decréscimo face a 2010, onde se tinham registado 16.986 GDH.

Ambulatório Programado

A atividade em regime de ambulatório continuou a ser uma aposta forte no ano de 2011 só registando um ligeiro decréscimo em 1^{as} consultas e um decréscimo mais acentuado em cirurgia de ambulatório, o qual adiante será objeto da necessária justificação

De seguida apresentar-se-ão quadros síntese relativos aos serviços que integram a área de Ambulatório, acompanhados dos necessários comentários.

Cirurgia de Ambulatório

A atividade realizada em cirurgia de ambulatório diminuiu, globalmente, em cerca de 15, 52%.

Contudo, como se pode verificar pela análise da tabela 29 que segue, a diminuição da atividade (-842 intervenções) deve-se exclusivamente à especialidade de oftalmologia, que realizou menos 1.271 cirurgias do que em 2010.

Deve, a propósito, mencionar-se que os anos de 2007, 2008 e 2009 foram nesta especialidade períodos atípicos, porquanto, por falta de recursos humanos próprios, o Hospital que aderiu ao Programa PIO contratou então equipas externas, o que permitiu melhorar de forma significativa a acessibilidade dos utentes.

A partir de 2010, as medidas de contenção da despesa em vigor, determinaram a revisão do citado processo com cessação das medidas de exceção adotadas nos anos anteriores.

Apresentamos de seguida quadros contendo atividade em cirurgia de ambulatório, por especialidade, bem como os 25 GDH's mais produzidos (cerca de 90% do total produzido) nesta linha de atividade. No total, foram realizados 3.357 GDH's cirúrgicos em ambulatório, verificando-se uma redução de 860 GDH's face a 2010.

Indicadores		2009	2010	2011	Δ 2011 face 10 (n.º)	Δ 2011 face 10 (%)
Quantitativos	N.º Cirurgias Ambulatório	5.909	5.426	4.584	-842	-15,52%
	N.º Consultas Médicas	201.089	206.125	207.820	1.695	0,82%
	N.º 1as Consultas Médicas	64.514	62.883	61.288	-1.595	-2,54%
	N.º Sessões	24.298	21.433	23.010	1.577	7,36%
Qualitativos	% Cirurgias Ambulatório no total Atividade Cirurgica Programada	59,95	57,45	49,78	-7,67	-
	Taxa de Acesso às Consultas Externas	32,08	30,51	29,78	-0,73	-
	N.º de Sessões HDI por Doente	5,13	4,14	4,58	0,44	-

Tabela 29 - Indicadores da Atividade Programada Ambulatório

Especialidade	2009	2010	2011	Δ 2011 face 10 (n.º)	Δ 2011 face 10 (%)
Cirurgia Geral	565	627	642	15	2,39%
Cirurgia pediátrica geral	0	230	344	114	49,57%
Cirurgia pediátrica urológica	0	25	75	50	200,00%
Cirurgia Plástica e Reconstructiva	133	164	172	8	4,88%
Dermatologia	995	991	677	-314	-31,69%
Estomatologia	11	70	95	25	35,71%
Ginecologia	201	229	394	165	72,05%
Neurocirurgia	0	0	1	1	100,00%
Oftalmologia	3.821	2.447	1.176	-1.271	-51,94%
Ortopedia	0	323	526	203	62,85%
Otorrinolaringologia	66	193	206	13	6,74%
Pneumologia	12	12	32	20	166,67%
Urologia	45	18	96	78	433,33%
Senologia	60	97	148	51	52,58%
Total	5.909	5.426	4.584	-842	-15,52%

Tabela 30 - N.º de Cirurgias em ambulatório por Especialidade

GDH	Designação GDH	2010	2011	Δ 2011 face 10 (n.º)	Δ 2011 face 10 (%)
266	Enxerto cutâneo e/ou desbridamento, excepto por úlcera da pele ou celulite, sem CC	818	586	-232	-28,36%
39	Procedimentos no cristalino, com ou sem vitrectomia	1.622	517	-1105	-68,13%
119	Laqueação venosa e flebo-extracção	115	131	16	13,91%
6	Descompressão do túnel cárpico	175	128	-47	-26,86%
270	Outros procedimentos na pele, no tecido subcutâneo e/ou na mama, sem CC	103	124	21	20,39%
162	Procedimentos para hérnia inguinal e/ou femoral, idade >17 anos, sem CC	133	115	-18	-13,53%
854	Procedimentos cardiovasculares percutâneos, com stent eluidor de fármacos, sem enfarte agudo do miocárdio	-	107	107	100,00%
262	Biópsia e/ou excisão local da mama por doença não maligna	67	104	37	55,22%
343	Circuncisão, idade < 18 anos	54	104	50	92,59%
268	Procedimentos plásticos na pele, no tecido subcutâneo e/ou na mama	78	96	18	23,08%
867	Excisão local e/ou remoção de dispositivo de fixação interna, excepto da anca e fémur, sem CC	12	86	74	616,67%
359	Procedimentos no útero e/ou seus anexos, por carcinoma in situ e/ou doença não maligna, sem CC	42	83	41	97,62%
222	Procedimentos no joelho, sem CC	48	83	35	72,92%
40	Procedimentos extra-oculares, excepto na órbita, idade > 17 anos	314	69	-245	-78,03%
362	Laqueação de trompas, endoscópica	28	61	33	117,86%
42	Procedimentos intra-oculares, excepto na retina, íris e/ou cristallino	118	56	-62	-52,54%
267	Procedimentos perianais e/ou pilonidais	52	55	3	5,77%
340	Procedimentos nos testículos, por doença não maligna, idade < 18 anos	40	49	9	22,50%
163	Procedimentos para hérnia, idade < 18 anos	54	45	-9	-16,67%
360	Procedimentos na vagina, colo do útero e/ou vulva	31	44	13	41,94%
364	Dilatação e/ou curetagem e/ou conização, excepto por doença maligna	41	41	0	0,00%
160	Procedimentos para hérnia excepto inguinal e/ou femoral, idade >17 anos, sem CC	50	39	-11	-22,00%
60	Amigdalectomia e/ou adenoidectomia, idade < 18 anos	12	37	25	208,33%
118	Substituição do gerador de pacemaker cardíaco	-	36	36	100,00%
225	Procedimentos no pé	15	36	21	140,00%

Tabela 31 - Lista dos 25 GDH Cirurgicos mais frequentes em 2011 (Ambulatório)

Consulta Externa

Em 2011 o Hospital de Faro realizou mais 1695 Consultas Externas o que correspondeu a uma taxa de crescimento inferior a 1%. Contudo, este aumento deveu-se exclusivamente a um reforço das consultas subsequentes, onde a atividade cresceu 2,30%.

Mais uma vez se fez sentir nesta área de atividade as opções efetuadas no domínio da especialidade de oftalmologia que viu reduzido em 6.073 o nº de 1^{as} consultas.

Contudo o trabalho desenvolvido pelas restantes especialidades (Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica, Estomatologia, Imuno-Alergologia, Medicina Física e Reabilitação, Neurologia, Oncologia, ORL e Reumatologia) com um acréscimo médio de cerca de 1500 1^{as} consultas cada permitiu contrabalançar as já assinaladas perdas de Oftalmologia e também a diminuição verificada na valência de Dermatologia.

Assinala-se que em Dermatologia, na maior parte do ano de 2011, o Hospital contou apenas com a colaboração de um clínico a tempo inteiro, apoiado por 3 médicos em regime de prestação de serviços, só assim tendo sido possível atingir os índices de desempenho que garantiram uma adequada resposta neste domínio.

Nos quadros e gráficos que se apresentam de seguida detalha-se, a nível de 1^{as} consultas subsequentes, a atividade global e por especialidade.

Indicadores de Actividade	2009	2010	2011	Δ 2011 face 10 (n.º)	Δ 2011 face 10 (%)
Primeiras	64.514	62.883	61.288	-1.595	-2,54%
Seguintes	136.575	143.242	146.532	3.290	2,30%
Total	201.089	206.125	207.820	1.695	0,82%

Tabela 32 - Evolução das Consultas Externas por tipo

No que se refere à acessibilidade em 1^{as} consultas o Hospital de Faro não cumpriu o objetivo contratualizado para este indicador, onde se comprometeu a atingir uma taxa de 32% e registou antes cerca de 30%.

Salienta-se contudo que, caso tivessem comparecido às 1^{as} consultas agendadas os cerca de 7700 utentes que faltaram ao longo do ano de 2011, o referido objetivo teria sido alcançado

Especialidade	2009	2010	2011	Δ 2011 face 10 (n.º)	Δ 2011 face 10 (%)
Anestesiologia	5.648	5.166	5.428	262	5,07%
Cardiologia	4.669	5.685	7.065	1.380	24,27%
Cirurgia Geral	12.572	13.285	16.013	2.728	20,53%
Cirurgia Plástica	2.256	2.483	2.331	-152	-6,12%
Dermatologia	8.248	8.898	8.090	-808	-9,08%
Doenças Infecciosas	3.830	3.840	4.405	565	14,71%
Endocrinologia	253	292	298	6	2,05%
Estomatologia	1.757	2.523	2.423	-100	-3,96%
Gastroenterologia	11.369	10.247	11.181	934	9,11%
Genética	0	0	206	206	100,00%
Ginecologia	7.084	7.338	7.911	573	7,81%
Hematologia Clínica	10.034	9.351	10.746	1.395	14,92%
Imunoalergologia	1.236	1.321	1.547	226	17,11%
Imuno-Hemoterapia	8.704	9.881	10.415	534	5,40%
Medicina Física e Reabilitação	6.845	5.446	6.448	1.002	18,40%
Medicina	10.948	11.885	10.594	-1.291	-10,86%
Nefrologia	5.834	7.948	6.644	-1.304	-16,41%
Neurocirurgia	1.881	2.161	3.777	1.616	74,78%
Neurologia	2.435	2.437	3.189	752	30,86%
Obstetrícia	9.894	10.714	10.228	-486	-4,54%
Oftalmologia	21.154	17.832	10.261	-7.571	-42,46%
Oncologia	7.386	7.600	8.428	828	10,89%
Ortopedia	14.792	14.862	15.774	912	6,14%
Otorrinolaringologia	5.895	4.643	5.813	1.170	25,20%
Pediatria	9.884	11.449	8.436	-3.013	-26,32%
Pneumologia	4.408	4.856	5.305	449	9,25%
Psiquiatria	7.741	9.030	10.285	1.255	13,90%
Reumatologia	2.733	1.581	1.226	-355	-22,45%
Senologia	5.348	5.757	6.466	709	12,32%
Urologia	5.088	4.583	5.426	843	18,39%
Medicina no Trabalho	1.163	3.031	1.461	-1.570	-51,80%
Total	201.089	206.125	207.820	1.695	0,82%

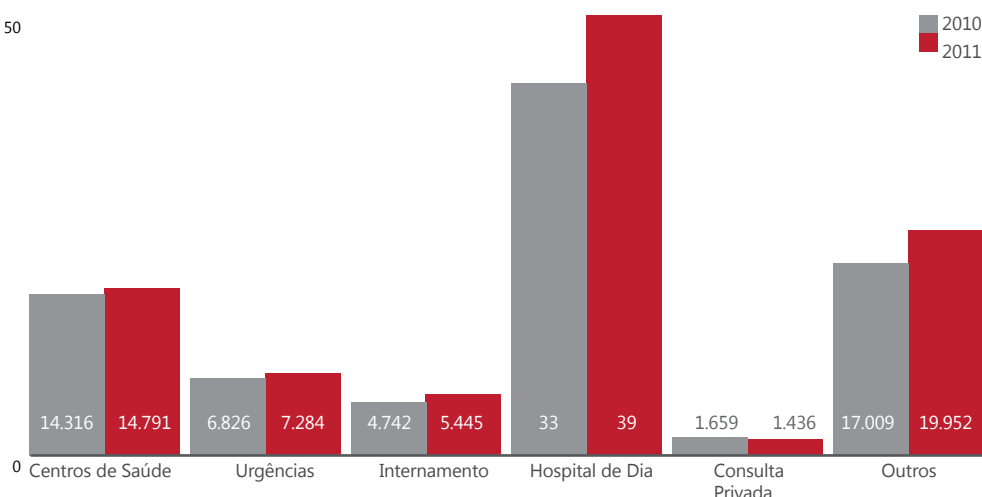
Tabela 33 - Número de Consultas Externas por especialidade

Contudo, se for tido em conta o contexto, em que se reduziu a atividade do Serviço de Oftalmologia (necessidade de contenção de custos) e o incremento significativo registado nas 1^{as} consultas das especialidades acima referenciadas (Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica, Estomatologia, Imuno-Alergologia, Medicina Física e Reabilitação, Neurologia, Oncologia, ORL e Reumatologia) poder-se-á considerar que, à exceção da situação da citada valência globalmente melhorou o acesso à 1^a consulta hospitalar.

Especialidade	2009	2010	2011	Δ 2011 face 10 (n.º)	Δ 2011 face 10 (%)
Anestesiologia	4.250	3.715	2.846	-869	-23,39%
Cardiologia	1.514	1.833	2.437	604	32,95%
Cirurgia Geral	5.656	5.837	6.844	1.007	17,25%
UTCO	0	0	700	700	100,00%
Cirurgia Plástica	703	731	3.491	2.760	377,56%
Dermatologia	2.792	3.068	495	-2.573	-83,87%
Doenças Infecciosas	359	352	81	-271	-76,99%
Endocrinologia	70	90	951	861	956,67%
Estomatologia	643	1.008	3.005	1.997	198,12%
Genética	0	0	160	160	100,00%
Gastroenterologia	3.049	2.810	2.530	-280	-9,96%
Ginecologia	2.600	2.544	739	-1.805	-70,95%
Hematologia Clínica	371	635	264	-371	-58,43%
Imunoalergologia	271	273	1.951	1.678	614,65%
Imuno-Hemoterapia	1.804	1.618	2.050	432	26,70%
Medicina Física e Reabilitação	2.519	1.694	2.771	1.077	63,58%
Medicina	2.721	3.072	1.148	-1.924	-62,63%
Nefrologia	918	1.156	1.111	-45	-3,89%
Neurocirurgia	960	848	1.289	441	52,00%
Neurologia	832	899	4.694	3.795	422,14%
Obstetrícia	5.066	5.013	3.271	-1.742	-34,75%
Oftalmologia	9.796	7.205	1.132	-6.073	-84,29%
Oncologia	643	767	6.791	6.024	785,40%
Ortopedia	6.102	6.697	2.941	-3.756	-56,08%
Otorrinolaringologia	2.967	2.129	2.771	642	30,16%
Pediatria	2.674	3.851	1.187	-2.664	-69,18%
Pneumologia	1.340	1.194	806	-388	-32,50%
Psiquiatria	1.040	1.115	233	-882	-79,10%
Reumatologia	493	332	1.011	679	204,52%
Senologia	600	864	1.476	612	70,83%
Urologia	1.325	1.289	112	-1.177	-91,31%
Medicina no Trabalho	436	244		-244	-100,00%
Total	64.514	62.883	61.288	-1.595	-2,54%

Tabela 34 - Número de Primeiras Consultas Externas por especialidade

Como se pode verificar pelo gráfico que se segue e no âmbito do programa “Consulta a Tempo e Horas”, o número de consultas realizadas a doentes referenciados pelos Centros de Saúde cresceu ligeiramente (+600 consultas)

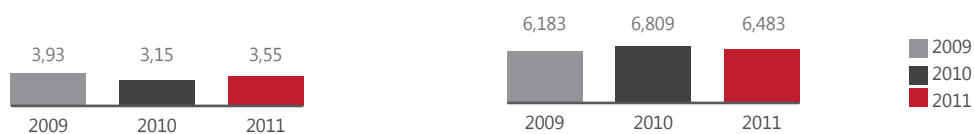


Graf. 8 - Evolução das Consultas por origem de referência.

Hospital de Dia

No Hospital de Dia, e ao nível de atividade global, o Hospital de Faro registou um aumento de 7,4% do número sessões realizadas (+1577 do que em 2010).

No entanto verificou-se uma diminuição do número de doentes tratados, o que significa que o número de sessões realizadas por doente atingiu as 3,55 contra 3,15 em 2010.



Graf. 9 - Evolução do número médio de sessões por doente

Graf. 10 - Doentes Tratados

As especialidades que registaram um maior número de sessões foram as de Psiquiatria (+1180), Medicina (+870), Nefrologia/Hemodiálise (+616) e Oncologia (+520).

Especialidade	2009	2010	2011	Δ 2011 face 10 (n.º)	Δ 2011 face 10 (%)
Cardiologia	584	659	623	-36	-5,46%
Dermatologia	289	187	237	50	26,74%
Doenças Infecciosas	4.580	4.075	3.486	-589	-14,45%
Gastroenterologia	475	748	756	8	1,07%
Hematologia Clínica	521	572	641	69	12,06%
Hemodialise	2.377	2.823	3.439	616	21,82%
Medicina	633	643	848	807	125,51%
Nefrologia	913	798	711	-87	-10,90%
Oncologia (S/ Quimioterapia)	6.521	4.576	5.096	520	11,36%
Outros	576	341	356	15	4,40%
Pediatria	1.733	2.550	2.043	-507	-19,88%
Pneumologia	968	852	756	-96	-11,27%
Psiquiatria	3.019	1.582	2.762	1.180	74,59%
Urologia	1.109	1.027	1.256	229	22,30%
Sub Total	24.298	21.433	23.010	1.577	7,4%

Tabela 35 - Número de sessões no Hospital de Dia por especialidade.

Com base nas novas regras de faturação, o SNS foi responsável financeiramente por cerca 98% das sessões realizadas.

GDH's Médicos de Ambulatório

No quadro que segue detalhar-se-ão os 25 GDH's médicos de ambulatórios predominantes, sendo que no seu conjunto os mesmos representam cerca de 97% da produção deste tipo de GDH's.

GDH	Designação GDH	2010	2011	Δ 2011 face 10 (n.º)	Δ 2011 face 10 (%)
409	Radioterapia	13.920	15.234	1314	9,44%
410	Quimioterapia	6.568	6.669	101	1,54%
125	Perturbações circulatórias excepto enfarte agudo do miocárdio, com cateterismo cardíaco, sem diagnóstico complexo	274	321	47	17,15%
35	Outras perturbações do sistema nervoso, sem CC	30	164	134	446,67%
876	Quimioterapia com leucemia aguda como diagnóstico adicional ou com uso de alta dose de agente quimioterapêutico	94	115	21	22,34%
466	Continuação de cuidados, sem história de doença maligna como diagnóstico adicional	2	101	99	4950,00%
323	Cálculos urinários, com CC e/ou litotricia extracorporal por ondas de choque	67	100	33	49,25%
187	Extracções e/ou restaurações dentárias	-	84	84	100,00%
577	Perturbações mieloproliferativas e/ou neoplasias mal diferenciadas, com CC major	-	56	56	100,00%
465	Continuação de cuidados, com história de doença maligna como diagnóstico adicional	-	36	36	100,00%
186	Perturbações dentárias e/ou orais excepto extracções e restaurações, idade < 18 anos	-	36	36	100,00%
100	Sintomas e/ou sinais respiratórios, sem CC	2	27	25	1250,00%
432	Outros diagnósticos de perturbações mentais	9	21	12	133,33%
82	Neoplasias respiratórias	-	20	20	100,00%
316	Insuficiência renal	1	19	18	1800,00%
124	Perturbações circulatórias excepto enfarte agudo do miocárdio, com cateterismo cardíaco e/ou diagnóstico complexo	40	17	-23	-57,50%
543	Perturbações circulatórias, excepto enfarte agudo do miocárdio, endocardite, insuficiência cardíaca congestiva e/ou arritmia, com CC major	4	15	11	275,00%
284	Perturbações minor cutâneas, sem CC	-	13	13	100,00%
256	Outros diagnósticos do aparelho osteomuscular e/ou do tecido conjuntivo	2	11	9	450,00%
74	Outros diagnósticos do ouvido, nariz, boca e/ou garganta, idade < 18 anos	-	8	8	100,00%
350	Inflamações do aparelho reprodutor masculino	-	7	7	100,00%
102	Outros diagnósticos do aparelho respiratório, sem CC	-	6	6	100,00%
369	Perturbações menstruais e/ou outras perturbações do aparelho reprodutor feminino	-	6	6	100,00%
812	Disfunção, reacção e/ou complicação de dispositivo ou procedimento em B.O., cardíaco ou vascular	-	6	6	100,00%
34	Outras perturbações do sistema nervoso, com CC	-	6	6	100,00%

Tabela 36 - Lista dos 25 GDH Médicos mais frequentes em 2011 (Ambulatório)

À semelhança do ocorrido em 2010 os GDH's gerados no âmbito do tratamento da patologia oncológica representam cerca de 92,3% do total, tendo, no que diz respeito à radioterapia, sido registado um crescimento de 9,9% relativamente ao ano transato.

Acessibilidade

Lista de espera cirurgica

A atividade cirúrgica convencional, conforme tabela abaixo, registou em 2011 um ligeiro acréscimo, sendo que a cirurgia urgente praticamente estabilizou, i.e. realizaram-se apenas mais 16 intervenções. Globalmente, a atividade cirúrgica diminui, facto que se deveu à redução da atividade realizada em cirurgia de ambulatório, com especial incidência na especialidade de oftalmologia pelas razões já identificadas anteriormente.

Actividade Cirurgica	2009	2010	2011	Δ 2011 face 10 (n.º)	Δ 2011 face 10 (%)
Actividade Programada em Bloco Convencional	5.180	4.545	4.622	77	1,69%
Actividade programada em Bloco de Ambulatório	5.909	5.426	4.582	-844	-15,55%
Actividade Urgente	3.464	3.746	3.762	16	0,43%
Total	14.553	13.717	12.966	-751	-5,47%

Tabela 37 - Indicadores de Atividade Cirurgica

Contudo o acréscimo do número de intervenções realizadas não foi suficiente para o impedir o aumento da lista de espera cirúrgica.

De acordo, com os dados do SIGLIC, em 31/12/2011 existiam 4.991 episódios em LIC no Hospital de Faro, mais 10% face a dezembro de 2010 (+455 episódios), os quais têm origem nas seguintes especialidades: Cirurgia Geral (+22%), Cirurgia Pediátrica Geral (+34%), Cirurgia Pediátrica Urológica (+58%), Cirurgia Plástica (+9%), Dermatologia (+15%), Oftalmologia (+13%), Ortopedia (+4%) ORL (+39%) e Urologia (+99%).

A média de tempo de espera para cirurgia agravou-se ligeiramente face a igual período do ano anterior, passando de 5,5 em 2010 para 5,7 em 2011.

Tendo em conta o exposto o TMER (Tempo Máximo de Espera Recomendado) sofreu um agravamento face ao ano anterior, encontrando-se nesta situação mais de 17% dos episódios (+2% do que em 2010).

Indicadores de LIC	2009	2010	2011	Δ 2011 face 10(n.º)
Episódios em LIC	4.342	4.536	4.991	455
Média do Tempo de Espera (meses)	5,7	5,5	5,7	0,2
Mediana do Tempo de Espera (meses)	4,2	4,7	4,6	-0,1
Episódios em LIC, com Tempo de Espera superior à prioridade (Todas as patologias)	739	660	864	204
Episódios em LIC, com tempo de espera superior a 9 meses independentemente da prioridade	661	551	664	113

Tabela 38 - Indicadores de LIC

Serviço de Urgência

Como é sabido os hospitais têm pouca capacidade de intervenção no que se refere à procura do serviço de Urgência, o que não deixa de se traduzir numa limitação ao planeamento. Contudo, tratando-se uma Urgência polivalente, esta tem que estar preparada para dar uma resposta eficiente e em tempo oportuno, a todos os doentes que a ela recorram, sobretudo nas especialidades em que o Hospital é fim de linha.

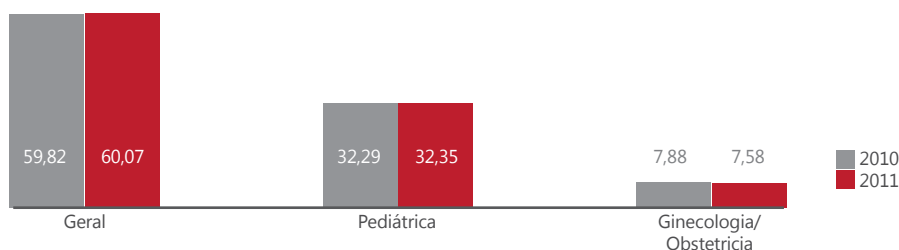


Gráfico 11 - Evolução do n.º de atendimentos emergentes sem Internamento

O aumento da procura do Serviço de Urgência tem sido uma constante nestes últimos anos. Assim sendo, o ano de 2011 não fugiu à regra tendo sido assistidos mais 1905 utentes do que em 2010.

Atividade das Urgências	2009	2010	2011	Δ 2011 face 10 (n.º)	Δ 2011 face 10 (%)
Geral	87.158	88.627	90.130	1.503	1,70%
Pediátrica	46.733	47.840	48.540	700	1,46%
Obstetria/Ginecologia	11.570	11.678	11.380	-298	-2,55%
Total	145.461	148.145	150.050	1.905	1,29%

Tabela 39 - Atividade nas Urgências

Como se pode perceber pela leitura do quadro acima o aumento em análise foi verificado nas urgências geral e pediátrica., Contudo, ao invés do ocorrido no ano anterior foi na urgência geral que se registou o maior acréscimo.

Como se constata pelo gráfico que segue mantem-se a tendência de crescimento do número de atendimentos em S.U. que não dão origem a internamento. Pela importância que assume no contexto da actividade hospitalar e pelas interações que estabelece com as restantes linhas de actividade, proceder-se-á de seguida a uma análise mais detalhada da urgência geral. No que diz respeito à classificação do grau de prioridade clínica, constata-se que, relativamente a 2010, a percentagem de doentes urgentes diminuiu cerca de 3,1% e os doentes pouco urgentes aumentaram 4,1%, os restantes níveis de prioridade não sofreram alterações significativas.

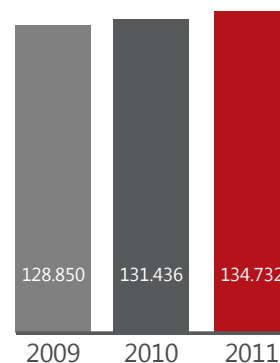


Gráfico 16 – Evolução do n.º de atendimentos emergentes sem Internamento

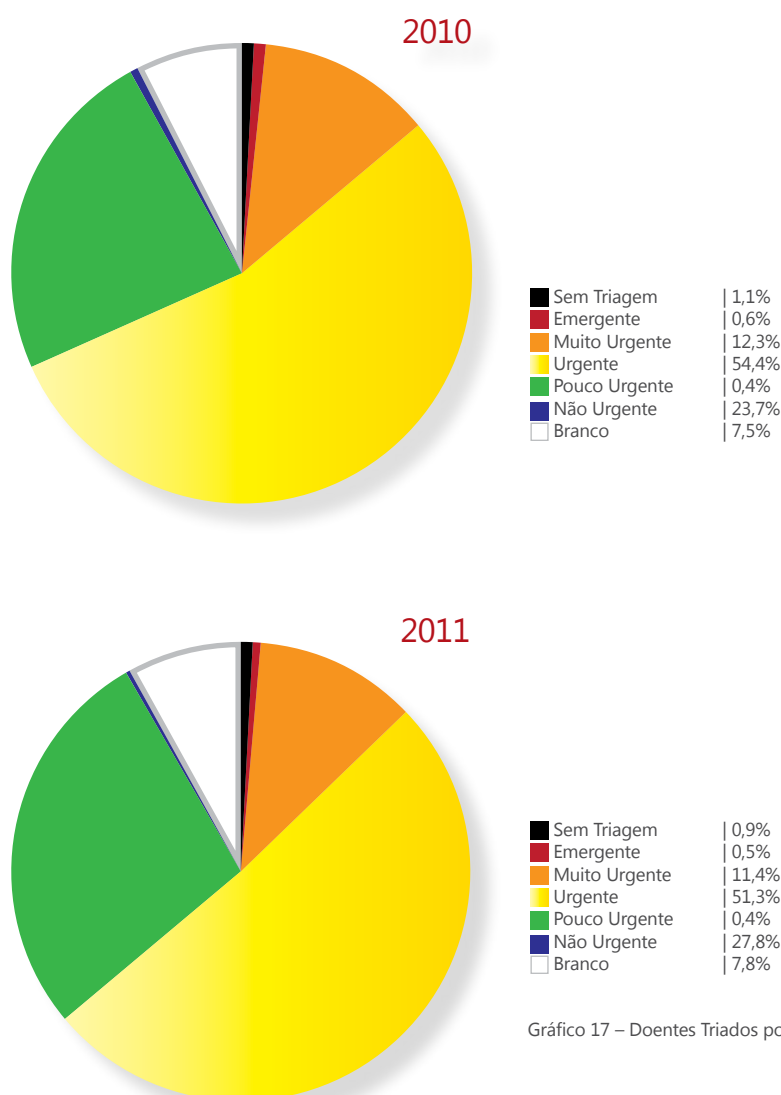


Gráfico 17 – Doentes Triados por Cor da Prioridade Clínica

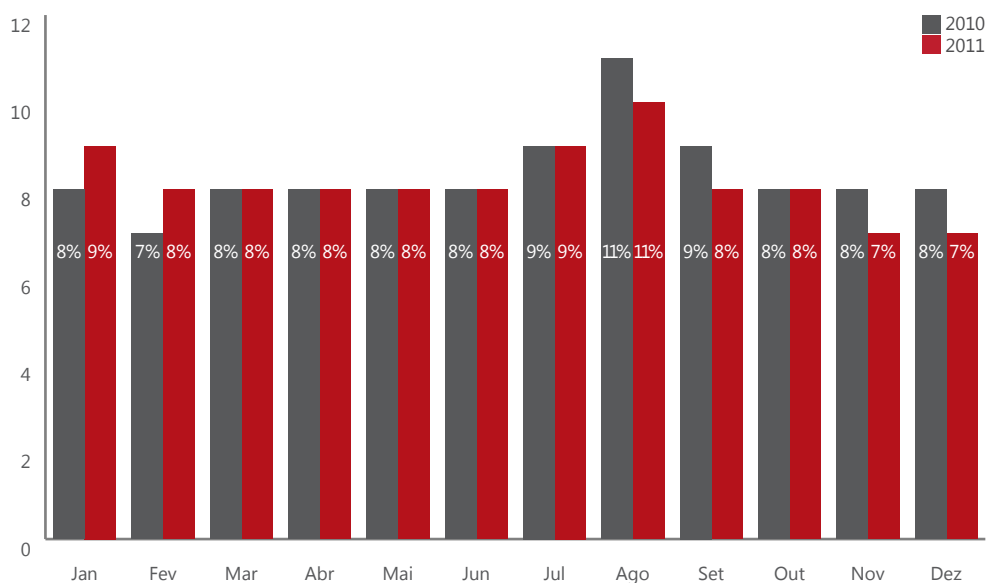


Gráfico 18 – Evolução mensal dos doentes assistidos no serviço de urgência.

Analisando o número de doentes saídos por mês, verifica-se que o ano 2011 não apresentou muitas oscilações em relação ao período homólogo, tendo apenas como exceções os meses de Janeiro (+14%), Fevereiro (+9%) e Dezembro (-10%).

Não existindo uma causa evidente para estas diferenças expressivas, poderão ser sugeridas como causas, as significativas alterações climáticas destes meses em relação aos mesmos meses do ano anterior.

Destino	Ano 2010	Ano 2011	Δ%
Exterior	47.863	50.506	6%
Internamento	11.397	10.583	-7%
Falecidos	254	376	48%
Transferidos Out. Hospitais	1.590	1.652	4%
Consulta Externa	10.329	10.160	-2%
Centro de Saúde	11.239	12.272	9%
Abandono *	3.823	1.877	-51%
Não respondeu *	2.180	2.703	24%

Tabela 40 – Destino dos Doentes Saídos por mês

De acordo com os dados da tabela 38, conclui-se, tal como se constata pelo gráfico acima e à semelhança da tendência global que, a taxa de doentes internados diminuiu, sendo um indicador de qualidade favorável para o hospital.

O mesmo se pode dizer quanto aos doentes internados num período inferior a 24 horas no espaço físico SO, reduzindo de forma muito expressiva os episódios não faturados de urgência e internamento. Para este último indicador, muito contribuiu a divulgação das regras de faturação e a monitorização diária dos procedimentos.

Destino Internamento	Ano 2010	Ano 2011	Δ%
Urgências c/ Internamento	11.397	10.583	-7%
Taxa de D. Internados	13%	12%	-
Doentes em SO <24horas	240	64	-73%

Tabela 41 – Destino Internamento

Detalhando a informação dos doentes saídos do Serviço de Urgência para o internamento, verifica-se que além de se ter conseguido diminuir a percentagem de doentes internados também se conseguiu diminuir de forma significativa a percentagem de episódios de internamento em SO com menos de 24 horas.

Finalmente refere-se que dos 64 doentes internados em 2011 num período inferior a 24 horas, faleceram 42 doentes, 4 tiveram alta contra parecer médico e 6 foram transferidos para outros hospitais.

Dos 1652 doentes transferidos para outros hospitais, 32 foram transferidos no âmbito do transporte de doente crítico, verificando-se uma diminuição de 31% face ao ano anterior, confirmando-de, desta forma ter sido alcançado um dos objectivos definidos pela direção do serviço.

Meios Complementares de Diagnóstico

Realizados no Hospital de Faro

MCDT's por ÁREA REQUISITANTE	2009	2010	2011	Δ 2011 face 10 (n.º)	Δ 2011 face 10 (%)
Hospital de Dia	76.530	82.673	84.652	1.979	2,39%
Urgencia	658.471	669.842	671.171	1.329	0,20%
Consulta	674.002	619.035	596.230	-22.805	-3,68%
Internamento	521.347	543.099	529.106	-13.993	-2,58%
Laboratórios	11.804	14.111	19.341	5.230	37,06%
TOTAL	1.942.154	1.928.760	1.900.500	-28.260	-1,47%

Tabela 42 – Realizados no Hospital

No que diz respeito aos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT) realizados pelos serviços hospitalares manteve-se a tendência, em nossa opinião positiva, verificada nos anos anteriores, tendo globalmente continuado a verificar-se uma redução dos mesmos à qual se considera não ser alheio o processo em curso de informatização das respectivos sistemas de gestão da informação, designadamente no que concerne à introdução da prescrição electrónica por parte dos serviços requisitantes.

Realizados no Exterior

MCDT's por ÁREA REQUISITANTE	2009	2010	2011	Δ 2011 face 10 (n.º)	Δ 2011 face 10 (%)
Hospital de Dia	372	413	250	-163	-39,47%
Urgencia	582	755	129	-626	-82,91%
Consulta	15.017	12.731	8.771	-3.960	-31,11%
Internamento	5.957	5.048	2.297	-2.751	-54,50%
Laboratório	13.616	17.122	17.432	310	1,81%
TOTAL	35.544	36.069	28.879	-7.190	-19,93%

Tabela 43 – Realizados no Exterior

Relativamente aos MCDT adquiridos ao exterior registou-se uma diminuição global de cerca de 19%, consequência do aumento da capacidade de resposta interna.

Contudo mantem-se a necessidade de obter resposta externa em áreas assistenciais relevantes, designadamente em Radioterapia, Medicina Nuclear (ambas com um incremento significativo em 2011) e Ressonância Magnética.

No entanto, relativamente aos exames de ressonância magnética o Hospital celebrou em 2010 um contrato de prestação de serviços com uma empresa privada, para a realização deste exame nas suas instalações, o que para além de ter evidentes benefícios para o utente, trouxe também ganhos para o Hospital pois o preço unitário, claramente inferior ao praticado no antigo modelo, deu origem a uma redução significativa da despesa face ao ano anterior (aproximadamente 800.000€).

Outras Atividades

Farmácia Hospitalar

Durante o ano de 2011 os Serviços Farmacêuticos que no anterior haviam sido objecto de completa requalificação atribuíram um especial enfoque à consolidação da estrutura organizativa da nova unidade de manipulação de citostáticos, beneficiando da implementação de um novo aplicativo especialmente desenvolvido para a gestão do processo de manipulação e distribuição de citotóxicos o qual representou um incremento importante na qualidade/segurança do tratamento prestado ao doente oncológico.

Foi também alargado a um conjunto significativo de serviços o sistema de distribuição em unidose apoiado pela prescrição eletrónica de medicamentos e iniciado processo de consulta ao mercado tendo em vista a certificação do serviço.

No ano em análise e como se demonstrará no Capítulo 5 os Serviços Farmacêuticos registaram na rubrica de Medicamentos um acréscimo de 1,24%, i.e. aproximadamente mais 420.000€ do que no ano anterior.

Todavia como ressalta da leitura das tabelas que se seguem, foi .nos processos de dispensa gratuita de medicamentos que se verificou um aumento da despesa, justificado, sobretudo, pelo fornecimento de antirretrovíricos e medicamentos biológicos a um maior número de pacientes.

Nº Doentes por Patologia que receberam dispensa gratuita de medicamentos	2009	2010	2011	Δ 2011 face 10 (n.º)
HIV	765	809	874	65
Artrite Reumatóide	149	181	217	36
Esclerose Múltipla	99	106	113	7
Insuficientes Crónicos e Transplantados Renais	1011	1090	1058	-32
Patologia Oncológica	1583	1513	1294	-219
Doença de Crohn Ativa Grave ou com Formação de Fisuras	17	30	31	1
Hepatite C	69	58	59	1
Hemofília	2	2	6	4
Doença de Gaucher	1	1	1	-
Esclerose Lateral Amiotrófica	15	21	18	-3
Tuberculose e Lepra	24	28	15	-13
Síndrome de Lennox-Gaustaut	2	2	3	1

Tabela 44 – Indicador de dispensa gratuita de medicamentos a utentes.

	Ano de 2010	Ano de 2011	Desvio
HIV	6.582.235,23 €	6.946.305,45 €	364.070,22 €
Insuficientes Renais Crónicos	614.587,90 €	451.496,87 €	-163.091,03 €
Doença Gaucher	91.330,53 €	198.842,37 €	107.511,84 €
Medicação Doentes Oncológicos	440.505,21 €	394.546,51 €	-45.958,70 €
Medicação Doentes Tuberculose e Lepra	886,49 €	376,40 €	-510,09 €
Medicação Doentes de Hunter	371.036,25 €	382.366,36 €	11.330,11 €
Medicação Doentes - Artrites Reumatoide	1.574.278,30 €	1.772.524,92 €	198.246,62 €
Medicação Doentes Doença Crohn	372.198,20 €	326.692,21 €	-45.505,99 €
Medicação Doentes Esclerose Múltipla	834.121,19 €	862.374,53 €	28.253,34 €
Medicação Esclerose Lat. Ami. (ELA)	29.212,74 €	20.346,02 €	-8.866,72 €
Hepatite C	186.381,22 €	192.381,00 €	5.999,78 €
Medicamentos Cedidos c/ autorização CA	139.757,07 €	106.528,34 €	-33.228,73 €
Medi.p/doentes c/hemofi./hemoglo/lupus	134.134,46 €	155.933,03 €	21.798,57 €
Doentes com Síndrome de Lennox - Gastaur	434,45 €	2.018,18 €	1.583,73 €
TOTAL	11.371.099,24 €	11.812.732,19 €	441.632,95 €

Tabela 45 – Encargos com dispensa gratuita de medicamentos.

Auditoria Interna

A actividade de Auditoria Interna iniciada no segundo semestre de 2010, e para a qual foi formalmente nomeado Auditor Interno no final do referido período, prosseguiu de forma consistente o seu caminho durante o ano de 2011.

Durante o exercício em referência foram realizadas as ações que se encontram resumidas no quadro seguinte. O referido quadro inclui ainda as não previstas no Plano de Atividades Anual, outras atividades desenvolvidas bem como aquelas que foram substituídas e/ou canceladas no segundo semestre de 2011:

Área	Auditoria	Estado
Plano de auditoria 2011		
Recursos Humanos	Diagnóstico do Manual de Procedimentos administrativos	Concluído
Faturação	Averiguação se as sugestões de melhoria identificadas na auditoria de 2010 foram adotadas e avaliar a materialidade da produção realizada em 2010	Conclusão Jan 2012
Departamento Financeiro	Diagnóstico das medidas de controlo implementadas nas rubricas clientes e outros devedores; proveitos.	Não realizada
Consumos	Diagnóstico das medidas de controlo relativas aos movimentos de consumo de medicamentos propondo medidas adicionais de controlo.	Iniciada
Atividades desenvolvidas não previstas		
Medicina Física e de Reabilitação	De acordo com a deliberação do Conselho de Administração de 14 de Abril de 2011, realizou-se uma auditoria ao Serviço de MFR com os seguintes objetivos:	Concluído
	a) Avaliar a atividade global do Serviço nos últimos 4 anos;	
	b) Ajudar a esclarecer as alegadas referenciações indevidas de utentes	
Plano de Corrupção e infrações conexas	Avaliação do Plano de prevenção de riscos e corrupção e infrações conexas	Concluído
Aprovisionamento	Desenvolvimento de um powerpoint que engloba-se de forma resumida as regras de faturação vigentes	Concluído
Outras atividades desenvolvidas		
Comunicação	Avaliação e atualização dos documentos de divulgação pública presentes no Site Hospital.	Concluído
Faturação	Desenvolvimento de um powerpoint que englobasse de forma resumida as regras de faturação vigentes	Concluído
Atividades substituídas no relatório semestral de auditoria		
Bloco operatório	Identificação dos procedimentos, métodos de gestão adotados e formas de controlo da atividade desenvolvida	Cancelada
Aprovisionamento, Compras e Armazéns	Diagnóstico dos manuais de procedimentos e averiguação dos movimentos dos bens/artigos	Cancelada

Tabela 46 – Atividades de Auditoria Interna

Gabinete de Comunicação e Relações Exteriores

A actividade desenvolvida pelo Gabinete de Comunicação e Relações Exteriores tem como objectivo promover a comunicação interna e externa de forma que contribua para melhorar a acessibilidade e proximidade do Hospital junto dos seus públicos, bem como projectar uma imagem positiva da Instituição e dos seus profissionais, contribuindo simultaneamente para elevar os níveis de motivação e sentido de pertença.

Assim, durante o ano de 2011, o GCRE desenvolveu e apoiou as actividades de comunicação e de cooperação no seio do Hospital de Faro, e entre este e outras entidades nacionais e estrangeiras.

Destacam-se, pela sua importância, as seguintes acções:

- Apoio comunicacional na planificação e concretização de ações, dentro do Hospital ou na comunidade, desde que se revistam de interesse para a instituição e para os seus públicos;

- Criação e dinamização de Política de Protocolos Comerciais destinados aos profissionais do Hospital;
- Auxílio na produção gráfica e na revisão de manuais de apoio à gestão;
- Concessão e implementação de estratégias que reforcem a identidade visual corporativa do Hospital;
- Definição de circuitos e procedimentos de comunicação no âmbito da articulação com os serviços;
- Criação, divulgação e padronização de materiais gráficos e de comunicação;
- Assessoria aos órgãos de gestão em matéria de comunicação.

Gabinete Sim - Cidadão

O Gabinete Sim - Cidadão é o serviço responsável pela gestão de: opiniões, sugestões, elogios e reclamações dos utentes. Paralelamente, o Gabinete do Utente ajuda a resolver problemas e presta informações sobre os direitos e deveres dos utentes.

No ano de 2011 registou-se um ligeiro acréscimo do número de reclamações (+61 do que em 2010), mantendo-se estabilizados os números de elogios e sugestões.

Entende-se dever salientar, tal como se pode concluir pela análise dos gráficos que seguem, que melhorou de forma significativa o tratamento de todos os documentos dirigidos a este gabinete, cuja mediana de resposta passou de 63 dias em 2010 para 52 em 2011.

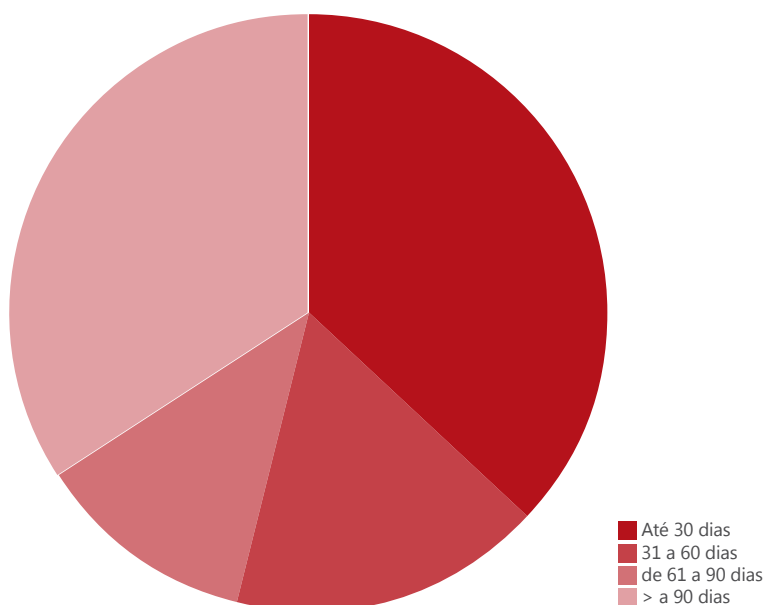


Gráfico 18 – Tempo de Resposta - Reclamações de 01/01/2011 a 31/12/2011

Até 30 dias	31_60 dias	61_90 dias	> 90 dias
37,45	16,56	11,83	34,17%

5

Desempenho Económico-Financeiro

Análise económica

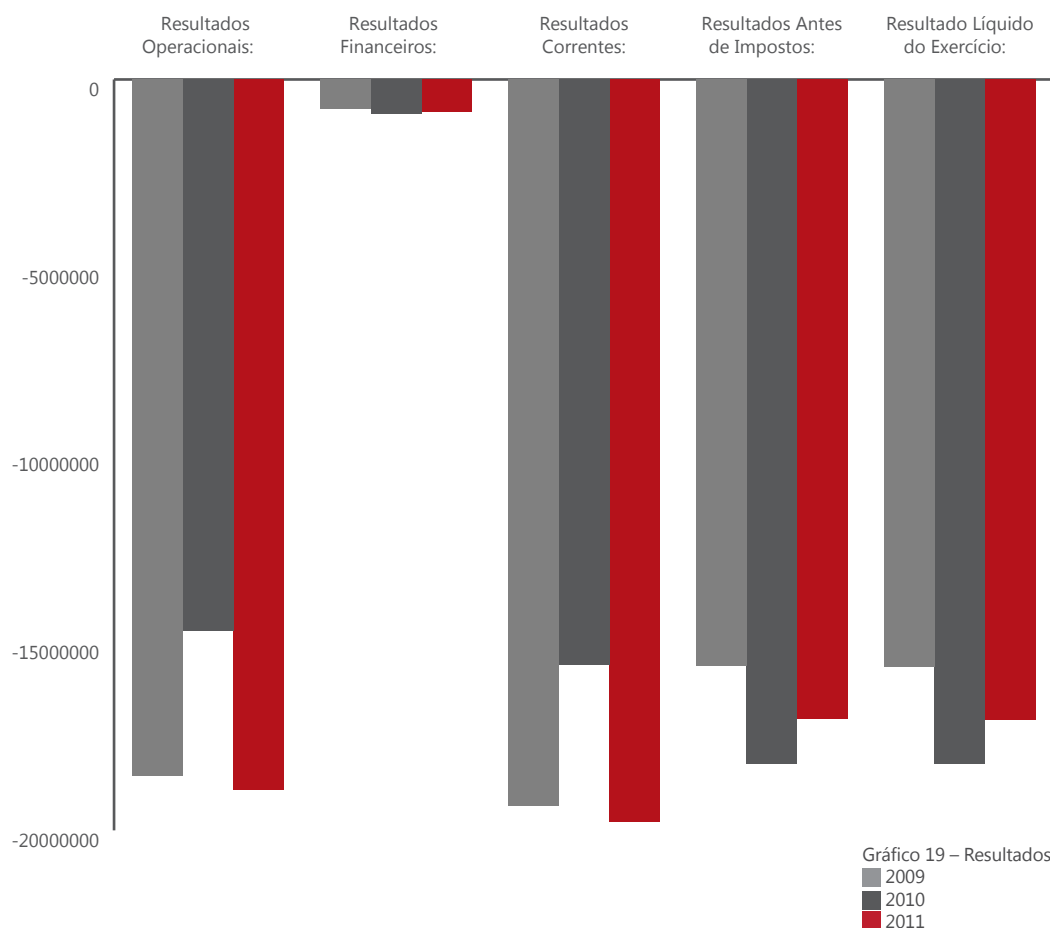
O Hospital de Faro encerrou o exercício com um resultado operacional negativo, relativo ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2011, no valor de -18.916.560,19, idêntico ao verificado em 2009, pese embora a prossecução de uma forte política de contenção de custos.

Na realidade os custos do exercício diminuíram globalmente cerca de 6,6 %, face a igual período do ano anterior e registaram um valor idêntico ao do ano de 2009.

Contudo, a receita apresentou um forte decréscimo não só por força da redução em 4% dos preços a pagar pela actividade contratada como também pelo facto de no ano de 2011 se ter feito sentir de forma plena o efeito da assunção por parte do SNS da assistência prestada aos utentes dos subsistemas passando o Hospital a ter de tratar os doentes dos subsistemas com os mesmos recursos financeiros ou até recursos inferiores.

Resultados	2009	Δ	2010	Δ	2011
Resultados Operacionais:	-18558470,58€	20,90%	-14680390,97€	-28,86%	-18916560,19€
Resultados Financeiros:	-782896,01€	16,02%	-908324,37€	4,09%	-871559,06€
Resultados Correntes:	-19341366,59€	19,40%	-15588715,34€	-26,94%	-19788119,25€
Resultados Antes de Impostos:	-15633263,45€	-16,57%	-18224072,75€	6,53%	-17034106,4€
Resultado Líquido do Exercício:	-15636204,83€	-16,58%	-18229316,68€	6,48%	-17047387€

Tabela 47 – Resultados.



Conta	Designação	2009	Δ	2010	Δ	2011
CUSTOS E PERDAS						
61	Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	41.445.192,36 €	2,56%	42.508.179,98 €	-2,44%	41.470.267,47 €
62	Fornecimentos e serviços externos	27.993.478,93 €	5,07%	29.413.105,67 €	-6,45%	27.515.803,68 €
Sub-Total		69.438.671,29 €	3,58%	71.921.285,65 €	-4,08%	68.986.071,15 €
CUSTOS COM PESSOAL						
641+642	Remunerações	56.380.711,11 €	1,21%	57.062.844,29 €	-7,73%	52.649.477,57 €
643/4/5/6/7/8	Encargos Sociais	10.521.138,44 €	-4,43%	10.055.407,91 €	-10,57%	8.992.313,24 €
Sub-Total		66.901.849,55 €	0,32%	67.118.252,20 €	-8,16%	61.641.790,81 €
66	Amortizações e ajustamentos do exercício	4.078.597,65 €	8,21%	4.413.347,24 €	-2,23%	4.314.978,88 €
67	Provisões	0,00 €	0,00%	196.413,21 €	318,37%	821.737,39 €
65	Outros custos e perdas operacionais	262.524,10 €	-17,85%	215.661,76 €	-24,44%	162.960,55 €
(A)		140.681.642,59 €	2,26%	143.864.960,06 €	-5,52%	135.927.538,78 €
68	Juros e custos similares:	881.644,89 €	6,31%	937.318,56 €	-6,44%	876.985,39 €
(C) .		141.563.287,48 €	2,29%	144.802.278,62 €	-5,52%	136.804.524,17 €
69	Custos e perdas extraordinários	2.430.377,86 €	58,20%	3.844.865,32 €	-47,58%	2.015.435,67 €
(E)		143.993.665,34 €	3,23%	148.647.143,94 €	-6,61%	138.819.959,84 €
86	Imposto sobre o rendimento do exercício	2.941,38 €	78,28%	5.243,93 €	153,26%	13.280,60 €
(G)		143.996.606,72 €	3,23%	148.652.387,87 €	-6,61%	138.833.240,44 €
88	Resultado líquido do exercício	-15.636.204,83 €	-16,58%	-18.229.316,68 €	6,48%	-17.047.387,00 €
Total Geral		128.360.401,89 €		130.423.071,19 €		121.785.853,44 €
PROVEITOS E GANHOS						
71 + 72	Vendas e Prestações de serviços	116.002.166,57 €	4,93%	121.719.943,36 €	-8,42%	111.476.821,26 €
74	Transf. e Subs. Correntes Obtidos	3.455,92 €	3917,40%	138.838,23 €	-35,61%	89.402,09 €
73 + 76	Outros proveitos e ganhos operacionais	6.117.549,52 €	19,75%	7.325.787,50 €	-25,68%	5.444.755,24 €
(B)		122.123.172,01 €	5,78%	129.184.569,09 €	-9,42%	117.010.978,59 €
78	Juros e proveitos similares	98.748,88 €	-70,64%	28.994,19 €	-81,28%	5.426,33 €
(D)		122.221.920,89 €	5,72%	129.213.563,28 €	-9,44%	117.016.404,92 €
79	Proveitos e ganhos extraordinários	6.138.481,00 €	-80,30%	1.209.507,91 €	294,33%	4.769.448,52 €
(F)		128.360.401,89 €		130.423.071,19 €		121.785.853,44 €

Tabela 48 – Demonstração Comparativa de Resultados por Naturezas

Pela análise dos dados apresentados nos quadros anteriores pode verificar-se que o Hospital de Faro não tem tido, ao longos dos anos (e pelos motivos que têm vindo a ser enunciados ao longo deste relatório), capacidade para libertar os meios suficientes para o seu auto-financiamento.

Estrutura de custos

Conforme se demonstra no quadro abaixo, os custos totais em 2011, no montante de 138.819.959,84€ foram inferiores aos verificados em 2010 e 2009 (-6,6% e -3,6% respectivamente)

Como se tem procurado realçar ao longo dos anteriores capítulos os resultados agora alcançados estão alicerçados em linhas de orientação estratégica oportunamente traçadas, aquando da elaboração do Plano Estratégico 2008-2013, através das quais, sem pôr em causa a quantidade e a qualidade dos actos assistenciais praticados, se procurou otimizar os recursos disponíveis visando a obtenção de ganhos de eficiência e eficácia.

Nessa medida registaram-se, relativamente a 2010, reduções significativas nas despesas com Fornecimentos e Serviços Externos (-6,45%), Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (-2,44%) e Custos com Pessoal (-8,16%).

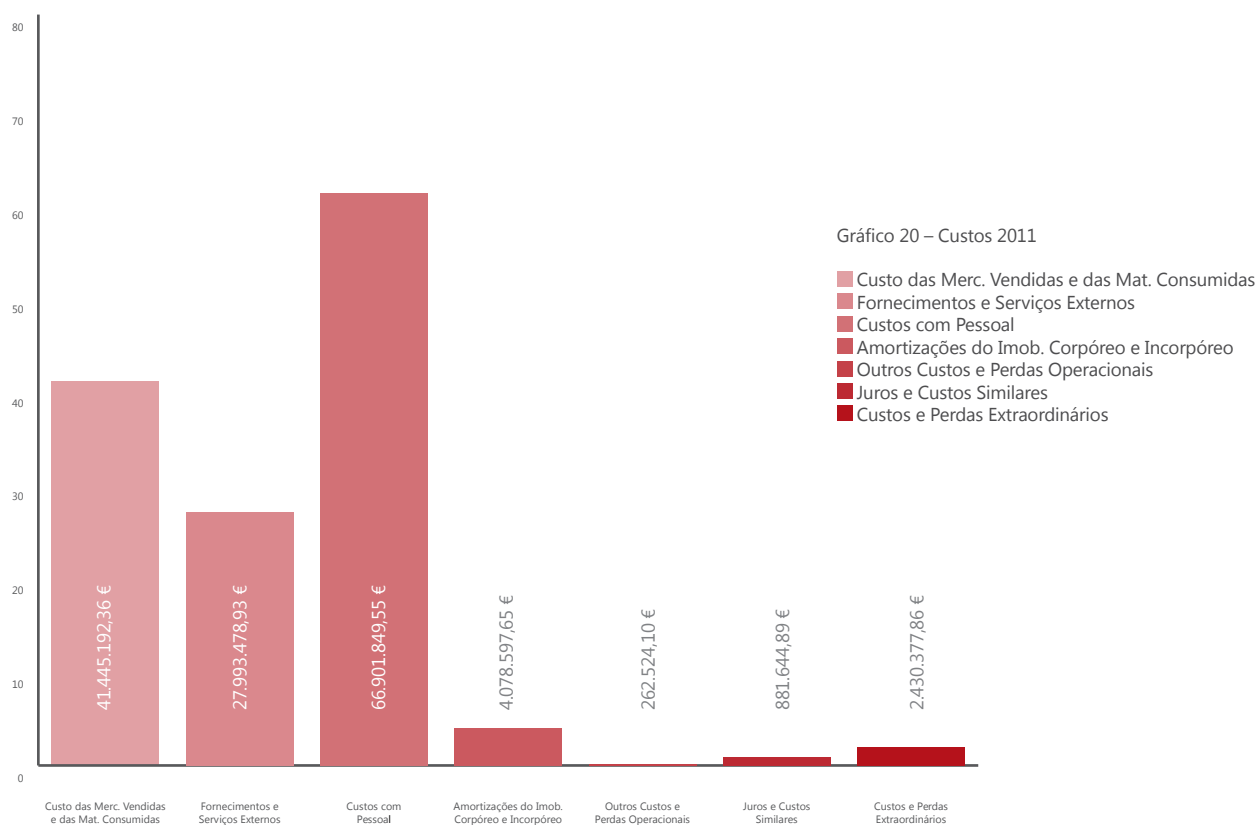
Convém, contudo, salientar que parte significativa da redução registada no presente exercício nos custos com pessoal está directamente relacionada com as medidas de contenção para este sector inscritas no Orçamento de Estado.

Todavia, contribuíram também para este resultado as medidas adoptadas a nível da organização do trabalho das quais resultou um menor recurso à modalidade de trabalho extraordinário, o que representou um decréscimo de 11% face a igual período do ano anterior.

Designação	2009	Δ	2010	Δ	2011
Custo das Merc. Vendidas e das Mat. Consumidas	41.445.192,36 €	2,56%	42.508.179,98 €	-2,44%	41.470.267,47 €
Fornecimentos e Serviços Externos	27.993.478,93 €	5,07%	29.413.105,67 €	-6,45%	27.515.803,68 €
Subcontratos	10.333.602,29 €	16,82%	12.072.139,03 €	-12,45%	10.569.637,68 €
Electricidade	696.329,06 €	1,94%	709.838,97 €	18,12%	838.492,15 €
Combustíveis	14.258,97 €	983,97%	154.563,58 €	81,06%	279.854,79 €
Água	358.294,11 €	16,54%	417.549,76 €	25,63%	524.549,54 €
Outros fluidos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.118,50 €	-24,25%	847,27 €	32,94%	1.126,38 €
Livros e documentação técnica	16.695,07 €	-20,97%	13.194,17 €	-20,62%	10.473,06 €
Material de escritório	2.127,18 €	34,91%	2.869,71 €	80,44%	5.178,00 €
Artigos para oferta	7,43 €	4011,57%	305,49 €	-71,58%	86,83 €
Rendas e alugueres	175.558,18 €	-3,42%	169.556,98 €	-20,46%	134.862,70 €
Despesas de representação	1.604,45 €	-57,12%	687,93 €	-100,00%	0,00 €
Comunicação	308.688,23 €	-6,59%	288.351,09 €	-19,43%	232.318,08 €
Seguros	7.028,64 €	-17,23%	5.817,90 €	-46,56%	3.108,88 €
Royalties	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €
Transportes de mercadorias	8.420,90 €	-46,72%	4.486,69 €	-99,75%	11,28 €
Transportes de pessoal	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	23,76 €
Deslocações e estadias	65.288,36 €	-2,01%	63.974,10 €	-14,65%	54.604,74 €
Comissões	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €
Honorários	964.958,34 €	-47,75%	504.156,61 €	36,45%	687.912,77 €
Contencioso e notariado	4.947,05 €	-14,72%	4.219,00 €	-55,32%	1.885,06 €
Conservação e reparação	1.930.082,44 €	5,72%	2.040.568,93 €	15,36%	2.354.049,20 €

Publicidade e propaganda	14.069,09 €	-22,04%	10.968,70 €	-50,48%	5.432,03 €
Limpeza, higiene e conforto	452.356,60 €	5,80%	478.582,70 €	4,26%	498.981,65 €
Vigilância e segurança	667.849,18 €	-12,71%	582.980,35 €	10,60%	644.771,01 €
Trabalhos especializados	11.924.347,45 €	-0,42%	11.874.758,08 €	-16,01%	9.973.015,86 €
Outros fornecimentos e serviços	45.847,41 €	-72,32%	12.688,63 €	5380,72%	695.428,23 €
Custos com Pessoal	66.901.849,55 €	0,32%	67.118.252,20 €	-8,16%	61.641.790,81 €
Amortizações do Imob. Corpóreo e Incorpóreo	4.078.597,65 €	8,21%	4.413.347,24 €	-2,23%	4.314.978,88 €
Provisões do exercício	0,00 €	0,00%	196.413,21 €	318,37%	821.737,39 €
Outros Custos e Perdas Operacionais	262.524,10 €	-17,85%	215.661,76 €	-24,44%	162.960,55 €
Juros e Custos Similares	881.644,89 €	6,31%	937.318,56 €	-6,44%	876.985,39 €
Custos e Perdas Extraordinários	2.430.377,86 €	58,20%	3.844.865,32 €	-47,58%	2.015.435,67 €
Total Geral	143.993.665,34 €	3,23%	148.647.143,94 €	-6,61%	138.819.959,84 €

Tabela 49 – Mapa Comparativo de Custos



No gráfico acima encontra-se detalhada a estrutura de custos registada no ano em análise, sendo de salientar no que concerne aos fornecimentos e serviços externos que no final do último quadrimestre se fizeram já sentir, embora de forma não muito significativa as reduções efetuadas ao preço/hora pago ao pessoal médico em regime de contrato de prestação de serviços.

Naturalmente que o efeito desta medida terá a sua maior expressão no ano de 2012.

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Na tabela que de seguida se apresenta é possível verificar que o Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas apresenta, relativamente a 2010, uma diminuição global de - 2,44%.

Embora com uma tendência inferior à registada em 2010 os custos com Medicamentos cresceram 1,49% (+415.509,71€).

Assim sendo, os resultados globais alcançados nesta rubrica são sobretudo devidos à implementação das medidas gestionárias acima referidas, dentro das quais o processo de negociação com fornecedores assumiu um papel relevante.

As rubricas dos Produtos Farmacêuticos e do Material de Consumo Clínico são responsáveis, respectivamente, por 75,6% e 22,4%, do total dos CMVMC.

Conta	Designação	2009	Δ	2010	Δ	2011
6161	Produtos Farmacêuticos	29.325.454,25 €	6,11%	31.118.630,71 €	0,75%	31.351.967,79 €
61611	Medicamentos	26.290.208,50 €	6,05%	27.880.886,04 €	1,49%	28.296.395,75 €
61612	Reagentes e Produtos de Diagnostico Rapido	2.461.185,08 €	6,68%	2.625.608,50 €	-4,00%	2.520.571,51 €
61619	Outros Produtos Farmacêuticos	574.060,67 €	6,63%	612.136,17 €	-12,60%	535.000,53 €
6162	Material de Consumo Clinico	11.107.163,03 €	-5,67%	10.477.103,47 €	-11,17%	9.307.247,35 €
61621	Material de Penso	283.881,01 €	5,58%	299.714,42 €	-12,22%	263.090,05 €
61622	Material de Artigos Cirurgicos	657.336,20 €	-0,07%	656.889,02 €	21,57%	798.573,94 €
61623	Material Clinico de Tratamento	2.645.943,86 €	-6,56%	2.472.299,51 €	-5,32%	2.340.872,76 €
61624	Material de Electromedecina	121.127,63 €	-3,22%	117.229,03 €	72,46%	202.167,99 €
61625	Material de Laboratório	212.763,49 €	-19,73%	170.794,22 €	3,85%	177.378,00 €
61626	Material de Proteses	4.284.511,83 €	-8,04%	3.940.066,48 €	-20,86%	3.117.994,90 €
61627	Material de Osteosintese	257.845,85 €	115,87%	556.616,31 €	-29,15%	394.387,42 €
61629	Outro	2.643.753,16 €	-14,38%	2.263.494,48 €	-11,08%	2.012.782,29 €
6163	Produtos Alimentares	827,61 €	-30,69%	573,64 €	-49,20%	291,39 €
6164	Material de Consumo Hoteleiro	320.126,61 €	11,25%	356.148,17 €	-7,28%	330.212,72 €
6165	Material de Consumo Administrativo	278.378,41 €	7,82%	300.146,49 €	2,24%	306.870,77 €
6166	Material de Manutenção e Conservação	413.242,45 €	-38,15%	255.577,50 €	-32,05%	173.677,45 €
Total Geral		41.445.192,36 €	2,56%	42.508.179,98 €	-2,44%	41.470.267,47 €

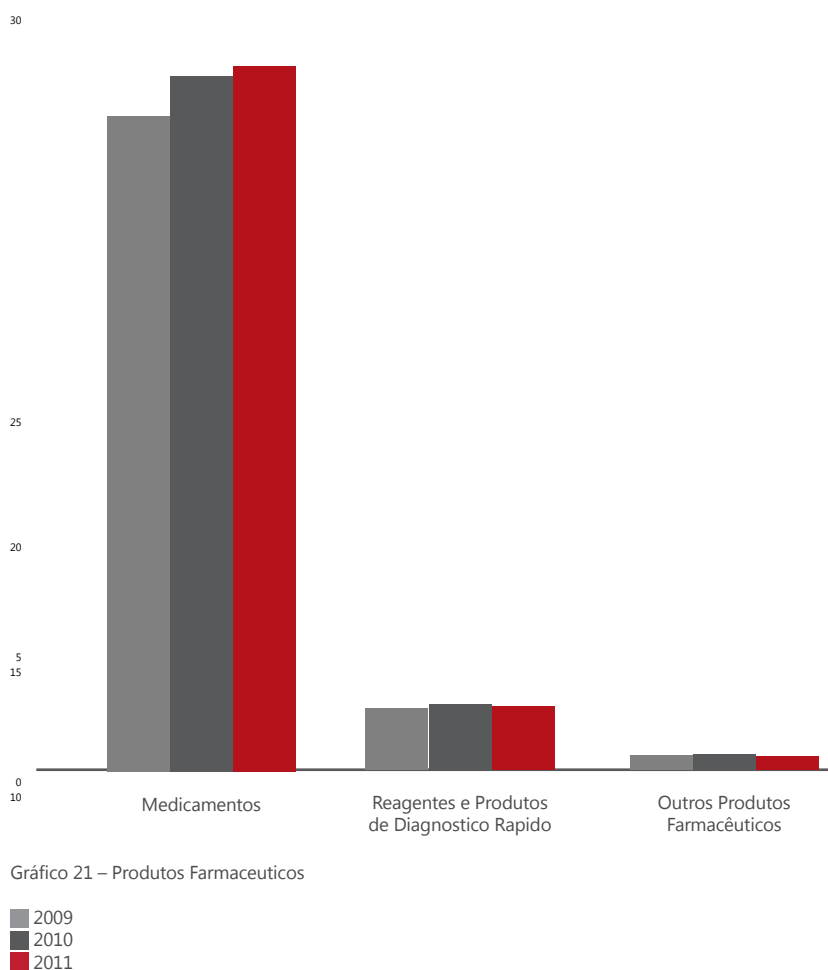
Tabela 50 – Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Produtos farmacêuticos

Nesta rubrica, a despesa foi de 31.351.967,79€, tendo tido um aumento de 0,75% em relação a 2010.

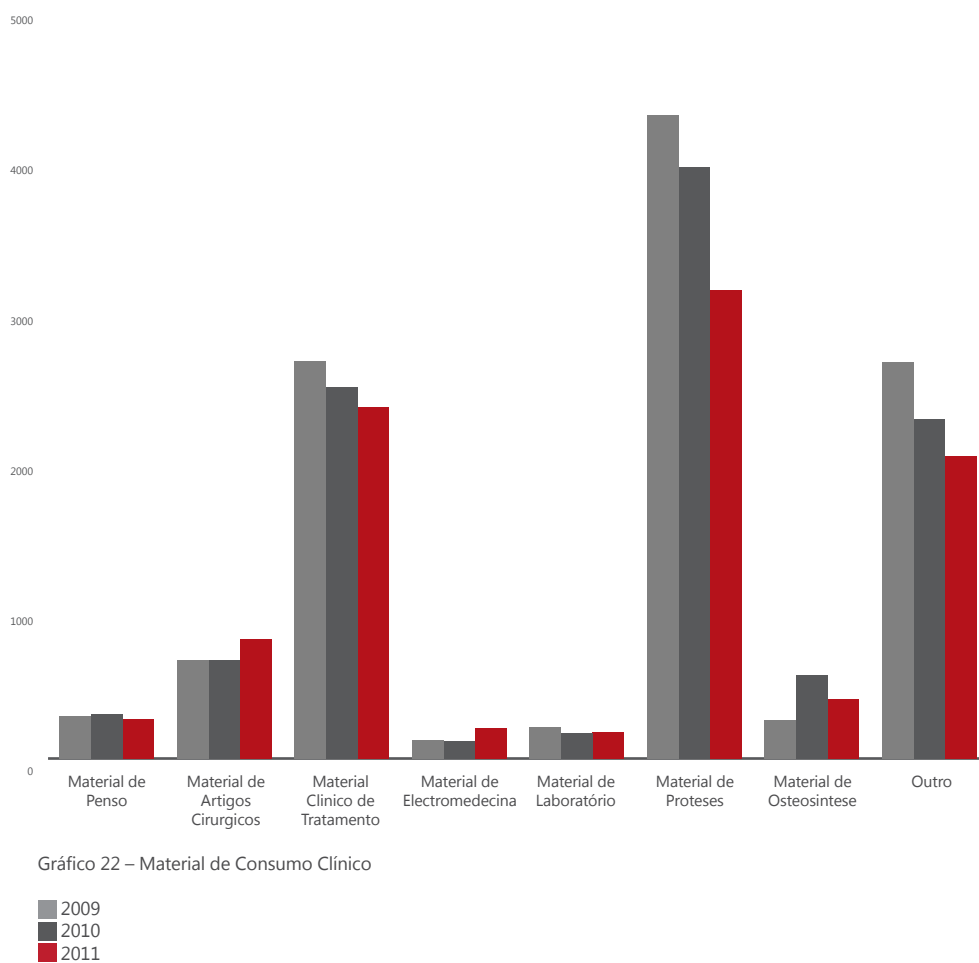
Como já foi referido, e se constata pela análise do gráfico que segue, a maior parcela deste aumento diz respeito ao consumo de medicamentos, os quais representam 90,2% do valor total da rubrica em apreço e que em termos absolutos registaram um crescimento da ordem dos 420 000€, isto é, mais 1,49% do que em 2010.

Todavia, como já foi demonstrado o referido acréscimo decorre do facto de ter aumentado o número de pacientes, designadamente nas áreas de dispensa gratuita da terapêutica antirretrovírica e dos produtos biológicos.



Material de consumo clínico

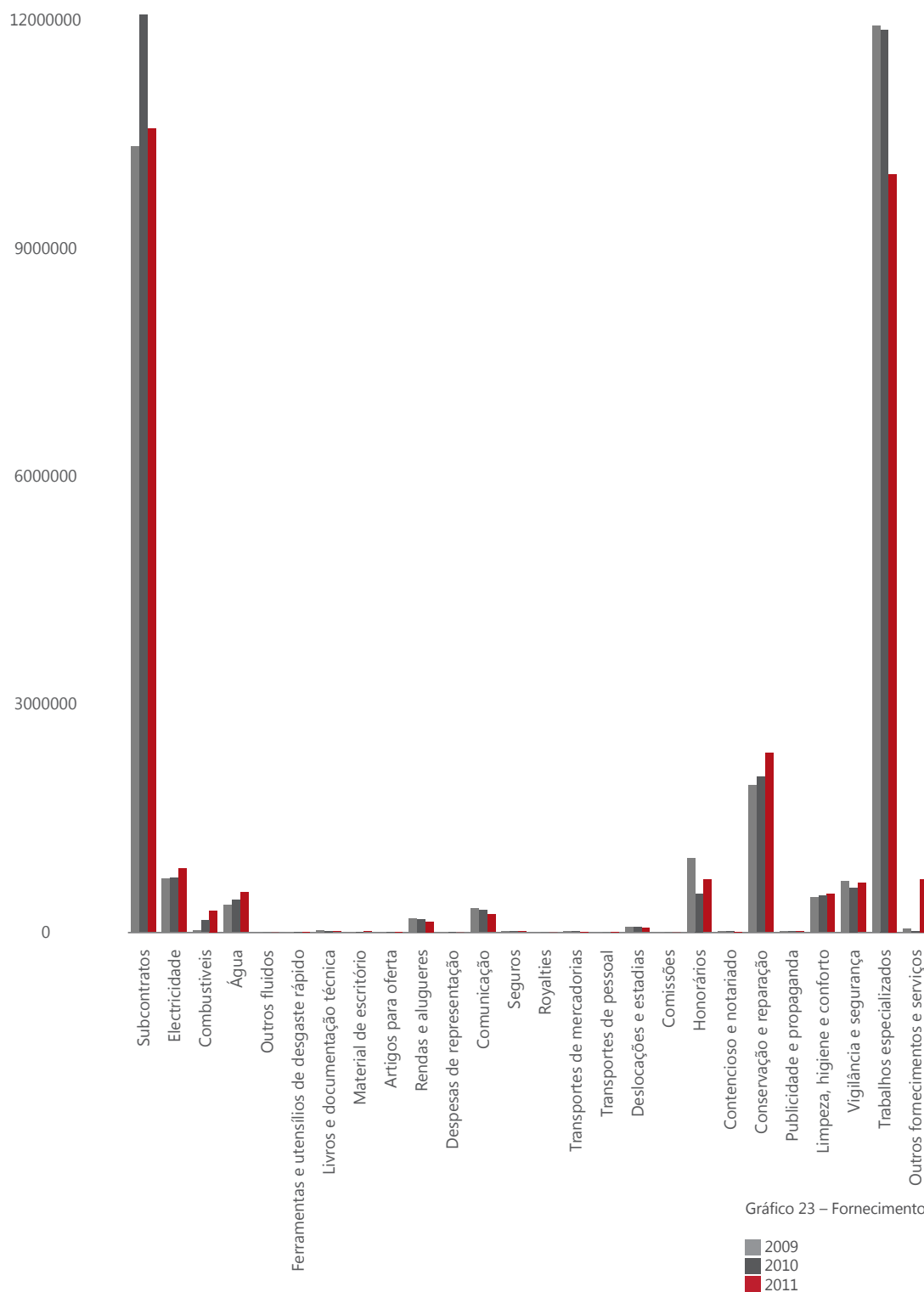
Relativamente ao material de consumo clínico, que apresentou consumos no valor de 9.307.247,35€, alcançou-se uma diminuição de 11,17% em relação a 2010. Os consumos que têm maior peso relativo nesta rubrica são os de material de próteses (33,5%), seguidos do material clínico de tratamento (25,1%) e de outros consumos de material Clínico (21,6%), conforme resulta da leitura do gráfico abaixo.



Fornecimento e serviços externos

A rubrica Fornecimentos e Serviços Externos registou um custo anual de 27.515.803,68€. i.e. menos 1.897.301,99€ do que no ano transato.

A exemplo dos anos imediatamente anteriores, o maior peso relativo é o dos subcontratos, que representam 38,4% do total (-3% do que em 2010) e o dos trabalhos especializados, com 36,24% (-4% do que em 2010).



Custos com pessoal

Como já referimos e se encontra demonstrado na tabela abaixo no ano em análise os valores registados em custos com pessoal foram fortemente influenciados por medidas de carácter legislativo, tendo os mesmos atingido o montante global 61.641.790,81€ (-8,16% do que em 2010).

Representam também, no total dos custos, o maior peso relativo, ou seja, 45,3% dos custos operacionais em 2011.

Esta realidade situa o Hospital de Faro na faixa dos hospitais com menores custos com pessoal não ajustado, em proporção do total dos custos operacionais.

Conta	Designação	2009	Δ	2010	Δ	2011
641	Remunerações dos Órgãos Diretivos	318.234,63 €	-3,11%	308.346,49 €	-13,97%	265.270,36 €
642	Remuneração do Pessoal	56.062.476,48 €	1,23%	56.754.497,80 €	-7,70%	52.384.207,21 €
643	Pensões	1.154.667,03 €	3,33%	1.193.136,57 €	-36,60%	756.488,46 €
645	Encargos S/Remunerações	8.001.374,16 €	-1,54%	7.878.439,73 €	-4,82%	7.498.775,72 €
646	Seg. Acidentes Trabalho	473,39 €	18641,33%	88.719,60 €	141,75%	214.480,82 €
647	Encargos Sociais Voluntários	0,00 €	100,00%	281.236,02 €	100,00%	238.031,86 €
648	Outros Custos com Pessoal	1.364.623,86 €	-55,02%	613.875,99 €	-53,65%	284.536,38 €
	Total Geral	66.901.849,55 €	0,32%	67.118.252,20 €	-8,16%	61.641.790,81 €

Tabela 51 – Custo com pessoal

Estrutura dos proveitos

No período em análise, os proveitos ascenderam a 121.785.853,44€, isto é, - 6,62% do que em 2010.

Contudo, deve salientar-se que os proveitos aqui mencionados são, no que respeita ao SNS, previsionais.

Designação	2009	Δ	2010	Δ	2011
Vendas e Prestações de serviços	116.002.166,57 €	4,93%	121.719.943,36 €	-8,42%	111.476.821,26 €
Proveitos suplementares	545.394,61 €	58,62%	865.117,26 €	-19,59%	695.621,61 €
Transf. e Subs. Correntes Obtidos	3.455,92 €	3917,40%	138.838,23 €	-35,61%	89.402,09 €
Outros proveitos e ganhos operacionais	5.572.154,91 €	15,95%	6.460.670,24 €	-26,49%	4.749.133,63 €
Juros e proveitos similares	98.748,88 €	-70,64%	28.994,19 €	-81,28%	5.426,33 €
Proveitos e ganhos extraordinários	6.138.481,00 €	-80,30%	1.209.507,91 €	294,33%	4.769.448,52 €
Total Geral	128.360.401,89 €	1,61%	130.423.071,19 €	-6,62%	121.785.853,44 €

Tabela 52 – Mapa comparativo de proveitos

Tal como em anos anteriores, a receita é essencialmente proveniente da produção efectuada para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), a qual como já foi mencionado sofreu uma redução das tabelas de facturação da ordem dos 4%.

Por esse motivo, mesmos com níveis assistenciais genericamente idênticos aos do ano anterior o Hospital viu diminuídas, à partida, as receitas resultantes da actividade base contratada.

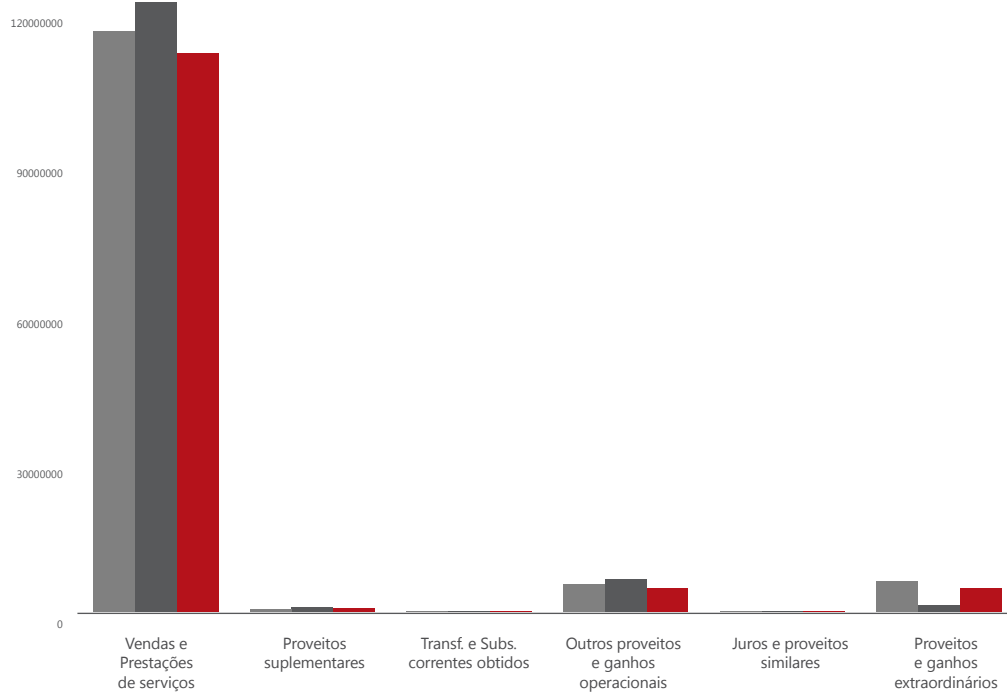


Gráfico 24 – Receitas

■ 2009
■ 2010
■ 2011

Análise financeira e patrimonial

Esta análise, que incide sobre os dados do balanço, permite constatar que houve um acréscimo do activo total, o qual à semelhança do ano anterior se ficou a dever aos Acréscimos e Diferimentos, os quais assumem um peso de 81% no Ativo e que são registados em contrapartida da previsão das receitas faturáveis ao SNS.

De salientar que, até à data de 31 de dezembro de 2011, não tinha sido possível fechar toda a facturação SNS de 2009 e 2010 (por falta de aceitação definitiva pela ACSS). Esta situação não tem permitido encerrar formalmente os processos de facturação e proceder aos acertos de contas previstos nos Contratos-Programa, razão pela qual vem aumentando o valor dos Acréscimos e Diferimentos.

Nas tabelas 48 e 49 que seguem encontra-se registado o Balanço Comparativo em termos absolutos e percentuais.

Ativo	2009 AL	Δ	2010 AL	Δ	2011 AL
IMOBILIZADO:					
Imobilizações Incorpóreas	129.167,21 €	-100,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €
Imobilizações Corpóreas	15.793.366,77 €	297,97%	62.852.683,67 €	0,49%	63.162.384,37 €
Investimentos Financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €
Sub-total	15.922.533,98 €	294,74%	62.852.683,67 €	0,49%	63.162.384,37 €
CIRCULANTE:					
Existências	3.619.705,63 €	-7,71%	3.340.693,91 €	-12,90%	2.909.634,27 €
Dívidas de terceiros:					
Curto prazo	18.687.408,64 €	-25,74%	13.876.488,24 €	-22,78%	10.715.276,34 €
Depósitos Bancários e Caixa	459.234,66 €	-60,60%	180.944,99 €	-20,59%	143.686,28 €
Sub-total	22.766.348,93 €	-23,58%	17.398.127,14 €	-20,86%	13.768.596,89 €
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:	130.507.593,67 €	91,18%	249.509.031,45 €	31,63%	328.423.218,68 €
Total do activo	169.196.476,58 €	94,90%	329.759.842,26 €	22,92%	405.354.199,94 €
Capital próprio e passivo	2009	Δ	2010	Δ	2011
CAPITAL PRÓPRIO:					
Capital	19.922.097,00 €	12,55%	22.422.097,00 €	0,00%	22.422.097,00 €
Reservas de Reavaliação	0,00 €	0,00%	42.466.225,74 €	0,00%	42.466.225,74 €
Restantes Reservas e Out. Capitais Próprios	11.625.171,38 €	1,93%	11.849.232,97 €	1,00%	11.968.080,17 €
Resultados Transitados	-56.632.543,30 €	27,84%	-72.397.915,34 €	25,18%	-90.627.232,02 €
Sub-total	-25.085.274,92 €	-117,30%	4.339.640,37 €	-417,33%	-13.770.829,11 €
Resultado líquido do exercício	-15.636.204,83 €	16,58%	-18.229.316,68 €	-6,48%	-17.047.387,00 €
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	-40.721.479,75 €	-65,89%	-13.889.676,31 €	121,88%	-30.818.216,11 €
PASSIVO	2009	Δ	2010	Δ	2011
Provisões	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	576.871,54 €
Curto prazo	196.744.960,85 €	68,27%	331.054.438,88 €	28,33%	424.836.444,78 €
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:	13.172.995,48 €	-4,39%	12.595.079,69 €	-14,58%	10.759.099,73 €
TOTAL DO PASSIVO	209.917.956,33 €	63,71%	343.649.518,57 €	26,92%	436.172.416,05 €
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	169.196.476,58 €	94,90%	329.759.842,26 €	22,92%	405.354.199,94 €

Tabela 53 – Balanço comparativo

Conta	Designação	2009	2010	2011
	A C T I V O			
	IMOBILIZADO:			
43+441/6+449	Imobilizações incorpóreas Brutas	0,08%	0,00%	0,00%
	Imobilizações incorpóreas Líquidas	0,08%	0,00%	0,00%
	Imobilizações corpóreas Brutas	31,04%	27,81%	23,67%
42+441/6+448	Amortizações Acumuladas	(- 21,54%)	(-8,56%)	(-7,97%)
	Imobilizações corpóreas Líquidas	9,50%	19,25%	15,70%
41+441/6+447	Investimentos financeiros Brutos	0,00%	0,00%	0,00%
	Investimentos financeiros Líquidos	0,00%	0,00%	0,00%
	Total do Activo Imobilizado	9,58%	19,25%	15,70%
	CIRCULANTE:			
32 a 37	Existências Brutas	2,18%	1,02%	0,72%
	Existências Líquidas	2,18%	1,02%	0,72%
21/2/4/5/6	Dívidas de terceiros - curto prazo - Brutas	9,44%	3,25%	1,89%
	Dívidas de terceiros - curto prazo - Líquidas	9,44%	3,25%	1,89%
11 a 14	Depósitos bancários e caixa	0,28%	0,06%	0,04%
	Total do Activo Circulante	11,90%	4,33%	2,65%
27	Acréscimos e Diferimentos	78,52%	76,42%	81,65%
	TOTAL DO ACTIVO	100%	100%	100%
	CAPITAL PRÓPRIO:			
51	Capital	11,99%	6,87%	5,57%
56	Reservas de Reavaliação	0,00%	13,01%	10,56%
52/3/5+572/9	Restantes reservas e out. capitais próprios	6,99%	3,63%	2,98%
59	Resultados transitados	(- 34,07%)	(-22,17)	(-22,53)
	Sub-total	(- 15,09%)	1,33%	(- 3,42%)
88	Resultado líquido do exercício	(- 9,41%)	(- 5,58%)	(- 4,24%)
	Total do Capital Próprio	(- 24,50%)	(- 4,25%)	(- 7,66%)
	PASSIVO:			
29	Provisões	0,00%	0,00%	0,14%
21/2/3/4/5/6	Dívidas a terceiros - curto prazo	116,58%	100,40%	104,84%
	Sub-total	116,58%	100,40%	104,99%
27	Acréscimos e Diferimentos	7,93%	3,86%	2,67%
	Total do Passivo	124,50%	104,25%	107,66%
	Total do Capital Proprio + Passivo	100%	100%	100%

Tabela 54 – Balanço comparativo %

Entende-se dever salientar que quanto ao activo líquido, em 31 de dezembro de 2011 o mesmo ascendia a 405.354.199,94 € para um Capital próprio de -30.818.216,11€ e um passivo de 436.172.416,05€.

O crescimento do passivo total a curto prazo é uma consequência das dívidas a fornecedores, a que se adiciona o efeito dos pagamentos por conta das Prestações de Serviços efectuados pela ACSS desde a passagem do Hospital a EPE, e os valores dos empréstimos efectuados pelo FASP-SNS¹. Os adiantamentos anteriormente referidos, com origem na ACSS, continuarão a influenciar os valores do passivo de curto prazo até que seja possível melhorar os tempos de aceitação da facturação, facto que possibilitará o débito de elevados montantes, das contas da classe 2 para crédito das contas da classe 7.

Indicadores económico financeiros

Face à diversidade de rácios produzidos e registados nas tabelas que seguem, analisam-se alguns dos indicadores mais significativos para a gestão e que permitem ter uma visão geral da situação económica e financeira, à data do encerramento das contas, sendo que, genericamente e por comparação com o ano anterior, a grande maioria se deteriorou.

Para o efeito, destaca-se, desde já, o rácio de Solvabilidade, calculado para se conhecer a capacidade que a Entidade tem para fazer face aos seus compromissos a médio e longo prazo. O seu valor é negativo, o que ilustra a vulnerabilidade da Instituição, o que equivale a dizer que o Hospital de Faro está extremamente dependente dos seus credores.

No que se refere ao rácio da autonomia financeira, o mesmo indica o grau de independência do Hospital de Faro em relação aos seus credores, sendo um indicador de grande importância na análise e contratação de operações financeiras. A Instituição tem uma autonomia financeira abaixo dos valores considerados razoáveis tendo este indicador piorado em 2011.

O rácio de liquidez geral, que demonstra a capacidade para se fazer face aos compromissos, é um rácio utilizado para avaliar a situação financeira dado que indica em que medida as dívidas de curto prazo estão cobertas por activos circulantes mobilizáveis, caso seja necessário proceder ao pagamento dos passivos circulantes exigíveis. Como se pode verificar, no Hospital de Faro, os valores em causa não atingem a unidade (1), o que se torna preocupante, pois os mesmos não deveriam ser inferiores a 1,3. O valor actual de 0,03, indica uma insuficiente capacidade para fazer face aos compromissos acima referidos e representa uma deterioração relativamente ao exercício de 2010.

No entanto, o rácio de Liquidez Geral não permite, só por si, tirar conclusões determinantes sobre a verdadeira liquidez da Instituição. Assim, para completar e melhorar a informação dada pelo indicador em apreço é usual analisar o valor do rácio de Liquidez Reduzida. Com este indicador, pretende-se medir a capacidade para cumprir os compromissos de curto prazo, não com a totalidade do activo circulante, mas tão só com a parte deste que não diz respeito às existências. A lógica subjacente é a de que as existências não se transformam em meios líquidos tão rapidamente como os restantes activos circulantes.

Os valores aceitáveis para este rácio situam-se entre 0,9 e 1,1, denotando tanto mais liquidez, quanto mais próximo estiver da unidade, o que não se verifica no caso do Hospital de Faro, uma vez que esse rácio apresenta um valor 0,02.

¹ Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamento do Serviço Nacional de Saúde

Assim sendo, este dado só vem confirmar o que se constatou relativamente à Liquidez Geral, ou seja, indica uma insuficiente capacidade para fazer face aos compromissos e apresenta, igualmente, uma deterioração relativamente ao exercício de 2010.

Cód	Designação	2009	Δ %	2010	Δ %	2011
	Prestação de Serviços Líquidos	116.002.166,57 €	4,93%	121.719.943,36 €	-8,42%	111.476.821,26 €
	Custos das Existências Vendidas e Consumidas	-41.445.192,36 €	2,56%	-42.508.179,98 €	-2,44%	-41.470.267,47 €
	Subcontratos	-10.333.602,29 €	16,82%	-12.072.139,03 €	-12,45%	-10.569.637,68 €
MB	Margem Bruta	64.223.371,92 €	4,54%	67.139.624,35 €	-11,47%	59.436.916,11 €
	Outros Proveitos Operacionais	5.572.154,91 €	15,95%	6.460.670,24 €	-26,49%	4.749.133,63 €
	Fornec. e Serviços Externos (Líquidos de Subcontratos)	-17.659.876,64 €	-1,81%	-17.340.966,64 €	-2,28%	-16.946.166,00 €
	Custos com o Pessoal	-66.901.849,55 €	0,32%	-67.118.252,20 €	-8,16%	-61.641.790,81 €
	Outros Custos Operacionais	-262.524,10 €	-17,85%	-215.661,76 €	-24,44%	-162.960,55 €
MLB	Meios Libertos Brutos de Exploração	-15.028.723,46 €	26,31%	-11.074.586,01 €	-31,52%	-14.564.867,62 €
	Amortizações e ajustamentos (de exploração)	-4.078.597,65 €	8,21%	-4.413.347,24 €	-2,23%	-4.314.978,88 €
	Provisões	0,00 €	100,00%	-196.413,21 €	318,40%	-821.737,39 €
RE	Resultados de Exploração	-19.107.321,11 €	17,91%	-15.684.346,46 €	-25,61%	-19.701.583,89 €
	Outros Resultados (extra-exploração)	3.914.880,11 €	-152,90%	-2.071.067,01 €	249,97%	3.105.970,19 €
MLBT	Meios Libertos Brutos Totais	-11.113.843,36 €	-18,28%	-13.145.653,02 €	12,83%	-11.458.897,44 €
RAJI	Result. a/Custos Fin. de Financiamento e de Imp. s/Lucros	-15.192.441,01 €	-16,87%	-17.755.413,47 €	6,53%	-16.595.613,71 €
CFF	Custos Financeiros de Financiamento	-782.896,01 €	16,02%	-908.324,37 €	-4,05%	-871.559,06 €
RAI	Resultados a/ de Impostos sobre Lucros	-15.633.263,45 €	-16,57%	-18.224.072,75 €	6,53%	-17.034.106,40 €
ISRE	Imposto sobre o Rendimento do Exercício	-2.941,38 €	78,28%	-5.243,93 €	153,26%	-13.280,60 €
RL	Resultados Líquidos	-15.636.204,83 €	-16,58%	-18.229.316,68 €	6,48%	-17.047.387,00 €
RAJDI	Result. a/Custos Fin. de Financiamento e d/ Imp. s/Lucros	-15.195.382,39 €	-16,88%	-17.760.657,40 €	6,48%	-16.608.894,31 €

Tabela 55 – Mapa de indicadores de Rentabilidade

Código	Rátios	2009	Δ	2010	Δ	2011	Tendência
AC	Activo Corrente	19.772.497,02 €	-28,55%	14.128.243,32 €	-24,54%	10.661.296,25 €	Pior
AF	Activo Fixo	15.922.533,98 €	294,74%	62.852.683,67 €	0,49%	63.162.384,37 €	Melhor
CP	Capital Próprio	-40.721.479,75 €	65,89%	-13.889.676,31 €	-121,88%	-30.818.216,11 €	Irregular mas Pior
PC	Passivo Corrente	193.751.108,94 €	69,18%	327.784.555,06 €	28,66%	421.729.144,14 €	Pior
CPP	Capitais Permanentes	-40.721.479,75 €	65,89%	-13.889.676,31 €	-121,88%	-30.818.216,11 €	Irregular mas Pior
EDV	Endividamento	124,50%	-16,26%	104,25%	3,27%	107,66%	Irregular mas Pior
ATF	Autonomia Financeira	-24,50%	82,64%	-4,25%	-80,09%	-7,66%	Irregular mas Pior
LQG	Liquidez Geral	0,10	-57,76%	0,04	-41,35%	0,03	Pior e SEM cobertura
LQR	Liquidez Reduzida	0,08	-60,52%	0,03	-44,15%	0,02	Pior e SEM cobertura
LQI	Liquidez Imediata	0,002	-76,71%	0,001	-38,28%	0,0003	Pior e SEM cobertura
ST	Solvabilidade Total	-0,20	79,26%	-0,04	-74,39%	-0,07	Irregular mas Pior
QOT	Racio Q de Tobin	0,82	11,90%	0,92	0,50%	0,93	Melhor
ROI	Rentabilidade do Activo Líquido (Return on Investment)	-9,41%	40,65%	-5,58%	24,10%	-4,24%	Melhor
RA	Rotação do Activo (turnover)	0,70	-46,58%	0,37	-25,66%	0,28	Pior
CI	Cobertura do Imobilizado	-2,56	91,36%	-0,22	-120,79%	-0,49	Irregular mas Pior
FM	Fundo de Maneio	-187.151.607,40 €	-74,32%	-326.251.391,43 €	-29,47%	-422.403.819,16 €	Pior e NEGATIVO

Tabela 56 – Listagem Geral de Indicadores

Doações

O valor total das doações foi de 102.697,83€ sendo, na sua maioria em equipamento básico, assim distribuído: médico-cirúrgico no valor de 73.687,45€ e Mobiliário Hospitalar no valor de 27.864,68€. As restantes doações referem-se a equipamento informático como se evidencia na tabela seguinte.

Designação	2011
Edifícios e Outras Construções	
Equipamento Básico	101.552,13 €
Médico-Cirúrgico	73.687,45 €
De Imagiologia	0,00 €
De Laboratório	0,00 €
Mobiliário Hospitalar	27.864,68 €
De desinfecção e Esterilização	0,00 €
De Hotelaria	0,00 €
Outros	0,00 €
Equipamento de Transporte	0,00 €
Ferramentas e Utensílios	0,00 €
Equipamento Administrativo e Informático	1.145,70 €
Equipamento Administrativo	76,74 €
Equipamento Informático	1.068,96 €
Hardware	1.068,96 €
Software	0,00 €
Outras Imobilizações Corpóreas	0,00 €
Total Geral	102.697,83 €

Tabela 57 – Doações

6

Governo da Sociedade

Governo da sociedade

Em cumprimento do disposto na resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007 de 28 Março, que aprovou os Princípios do Bom Governo, passamos a apresentar as suas componentes:

1. Missão, objectivos e políticas da empresa

Queremos ser um Hospital de qualidade excelente, em permanente aperfeiçoamento profissional e técnico, capaz de lograr um alto grau de satisfação dos agentes sociais, dos profissionais que nele trabalham e, especialmente, dos seus utentes.

A Missão

O Hospital de Faro é um hospital público, com características de hospital central, cuja finalidade é elevar a qualidade dos cuidados de saúde prestados à população e satisfazer as necessidades e expectativas dos seus utentes mediante a prestação de serviços de saúde especializados.

Para isso são assumidos como vetores principais de actuação o desenvolvimento da melhoria contínua nos seguintes domínios:

- A eficiência e o equilíbrio da gestão;
- A motivação e o desenvolvimento profissional dos colaboradores do Hospital;
- A contribuição para a melhoria do Sistema Nacional de Saúde, pela cooperação e coordenação com outras organizações deste sistema, de maneira a prestar serviços de saúde de nível qualitativamente elevado e em tempo oportuno.

Os valores

- Trabalho em prol dos atentes;
- Trabalho de equipa;
- Orientação para os resultados;
- Aposta na inovação;
- Sentido de pertença;
- Gestão participativa.

2. Regulamentos internos e externos:

O Hospital de Faro, E.P.E. rege-se pelo seu Regulamento Interno (que foi remetido à Tutela para efeitos de homologação), pelo diploma legal da sua criação como entidade pública empresarial, e respetiva legislação enquadadora, pelo regime jurídico do sector empresarial do Estado, e subsidiariamente, em tudo o que não se encontre previsto especificamente nesse regime pelo Código das Sociedades Comerciais, pelas normas em vigor para o Serviço Nacional de Saúde que, não contrariem os dispositivos do seu diploma criador, pelas demais normas legais de gestão hospitalar em vigor, e, ainda, por todas as normas gerais e especiais que, por força da sua natureza jurídica, lhe sejam igualmente aplicáveis.

Neste ponto do Relatório será, igualmente, crucial assinalar que, no ano de 2011, foram produzidos e oportunamente aprovados pelo Conselho de Administração do Hospital de Faro, E.P.E. alguns importantes normativos internos, destacando-se:

- «O Código de Ética dos trabalhadores do Hospital de Faro, EPE»;
- «O Regulamento da Atividade Formativa do Centro de Formação, Investigação e Conhecimento»;
- «O Regulamento do Auditório do Hospital»;
- «O Regulamento do Núcleo de Transportes»;
- «Regulamento do Serviço de Gestão Documental»;
- «Regulamento para afixação de materiais nos suportes físicos de comunicação»;
- «O Regulamento do Serviço de Saúde Ocupacional»;
- «O Regulamento do Grupo de Gestão de Risco Clínico»;
- «O Manual de Procedimentos referente ao Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores em Funções Públicas»;
- «O Manual de Procedimentos de Auditoria Interna».

Por outro lado, não será despidendo fazer notar que, quando do ponto de vista funcional e operacional é detectada a necessidade de efectuar ajustamentos aos procedimentos em vigor, são elaborados e/ou actualizados os respectivos normativos

Para além disso, no Hospital de Faro, E.P.E. continuaram a produzir efeitos jurídicos em 2011 regulamentos internos aprovados noutros exercícios, cumprindo destacar os seguintes:

- “O Regulamento da Assistência Espiritual”;
- “O Regulamento dos Serviços Fúnebres”;
- “O Regulamento de Estacionamento”;
- “O Regulamento da Segurança”;
- “O Regulamento da Residência Hospitalar”;
- “O Regulamento para Acesso e Utilização de Espaços Hospitalares destinados a acções de promoção, vendas e exposições”;
- “O Regulamento dos Fundos de Maneio”;
- “O Plano de Prevenção contra riscos de Corrupção e Infrações Conexas”;
- “O Regulamento da Comissão de Ética”;
- “O Regulamento da Comissão de Farmácia e Terapêutica”;
- “O Regulamento do Gabinete Jurídico e de Contencioso”;
- “O Regulamento do Gabinete de Comunicação e Relações Exteriores”;
- “Normas de Acesso ao Hospital de Faro, EPE”.

Entende-se também dever salientar que, as obrigações do Hospital de Faro constam dos seus regulamentos internos, são fixadas de acordo com a política de saúde a nível nacional e regional, e com os planos estratégicos superiormente aprovados, e são desenvolvidas através de Contratos-Programa, em articulação com as atribuições das demais instituições e entidades do denominado Serviço Nacional de Saúde.

Neste quadro legal, devemos realçar, ainda que de uma forma sucinta, o seguinte:

- O Hospital de Faro, E.P.E. foi criado pelo Decreto-Lei n.º180/2008, de 26 de Agosto, tendo os respectivos estatutos sido aprovados pelo n.º2 do art.1º do retro mencionado diploma, os quais constam do Anexo II ao Decreto-Lei n.º233/2005, de 29 de Dezembro;
- O Hospital de Faro, E.P.E. é uma pessoa colectiva de direito público, e de natureza empresarial, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, integrado na rede de prestação de cuidados de saúde do Serviço Nacional de Saúde (vulgarmente designado por SNS), com o número de pessoa colectiva 508 718 872, e com sede na Rua Leão Penedo, em Faro.

Neste circunstancialismo jurídico, a legislação que enquadra a orgânica e o funcionamento o Hospital de Faro, EPE, é a seguinte:

- **Constituição:** Decreto-Lei n.º 180/2008, de 26 de Agosto;
- **Estatutos:** Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro;
- **Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas:** Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, com as alterações introduzidas; Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto; Lei n.º64-A/2008, de 31 de Dezembro; e Lei n.º55-A/2010, de 31 de Dezembro;
- **Regime Jurídico de Gestão Hospitalar:** Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro; Decreto-Lei 188/2003, de 20 de Agosto;
- **Regime Jurídico do Gestor Público:** Decreto-Lei n.º71/2007, de 27 de Março;
- **Estatuto do Serviço Nacional de Saúde:** Decreto-Lei n.º11/93, de 15 de Janeiro; alterado pelo Decreto-Lei N.º77/96, de 18 de Junho; pelo Decreto-Lei n.º112/97, de 10 de Maio; Decreto-Lei n.º53/98, de 11 de Março; Decreto-Lei n.º97/98, de 18 de Abril; Decreto-Lei n.º401/98, de 17 de Dezembro; Decreto-Lei n.º156/99, de 10 de Maio; Decreto-Lei n.º157/99, de 10 de Maio; Decreto-Lei n.º68/200, de 26 de Abril; Decreto-Lei n.º185/2002; Decreto-Lei n.º223/2004, de 3 de Dezembro; Decreto-Lei n.º222/2007, de 29 de Maio e Decreto-Lei n.º276-A/2007, de 31 de Julho;
- **Lei de Bases da Saúde:** Lei n.º 48/90, de 2 de Agosto.

Avaliação sobre o grau de cumprimento dos Princípios de Bom Governo:

- Conforme o disposto no Anexo II - Princípios dirigidos às empresas do Estado constante da Resolução de Conselho de Ministros n.º49/2007, de 28 de Março, o Hospital de Faro, E.P.E. cumpre os Princípios de Bom Governo.

Assim:

A missão, os objetivos e os princípios gerais de atuação encontram-se definidos no seu regulamento interno:

O Hospital de Faro cumpre a sua missão e os objetivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, visando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios fixados de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, de serviço público e de satisfação das necessidades da coletividade.

Com efeito, a missão do Hospital de Faro, E.P.E., é a de atender e de tratar, em tempo útil, com eficiência e qualidade pautando-se pela:

- Prestação de cuidados de saúde de qualidade, acessíveis e em tempo oportuno;
- Eficácia técnica e eficiência, num quadro de desenvolvimento económico e financeiro sustentável;
- Melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados **Empresa**.

No desenvolvimento da sua atividade, o Hospital de Faro e os seus colaboradores regem-se pelos seguintes valores:

- Atitude centrada no doente e respeito pela dignidade humana;
- Cultura do conhecimento como um bem em si mesmo;
- Cultura da excelência técnica e do cuidar;
- Cultura interna de multidisciplinaridade e do bom relacionamento no trabalho.

Planos de atividade e orçamentos:

- Os planos de atividades e orçamentos são elaborados de forma adequada aos recursos e fontes de financiamento disponíveis e tendo em conta a missão e os objetivos fixados. São ainda definidas estratégias de sustentabilidade no domínio económico, identificando para o efeito, os objetivos a atingir e explicitando os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo.

Reporte e divulgação de informação:

- Anualmente o Hospital de Faro elabora o Relatório e Contas, sendo este remetido à Tutela, e a sua informação disponibilizada na internet e na intranet.

Cumprimento de legislação e regulamentação:

- O Hospital de Faro tem a natural preocupação de cumprir escrupulosamente a legislação, e a regulamentação em vigor.

Trabalhadores:

- O Hospital de Faro trata sempre com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo ativamente para a sua valorização profissional, nomeadamente com a definição de um plano de formação aprovado pelo seu órgão de administração.

É nesse sentido que:

1. Existe um Centro de Formação, Conhecimento e Investigação do Hospital de Faro que, procura precisamente desenvolver as diversas competências e aprofundar os conhecimentos dos nossos profissionais;
2. Se encontra criado um Serviço de Saúde Ocupacional directamente dependente do órgão de gestão.

Número de membros:

- Os órgãos de administração e de fiscalização são nomeados pela tutela e apresentam dimensão considerada apropriada à complexidade do Hospital de Faro, assegurando eficácia ao processo de tomada de decisão e garantindo a capacidade efetiva de supervisão.

Modelo de governo

Existe segregação de funções, competindo as funções executivas ao Conselho de Administração e as funções de fiscalização ao Fiscal Único.

- Encontra-se também nomeado um auditor interno cuja atividade é articulada com a da Inspeção-Geral de Finanças e da Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (Decreto-Lei n.º233/2005, de 29 de Dezembro, aplicável por força do Decreto-Lei n.º180/2008, de 26 de Agosto).

Auditoria anual de contas:

- As contas são avaliadas de uma forma periódica e independente pelo Fiscal Único, sendo emitida a respetiva Certificação Legal de Contas, de acordo com as normas e os princípios emanados pela Ordem Jurídica.

Sistema de controlo interno:

Foi implementado um sistema de controlo interno, tendo para esse efeito sido elaborado e feitos aprovar diversos Manuais de Controlo Interno seguindo de perto as orientações veiculadas pela ACSS, a saber:

- O Manual de Compras;
- O Manual de Contabilidade;
- O Manual de Contas a pagar;
- O Manual de Contas a receber;
- O Manual de Recursos Humanos;
- O Manual de Gestão de Imobilizado;
- O Manual de Tesouraria;
- O Manual de Logística e de Farmácia;
- O Manual de Produção.

Rotação de mandatos:

- O Hospital de Faro, EPE, cumpre o estabelecido no n.º4 do artigo 6º, no n.º2 do artigo 15º e no n.º3 do art.17º, do Anexo II do Decreto-Lei n.º233/2005, de 29 de Dezembro.

Remunerações e outros direitos

- O Hospital de Faro divulga as remunerações e outros direitos auferidos pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, fazendo parte das contas aprovadas pela Tutela, e tendo sempre associado suporte documental.

Prevenção de conflitos de interesses

- Os membros dos órgãos sociais abstêm-se de intervir em decisões que envolvam os seus próprios interesses, acautelando, assim, a sua independência de atuação. Ademais, e na esteira da doughty recomendação do Conselho de Prevenção Contra a Corrupção, foi elaborado e está em vigor um Plano de Gestão de Riscos contra a Corrupção e Infrações Conexas.

Obrigações de serviço público

As obrigações de serviço público decorrem da legislação aplicável, desde logo, da Constituição da República Portuguesa, e da Lei de Bases da Saúde.

De acordo com a Lei referida, o Estado promove e garante o acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde nos limites dos recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis.

Aliás, é objetivo fundamental da Política de Saúde obter a igualdade dos cidadãos no acesso aos cuidados de saúde, bem como garantir a equidade na distribuição de recursos e na utilização de serviços.

Assim, como princípios nucleares destacaremos:

- Promoção da atualização permanente de conhecimentos/atitudes e valorização profissional e pessoal dos colaboradores da organização;
- Apoio ao desenvolvimento de programas de investigação clínica que melhorem os cuidados aos utentes e beneficiem a sociedade / comunidades;
- Respeito Mútuo manifestado pelo tratamento de todos os elementos das nossas comunidades diversas, com respeito pelos seus direitos e pela dignidade;
- Compromisso com a Qualidade visando melhorar continuamente todos os processos que suportam os cuidados aos utentes, a formação e a investigação;
- Promoção do trabalho em equipa, da responsabilidade pessoal, da integridade, inovação, confiança e comunicação no contexto da instituição; reconhecimento dos valores profissionais e pessoais de cada colaborador, como incentivo ao desenvolvimento das suas capacidades;
- Compromisso social beneficiando os cidadãos através dos cuidados de saúde, educação e investigação; promoção do apoio às comunidades em que vivemos e trabalhamos;
- Sustentabilidade económico-financeira alocando recursos sempre numa lógica de sistema e interesse público, operando de forma a conseguir o equilíbrio financeiro suficiente para prover as necessidades atuais e futuras.

3. Informação sobre as transacções relevantes com entidades relacionadas

O Hospital de Faro mantém relações relevantes com várias Entidades destacando-se, de entre elas:

ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde, à qual é facturada a prestação de cuidados de saúde aos utentes do SNS, de acordo com o estipulado no Contrato-Programa assinado anualmente. No ano de 2010 entraram em vigor novas regras de facturação, as quais determinaram que os Subsistemas Públicos – ADSE, IASFA, ADMGA e SAD/PSP – fossem integrados no sistema de pagamentos do SNS, ou seja, o Hospital de Faro passou a facturar as prestações de serviços efectuados para estes subsistemas, à ACSS.

ARS Algarve, para a qual o Hospital emite facturação relacionada com os seguintes fornecimentos: Prestação de Cuidados de Saúde a cidadãos com o Cartão Europeu (E111), Exames Médicos, vários tipos de Medicamentos, tratamento de utentes internados na Unidade de Convalescença de Loulé no âmbito de Protocolo celebrado com a RNCCI e ainda outros serviços prestados no âmbito de Protocolos de natureza diversa. Em sentido contrário, recebe facturação emitida pelo Laboratório Regional de Saúde Pública – Laura Ayres (sob tutela da ARS), no âmbito do estudo e tratamento do sangue e seus derivados, bem como outras, de pequeno montante e naturezas diversas.

IML – Instituto de Medicina Legal: o Gabinete de Medicina Legal de Faro funciona no Hospital de Faro, mediante Protocolo;

INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica com o qual vigora Protocolo na área de assistência pré-hospitalar

SUCH – Serviços de Utilização Comum dos Hospitais, o Hospital de Faro integra este consórcio, sendo particularmente relevante a intervenção desta Entidade nos Serviços Gerais e nos Serviços de Instalações e Equipamentos.

4. Informação sobre outras transacções

Procedimentos adoptados na aquisição de bens e serviços

No que respeita à aquisição de serviços e à contratação de empreitadas, o Hospital de Faro rege-se por normas de direito privado, com excepção dos procedimentos que impõem a aplicação do regime do direito comunitário relativo à contratação pública, nos termos do estipulado no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Os Manuais de Controlo Interno existentes garantem o cumprimento rigoroso dos princípios gerais da livre concorrência, transparência e boa gestão.

Transacções que não ocorrem em condições de mercado

Não existiram transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado.

Fornecedores relevantes

Listagem das Entidades com fornecimentos superiores a Um Milhão de Euros e que representam mais de 5% do valor total dos mesmos:

N.º	Designação	Contribuinte	Valor Anual
9814046	Gilead Sciencs, LDA	503604704	3.470.696,99
9801171	Abbott Laboratorios, LDA	500006148	3.468.039,87
9818171	Roche Farmacêutica Química, LDA	500233810	3.033.681,12
9803349	Quadrantes Faro - Unid. Radioter. Algarve, LDA	505446120	2.896.900,00
9821018	Union Medica Hispano-Portuguesa, S.L.	980297427	2.353.262,11
9803406	Gertal - Comp. Geral Rest. Aliment., S.A.	500126623	1.971.270,72
9808134	Hospital Cruz Vermelha Portuguesa	504188755	1.657.743,43
9812131	Laboratórios Pfizer, LDA.	500162166	1.657.516,12
9803597	Construções Gabriel A.S. Couto, S.A.	500072868	1.424.536,60
9813004	B. Braun Medical, LDA.	501506543	1.400.581,10
9802141	Bristol - Myers Squibb, S.A.	500048193	1.364.651,29
9802045	Baxter Medico-Farmaceutica, LDA.	503347345	1.362.110,53
9801417	Amgen - Biofarmaceutica, LDA.	502942959	1.301.681,00

Tabela 58 – Fornecedores mais relevantes, 2011.

5. Indicação do modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais

Identificação dos Órgãos Sociais

Nos termos do Decreto-Lei 233/2005, de 29 Dezembro, a Administração* e Fiscalização foi composta durante o ano de 2011 pelos seguintes elementos:

1. De 01.01.2011 a 27.12.2011

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Conselho de Administração			Mandato I
Presidente	Dra. Ana Paula Gonçalves	Despacho MEF e MS n.º 28327/2008de 24.10	2008-2010
Vogal (1)	Prof. Doutor Francisco Manuel Dionísio Serra		
Vogal (2)	Dr. Hugo Miguel Guerreiro Nunes*		
Directora clínica	Dra. Maria Helena Branco Gomes		
Enfermeira directora	Dra. Maria Filomena do Rosário Rafael Martins		
</			

Tabela 59 – Identificação dos Órgãos Sociais Mandato I.

Funções e responsabilidades

Tal como está previsto nos estatutos jurídicos constantes no anexo II do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 26 de Agosto, o Conselho de Administração do Hospital de Faro, cujo mandato cessou em 27/12/2011 procedeu à delegação de competências, entre os seus membros, para a gestão dos serviços e áreas funcionais.

Estas delegações e subdelegações de competências encontram-se divulgadas em Diário da Republica, através dos seguintes despachos:

Despacho n.º 2331/2009 de 16 de Setembro – competências da Presidente do CA, Dr.ª Ana Paula Gonçalves; do Vogal Executivo, Prof. Doutor Francisco Serra; Directora Clínica Dr.ª Maria Helena Gomes e da Enfermeira Directora Dr.ª Maria Filomena Nunes.

Despacho n.º 12392/2010 de 30 Julho – competências do Vogal Executivo Dr. Hugo Nunes.

Passamos a identificar, ainda que muito resumidamente, as principais competências delegadas em cada um dos elementos do Conselho de Administração.

Na Presidente do Conselho de Administração, Ana Paula Pereira Gonçalves:

A responsabilidade pelas áreas de Gestão de Materiais, de Gestão de Doentes, Gestão de Recursos Humanos, Higiene e Segurança no Trabalho, Instalações e Equipamentos, assim como, sem prejuízo das competências conferidas pelo Decreto-Lei n.º 188/2003 aos Órgãos de Direcção Técnica, acompanhar o desenvolvimento da Actividade Assistencial;

No Vogal Executivo, Francisco Manuel Dionísio Serra:

A responsabilidade pelas áreas do Planeamento e Controlo de Gestão, Sistemas e Tecnologias de Informação, Serviços Financeiros e Centro de Formação, Investigação e Conhecimento;

Substituir a Presidente do Conselho de Administração nas suas ausências e impedimentos.

No Vogal Executivo, Hugo Miguel Guerreiro Nunes:

A responsabilidade pelos Serviços Gerais/Área Hoteleira, Segurança e Tratamento de Resíduos, Expediente e Arquivo Geral e Recepção/Encaminhamento do Utente, com supervisão do Gabinete do Utente;

Na Directora Clínica, Maria Helena Marques Pereira Branco Gomes:

Sem prejuízo das competências próprias que lhe estão atribuídas no artigo n.º 9 dos estatutos anexos ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 Dezembro, a responsabilidade pelas áreas do Pessoal Médico, Técnico Superior de Saúde, Técnico Superior de Serviço Social e Técnico de Diagnóstico e Terapêutica afectos às Áreas Assistenciais.

Delega-se também na Directora clínica a autorização de despesas decorrentes da prestação de cuidados de saúde requisitados a entidades externas.

Na Enfermeira Directora, Maria Filomena do Rosário Rafael Martins:

Sem prejuízo das competências próprias que lhe estão atribuídas no artigo n.º 10 dos estatutos anexos ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 Dezembro, a responsabilidade pelas áreas do Pessoal de Enfermagem e do Pessoal Auxiliar que exerça funções em Serviços Assistenciais.

6. Remunerações dos membros dos órgãos sociais durante o ano de 2011

Remunerações 2011: Mandato I	Ana Paula Gonçalves	Francisco Serra	Hugo Nunes	Maria Helena Gomes	Filomena Martins
1. Remuneração *					
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)	66.536	56.918	55.792	81.583	56.918
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	2.559	2.264	2.264	2.264	2.264
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	6.314	5.261	5.066	7.933	5.298
1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)	57.662	49.393	48.462	71.386	49.357
1.5. Senha de presença (€)	0	0	0	0	0
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)	0	0	0	0	0
1.7. Remuneração variável (€)	0	0	0	0	0
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)	0	0	0	0	0
1.9. Outras (identificar detalhadamente) (€)	0	0	0	0	0
2. Outras regalias e compensações					
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)	960€	960€	960€	960€	960€
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)	326,73€	421,64 €	519,39 €	273,42 €	82,43 €
2.3. Subsídio de deslocação (€)	0	0	0	0	0
2.4. Subsídio de refeição (€)	982	850	875	858	892
2.5. Outras (Ajudas custo e transporte) (€)	0	75	58	0	0
3. Encargos com benefícios sociais					
3.1. Regime de Proteção Social (€)	6.892	6.804	7.345	10.667	4.770
3.2. Seguros de saúde (€)	0	0	0	0	0
3.3. Seguros de vida (€)	0	0	0	0	0
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)	0	0	0	0	0
3.5. Outros (identificar detalhadamente) (€)	0	0	0	0	0
4. Parque Automóvel					
4.1. Marca	na	na	na	na	na
4.2. Modelo	na	na	na	na	na
4.3. Matrícula	na	na	na	na	na
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	na	na	na	na	na
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)					
4.6. Ano Inicio					
4.7. Ano Termo					
4.8 N.º prestações (se aplicável)	na	na	na	na	na
4.9. Valor Residual (€)	0	0	0	0	0
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)	0	0	0	0	0
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)	0	0	0	0	0
4.12. Plafond anual Combustível atribuído (€)	0	0	0	0	0
4.13. Outros (identificar detalhadamente) (€)	0	0	0	0	0
5. Informações Adicionais					
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	Não	Não	Não	sim	Não
5.2. Remuneração Líquida Anual pelo lugar de origem (€)				69.395	
5.3. Regime de Proteção social					
5.3.1. Segurança social (s/n)	Não	Não	sim	Não	Não
5.3.2. Outro (indicar)	CGA	CGA		CGA	CGA
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	Não	sim	Não	sim	sim
5.5. Outras (identificar detalhadamente)					
<hr/>					
Fiscal Único	2011				
Remuneração anual auferida (€)	12.140.67				

60 – Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais durante o ano de 2011*: Mandato I

*sobre as remunerações acima referenciadas foram efectuadas as deduções determinadas pelo normativo legal em vigor

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Conselho de Administração			Mandato II
Despacho MEF e MS n.º 17422/2011 de 28.12			
Presidente	Mestre Pedro Manuel Mendes Henriques Nunes		
Vogal (1)	Dr. Luís Miguel da Costa e Cunha Martins		
Vogal (2)	Dra. Graça Maria Palma Pereira		
			2011-2013
Diretor clínico	Dr. Jorge Manuel Domingues Salvador		
Enfermeiro diretor	Dr. José Fernando Vieira dos Santos		
Fiscal Único			
Aguarda nomeação por parte do MEF			2011-2013

Tabela 61 – Identificação dos Órgãos Sociais Mandato II

Remunerações 2011: Mandato II	Pedro Nunes	Luis Martins	Graça Pereira	Jorge Salvador	José Santos
1. Remuneração *					
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)	499	227	227	227	227
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	25	11	11	11	11
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	48	40	40	40	40
1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)	427	175	175	175	175
1.5. Senha de presença (€)	0	0	0	0	0
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)	0	0	0	0	0
1.7. Remuneração variável (€)	0	0	0	0	0
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)	0	0	0	0	0
1.9. Outras (identificar detalhadamente) (€)	0	0	0	0	0
2. Outras regalias e compensações					
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)	0	0	0	0	0
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)	0	0	0	0	0
2.3. Subsídio de deslocação (€)	0	0	0	0	0
2.4. Subsídio de refeição (€)	13	13	13	13	13
2.5. Outras (Ajudas custo e transporte) (€)	0	0	0	0	0
3. Encargos com benefícios sociais					
3.1. Regime de Proteção Social (€)					
3.2. Seguros de saúde (€)	0	0	0	0	0
3.3. Seguros de vida (€)	0	0	0	0	0
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)	0	0	0	0	0
3.5. Outros (identificar detalhadamente) (€)	0	0	0	0	0
4. Parque Automóvel					
4.1. Marca	na	na	na	na	na
4.2. Modelo	na	na	na	na	na
4.3. Matrícula	na	na	na	na	na
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	na	na	na	na	na
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)					
4.6. Ano Inicio					

*sobre as remunerações acima referenciadas foram efectuadas as deduções determinadas pelo normativo legal em vigor

4.7. Ano Termo					
4.8 N.º prestações (se aplicável)	na	na	na	na	na
4.9. Valor Residual (€)	0	0	0	0	0
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)	0	0	0	0	0
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)	0	0	0	0	0
4.12. Plafond anual Combustível atribuído (€)	0	0	0	0	0
4.13. Outros (identificar detalhadamente) (€)	0	0	0	0	0
5. Informações Adicionais					
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	Não	Não	Não	sim	Não
5.2. Remuneração Líquida Anual pelo lugar de origem (€)					
5.3. Regime de Proteção social					
5.3.1. Segurança social (s/n)	Não	Não	sim	Não	Não
5.3.2. Outro (indicar)	CGA	CGA		CGA	CGA
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	Não	Não	Não	Não	Não
5.5. Outras (identificar detalhadamente)					

Tabela 62 – Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais durante o ano de 2011: Mandato II

7. Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

Estratégias adotadas

As estratégias adoptadas pelo Conselho de Administração, passam por prestar cuidados de saúde com qualidade, em tempo oportuno e a um custo socialmente suportável, tal como previsto na sua missão. Para prosseguir este objectivo o Hospital de Faro elaborou um Plano estratégico, no âmbito do processo que conduziu à sua obtenção do estatuto de EPE, e que assenta nas seguintes premissas:

1. Modelo organizativo dos cuidados hospitalares caracterizado por:

- Novos avanços tecnológicos;
- Aumento geral da actividade em regime de ambulatório;
- Incremento específico da Cirurgia de ambulatório;
- Desenvolvimento de soluções alternativas à hospitalização tradicional;
- Abordagem de novos problemas éticos;
- Informação e papel activo dos utentes no relacionamento com as entidades prestadoras de cuidados;
- Forte aposta no alargamento, a todas as áreas assistenciais, das tecnologias de informação e comunicação;
- Necessidade da avaliação da qualidade da assistência e da aplicação das novas tecnologias;

2. As políticas traçadas pelos Ministérios de Tutela no domínio da organização e gestão das unidades de saúde.
3. O conceito de que o utente é o eixo central do sistema de saúde, sobre o qual se deve orientar a sua organização.
4. A qualidade dos cuidados e dos serviços que pretendemos prestar.
5. A estabilidade das condições de trabalho e a motivação dos profissionais de saúde.
6. A sustentabilidade económico-financeira da instituição.

De seguida apresenta-se síntese do mapa estratégico do Hospital de Faro para o período 2008-2013

Mapa estratégico do Hospital de Faro

	Cuidados de Saúde da população	Serviço Nacional de Saúde	Motivação e desenvolvimento profissional
Perspectiva institucional e da comunidade	Hospital de Faro como centro de referência no Algarve	Eficiência e equilíbrio financeiro da gestão	Excelência técnica e humana dos profissionais
	Redução de listas de espera	Optimização do cumprimento contratual com ACSS	Sentido de pertença e compromisso com a missão do Hospital
	Satisfazer as necessidades de cuidados de saúde da população de referência	Melhorar a cobertura e o acesso aos serviços	Estabelecer uma política de comunicação e de relações externas e institucionais
	Reordenar a carteira de Serviços do Hospital	Aumentar a actividade de Consultas Externas	Desenvolver um Plano de Comunicação
	Definir os serviços de referência regional	Implementar a Cirurgia de Ambulatório	Realizar estudos periódicos de satisfação dos utentes
Perspectiva dos utentes do Hospital	Implantar Unidades de Diagnóstico Rápido	Diminuir a pressão do serviço de urgências	
		Reorganizar a actividade cirúrgica do hospital	
	Activar e facilitar a acessibilidade dos utentes que vêm referenciados	Elaborar e desenvolver um Plano de Qualidade	Organograma que responda aos objectivos estratégicos do Hospital
	Melhorar a coordenação com os cuidados primários	Implementar uma gestão por Objectivos	Implementar e actualizar ferramentas de gestão
	Melhorar a coordenação com o C.H.B.A.	Implementar um sistema integrado de gestão clínica	
Aprendizagem e conhecimento	Plano de Sistemas de Informação	Plano de Recursos Humanos	Desenvolver a Formação, Docência e Investigação
	Aplicações de gestão clínica	Adequação das equipas profissionais aos objectivos estratégicos do hospital	Adequar a formação dos profissionais às novas necessidades do hospital
	Aplicações de processos e CRM	Melhorar o clima profissional	Plano estratégico de investigação
	Aplicações analíticas para a tomada de decisão	Externalização de áreas e serviços não assistenciais	Melhorar a capacidade da actividade docente
	Investimento em infra-estrutura tecnológica		

Tabela 63 – Mapa estratégico do Hospital de Faro

Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira social e ambiental

Sustentabilidade económico-financeira

Para que o Hospital possa garantir a sua sustentabilidade é imprescindível que consiga promover um elevado envolvimento de todos os seus responsáveis.

No domínio económico, o Hospital deve atingir um excedente bruto de exploração positivo, ou seja, deve conseguir gerar meios libertos líquidos suficientes para o seu auto financiamento, quer em termos da sua actividade quer em termos de potenciais investimentos.

Modelo de financiamento

O âmbito do financiamento do Hospital de Faro está rigorosamente definido no art.12º do Capítulo III do Decreto-Lei n.º233/2005, de 29 de Dezembro, da seguinte forma:

- “1. Os hospitais E.P.E. são financiados nos termos da base XXXIII da Lei de Bases da Saúde, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro.
2. O pagamento dos actos e actividades dos hospitais E.P.E. pelo Estado é feito através de Contratos-Programa a celebrar com o Ministério da Saúde no qual se estabelecem os objectivos e metas qualitativas e quantitativas, sua calendarização, os meios e instrumentos para os prosseguir, designadamente de investimento, os indicadores para avaliação do desempenho dos serviços e do nível de satisfação dos utentes e as demais obrigações assumidas pelas partes, tendo como referencial os preços praticados no mercado para os diversos actos clínicos.
3. O endividamento dos hospitais E.P.E. não pode exceder em qualquer momento o limite de 30% do respectivo capital estatutário.”

Efectivamente, conforme dispõe o art. 5º do Regime Jurídico da Gestão Hospitalar, os Hospitais devem pautar a respectiva gestão, entre outros, pelo princípio do financiamento das suas actividades, em função da valorização dos actos e serviços realmente prestados, tendo por base a tabela de preços e os acordos do SNS. Acresce ainda que, à luz do art. 12º do diploma legal atrás mencionado, o pagamento dos actos e das actividades dos Hospitais E.P.E. pelo Estado é feito através dos já referidos Contratos-Programa, a celebrar com o Ministério da Saúde.

Deve assinalar-se que em relação a determinados cuidados de saúde prestados a doentes não abrangidos pela responsabilidade do SNS, a respectiva facturação é emitida em nome de Entidades legalmente responsáveis pelo tratamento dos mesmos (terceiros responsáveis), em função de uma tabela de preços aprovada pelo Ministério da Saúde. Para além disso, devem os utilizadores, nos casos previstos na Lei, contribuir acessoriamente com o pagamento de taxas moderadoras, também fixadas superiormente.

O Hospital de Faro apresenta uma debilidade estrutural associada às suas instalações físicas e ao elevado nível de utilização das mesmas, geradora de custos potencialmente ineficientes, quer de manutenção dos edifícios quer dos custos operacionais resultantes da elevada dispersão da actividade por múltiplos edifícios.

A eliminação desta potencial ineficiência da estrutura é muito difícil, enquanto se mantiver o

funcionamento nas actuais instalações, sendo apenas minimizável através de investimento de reposição em algumas áreas, já amplamente referidas ao longo do presente documento.

Analisado o desempenho operacional e a situação financeira dos últimos anos e, tendo em conta as razões que fundamentaram a proposta de transformação do Hospital de Faro em EPE, foram fixados, no âmbito do Plano de Negócios, os seguintes eixos de actuação estratégica, os quais enquadram diversas linhas de intervenção prioritárias, a saber:

Sustentabilidade social

A nível social, este Hospital tem desenvolvido esforços para que todos os cidadãos da sua área de referência tenham acesso a cuidados de saúde eficientes e atempados.

Disso foi dado conta ao longo do presente Relatório sempre que se enunciaram e analisaram as medidas promovidas para aumentar a complexidade e a qualidade da oferta assistencial

Por outro lado, pretendeu-se também, através de intervenções concretas, aumentar o grau de satisfação dos colaboradores da organização, designadamente através da criação de condições destinadas à melhoria das respectivas competências e das condições de trabalho, áreas em que o CFIC e Serviço de Saúde Ocupacional desempenharam um papel decisivo.

Ainda no que diz respeito aos profissionais, para além do apoio a actividades de lazer, foi adoptada uma política de estabilização das condições contratuais, representando, o contrato individual de trabalho por tempo indeterminado um papel predominante

Sustentabilidade ambiental

No domínio ambiental, o Hospital cumpre os necessários requisitos de funcionamento, adoptando práticas e definindo procedimentos coerentes com as melhores práticas de sustentabilidade ambiental, das quais destacamos:

- Cumprimento das normas relativas à recolha e tratamento adequado de resíduos hospitalares preenchendo, anualmente, o registo electrónico de resíduos denominado por SIRAPA, sob a tutela da APA (Agência Portuguesa de Ambiente);
- Adopção do gás natural em alternativa a outros combustíveis, reduzindo a emissão de gases para a atmosfera;
- O Hospital de Faro contribui para o desenvolvimento sustentável da região em que se insere em virtude da sua actividade;
- Está vocacionado para a satisfação de necessidades sociais;
- Esforça-se por diminuir os impactes ambientais negativos que possam derivar da sua actividade;
- Tem um elevado efeito multiplicador do rendimento regional;
- Contribui para a inclusão social ao oferecer um elevado número de empregos, dispersos por um vasto leque de perfis, de qualificações e estratos sociais.

Grau de cumprimento de metas fixadas

O Hospital de Faro, todos os anos faz o planeamento das actividades para o ano seguinte, o qual será a base de negociação para o Contrato-Programa celebrado anualmente com o Ministério da Saúde.

O Contrato-Programa constitui o instrumento de definição e de quantificação das actividades a realizar pelo Hospital, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde. Assim, o Contrato Programa define, nomeadamente, os objectivos de produção e Indicadores de Qualidade e eficiência a atingir, para além do Orçamento económico-financeiro.

Este documento já foi alvo de avaliação no capítulo 5 – Gestão Hospitalar, onde pode constatar-se que, de uma forma geral, foi possível concretizar e ultrapassar, em algumas áreas, as metas acordadas quer para a produção, quer para algumas rubricas do orçamento.

Ao nível da terceira vertente do contrato programa – indicadores de qualidade e eficiência, o Hospital de Faro atingiu parcialmente os indicadores nacionais e regionais definidos.

Para informação mais detalhada sobre esta matéria consultar o capítulo 5 – Gestão Hospitalar.

Cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

No desenvolvimento da sua actividade, o Hospital de Faro baseia-se nos princípios gerais de actuação abaixo apresentados:

- 1) O Hospital de Faro, cumpre a Missão e os Objectivos que lhe foram determinados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, de serviço público e de satisfação das necessidades da colectividade;
- 2) Elabora Planos de Actividades e Orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento das Missões e Objectivos que foram estabelecidos pela Tutela;
- 3) Define estratégias de sustentabilidade nos domínios económicos, social e ambiental, identificando, para o efeito, os objectivos a atingir e explicitando os respectivos instrumentos de planeamento, execução e controlo;
- 4) Adota Planos de Igualdade, após um diagnóstico da situação, tendentes a alcançar no seu seio uma efectiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre Homens e Mulheres, de forma a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- 5) Informa, anualmente, os membros do Governo, os Serviços e Organismos da Administração Pública, que exerçam o poder da Tutela ou a função accionista, e o público em geral, do modo como foi prosseguida a sua Missão, do grau de cumprimento dos seus Objectivos, da forma como foi cumprida a Política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável, e os termos do serviço público efectuado, de acordo com a legislação e restante regulamentação em vigor;

- 6) Trata com respeito e integridade os seus colaboradores, contribuindo activamente para a sua valorização profissional;
- 7) Trata com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos;
- 8) Conduz os seus negócios com integridade, formaliza-os adequadamente e não realiza despesas confidenciais ou indocumentadas;
- 9) Aplica um código de ética, que contempla exigentes comportamentos éticos e deontológicos, tendo procedido à sua divulgação por todos os seus colaboradores, clientes, fornecedores e pelo público em geral.

Serviço público e satisfação das necessidades da colectividade

As obrigações de Serviço Público encontram-se expressamente previstas no artigo 2º, do Capítulo I, do Anexo II do Decreto-Lei n.º233/2005, de 29 de Dezembro, nos seguintes termos:

- 1 - O Hospital tem por objecto principal a prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde e aos beneficiários dos subsistemas de saúde, ou de Entidades externas que com ele contratualizem a prestação de cuidados de saúde e a todos os cidadãos em geral.
- 2 - O Hospital E.P.E. também tem por objecto desenvolver actividades de investigação, formação e ensino, sendo a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respectiva capacidade formativa

Pelo exposto, os cuidados de saúde são, para o Hospital, uma prioridade absoluta apesar das condicionantes económicas e/ou financeiras, como se afere pelo grau de cumprimento dos objectivos definidos em Contrato Programa.

Para além disso, o Hospital tem também por finalidade o desenvolvimento de actividades de investigação, formação e ensino, respeitando, no ano em questão, esta vertente de Serviço Público.

Nessa óptica, foi celebrado um protocolo de colaboração com a Universidade do Algarve, no âmbito do novo curso de Mestrado Integrado em Medicina, e que estabelece os princípios norteadores do relacionamento entre a prestação de cuidados assistenciais e o ensino, educação e investigação científica.

Para além disso, o Centro de Formação, Investigação e Conhecimento apresentou ainda diversos projectos e iniciativas no ano de 2011.

O Hospital tem também vindo a receber anualmente um número significativo de médicos para frequência do internato de especialidade (149 em 2011).

8. Avaliação sobre o grau de cumprimento dos princípios de bom governo

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2007 de Março aprovou os Princípios de Bom Governo do Sector Empresarial. Segundo o relatório emitido pela DGTF, em Julho de 2011, acerca do cumprimento destes princípios, o Hospital de Faro aparece como um dos hospitais que demonstrou uma elevada taxa de cumprimento.

Passamos a identificar os aspectos mais relevantes desse desempenho, verificado em 2011:

- O Hospital de Faro tem desenvolvido esforço no sentido de todos os seus responsáveis valorizarem o papel da gestão, enquanto instrumento de realização da sua missão, trabalhando para prestar cuidados de saúde de qualidade e em tempo útil.
- O cumprimento deste indicador pode ser confirmado através das metas atingidas em sede do Contrato Programa de 2011, assim como pelo desenvolvimento de projectos com vista à implementação de sistemas formais de avaliação da qualidade.
- O Hospital de Faro assina anualmente com a tutela o citado contrato, o qual é coerente, quer com o plano de actividades realizado, quer com o Plano Estratégico 2008-2013. O plano de actividades e orçamentos económicos são elaborados em conformidade com as boas práticas da contabilidade e da gestão, em linha com as orientações do Ministério da Saúde quanto à oferta de cuidados de saúde.
- É sua grande preocupação o cumprimento escrupuloso da legislação em vigor para a área dos recursos humanos, tratando sempre com respeito os seus colaboradores.
- Assim, as estratégias de desenvolvimento dos recursos humanos assentam nos princípios da igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres de forma a eliminar discriminações, e por outro lado, o Hospital de Faro proporciona aos seus profissionais a possibilidade de obter aperfeiçoamento e conhecimento, com vista a melhorar a sua prestação profissional e o desenvolvimento pessoal, mediante a frequência de diversas acções de formação, realizadas pelo Centro de Formação, Investigação e Conhecimento.
- Os Órgãos de Gestão e de Fiscalização, devidamente nomeados pela tutela, apresentam uma dimensão adequada à complexidade do Hospital.
- A sua actuação pauta-se pelo cumprimento integral da legislação em vigor, nomeadamente de natureza fiscal, laboral e ambiental. Os membros dos Órgãos Sociais do Hospital de Faro abstêm-se sempre de intervir em decisões que possam envolver os seus próprios interesses, acautelando assim, a sua independência de actuação.
- Existe a necessária segregação de funções, competindo as funções executivas ao Conselho de Administração e as funções de fiscalização ao Fiscal Único, Órgão de avalia as contas de forma periódica, rigorosa e independente, emitindo a respectiva certificação legal de contas, de acordo com as normas e os princípios que animam a Ordem Jurídica.
- O Hospital de Faro iniciou em 2010 a actividade de auditoria interna, em cumprimento do Decreto-lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, aplicável pela força do Decreto-lei n.º 180/2008 de 26 de Agosto.
- O Hospital elaborou e aprovou um Plano de “Gestão do Risco contra a Corrupção e Infracções Conexas”, na sequência da recomendação do Conselho de Prevenção Contra a Corrupção;
- O Hospital mantém um sistema de controlo interno dos seus activos.

- São divulgadas quer, na página Web do Hospital, quer na página Web onde se publica a informação relativa ao desempenho das Empresas do Estado, toda a informação actualizada e prevista (à excepção, por enquanto, do provedor do cliente) na Resolução n.º 49/2007, de 28 de Março.
- O Hospital de Faro dispõe de Gabinete de Utente e de Livro(s) de Reclamações.
- É inserido um capítulo no Relatório de Gestão e Contas relativo ao Governo de Sociedade, estando o mesmo relatório disponível na página Web do Hospital no endereço www.hdfaro.min-saude.pt

9. Existência do código de ética

Durante o ano de 2011 o Conselho de Administração do Hospital de Faro, considerou fundamental elaborar um Código de Ética aplicável a todos os seus trabalhadores

Neste sentido foi o citado Código aprovado em 2011 em reunião formal do C.A. e, de seguida, divulgado interna e externamente, designadamente, no sítio oficial do Hospital de Faro na internet.

Finalmente, merece uma menção especial o precioso contributo da Comissão de Ética do Hospital de Faro, que tem trilhado um caminho de rigoroso acatamento de paradigmas de ética individual no exercício das ciências da saúde de forma a proteger e garantir até ao limite a dignidade e a integridade humana. Para atingir esse mesmo desiderato têm sido indispensáveis as sábias análises e as cuidadas reflexões protagonizadas pela retro-mencionada comissão hospitalar.

10. Identificação dos mecanismos adotados com vista à prevenção de conflitos de interesses

O Hospital de Faro, na sua linha de atuação no decurso do ano 2011, procurou pautar a sua atividade, cumprindo escrupulosamente os chamados Princípios do Bom Governo (PBG). Por isso mesmo, é comumente aceite nesta unidade assistencial que se devem revelar sempre superiormente todas as situações e todos os casos que possam, eventualmente, gerar conflito de interesses, abstendo-se justamente de intervir em tais situações quem esteja nessa mesma condição.

Por outro lado, não existem dúvidas que se considera existir um conflito de interesse sempre que os dirigentes, trabalhadores e/ou colaboradores do Hospital de Faro sejam, direta ou indiretamente, interessados no desfecho de alguma situação ou processo em curso, ou o sejam os seus cônjuges, parentes ou afins em 1º grau, ou ainda sociedades ou outros entes coletivos em que, direta ou indiretamente, participem.

Nesta nossa linha de entendimento, o órgão colegial que administrou o Hospital de Faro entendeu adequado e deveras conveniente prosseguir no ano em apreço uma política de forte prevenção de conflitos de interesses, continuando a atribuir uma particular atenção aos diversos procedimentos desenvolvidos pelo Serviço de Aprovisionamento, de forma a evitar e/ou prevenir ao máximo a sua ocorrência naquele sensível serviço.

Nessa medida e no sentido de prevenir eventuais conflitos de interesses, o órgão decisor do Hospital de Faro manteve em 2011 determinação no sentido de que os seus dirigentes, trabalhadores e os demais colaboradores que prestam funções específicas no retro-mencionado serviço ligado aos processos de aquisição, assinalassem e discriminassem a existência ou não de algum tipo de conflito de interesses.

Resta-nos ainda referir, neste ponto do Relatório, que os membros dos órgãos deste Hospital mantiveram (no ano em alusão) o princípio fundamental de impreterivelmente se absterem de intervir nas decisões que possam envolver os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

Por outro lado, o Hospital de Faro, com a finalidade de promover e de impulsionar uma cultura de responsabilidade e de observação estrita de regras éticas e deontológicas pelos dirigentes e pelos trabalhadores desta Unidade Hospitalar Pública, de forma a assegurar que os decisores e os agentes estão absolutamente conscientes das suas obrigações legais nomeadamente, no que se refere à obrigatoriedade de denúncia de situações de corrupção, e para fomentar ininterruptamente uma relação Administração/Administrado mais transparente, aprovou oportunamente e divulgou como se impunha, o “Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas”.

11. Informação sobre a existência de um controlo compatível com a dimensão e complexidade da empresa

O Órgão colegial que dirigiu o Hospital de Faro delineou em 2009 e procurou consolidar nos anos seguintes, um sistema de controlo interno muito abrangente, tendo elaborado os Manuais de Procedimentos e Controlo Interno, seguindo as orientações emanadas pela ACSS, a saber:

- O Manual de Compras;
- O Manual de Contabilidade;
- O Manual de Contas a pagar;
- O Manual de Contas a receber;
- O Manual de Recursos Humanos;
- O Manual de Gestão de Imobilizado;
- O Manual de Tesouraria;
- O Manual de Logística e de Farmácia;
- O Manual de Produção.

12. Explicitação fundamentada da divulgação de toda a divulgação atualizada prevista na RCM nº 49/2007, 28 de março

Apresentamos, de acordo com as orientações recebidas, a tabela onde se apresentam as informações divulgadas, quer na página Web do Hospital de Faro quer no site da DGTF.

Informação a consultar no Site do SEE	Divulgação		
	S	N	N.A.
Estatutos actualizados (PDF)	X		
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X		
Ficha síntese da empresa	X		
Identificação da Empresa:			
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. Público e modelo de financiamento	X		
Modelo Governo / Identificação dos Órgãos Sociais:			
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X		
Estatuto remuneratório fixado	X		
Remunerações auferidas e demais regalias	X		
Regulamento e Transacções:			
Regulamentos Internos e Externos	X		
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X		
Outras transacções	X		
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X		
Avaliação do cumprimento dos PBG	X		
Código de Ética	X		
Informação Financeira histórica e actual	X		
Esforço Financeiro do Estado	X		
Informação a consultar no Site da Empresa	Divulgação		
	S	N	N.A.
Existência de Site	X		
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X		
Organigrama	X		
Órgãos Sociais e Modelo de Governo			
Identificação dos órgãos sociais	X		
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X		
Identificação de comissões existentes na sociedade	X		
Identificar sistemas de controlo de risco	X		
Remuneração dos órgãos sociais	X		
Regulamentos Internos e Externos			
Transacções fora das condições de mercado			X
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X		
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X		
Código de Ética	X		
Relatório de Contas	X		
Provedor do cliente		X	

Tabela 64: - Divulgação de informação.

Legenda: S - Sim | N - Não | N.A. - Não Aplicável

7

Cumprimento de disposições legais

Cumprimento de disposições legais

Este relatório de gestão para além de ser elaborado em conformidade, designadamente, com o disposto no artigo 13º-A do Decreto-lei n.º 558/99 de 17 de Dezembro, pela redacção que lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º 300/2007 de 23 de Agosto, deve ainda integrar informação relativa ao cumprimento de outros dispositivos legais. Assim, apresentamos, individualmente, a informação solicitada nos moldes consentâneos com as orientações recebidas através do Ofício Circular n.º 001196, de 17 Fevereiro de 2011 da DGTF.

1. Princípios do Bom Governo (RCM n.º 49/2007 de 28 de Março):

Matéria abordada no capítulo 6.

2. Cumprimentos Orientações e Objectivos de Gestão (artigo 11º do Decreto Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto):

O relatório, através do capítulo 5 afere sobre o cumprimento do Contrato Programa. Por outro lado o Fiscal Único apresentará o relatório referente à avaliação do grau e das condições de cumprimento em 2011 das orientações e objectivos de gestão.

3. Risco Financeiro (Despacho n.º 101/2009 – SETF, de 30 Janeiro)

Gestão do risco financeiro

Neste âmbito de acção podemos referir que o Hospital de Faro, enquanto entidade pública de carácter empresarial, tem regras apertadas e diversos constrangimentos, do ponto de vista eminentemente financeiro, restringindo-se as suas possibilidades de financiamento, aos pedidos de adiantamento a efectuar ao FASP-SNS.

Neste sentido, a Gestão do Risco Financeiro realizada pelo Hospital pode ser caracterizada pelos pontos discriminados na tabela 65.

Nesta perspectiva, constituindo o FASP-SNS (tabela 66) o único passivo remunerado utilizado pelo Hospital, apresentam-se as taxas de financiamento e os respectivos encargos inerentes à sua aplicação, para os adiantamentos concedidos pelo FASP-SNS, no final de 2008 e em 2009:

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01

	CUMPRIDO		
	S	N	N.A.
Precedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva			
Diversificação de instrumentos de financiamento			X
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			X
Diversificação de entidades credoras			X
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			X
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes			
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			X
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			X
Minimização da prestação de garantias reais			X
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			X
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa			
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP			X
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			X
Inclusão nos R&C			
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos			X
juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X		
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro		X	
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			X

Tabela 65 - Divulgação de informação.

Legenda: FC - Fundos comunitários
CP - Capital próprio
S - Sim
N - Não
N.A. - Não Aplicável

FASP	
Montante Concedido:	44.743.979,91 €
Data Inicio Operação:	19 de Dezembro de 2008
Capital em Dívida:	34.842.206,14 €
Montante Concedido:	4.080.797,86 €
Data Inicio Operação:	31 de Julho de 2009
Capital em Dívida:	4.080.797,86 €
Total Capital em Dívida:	38.923.004,00 €
Total Juros em Dívida:	1.603.952,99 €
Saldo Devedor =	40.526.956,99 €

Tabela 66 - Taxas de financiamento.

Período de Juros		Juros Suportados
Início	Fim	Valor
Juros Pagos		
19-Dez-08	18-Jan-09	108.988,88 €
19-Jan-09	31-Dez-09	775.182,03 €
1-Jan-10	31-Dez-10	1.659,52 €
Total Juros Pagos		885.830,43 €
Juros Em Dívida		
1-Jan-10	31-Dez-10	800.229,58 €
1-Jan-11	31-Dez-11	803.723,41 €
Total Juros em Dívida		1.603.952,99 €
Total Processado =		2.548.456,30 €

4. Prazo Médio Pagamentos (PMP) – RCM 34/2008 de 22 de Fevereiro com alterações do Despacho nº 9870/2009, de 13 Abril

Na tabela 61 apresenta-se o cálculo do Prazo Médio de Pagamento (PMP) ponderado, relativo aos anos de 2010 e 2011:

PMP	1ºT 2010	2ºT 2010	3ºT 2010	4ºT 2010	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011
PMP a Fornec.(dias)	390	260	290	236	360	371	397	394

Mapa da posição a 31/12/2011 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/Maio

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
221 - Fornecedores Conta Corrente	21.076.149,06 €	3.395.997,69 €	14.458.614,86 €	12.731.898,86 €	16.954.882,37 €
2611 - Fornecedores de Imobilizado	736.140,90 €	1.329,33 €	545.898,98 €	110.493,45 €	42.564,11 €
2629 - Outros Fornecedores	11.178,24 €	814,08 €			
26889 - Outros Credores - Diversos	2.079.753,16 €	519.300,96 €	2.338.626,08 €	2.073.548,14 €	1.545.730,14 €
26899 - Outros Devedores e Credores - Diversos				35.527,75 €	17.851,83 €
Total	23.903.221,36 €	3.917.442,06 €	17.343.139,92 €	14.951.468,20 €	18.561.028,45 €

Tabela 67 - Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009

«Atraso no pagamento», o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

No ano de 2011 registou-se um acentuado crescimento do PMP, podendo este aumento ser explicado por diversos motivos:

- O valor do adiantamento mensal da ACSS em 2011 manteve-se em 88,5% do Contrato-Programa (que como já referimos foi reduzido em cerca de 10.000.000€), só permitindo a cobertura das despesas pessoal (Remuneração mensal + Subsídio férias e Natal + Encargos obrigatórios), prestadores de serviços médicos e o pagamento a pequenos fornecedores locais;
- O Hospital de Faro continuava no final do ano de 2011 sem receber dos Subsistemas Públicos (ADSE) cerca de 1 milhão de euros;
- Encontrando-se em curso o processo de encerramento da facturação de 2009, aguardava-se a remessa dos valores remanescentes face aos adiantamentos mensais disponibilizados pela ACSS em cada ano que ascendem a cerca de 2,5 milhões de euros;
- O Hospital procedeu ao pagamento do valor de cerca de 1 milhão de euros, referente à tranche final das obras de criação de Unidades de Convalescença e Cuidados Paliativos no âmbito da RNCCI, valor que no final do ano não se encontrava reembolsado pelas entidades competentes;
- No ano de 2011, não se verificou qualquer transferência por parte do accionista a título de realização total, ou parcial, do capital social em dívida (aproximadamente 7.000.000€).

Face aos motivos expostos, o PMP apresentava no final de 2011 um valor preocupante, havendo a necessidade urgente de tentar eliminar alguns dos condicionalismos acima apresentados, de forma a que a tendência registada possa no futuro vir a ser invertida.

5. Deveres de Informação – Despacho 14277/2008, de 23 de Maio

O Hospital de Faro, durante o mês de Agosto e Setembro elabora o plano de desempenho para o ano seguinte, o qual depois será a base para se elaborar o Plano de Actividades e o contrato programa.

Segundo o despacho 14277/2008 de 23 de Maio, o Hospital tem o dever de prestar as seguintes informações:

- Planos de actividades anuais e plurianuais bem como plano de desempenho- são todos os anos carregados no software que a ACSS disponibiliza para o efeito (SICA).
- É com base nestes dados que Hospital de Faro elabora o seu plano de Actividades.
- Em 2011 o plano de actividades foi elaborado e enviado, via correio electrónico, para a ARSAlgarve, Ministério da Saúde e Ministério das Finanças
- Orçamentos anuais – o plano de actividades contempla os orçamentos, nomeadamente o orçamento de compras, de investimentos e económico-financeiro, pelo que estes foram enviados para as entidades às quais se enviou o Plano de Actividades.

Contudo, no que aos orçamentos diz respeito, os mesmos são carregados, quer no SICA, quer no SIRIEF, aplicações da ACSS e da DGTF, respectivamente.

- Planos de Investimentos anuais e plurianuais – esta informação foi enviada nos mesmos termos que os orçamentos económicos e financeiros.
- Relatórios trimestrais de execução orçamental: durante o ano de 2011 procedeu-se à remessa regular destes documentos

6. Cumprimento das recomendações emitidas pela aprovação do Relatório de Gestão e Contas de 2010.

O Hospital de Faro só teve conhecimento da aprovação do relatório acima referido em Fevereiro de 2012 e, consequentemente, só a partir de agora poderá dar corpo às orientações/recomendações ali contidas.

7. Negociação salarial nas empresas públicas – ofício n.º 1730, de 25 fevereiro da DGTF

Os salários nominais do pessoal afecto ao Hospital de Faro, E.P.E não foram actualizados em 2011 tendo, pelo contrário sido objecto, sempre que aplicável da redução salarial prevista na Lei do Orçamento de Estado para 2011.

8. Prémios gestão – despacho de 25 março de 2010 do MEF

A propósito deste ponto, necessário se torna assinalar que o Conselho de Administração do Hospital de Faro, cumpriu o Despacho de Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, datado de 25 de Março de 2010, que determinava a não atribuição de quaisquer prémios de gestão nos anos de 2010 e 2011 aos membros dos órgãos de Administração.

De facto, foi dado um integral cumprimento a essa orientação da tutela e, nessa precisa e exacta medida, inexisteram em 2010 e 2011 quaisquer prémios de gestão atribuídos aos membros do Conselho de Administração.

Neste contexto, no Hospital de Faro e decorrente das disposições legais aplicáveis assistiu-se a uma diminuição de custos no que toca à remuneração dos membros do seu órgão de administração.

9. Contratação pública – contratos de prestação de serviços – Despacho n.º 438/2010 – SETF, de 10 Maio.

O Hospital de Faro, no ano de 2011, não celebrou por ajuste directo qualquer contrato com empresas de consultoria que ultrapassasse o limite do Despacho em título.

10. Limites de endividamento – resolução assembleia da república n.º 29/2010 de 12 Abril

No que concerne a este ponto será curial mencionar que o Hospital de Faro, respeitou os limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2011 e resultantes do Plano de Estabilidade e Crescimento (vulgarmente denominado PEC). Assim sendo, podemos asseverar que foram observadas as limitações estatuídas na Resolução da Assembleia da Republica n.º29/2010, aprovada em 25 de Março.

Não será despiciendo fazer aqui notar que, foi perfeitamente apreendido pelo órgão que administrou o Hospital de Faro a necessidade imperiosa de fazer respeitar os limites máximos de endividamento previstos no PEC de forma a debelar a forte crise financeira e económica com que nos confrontamos e, concomitantemente, prosseguir a ambiciosa estratégia nacional de consolidação orçamental.

Evidentemente que para atingir esses importantes objectivos foi absolutamente essencial acolher as directrizes do Despacho n.º510/10-SETF, de 1 de Junho, mormente, através da reformulação dos planos de actividade e de investimento.

Neste sentido, o órgão que dirigiu o Hospital de Faro assumiu, sem reservas a premissa, segundo a qual o esforço de investimento público e de iniciativa pública a realizar deveria ter em consideração a necessidade de assegurar a sustentabilidade da consolidação orçamental e de controlo do endividamento público.

11 – Adesão ao sistema nacional de compras públicas

O serviço de Aprovisionamento do Hospital de Faro, rege a sua actividade pelo cumprimento do regulamento interno para a aquisição de bens e serviços, uma vez que não está obrigado a aderir ao SNCP (Sistema Nacional de Compras Publicas). Contudo, no corrente ano tomou a iniciativa de fazer a adesão voluntária a esse sistema, recorrendo a ele sempre que existirem vantagens.

12. Remuneração gestores públicos – artigo 12º-A/2010, de 30 de junho

A redução dos vencimentos dos gestores públicos preconizada na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, foi efectivada a todos os membros do Conselho de Administração mantendo-se no decurso de 2011.

13. Princípio unidade tesouraria do estado - artigo 17º da Lei n.º 12-A/2010 de 30 Junho

Princípio da unidade de tesouraria do estado

Nesta matéria é de salientar que Hospital de Faro, cumpre quase em pleno o Princípio da Unidade da Tesouraria do Estado.

A fraca liquidez de tesouraria registada ao longo do ano de 2011 não permitiu a realização de qualquer aplicação financeira.

No sentido de promover a centralização e manutenção das disponibilidades no IGCP, o Hospital actuou da seguinte forma:

- Para recebimento de verbas de clientes/entidades externas, via transferência bancária, é indicado sempre o NIB/IBAN das contas abertas no IGCP;
- Os montantes recebidos em numerário/cheque, provenientes da cobrança das taxas moderadoras e de facturas emitidas, são entregues na Tesouraria diariamente e depositados de imediato na conta do IGCP, através de depósito externo;
- No último dia útil de cada mês, são transferidos os saldos das contas em outras entidades bancárias para a conta do IGCP.

Pese embora, as acções acima descritas, existem alguns serviços bancários relativamente aos quais o Hospital de Faro recorre a duas entidades bancárias, a saber:

- Depósitos de Vales Postais, recebidos para pagamento das taxas moderadoras;
- Utilização de Terminais de Pagamento Automático (TPA)

Contudo estão a ser desenvolvidas diligências visando a transferência destes serviços para o IGCP;

14. Contabilização dos imóveis – ofício n.º 2873 de 8 de Abril de 2010

Este assunto está explicitado em nota constante do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

15. Publicidade institucional – RCMN N.º 47/2010, de 25 Junho, conjugado com a Portaria 1297/2010, de 21 de Dezembro

Neste ponto do nosso Relatório de Gestão e Contas necessário se torna realçar que o órgão gestor do Hospital de Faro, teve em boa conta a douta Resolução da Presidência do Conselho de Ministros n.º47/2010, publicada na 1ª Série do Diário da República, de 25 de Junho de 2010, e que gizou precisamente os eixos fundamentais para a realização de acções de publicidade institucional pelo Estado e por outras entidades públicas.

No entanto, será aqui pertinente assinalar que atentos os grandes constrangimentos financeiros e a escassez de meios ao dispor, o Hospital de Faro no ano a que alude este relatório não efectuou nenhuma publicidade institucional. Aliás, as únicas publicações que foram promovidas em 2011 por esta unidade hospitalar prenderam-se tão-somente com alguns concursos públicos, sendo absolutamente certo e totalmente seguro que, os montantes dispendidos para esse efeito nem sequer atingiram os quantitativos que viriam a ser posteriormente contemplados no outro diploma legal, in casu, a Portaria n.º1297/2010, de 21 de Dezembro.

8

Proposta de Aplicação de Resultados

Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido, para o período de janeiro a dezembro de 2011, apresenta-se negativo em -17.047.387,00€ (dezassete milhões, quarenta e sete mil, trezentos e oitenta e sete euros), resultante dos seguintes valores:

- Resultado Operacional: -18.916.560,19€
- Resultados Financeiros: -871.559,06€
- Resultados Correntes: -19.788.119,25€
- Resultados Antes de Impostos: -17.034.106,40€
- Resultados Líquidos: -17.047.387,00€

Propõe assim o Conselho de Administração que o resultado líquido do exercício transite para o período seguinte, na conta de resultados transitados.

Faro, aos 30 dias do mês de abril de 2012

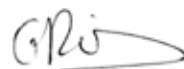
O Conselho de Administração



Dr. Pedro M. H. Nunes
(Presidente do Conselho de Administração)



Dr. Luís Miguel Martins
(Vogal Executivo)



Dr.ª Graça Pereira
(Vogal Executivo)



Dr. Jorge Salvador
(Diretor Clínico)



Dr. José Vieira dos Santos
(Enfermeiro Diretor)

9

Anexos

Demonstrações financeiras

Balanço Analítico

Demonstração de Resultados

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Ativo Imobilizado

Amortizações e Provisões

Provisões Acumuladas

Descontos e Retenções

Demonstração do Custo das mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Demonstração dos Resultados Financeiros

Demonstração de Resultados Extraordinários

Desenvolvimento das Despesas com o Pessoal

Decomposição das Dívidas de Clientes, Utentes e Estado

Mapas de Controlo Orçamental:

- Mapa de controlo Orçamental de Compras
- Mapa de Controlo Orçamental dos Investimentos
- Mapa de Controlo do Orçamento Económico

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

5 - Balanço Activo

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

Todos os valores são em EUR.

Página: 1

17. Abril 2012

	Activo Bruto (N)	Amort.+Provis. (N)	Activo Líquido (N)	Activo Líquido (N-1)
IMOBILIZADO				
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO				
451 Terrenos e Recursos Naturais	8.845.575,00		8.845.575,00	8.845.575,00
452 Edifícios	34.223.404,23	622.591,35	33.600.812,88	33.703.200,00
453 Outras Construções e Infra-Estruturas				
455 Bens Património Histórico, Artístico e				
459 Outros Bens de Domínio Público				
445 Imobilizações em Curso - Bens de Do	6.211.794,34		6.211.794,34	4.014.659,04
446 Adiantamento p/ conta Bens Domínio				
T1 Total Bens de Domínio Público:	49.280.773,57	622.591,35	48.658.182,22	46.563.434,04
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
431 Despesas de Instalação				
432 Despesas de Investigação e Desenvol				
443 Imobilizações em Curso - Imob. Incorp				
449 Adiantamentos p/ Conta Imob. Incorpó				
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
421 Terrenos e Recursos Naturais	1.227.600,00		1.227.600,00	1.227.600,00
422 Edifícios e Outras Construções	3.608.400,00	65.672,76	3.542.727,24	3.608.400,00
423 Equipamento Básico	30.477.242,26	22.612.805,41	7.864.436,85	9.482.267,90
424 Equipamento de Transporte	251.666,04	203.454,83	48.211,21	68.329,46
425 Ferramentas e Utensílios	50.395,63	43.741,21	6.654,42	10.262,06
426 Equipamento Administrativo e Informát	10.300.866,30	8.493.031,41	1.807.834,89	1.883.645,51
427 Taras e Vasilhame				
429 Outras Imobilizações Corpóreas	17.508,46	10.770,92	6.737,54	8.744,70
442 Imobilizações em Curso - Imob. Corpór				
448 Adiantamento p/ Conta Imob. Corpórea				
T3 Total Imobilizações Corpóreas:	45.933.678,69	31.429.476,54	14.504.202,15	16.289.249,63
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
411 Partes de Capital				
412 Obrigações e Títulos de Participação				
414 Investimentos em Imóveis				
415 Outras Aplicações Financeiras				
441 Imobilizações em Curso - Inv. Financei				
447 Adiantamentos p/ conta Inv. Financeiro				
CIRCULANTE				
EXISTÊNCIAS:				
36 Matérias Primas, Subsidiárias e Consu	2.909.634,27		2.909.634,27	3.340.693,91
34 Sub-Produtos, Desperdícios, Resíduos				
33 Produtos Acabados Intermédios				
32 Mercadorias				
37 Adiantamentos p/ Conta de Compras				
T5 Total Existências:	2.909.634,27		2.909.634,27	3.340.693,91

O Técnico de Contas

Carlos Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

(Pedro M.H.Nunes)

Vogal Executivo

(Graça Pereira)

Director Clínico

(Jorge Salvador)

Vogal Executivo

(Luís Miguel Martins)

Enfº Director

(José Vieira Santos)

5 - Balanço Activo

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Página: 2

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

17. Abril 2012

Todos os valores são em EUR.

	Activo Bruto (N)	Amort.+Provis. (N)	Activo Líquido (N)	Activo Líquido (N-1)
DÍVIDAS TERCEIROS - MÉDIO/LON				
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO P				
28 Empréstimos concedidos				
211 Clientes c/c	1.895.002,83		1.895.002,83	6.878.371,21
213 Utentes c/c	806.856,15		806.856,15	163.582,67
215 Instituições do Ministério da Saúde	4.775.806,33		4.775.806,33	3.368.237,34
218 Clientes e Utentes Cobrança Duvidosa	571.589,45	441.279,06	130.310,39	196.413,20
251 Devedores p/ execução do Orçamento				
229 Adiantamentos a Fornecedores				
2619 Adiantamentos a Fornecedores Imobili	21.525,00		21.525,00	
24 Estado e Outros Entes Públicos	182.137,26		182.137,26	112.142,78
262_3_7_8 Outros Devedores - Pessoal	2.903.638,38		2.903.638,38	3.157.741,04
T6 Total Dividas de Terceiros:	11.156.555,40	441.279,06	10.715.276,34	13.876.488,24
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS				
151 Acções				
152 Obrigações e Títulos de Participação				
153 Títulos da Dívida Pública				
159 Outros Títulos				
18 Outras Aplicações de Tesouraria				
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FIN				
13 Conta no Tesouro	133.387,93		133.387,93	171.118,91
12 Depósitos em Instituições Financeiras	4.299,46		4.299,46	5.389,61
11 Caixa	5.998,89		5.998,89	4.436,47
T8 Total Depósitos e Caixa:	143.686,28		143.686,28	180.944,99
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
271 Acréscimos de Proveitos	328.324.745,11		328.324.745,11	249.506.314,81
272 Custos Diferidos	98.473,57		98.473,57	2.716,64
T9 Total Acréscimos e Diferimentos	328.423.218,68		328.423.218,68	249.509.031,45
TAMORT Total de Amortizações		32.052.067,89		
TPROV Total de Provisões		441.279,06		
TOTAL DO ACTIVO	437.847.546,89	32.493.346,95	405.354.199,94	329.759.842,26

O Técnico de Contas

Carlos Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

(Pedro M.H.Nunes)

Vogal Executivo

(Graça Pereira)
Director Clínico

(Jorge Salvador)

Vogal Executivo

(Luís Miguel Martins)
EnfºDirector

(José Vieira Santos)

5 - Balanço Capital Próprio e Passivo

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Página: 1

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

17. Abril 2012

Todos os valores são em EUR.

	Ano N	Ano N-1
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
FUNDO PATRIMONIAL		
51 Património	22.422.097,00	22.422.097,00
56 Reservas de Reavaliação	42.466.225,74	42.466.225,74
RESERVAS		
574 Reservas Livres	6.006.155,75	6.006.155,75
575 Subsídios	4.725.877,74	4.725.877,74
576 Doações	1.236.046,68	1.117.199,48
577 Reservas Decorrentes da Transferênci		
TRES Total das Reservas	11.968.080,17	11.849.232,97
59 Resultados Transitados	-90.627.232,02	-72.397.915,34
88 Resultado Líquido do Exercício	-17.047.387,00	-18.229.316,68
88AP RES. LIQ ANTES APURAMENTO		
TFP TOTAL DO FUNDO PATRIMONIAL:	-30.818.216,11	-13.889.676,31
PASSIVO		
PROVISÕES		
291 Provisões p/ Cobranças Duvidosas		
292 Provisões p/ Riscos e Encargos	576.871,54	
TPROV Total de Provisões:	576.871,54	
DT_MLP DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e Lo		
DT_CP DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto Praz		
219 Adiantamentos de Clientes, Utentes e I	302.369.361,57	233.024.243,53
221 Fornecedores c/c	68.537.437,46	43.113.643,37
228 Fornecedores - Facturas recepção e c	32.398,20	
23 Empréstimos Obtidos	38.923.004,00	38.923.004,00
252 Credores pela Execução do Orçament		
2611 Fornecedores de Imobilizado c/c	1.443.480,30	4.827.666,90
24 Estado e outros Entes Públicos	1.804.535,19	1.733.431,90
262_3_7_8 Outros Credores	11.726.228,06	9.432.449,18
TDI Total de Dívidas a Terceiros:	424.836.444,78	331.054.438,88
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
273 Acréscimo de Custos	4.109.112,98	7.175.837,83
274 Proveitos Diferidos	6.649.986,75	5.419.241,86
TAC_DF Total de Acréscimos e Diferimentos:	10.759.099,73	12.595.079,69
TP TOTAL DO PASSIVO	436.172.416,05	343.649.518,57
TOTAL F. PRÓPRIOS E PASSIVO	405.354.199,94	329.759.842,26

O Técnico de Contas

Carlos Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

(Pedro M.H. Nunes)

Vogal Executivo

(Graça Pereira)
Director Clínico

(Jorge Salvador)

Vogal Executivo

(Luís Miguel Martins)
Enfº Director

(José Vieira Santos)

6.2 - Demonstração de Resultados por Natureza

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

Todos os valores são em EUR.

Página: 1

2. Abril 2012

	Ano N	Total Ano N	Ano N-1	Total Ano N-1
CUSTOS E PERDAS				
61 Custo das Mercadorias Vendidas e d				
612 Mercadorias				
616 Matérias de Consumo	41.470.267,47		42.508.179,98	
SA1 Sub-Total da Conta 61		41.470.267,47		42.508.179,98
62 Fornecimentos e Serviços Externos		27.515.803,68		29.413.105,67
64 Custos com o Pessoal				
641 Remuneração dos Órgãos Directivos	265.270,36		308.346,49	
642 Remunerações Base de Pessoal	52.384.207,21		56.754.497,80	
Encargos Sociais:				
643 Pensões	756.488,46		1.193.136,57	
645 Encargos sobre Remunerações	7.498.775,72		7.878.439,73	
646 Seguros Acidentes Trabalho e Doença	214.480,82		88.719,60	
647 Encargos Sociais Voluntários	238.031,86		281.236,02	
648 Outros Custos com o Pessoal	284.536,38		613.875,99	
SA3 Sub-Total da Conta 64		61.641.790,81		67.118.252,20
63 Transferências Correntes Conc. e Pres				
66 Amortizações do Exercício	4.314.978,88		4.413.347,24	
67 Provisões do Exercício	821.737,39		196.413,21	
SA4 Sub-Total das Contas: 66 67		5.136.716,27		4.609.760,45
65 Outros Custos e Perdas Operacionais		162.960,55		215.661,76
A (A)		135.927.538,78		143.864.960,06
68 Custos e Perdas Financeiras		876.985,39		937.318,56
C (C)		136.804.524,17		144.802.278,62
69 Custos e Perdas Extraordinárias		2.015.435,67		3.844.865,32
E (E)		138.819.959,84		148.647.143,94
86 IMPOSTO S/ RENDIMENTO DO EXE		13.280,60		5.243,93
G (G)		138.833.240,44		148.652.387,87
88. Resultado Líquido do Exercício		-17.047.387,00		-18.229.316,68
T		121.785.853,44		130.423.071,19

O Técnico de Contas

Carlos Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

(Pedro M.H. Nunes)

Vogal Executivo

(Graça Pereira)
Director Clínico

(Jorge Salvador)

Vogal Executivo

(Luís Miguel Martins)
Enfº Director

(José Vieira Santos)

6.2 - Demonstração de Resultados por Natureza

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

Todos os valores são em EUR.

Página: 2

2. Abril 2012

		Ano N	Total Ano N	Ano N-1	Total Ano N-1
71	PROVEITOS E GANHOS				
711	Vendas e Prestações de Serviços				
711	Vendas	608,34		128,70	
712	Prestação de Serviços	111.476.212,92		121.719.814,66	
SB1	Sub-Total da Conta 71		111.476.821,26		121.719.943,36
72	Impostos, Taxas e Outros				
75	Trabalhos p/ Própria Instituição				
73	Proveitos Suplementares		695.621,61		865.117,26
74	Transferências Subsídios Correntes O				
741	Transferências - TESOURO				
742	Transferências Correntes Obtidas	45.189,09		138.838,23	
743	Subsídios Correntes Obtidos Outro Ent	44.213,00			
749	De Outras Entidades				
SB5	Sub-Total B5		89.402,09		138.838,23
76	Outros Proveitos/Ganhos Operacionais		4.749.133,63		6.460.670,24
B	(B)		117.010.978,59		129.184.569,09
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		5.426,33		28.994,19
D	(D)		117.016.404,92		129.213.563,28
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		4.769.448,52		1.209.507,91
F	(F)		121.785.853,44		130.423.071,19
	RESUMO:				
81	RESULTADOS OPERACIONAIS		-18.916.560,19		-14.680.390,97
82	RESULTADOS FINANCEIROS		-871.559,06		-908.324,37
83	RESULTADOS CORRENTES		-19.788.119,25		-15.588.715,34
84	RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS		2.754.012,85		-2.635.357,41
85	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		-17.034.106,40		-18.224.072,75
86.	IMPOSTO S/ RENDIMENTO EXERCÍ		13.280,60		5.243,93
88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCI		-17.047.387,00		-18.229.316,68

O Técnico de Contas
Carlos Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
(Pedro M.H. Nunes)

Vogal Executivo
(Graça Pereira)
Director Clínico
(Jorge Salvador)

Vogal Executivo
(Luís Miguel Martins)
Enfº Director
(José Vieira Santos)

7.3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Página: 1

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

2. Abril 2012

Todos os valores são em EUR.

		Total
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Clientes (I)		
171	Vendas e Prestações de Serviços	3.628.440,00
1219	Adiant client,utent, Inst Estad	99.731.866,84
17971	Vendas e Prestações de Serviços	36.262.196,32
I		139.622.503,16
Pagamentos a Fornecedores (II)		
131	Compras	-1.641.594,12
162	Fornec. e Serviços Externos	-15.897.290,37
1229	Adiantamentos a fornecedores	
16973	Correcção a Compras	-13.460.338,15
169762	Fornec. e Serviços Externos	-10.703.654,37
II		-41.702.877,01
Pagamentos ao Pessoal (III)		
164	Custos com o Pessoal	-57.078.481,22
1262	Adiantamentos a pessoal	
169764	Despesas com o Pessoal	-7.629.061,13
III		-64.707.542,35
A	Fluxo Gerado p/Operaç. (I+II+III)	33.212.083,80
Pagam./Receb. Imp. s/Rendim.(B)		
186	Impost/rendiment exercício(PC)	
186		
169786	Impost s/rendim exerc anterior	
169786		
B		
O. Receb. Rel. à Activ. Operac. (C)		
172	Impostos e taxas	
173	Proveitos suplementares	465.510,78
174	Transf. Subs. Corr. Obtidos	89.402,09
176	O. Proveitos e Ganhos Operac.	1.128.638,24
12748	Diferenças câmbio favoráveis	
12749	Outros proveitos diferidos	
17972	Impostos e taxas	
17973	Proveitos suplementares	183.358,23
17974	Transf.subs. correntes obtidos	
17976	O. Proveitos e Ganhos Operac.	1.589.034,74
17979	Outros	
1229	Adiantamentos a fornecedores	
1242	Retenção de Imp. s/Rendim.	9.811.356,22
1243	Imposto s/valor acrescentado	70.066,84
1244	Outros impostos	
1245	Contrib. p/Segurança Social	5.606.099,63
1249	Outros	27.470,38
1262	Adiantamentos a pessoal	
1263	Sindicatos	123.674,14
1264	Regulariz dividas p/ord tesouro	
1268	Devedores e credores diversos	364.618,40

7.3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

Todos os valores são em EUR.

Página: 2

2. Abril 2012

		Total
C		19.459.229,69
	O. Pag. Rel. à Activ. Operac. (D)	
165	O. Custos e Perdas Operac.	-156.144,33
1272	Custos diferidos	
169727	Acréscimo e diferimentos	
169765	Outros custos operacionais	-3.035,11
1219	Adiant client,utent Inst Estad	30.386.748,80
1242	Retenção de Imp. s/Rendim.	9.762.824,87
1243	Imposto s/valor acrescentado	161.810,85
1244	Outros impostos	
1245	Contrib. p/Segurança Social	5.583.763,03
1249	Outros	102.708,79
1262	Adiantamentos a pessoal	
1263	Sindicatos	123.674,14
1264	Regulariz dividas p/ord tesouro	
1268	Devedores e credores diversos	364.618,40
D		-46.645.328,32
E	Fluxo Ger.A.Rubr.Extr(A+B+C+D)	6.025.985,17
	Receb. Gerados c/Rubr. Extr. (F)	
1792	Recuperação de dividas	1.689,00
1793	Ganhos em existências	
1794	Ganhos em imobilizações	125,00
1795	Benef. penalidades contratuais	
1798	Out prov- ganh extraordinários	7.419,63
F		9.233,63
	Pagam. Rel. c/Rubr. Extraord. (G)	
1691	Transfer de capital concedidas	
1693	Perdas em existências	
1694	Perdas em imobilizações	
1695	Multas e penalidades	-1.492,30
1698	Outros custos e perdas extraor	-6.135,66
16971	Restituições	
16977	Proveitos	
16979	Outras correcções	
169769	Custos e perdas extraordin.	
G		-7.627,96
1	Fluxos de Activ. Operac. (E+F+G)	6.027.590,84
	ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	
	Recebim. Provenientes de:(H)	
	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS:	
1282	Amortização de empréstimos	
	SUBS. INVESTIMENTO:	
12745	Subsidios para investimentos	1.854.192,70
	JUROS E PROV. SIMILARES:	
178	Proveitos e ganhos financeiros	5.104,66

7.3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Página: 3

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

2. Abril 2012

Todos os valores são em EUR.

		Total
17978	Proveitos e ganhos financeiros	14.355,93
	O. RECEB. ACTIV. INVESTIM.:	
1261	Adianta a forneced imobilizado	
H		1.873.653,29
	Pagam. Respeitantes a: (J)	
	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS:	
1281	Concessão de empréstimos	
	INVESTIMENTOS FINANC:	
141	Investimentos financeiros	
169741	Investimentos financeiros	
	IMOBILIZ. CORPÓREAS:	
142	Imobilizações corpóreas	-1.006.809,50
169742	Imobilizações corpóreas	-1.791.172,70
	IMOBILIZ. INCORPÓREAS:	
143	Imobilizações incorpóreas	
169743	Imobilizações incorpóreas	
	IMOBILIZ. EM CURSO:	
144	Imobilizações em curso	-2.012.368,52
169744	Imobilizações em curso	-2.916.384,00
	BENS DOMÍNIO PÚBLICO:	
145	Bens do domínio público	-212.903,70
169745	Bens do domínio público	
J		-7.939.638,42
2	Fluxos de Activ. de Investim. (H-J)	-6.065.985,13
	ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
	Recebimentos Provenientes de: (K)	
	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS:	
123	Empréstimos obtidos	
	AUMENTOS DE CAPITAL:	
151	Capital	
	SUBSÍDIOS E DOAÇÕES:	
1575	Subsídios	
1576	Doações	16.149,37
K		16.149,37
	Pagam. Respeitantes a: (L)	
	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS:	
123	Empréstimos obtidos	
	JUROS E CUSTOS SIMILARES:	
168	Custos e perdas financeiras	-14.916,93
169768	Custos e perdas financeiras	-96,86
	TRANSF. CORR. CONCEDIDAS:	
163	Transf corr conced prest socia	
169763	Transf corre conce prest socia	
L		-15.013,79
3	Fluxos de Activ. Operac. (K-L)	1.135,58

7.3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Página: 4

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

2. Abril 2012

Todos os valores são em EUR.

		Total
4	(4) Variações de Caixa (1+2+3)	-37.258,71
	<i>Caixa e seus Equiv. Início período (5)</i>	
111	Caixa	4.436,47
112	Dep. em Inst. Financ.	5.389,61
113	Contas no Tesouro	171.118,91
115	Títulos Negociáveis	
118	O. Aplicações Tesouraria	
5		180.944,99
	(6) Caixa e seus Equiv. Fim período	143.686,28

O Técnico de Contas

Carlos Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

(Pedro M.H. Nunes)

Vogal Executivo

(Graça Pereira)
Director Clínico

(Jorge Salvador)

Vogal Executivo

(Luís Miguel Martins)
Enfº Director

(José Vieira Santos)

5A - Activo Imobilizado

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

Todos os valores são em EUR.

Página: 1
2. Abril 2012

	Saldo Inicial	Reavaliações	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:						
451 Terrenos e recursos naturais	8.845.575,00					8.845.575,00
452 Edifícios	33.703.200,00		520.204,23			34.223.404,23
453 O. Construções e Infra-Estr.						
455 Bens do património hist,artist						
459 Outros bens de domínio público						
445 Imob. em Curso de Bens de Dom. Públ	4.014.659,04		2.583.112,43		385.977,13	6.211.794,34
446 Adiant. p/Conta de Bens de Dom. Públi						
A	46.563.434,04		3.103.316,66		385.977,13	49.280.773,57
DE IMOBILIZ. INCORPÓREAS:						
431 Despesas de instalação						
432 Despesas investigação e desenv						
433 Propriedade Industrial						
443 Imob. em Curso de Imob. Incorpóreas						
449 Adiant. p/Conta de Imob. Incorpóreas						
B						

O Técnico de Contas

Carlos Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Vogal Executivo

Vogal Executivo

(Luís Miguel Martins)
Enfermeiro

(José Vieira Santos)

(Graça Pereira)
Director Clínico

(Jorge Salvador)

(Pedro M. H. Nunes)

5A - Activo Imobilizado

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

Todos os valores são em EUR.

Página: 2
2. Abril 2012

	Saldo Inicial	Reavaliações	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
DE IMOBILIZ. CORPÓREAS:						
421 Terrenos recursos naturais	1.227.600,00					1.227.600,00
422 Edifícios e outras construções	3.608.400,00					3.608.400,00
423 Equipamento Básico	29.416.734,71		1.271.823,24		211.315,69	30.477.242,26
424 Equipamento de transporte	251.666,04					251.666,04
425 Ferramentas e utensílios	50.058,24		337,39			50.395,63
426 Equipamento Administrativo	9.655.645,84		740.027,74		94.807,28	10.300.866,30
427 Taras e vasilhame						
429 Outras imobilizações corpóreas	18.092,05				583,59	17.508,46
442 Imob. em Curso de Imob. Corpóreas						
448 Adiant. p/Conta de Imob. Corpóreas						
C	44.228.196,88		2.012.188,37		306.706,56	45.933.678,69
TOTAL GERAL:	90.791.630,92		5.115.505,03		692.663,69	95.214.452,26

O Técnico de Contas

Carlos Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

(Pedro M. H. Nunes)

Vogal Executivo

(Gracia Pereira)

Director Clínico

Vogal Executivo

(Luis Miguel Martins)

Então Director

(Jorge Salvador)

(José Vieira Santos)

8.2.7 - Amortizações e Provisões

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Página: 1

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

2. Abril 2012

Todos os valores são em EUR.

	Saldo Inicial	Reforços	Abates	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:				
4851 Terrenos e recursos naturais				
4852 Edifícios		622.591,35		622.591,35
4853 O. Construções e Infra-Estr.				
4855 Bens do património hist,artist				
4859 Outros bens de domínio público				
		622.591,35		622.591,35
DE IMOBILIZ. INCORPÓREAS:				
4831 Despesas de instalação				
4832 Despesas investigação e desenv				
4833 Propriedade Industrial				
DE IMOBILIZ. CORPÓREAS:				
4821 Terrenos recursos naturais				
4822 Edifícios e outras construções		65.672,76		65.672,76
4823 Equipamento Básico	19.934.466,81	2.796.712,53	118.373,93	22.612.805,41
4824 Equipamento de transporte	183.336,58	20.118,25		203.454,83
4825 Ferramentas e utensílios	39.796,18	3.945,03		43.741,21
4826 Equipamento Administrativo	7.772.000,33	803.442,04	82.410,96	8.493.031,41
4827 Taras e vasilhame				
4829 Outras imobilizações corpóreas	9.347,35	2.007,16	583,59	10.770,92
	27.938.947,25	3.691.897,77	201.368,48	31.429.476,54
TOTAL GERAL:	27.938.947,25	4.314.489,12	201.368,48	32.052.067,89

O Técnico de Contas

Carlos Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

(Pedro M.H.Nunes)

Vogal Executivo

(Graça Pereira)
Director Clínico

(Jorge Salvador)

Vogal Executivo

(Luís Miguel Martins)
Enfº Director

(José Vieira Santos)

8.2.31 - Provisões Acumuladas

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Página: 1

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

2. Abril 2012

Todos os valores são em EUR.

		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões p/a Aplic. Tesour.				
291	Provisões p/a Cobr. Duvid.	196.413,21	244.865,85		441.279,06
292	Provisões p/a Riscos e Encargos		576.871,54		576.871,54
39	Provisões p/a Deprec. Exist.				
49	Provisões p/a Invest. Financ.				
		196.413,21	821.737,39		1.018.150,60

O Técnico de Contas

Carlos Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

(Pedro M.H. Nunes)

Vogal Executivo

(Graça Pereira)
Director Clínico

(Jorge Salvador)

Vogal Executivo

(Luís Miguel Martins)
Enfº Director

(José Vieira Santos)

7.5.1 - DESCONTOS E RETENÇÕES

RECEITA		DE:	Janeiro	A:	Dezembro	DO ANO:	2011
Código	Contas Designação	Saldo Inicial	Mov. Janeiro	Mov. Fevereiro	Mov. Março	Mov. Abril	Mov. Maio
219	Adiantamento de Clientes	233.024.243,53	8.216.843,07	8.216.843,07	8.230.127,07	8.287.169,07	9.120.452,07
229	Adiantamento a Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2421	IRS - Trabalho Dependente	737.064,63	663.711,76	677.294,95	705.010,78	686.836,76	654.351,94
2422	IRS - Trabalho Independente	11.942,05	12.368,17	9.963,14	9.082,48	12.765,03	14.517,14
2423	IRS - Capitais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2424	IRS - Prediais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2429	IRS - Sobre outros Rendimentos	-29.034,47	2.578,68	2.659,93	428,69	1.030,39	598,95
	Total da conta 2.4.2	719.972,21	678.658,61	689.918,02	714.521,95	700.632,18	669.468,03
24361	IVA - A Pagar - De Op. Gerais	82.581,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2437	IVA - A recuperar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total da conta 2.4.3	82.581,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2441	Imposto de Selo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2449	Outros Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2451	A.D.S.E.	0,00	31.019,29	31.745,36	31.647,07	30.828,07	30.867,60
2452	Caixa Geral Aposentações	491.989,53	206.341,43	205.314,74	207.155,92	201.571,63	203.373,48
2453	Seg. Social - F. Púb. Reg. Geral	391.716,21	162.705,24	166.958,70	172.262,15	172.390,55	170.977,05
24581	Cofres da Previdência	0,00	473,24	473,24	473,24	473,24	468,97
24589	Outras	0,00	2.071,17	5.588,95	6.136,08	1.607,92	37,60
	Total da conta 2.4.5	883.705,74	402.610,37	410.080,99	417.674,46	406.871,41	405.724,70
249	Outras Tributações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DA CONTA 2.4	1.686.259,40	1.081.268,98	1.099.999,01	1.132.196,41	1.107.503,59	1.075.192,73
2619	Adiantamentos a Fornec. Imob.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2623	Adiantamentos aos Órgãos Direct.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2624	Adiantamentos a Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
263	Sindicatos	0,00	10.285,58	10.242,16	10.257,73	10.034,97	10.098,58
264	Reg. Dividas p/Ordem Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26832	Cauções a Fornecedores	-1.130,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26833	Adiantamentos a Doentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26852	Utentes c/ Valores em prescrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26882	Cauções de fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
268911	Sentenças Judiciais	0,00	18.116,72	19.051,83	19.359,17	19.512,49	19.777,49
268912	Descontos p/Companhias Seguros	0,00	174,98	174,98	172,71	169,20	165,69
268913	Serviços Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
268914	Ordens	0,00	40,00	56,00	72,00	88,00	104,00
268915	Associações culturais e recreativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
268916	Subsídio creche jardim infância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
268917	Reposição Vencimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
268918	Centro Recuper. Paralisia Cerebral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
268919	Outros	0,00	7.571,14	8.273,34	6.920,29	15.393,00	9.835,50
	Total da conta 2.6.8	-1.130,00	25.902,84	27.556,15	26.524,17	35.162,69	29.882,68
	TOTAL	234.709.372,93	9.334.300,47	9.354.640,39	9.399.105,38	9.439.870,32	10.235.626,06

O Técnico de Contas

Carlos Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

(Pedro M.H.Nunes)

Vogal Executivo

(Graça Pereira)
Director Clínico

(Jorge Salvador)

Vogal Executivo

(Luís Miguel Martins)
Enfº Director

(José Vieira Santos)

7.5.1 - DESCONTOS E RETENÇÕES

RECEITA		DE:	Janeiro	A:	Dezembro	DO ANO:	2011
Código	Contas Designação	Mov. Junho	Mov. Julho	Mov. Agosto	Mov. Setembro	Mov. Outubro	Mov. Novembro
219	Adiantamento de Clientes	8.216.843,07	8.216.843,07	8.250.659,07	8.216.843,07	8.325.558,07	8.216.843,07
229	Adiantamento a Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2421	IRS - Trabalho Dependente	1.094.506,18	732.668,75	675.246,35	661.726,00	1.329.306,66	1.637.270,96
2422	IRS - Trabalho Independente	13.346,55	13.029,10	13.503,95	16.014,07	23.827,38	12.529,62
2423	IRS - Capitais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2424	IRS - Prediais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2429	IRS - Sobre outros Rendimentos	1.812,28	1.066,24	4.674,53	141,00	986,00	2.661,25
	Total da conta 2.4.2	1.109.665,01	746.764,09	693.424,83	677.881,07	1.354.120,04	1.652.461,83
24361	IVA - A Pagar - De Op. Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2437	IVA - A recuperar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total da conta 2.4.3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2441	Imposto de Selo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2449	Outros Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2451	A.D.S.E.	60.169,96	30.762,74	30.398,17	30.720,81	29.678,15	57.703,18
2452	Caixa Geral Aposentações	394.806,41	201.748,72	199.452,36	203.152,99	195.462,50	380.256,14
2453	Seg. Social - F. Púb. Reg. Geral	312.915,66	178.240,03	174.683,84	173.081,56	177.963,48	310.639,04
24581	Cofres da Previdência	468,97	448,05	448,05	448,05	448,05	448,05
24589	Outras	2.216,10	36,37	39,35	34,69	38,16	67,48
	Total da conta 2.4.5	770.577,10	411.235,91	405.021,77	407.438,10	403.590,34	749.113,89
249	Outras Tributações	0,00	0,00	2.165,75	5.371,62	17.733,91	1.766,60
	TOTAL DA CONTA 2.4	1.880.242,11	1.158.000,00	1.100.612,35	1.090.690,79	1.775.444,29	2.403.342,32
2619	Adiantamentos a Fornec. Imob.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2623	Adiantamentos aos Órgãos Direct.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2624	Adiantamentos a Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
263	Sindicatos	12.546,61	9.955,02	9.834,16	9.827,47	9.621,28	11.416,38
264	Reg. Dividas p/Ordem Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26832	Cauções a Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26833	Adiantamentos a Doentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26852	Utentes c/ Valores em prescrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26882	Cauções de Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
268911	Sentenças Judiciais	37.820,89	20.575,22	19.379,95	17.894,91	17.820,78	32.936,24
268912	Descontos p/Companhias Seguros	157,65	157,65	157,65	157,65	157,65	157,65
268913	Serviços Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
268914	Ordens	112,00	112,00	112,00	104,00	104,00	112,00
268915	Associações culturais e recreativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
268916	Subsidio creche jardim infância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
268917	Reposição Vencimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
268918	Centro Recuper. Paralisia Cerebral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
268919	Outros	6.988,15	9.763,72	7.559,19	10.141,65	9.030,73	5.768,94
	Total da conta 2.6.8	45.078,69	30.608,59	27.208,79	28.298,21	27.113,16	38.968,83
	TOTAL	10.154.710,48	9.415.406,68	9.388.314,37	9.345.659,54	10.137.736,80	10.670.570,60

O Técnico de Contas
Carlos Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente

(Pedro M.H.Nunes)

Vogal Executivo

(Graça Pereira)

Director Clínico

(Jorge Salvador)

Vogal Executivo

(Luís Miguel Martins)

Enfº Director

(José Vieira Santos)

7.5.1 - DESCONTOS E RETENÇÕES

RECEITA

DE:

Janeiro

A:

Dezembro

DO ANO:

2011

Código	Contas Designação	Mov. Dezembro	Total	Entregas do Exercício	Saldo Final
219	Adiantamento de Clientes	8.216.843,07	332.756.110,37	30.386.748,80	302.369.361,57
229	Adiantamento a Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2421	IRS - Trabalho Dependente	789.526,04	11.044.521,76	9.590.374,67	1.454.147,09
2422	IRS - Trabalho Independente	7.970,99	170.859,67	152.339,26	18.520,41
2423	IRS - Capitais	0,00	0,00	0,00	0,00
2424	IRS - Prediais	0,00	0,00	0,00	0,00
2429	IRS - Sobre outros Rendimentos	1.758,00	-8.638,53	20.110,94	-26.749,47
	Total da conta 2.4.2	799.255,03	11.206.742,90	9.762.824,87	1.443.918,03
24361	IVA - A Pagar - De Op. Gerais	0,00	82.581,45	161.810,85	-79.229,40
2437	IVA - A recuperar	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total da conta 2.4.3	0,00	82.581,45	161.810,85	-79.229,40
2441	Imposto de Selo	0,00	0,00	0,00	0,00
2449	Outros Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
2451	A.D.S.E.	31.210,33	426.750,73	426.750,73	0,00
2452	Caixa Geral Aposentações	200.175,32	3.290.801,17	2.796.322,50	494.478,67
2453	Seg. Social - F. Púb. Reg. Geral	184.316,20	2.748.849,71	2.337.286,04	411.563,67
24581	Cofres da Previdência	438,87	5.510,02	5.510,02	0,00
24589	Outras	19,87	17.893,74	17.893,74	0,00
	Total da conta 2.4.5	416.160,59	6.489.805,37	5.583.763,03	906.042,34
249	Outras Tributacões	432,50	27.470,38	27.470,38	0,00
	TOTAL DA CONTA 2.4	1.215.848,12	17.806.600,10	15.535.869,13	2.270.730,97
2619	Adiantamentos a Fornec. Imob.	0,00	0,00	0,00	0,00
2623	Adiantamentos aos Órgãos Direct.	0,00	0,00	0,00	0,00
2624	Adiantamentos a Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
263	Sindicatos	9.554,20	123.674,14	123.674,14	0,00
264	Reg. Dívidas p/Ordem Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
26832	Cauções a Fornecedores	0,00	-1.130,00	0,00	-1.130,00
26833	Adiantamentos a Doentes	0,00	0,00	0,00	0,00
26852	Utentes c/ Valores em prescrição	0,00	0,00	0,00	0,00
26882	Cauções de Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
268911	Sentenças Judiciais	15.744,18	257.983,87	257.983,87	0,00
268912	Descontos p/Companhias Seguros	157,65	1.961,11	1.961,11	0,00
268913	Serviços Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
268914	Ordens	127,50	1.143,50	1.143,50	0,00
268915	Associações culturais e recreativas	0,00	0,00	0,00	0,00
268916	Subsidio creche jardim infância	0,00	0,00	0,00	0,00
268917	Reposição Vencimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
268918	Centro Recuper. Paralisia Cerebral	0,00	0,00	0,00	0,00
268919	Outros	6.284,27	103.529,92	103.529,92	0,00
	Total da conta 2.6.8	22.313,60	363.488,40	364.618,40	-1.130,00
	TOTAL	9.464.558,99	351.049.873,01	46.410.910,47	304.638.962,54

O Técnico de Contas

Carlos Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente

(Pedro M.H.Nunes)

Vogal Executivo

(Gracia Pereira)
Director Clínico

(Jorge Salvador)

Vogal Executivo

(Luis Miguel Martins)
Enfº Director

(José Vieira Santos)

8.2.33 - Dem. Custo Mercadorias Vendidas e Mat. Consumidas

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Página: 1

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

17. Abril 2012

Todos os valores são em EUR.

		Mercadorias	Mat. Primas, Subs. e de Consumo
EI36	Existências Iniciais		3.340.693,91
312\316	Compras		41.039.207,83
793\693	Regularização de Existências		
EF36	Existências Finais		2.909.634,27
61	Custos no Exercício		41.470.267,47

O Técnico de Contas
Carlos Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente
(Pedro M.H. Nunes)
Vogal Executivo
(Graça Pereira)
Director Clínico
(Jorge Salvador)
Vogal Executivo
(Luis Miguel Martins)
Enfº Director
(José Vieira Santos)

8.2.37 - Demonstração dos Resultados Financeiros

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

Todos os valores são em EUR.

Página: 1

2. Abril 2012

	Ano N	Ano N-1
CUSTOS E PERDAS		
681 Juros suportados	862.396,29	917.676,09
683 Amortizações de invest. em imóveis		
684 Provisões p/a aplicações financeiras		
685 Diferenças de câmbio desfavorá	218,80	
687 Perdas alien. aplic. tesouraria		
688 O. Custos e perdas Financ.	14.370,30	19.642,47
Resultados Financeiros (+/-)	-871.559,06	-908.324,37
A	5.426,33	28.994,19
PROVEITOS E GANHOS		
781 Juros Obtidos	3.297,21	4.459,06
783 Rendimentos de Imóveis		
785 Diferença de câmbio favoráveis		110,21
786 Descontos p/pagamento obtidos	2.108,62	24.394,46
787 Ganhos alien. aplic. tesouraria		
788 O. Proveitos e Ganhos Financ.	20,50	30,46
B	5.426,33	28.994,19

Técnico de Contas

Carlos Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

(Pedro M.H. Nunes)

Vogal Executivo

(Graça Pereira)

Director Clínico

(Jorge Salvador)

Vogal Executivo

(Luis Miguel Martins)

Enfº Director

(José Vieira Santos)

8.2.38 - Demonstração dos Resultados Extraordinários

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Página: 1

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

2. Abril 2012

Todos os valores são em EUR.

	Ano N	Ano N-1
CUSTOS E PERDAS		
691 Transf. de Capital Concedidas		
692 Dívidas Incobráveis	13.958,71	2.930.871,79
693 Perdas em Existências		
694 Perdas em Imobilizações	12.535,82	73.669,49
695 Multas e Penalidades	1.492,30	6.122,87
696 Aumentos Amortiz. e Provisões		
697 Correções Relat. Exerc. Anter.	1.980.992,59	723.300,93
698 O. Custos e Perdas Extraord.	6.456,25	110.900,24
Resultados Extraordinários (+/-)	2.754.012,85	-2.635.357,41
A	4.769.448,52	1.209.507,91
PROVEITOS E GANHOS		
792 Recuperação de dívidas	1.689,00	
793 Ganhos em Existências		
794 Ganhos em Imobilizações	715,75	180,00
795 Benef. e Penalidades Contratuais		
796 Reduções Amortiz. e Provisões		
797 Correções Relat. Exerc. Anter.	4.136.176,33	402.370,44
798 O. Proveitos e Ganhos Extraord.	630.867,44	806.957,47
B	4.769.448,52	1.209.507,91

O Técnico de Contas

Carlos Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

(Pedro M.H. Nunes)

Vogal Executivo

(Graça Pereira)
Director Clínico

(Jorge Salvador)

Vogal Executivo

(Luís Miguel Martins)
Enfº Director

(José Vieira Santos)

7.6 - DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL

01-01-11
31-12-11

Contas		GRUPOS PROFISSIONAIS											
Código	Designação	Pessoal Dirigente	Pessoal Médico	Pessoal Enferm.	Pessoal Diagn./Ter.	Pes. Técn. Superior	Pes. Técn. Ass.	Pessoal Ass. Oper.	Pessoal Informát.	Pessoal Docente	Pessoal Investig.	Outro Pessoal	Diversos Total
641	Remunerações dos Órgãos Directivo												
6411	Remunerações Base	184.266,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	194.266,02
6412	Subsídios de Férias e de Natal	15.975,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.975,35
6413	Suplementos de Remunerações	55.356,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.356,62
6414	Prestações Sociais Directas	1.480,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.480,08
6419	Outras Remunerações	8.192,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.192,29
	Total da conta 641	255.270,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	265.270,36
642	Remunerações do Pessoal												
6421	Remunerações Base do Pessoal												
64211	RTTP - Por tempo indeterminado	144.205,31	6.361.901,86	6.586.546,54	1.458.902,72	651.032,71	1.660.466,77	2.454.173,41	81.010,40	55.040,88	0,00	12.811,20	19.486.111,80
64212	Pessoal com contrato termo resolui	0,00	2.618.929,03	0,00	0,00	34.694,53	0,00	974,92	0,00	0,00	0,00	0,00	2.654.595,48
64213	Pessoal com regime contrato ind.	71.774,68	2.665.492,62	5.027.110,43	933.603,80	1.112.736,11	932.762,35	1.726.247,10	121.047,57	0,00	0,00	0,00	12.591.374,65
64214	Pessoal em Qualquer Outra Situação	0,00	87.799,22	33.269,60	8.418,89	112.561,05	98.213,06	0,00	12.173,12	0,00	0,00	4.932,34	357.267,23
	Total da conta 6421	215.979,99	11.954.122,73	11.646.926,57	2.400.925,41	1.911.044,40	2.691.442,18	4.181.995,43	214.231,09	55.040,88	0,00	17.643,54	35.289.352,22
6422	Suplementos de Remunerações												
64221	Trabalho Extraordinário	0,00	3.655.718,69	463.668,12	323.556,69	114.482,23	34.292,00	133.477,23	5.411,97	9,15	0,00	4.667,09	4.735.283,17
642211	Horas Extraordinárias	0,00	1.116.485,71	99.692,14	45.803,58	100.638,94	9.513,06	63.300,17	61.861,02	0,00	0,00	0,00	1.497.294,62
642212	Prevenções	0,00	4.772.304,40	563.360,26	369.360,27	215.121,17	43.805,06	196.777,40	67.272,99	9,15	0,00	4.667,09	5.232.577,79
	Total da conta 64221	0,00	9.484.324,90	1.036.328,64	742.277,04	329.832,37	47.110,12	270.554,80	113.685,98	9,15	0,00	4.671,18	10.757.712,97
64222	Trabalho em Regime de Turnos	0,00	260.997,47	2.080.433,94	153.253,40	11.092,39	72.078,70	582.869,19	0,00	941,56	0,00	0,00	3.167.666,65
642221	Noites e Suplementos	0,00	260.997,47	2.080.433,94	153.253,40	11.092,39	72.078,70	582.869,19	0,00	941,56	0,00	0,00	3.167.666,65
642222	Subsídio de Turno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total da conta 64222	0,00	260.997,47	2.080.433,94	153.253,40	11.092,39	72.078,70	582.869,19	0,00	941,56	0,00	0,00	3.167.666,65
64223	Abono para Falhas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64224	Subsídio de Refeição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.739,33	2.739,33
64225	Ajudas de Custo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.045.403,75	2.045.403,75
64226	Vestuário e Artigos Pessoais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.504,00	35.504,00
64227	Alimentação e Alojamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64228	Outros Suplementos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total da conta 6422	0,00	5.039.201,87	2.643.794,20	522.613,67	226.213,56	115.883,76	785.646,59	67.272,99	950,71	0,00	4.667,09	13.424.882,15

7.6 - DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS COM PESSOAL

01-01-11
31-12-11

Contas		GRUPOS PROFISSIONAIS												
Código	Designação	Pessoal Dirigente	Pessoal Médico	Pessoal Enferm.	Pes. Técn. Diag./Ter.	Pes. Técn. Superior	Pessoal Ass. Técn.	Pessoal Ass. Oper.	Pessoal Informát.	Pessoal Docente	Pessoal Investig.	Outro Pessoal	Diversos	Total
6423	Prestações Sociais Directas													
64231	Subsidio Familiar a Crianças e Jo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.649,94	57.649,94
64232	Subsidio Mensal Vitalicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64233	Subsidio de Funeral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64234	Compatic. nos Encargos c/ a Saú	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.664,31	27.664,31
64235	Serviços Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.069,44	67.069,44
64239	Outras Prestações Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.033,94	6.033,94
	Total da conta 6423	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158.417,63	158.417,63
6424	Subsidio de Férias e de Natal	18.687,62	1.033.161,93	1.051.509,57	220.760,48	170.830,42	331.194,75	658.588,34	20.963,53	4.752,09	0,00	1.106,48	0,00	3.511.555,21
6425	Prémios de Desempenho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
643	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	756.486,46	756.486,46
645	Encargos sobre Remunerações													
6451	Assistência na Doença dos Funcion	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	652.311,99	652.311,99
6452	Segurança Social Funcionários Púb	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.526.575,01	3.526.575,01
6453	Segurança Social - Regime Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.319.889,72	3.319.889,72
6458	Outros Encargos sobre Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total da conta 645	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.498.775,72	7.498.775,72
646	Seguros de Acid. Trab. e Doenças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214.480,82	214.480,82
647	Encargos Sociais Voluntários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	238.031,66	238.031,66
648	Outros Custos com o Pessoal													
6481	Despesas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6482	Seguros de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6483	Custos Aperfeiçoamento, Colóquios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.111,22	39.111,22
6484	Prémios de Actualização Permanent	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6485	Indemnizações por Despedimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.919,10	9.919,10
6486	Subsidio e Subsidi. Social Desembr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6489	Outros Custos com Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.506,06	235.506,06
	Total da conta 648	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	284.536,38	284.536,38
649	Estágios Profissionais													

01-01-11	31-12-11
----------	----------

Técnico de Contas

Carlos Nunes

(Pedro M.H. Nunes)

Vogel Executive

11

(a) Luis Miguel Martini

Executive Director

12

(Jose Vieira Santos)

7.8 - Decomposição das Dívidas dos Clientes, Utentes e Instituições do Estado

01-01-11
31-12-11

Contas		Saldo Inicial	Emitido Próprio Ano	Emitido Anos Anteriores	Cobrado Próprio Ano	Cobrado Anos Anteriores	Incobráveis Correc./Anul.	Por Cobrar
Código	Designação							
CLIENTES:								
SUBSISTEMAS:								
211/8 11	A.D.S.E.	4.995.778,74	0,00	0,00	0,00	3.636.942,78	0,00	1.358.835,96
211/8 12	Forças Armadas.	650.436,97	0,00	0,00	0,00	650.436,97	0,00	0,00
211/8 13	Forças Militarizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211/8 14	S.A.M.S.	330.138,03	3.491,45	0,00	0,00	320.553,43	4.690,95	8.385,10
211/8 15	I.O.S. CTT - A.C.S. Port. Telecom	11.237,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.237,23
211/8 16	Serviços Sociais.	236.858,46	14.129,04	0,00	3.710,50	213.587,29	9.415,34	24.274,37
211/8 19	Outros Subsistemas.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total dos Subsistemas:	6.224.449,43	17.620,49	0,00	3.710,50	4.821.520,47	14.106,29	1.402.732,66
211/8 3	Companhias de Seguro	766.277,12	1.320.185,95	178,00	804.398,85	425.656,77	219.126,15	637.459,30
211/8 9	Outros Clientes	115.730,86	188.952,55	0,00	86.284,89	32.652,12	23.652,21	162.094,19
	Total Clientes c/c:	7.106.457,41	1.526.758,99	178,00	894.394,24	5.279.829,36	256.884,65	2.202.286,15
213+2183	Utentes c/c	328.322,88	1.758.806,99	147,00	1.243.857,47	17.576,44	154.533,19	671.309,77
INSTITUIÇÕES DO ESTADO:								
INSTITUIÇÕES MINIST. SAÚDE								
21511	ACSS, IP.	1.608.015,51	1.234.323,45	32.231.702,73	740.563,58	30.699.323,32	1.628.601,34	2.005.553,45
21512	Instituições do SPA/SNS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21513	Instituições do SEE	227.882,63	64.687,62	0,00	12.219,70	59.856,85	8.032,90	212.460,80
21514	ARS, IP	1.374.306,30	2.096.823,85	0,00	726.285,03	195.729,81	181.832,06	2.367.283,25
21519	Outras Instituições do M. Saúde.	1.922,70	1.019,30	0,00	719,30	1.922,70	0,00	300,00
	Total das Instituições M. Saúde:	3.212.127,14	3.396.854,22	32.231.702,73	1.479.787,61	30.956.832,68	1.818.466,30	4.585.597,50
INSTITUIÇÕES REG. AUTÓNOM.								
21521	Região Autónoma dos Açores.	48.780,87	17.641,97	0,00	0,00	0,00	0,00	66.422,84
21522	Região Autónoma da Madeira.	84.371,81	12.674,74	0,00	0,00	0,00	4.706,30	92.340,25
2159	Outras Instituições do Estado	22.957,52	31.208,36	0,00	10.057,20	7.957,84	4.705,10	31.445,74
	Total Clientes, utentes, Inst. Estado:	10.803.017,63	6.743.945,27	32.232.027,73	3.628.096,52	36.262.196,32	2.239.295,54	7.649.402,25

carlos

2. Abril 2012 16:12:43

Pág. 1

O Técnico de Contas

Carlos Nunes

O Conselho de Administração

Resumo da Conta 21

01-01-11
31-12-11

Contas		Código	Inicial	Débito	Crédito	Saldo
Designação						
SUBSISTEMAS:						
A.D.S.E..	21111	4.995.778,74	0,00	3.636.942,78	1.358.835,96	
Forças Armadas	21112	650.436,97	0,00	650.436,97	0,00	
Forças Militarizadas.	21113	0,00	0,00	0,00	0,00	
S.A.M.S..	21114	330.138,03	3.491,45	325.244,38	8.385,10	
I.O.S. CTT - ACS Portugal Telecom	21115	11.237,23	0,00	0,00	11.237,23	
Serviços Sociais	21116	236.858,46	14.129,04	226.713,13	24.274,37	
Outros Subistemas	21119	0,00	0,00	0,00	0,00	
Sub Total		6.224.449,43	17.620,49	4.839.337,26	1.402.732,66	
Companhias de Seguros.	2113	578.218,70	1.320.363,95	1.519.905,38	378.677,27	
Outros Clientes.	2119	75.703,08	190.925,80	150.704,93	115.923,95	
Total da 211		6.878.371,21	1.528.910,24	6.509.947,57	1.897.333,88	
Utentes c/c	213	163.582,67	2.161.248,93	1.517.855,41	806.976,19	
Instituições do Ministério da Saúde	2151	3.212.127,14	35.628.556,95	34.255.086,59	4.585.597,50	
Instituições Regiões Autónomas.	2152	133.152,68	30.316,71	4.706,30	158.763,09	
Outras Instituições do Estado	2159	22.957,52	31.208,36	22.720,14	31.445,74	
TOTAL GERAL:		10.410.191,22	39.380.241,19	42.310.316,01	7.480.116,40	
SUBSISTEMAS:						
A.D.S.E..	218111	0,00	0,00	0,00	0,00	
Forças Armadas	218112	0,00	0,00	0,00	0,00	
Forças Militarizadas.	218113	0,00	0,00	0,00	0,00	
S.A.M.S..	218114	0,00	0,00	0,00	0,00	
I.O.S. CTT - ACS Portugal Telecom	218115	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços Sociais	218116	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Subistemas	218119	0,00	0,00	0,00	0,00	
Sub Total		0,00	0,00	0,00	0,00	
Companhias de Seguros.	21813	188.058,42	122.713,05	53.962,69	256.808,78	
Outros Clientes.	21819	40.027,78	12.017,31	3.901,60	48.143,49	
Total da 2181		228.086,20	134.730,36	57.864,29	304.952,27	
Utentes c/c	2183	164.740,21	125.890,42	23.993,45	266.637,18	
Outros Clientes.	2189	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL GERAL:		392.826,41	260.620,78	81.857,74	571.589,45	

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

(Pedro M. H. Nunes)

Vogal Executivo

(Gonçalo Pereira)

Director Clínico

(José Vieira Santos)

Vogal Executivo

(Luís Miguel Martins)

Enfermeiro

(José Vieira Santos)

(Jorge Salvador)

Mapa do Controlo de Orçamento Económico de Compras

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

Todos os valores são em EUR.

Página: 1
2. Abril 2012

	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processados	Orç.-Proc. Aquisição	Orç.-Enc. Assumidos	Orç.-Processad	Pagos
COMPRAS:								
312 Mercadorias								
PRODUTOS FARMACÉUTICOS:								
31611 Medicamentos	27.682.988,73	30.009.470,37	29.891.519,75	-606,83	-2.326.481,64	-2.208.531,02	27.683.595,56	474.391,83
31612 Reagentes e Prod. Desg. Rápido		3.226.576,92	2.604.070,04		-3.226.576,92	-2.604.070,04		69.775,08
31619 Outros Prod. Farmacêuticos	3.143.005,11	550.107,63	550.004,82		2.592.897,48	2.593.000,29	3.143.005,11	60.416,76
	30.825.993,84	33.786.154,92	33.045.594,61	-606,83	-2.960.161,08	-2.219.600,77	30.826.600,67	604.583,67
3162 Material de Consumo Clínico	8.698.051,81	11.096.186,66	9.641.779,38	1.125,72	-2.398.134,85	-943.727,57	8.696.926,09	531.286,82
3163 Produtos Alimentares	503,32	1.000.019,60	321,59		-999.516,28	181,73	503,32	293,09
3164 Material de Consumo Hoteleiro	340.445,82	400.000,00	325.910,48	113,65	-59.554,18	14.535,34	340.332,17	240.802,93
3165 Material de Consumo Administrativo	306.729,01	300.177,66	270.526,99		6.551,35	36.202,02	306.729,01	217.059,61
3166 Material Manutenção e Conservação	171.656,58	400.042,07	123.889,85		-228.385,49	47.766,73	171.656,58	72.343,78
3169 Outro Material de Consumo								
	40.343.380,38	46.982.580,91	43.408.022,90	632,54	-6.639.200,53	-3.064.642,52	40.342.747,84	1.666.369,90
TOTAL DAS COMPRAS:								
317 DEVOLUÇÃO DE COMPRAS								
318 DESC. ABATIM. COMPRAS								-24.775,78
	40.343.380,38	46.982.580,91	43.408.022,90	632,54	-6.639.200,53	-3.064.642,52	40.342.747,84	1.641.594,12
TOTAL GERAL:								

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

(Pedro M.H.Nunes)

Vogal Executivo

(Graça Pereira)

Director Clínico

(Luís Miguel Martins)

Emp.Director

(Jorge Salvador)

(José Vieira Santos)

Mapa do Controlo de Orçamento de Investimentos

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

Todos os valores são em EUR.

Página: 1
2. Abril 2012

	Orçamentado	Cabimentos	Enc. Assumidos	Processados	Orç.-Cabimento	Orç.-Enc. Assumidos	Orç.-Processad	Pagos
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:								
421 Terrenos e Recursos Naturais								
422 Edifícios e Outras Construções	50.820,22				50.820,22	50.820,22	50.820,22	
4231 Médico-Cirúrgico	991.458,50	1.000.000,00	313.606,72	303.331,35	-8.541,50	677.851,78	688.127,15	73.830,18
4232 De Imagiologia	178.706,04	500.000,00	270.407,52	188.719,53	-321.293,96	-91.701,48	-10.013,49	82.187,86
4233 De Laboratório	146.404,42	100.000,00	48.725,69	43.959,56	46.404,42	97.678,73	102.444,86	40.986,22
4234 Mobiliário Hospitalar	711.396,80	400.000,00	383.868,90	356.832,50	311.396,80	327.527,90	354.564,30	139.187,11
4235 De Desinfecção e Esterilização	19.277,89	190.000,00	1.893,95	1.893,95	-170.722,11	17.383,94	17.383,94	1.893,95
4236 De Hotelaria	107.627,82	204.836,62	140.767,76	130.734,92	-97.208,80	-33.139,94	-23.107,10	33.586,37
4239 Outros	146.895,86	300.000,00	67.483,63	56.560,74	-153.104,14	79.412,23	90.335,12	42.723,48
Total da Conta 4.2.3	2.301.767,33	2.694.836,62	1.226.754,17	1.082.032,55	-393.069,29	1.075.013,16	1.219.734,78	414.398,17
424 De Transporte								
425 Ferramentas e Utensílios	6.147,62	100.000,00	337,39	337,39	-93.852,38	5.810,23	5.810,23	
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO:								
4261 Equipamento Administrativo	149.631,13	100.000,00	70.660,22	23.444,44	49.631,13	78.970,91	126.186,69	18.200,66
4262 Equipamento Informático	1.047.883,52	854.704,75	734.877,05	621.776,02	193.178,77	313.006,47	426.107,50	574.210,67
Total da Conta 4.2.6	1.197.514,65	954.704,75	805.537,27	645.220,46	242.809,90	391.977,38	552.294,19	592.411,33
427 Taras e Vasilhame								
429 Outras	818,10			-583,59	818,10	818,10	1.401,69	
TOTAL IMOBILIZ. CORPÓREAS	3.557.067,92	3.749.541,37	2.032.628,83	1.727.006,81	-192.473,45	1.524.439,09	1.830.061,11	1.006.809,50

Mapa do Controlo de Orçamento de Investimentos

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

Todos os valores são em EUR.

Página: 2
2. Abril 2012

	Orçamentado	Cabimentos	Enc. Assumidos	Processados	Orç.-Cabimento	Orç.-Enc. Assumidos	Orç.-Processad	Pagos
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS :								
43 Imobilizações Incorpóreas								
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO:								
44 Imobilizações em Curso		5.010.585,69	3.376.206,08	2.197.135,30	-5.010.585,69	-3.376.206,08	-2.197.135,30	2.012.368,52
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO								
45 Bens de Domínio Público	1.300.000,00	1.000.229,90	358.843,86	520.204,23	299.770,10	941.156,14	779.795,77	212.903,70
TOTAL GERAL:	4.857.067,92	9.760.356,96	5.767.678,77	4.444.346,34	-4.903.289,04	-910.610,85	412.721,58	3.232.081,72

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

(Pedro M.H. Nunes)

Vogal Executivo

(Graca Pereira)

Director Clínico

(Jorge Salvador)

Vogal Executivo

(Luis Miguel Martins)

Enfermeiro

(José Vieira Santos)

Mapa do Controlo de Orçamento Económico - Custos e Perdas

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

Todos os valores são em EUR.

Página: 1
2. Abril 2012

	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processados	Orç.-Proc. Aquisição	Orç.-Enc. Assumidos	Orç.-Processad	Pagos
CUSTO MERC. VEND. MAT. CONS.:								
612 Mercadorias								
6161 Produtos Farmacêuticos	31.018.857,59			31.351.967,79	31.018.857,59	31.018.857,59	-333.110,20	
6162 Material de Consumo Clínico	8.773.033,40			9.307.247,35	8.773.033,40	8.773.033,40	-534.213,95	
6163 Produtos Alimentares	516,28			291,39	516,28	516,28	224,89	
6164 Material de Consumo Hoteleiro	356.148,17			330.212,72	356.148,17	356.148,17	25.935,45	
6165 Material de Consumo Administrativo	300.146,49			306.870,77	300.146,49	300.146,49	-6.724,28	
6166 Material Manutenção / Conservação	180.000,00			173.677,45	180.000,00	180.000,00	6.322,55	
6169 Outro Material de Consumo								
A Total da Conta 61:	40.628.701,93			41.470.267,47	40.628.701,93	40.628.701,93	-841.565,54	
FORNEC. E SERVIÇOS EXTERNOS:								
SUBCONTRATOS:								
6211 Assistência Ambulatória								
MEIOS COMPLEM. DIAGNÓSTICO:								
62121 Patologia Clínica								
62122 Anatomia Patológica								
62123 Imagiologia								
62124 Cardiologia								
62125 Eletroencefalografia								
62126 Medicina Nuclear								
62127 Gastroenterologia								
62128 Pneumologia/Imuno Alergologia								
62129 Outros								
B Total da Conta 6212:								



Mapa do Controlo de Orçamento Económico - Custos e Perdas

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

Todos os valores são em EUR.

Página: 2
2. Abril 2012

	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processados	Orç.-Proc. Aquisição	Orç.-Enc. Assumidos	Orç.-Processad	Pagos
MEIOS COMPLEM. TERAPÉUTICA:								
62131 Hemodiálise								
62132 Medicina Física e Reabilitação								
62133 Litotricia								
62139 Outros								
C Total da Conta 6213:								
6214 Produtos Vendidos p/ Farmácias								
6215 Internamentos								
6216 Transporte de Doentes								
6217 Aparelhos Complem. Terapêutica								

Mapa do Controlo de Orçamento Económico - Custos e Perdas

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

Todos os valores são em EUR.

Página: 3
2. Abril 2012

	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processados	Orç.-Proc. Aquisição	Orç.-Enc. Assumidos	Orç.-Processad	Pagos
TRABALHOS EXECUT. EXTERIOR:								
621811 Assistência Ambulatória		139,00	139,00	139,00	-139,00	-139,00	-139,00	31,00
621812 Meios Complementares Diagnóstico	1.532.360,11	1.689.728,19	1.689.502,39	1.653.577,11	-157.368,08	-157.142,28	-121.217,00	758.590,69
621813 Meios Complementares Terapêutic	255.673,68	237.584,89	237.584,89	232.013,43	18.088,79	18.088,79	23.660,25	51.694,93
621814 Produtos Vendidos p/Farmácias		115.052,73	115.052,73	115.052,73	-115.052,73	-115.052,73	-115.052,73	
621815 Intern., Serv. Enf., Part./Transp. Do	13.658,21	504.653,47	234.663,47	4.653,47	-490.995,26	-221.005,26	9.004,74	4.653,47
621819 Outros								
D Total da Conta 62181:	1.801.692,00	2.547.158,28	2.276.942,48	2.005.435,74	-745.466,28	-475.250,48	-203.743,74	814.970,09
EM OUTRAS ENTIDADES:								
621891 Assistência Ambulatória	228,08	14.441,00	14.441,00	14.441,00	-14.212,92	-14.212,92	-14.212,92	
621892 Meios Complementares Diagnóstico	1.550.386,36	2.854.758,05	2.035.615,73	1.972.969,09	-1.304.371,69	-485.229,37	-422.562,73	604.335,94
621893 Meios Complementares Terapêutic	3.458.669,92	4.926.647,69	4.926.647,69	4.844.145,17	-1.467.977,77	-1.467.977,77	-1.385.475,25	62.667,08
621894 Produtos Vendidos p/Farmácias								
621895 Intern., Serv. Enf., Part./Transp. Do	1.945.425,05	1.805.547,28	1.784.168,66	1.732.646,68	139.877,77	181.256,39	212.778,37	1.332.876,13
621896 Aparelhos Complem. Terapêutica								
621897 Assistência no Estrangeiro								
621898 Termalismo Social								
621899 Outros								
E Total da Conta 62189:	6.954.709,41	9.601.394,02	8.740.873,08	8.564.201,94	-2.646.684,61	-1.786.163,67	-1.609.492,53	1.999.879,15
F Total da Conta 6218:	8.756.401,41	12.148.552,30	11.017.815,56	10.569.637,68	-3.392.150,89	-2.261.414,15	-1.813.236,27	2.814.849,24
6219 Outros Subcontratos								
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS:								

Mapa do Controlo de Orçamento Económico - Custos e Perdas

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

Todos os valores são em EUR.

Página: 4
2. Abril 2012

	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processados	Orç.-Proc. Aquisição	Orç.-Enc. Assumidos	Orç.-Processad	Pagos
6221	1.441.542,68	2.378.461,81	2.155.964,13	1.794.623,45	-936.919,13	-714.421,45	-353.080,77	1.543.577,51
6222	795.721,69	1.408.792,92	1.004.678,77	977.979,51	-613.071,23	-208.957,08	-182.257,82	927.790,82
6223	13.421.955,38	22.262.305,91	15.537.467,75	13.478.134,81	-8.840.350,53	-2.115.512,37	-56.179,43	10.138.748,12
6229	510.785,34	772.580,69	773.400,68	695.428,23	-261.795,35	-262.615,34	-184.642,89	472.324,68
G	16.170.005,09	26.822.141,33	19.471.511,33	16.946.166,00	-10.652.136,24	-3.301.506,24	-776.160,91	13.082.441,13
H	24.926.406,50	38.970.693,63	30.489.326,89	27.515.803,68	-14.044.287,13	-5.562.920,39	-2.569.397,18	15.897.290,37
63								
Transf. Corr. Conced./Prest. Sociais								
DESPESAS COM PESSOAL:								
REMUNERAÇÕES ORGÃOS:								
6411	177.694,57	172.720,00	172.720,00	184.266,02	4.974,57	4.974,57	-6.571,45	172.720,00
6412	30.396,56	15.975,35	15.975,35	15.975,35	14.421,21	14.421,21	14.421,21	15.975,35
6413	55.324,31	55.356,62	55.356,62	55.356,62	-32,31	-32,31	-32,31	55.356,62
6414		1.480,08	1.480,08	1.480,08	-1.480,08	-1.480,08	-1.480,08	1.480,08
6419	14.520,42	8.192,29	8.192,29	8.192,29	6.328,13	6.328,13	6.328,13	8.192,29
I	277.935,86	253.724,34	253.724,34	265.270,36	24.211,52	24.211,52	12.665,50	253.724,34
REMUNER. BASE DO PESSOAL:								
64211	20.209.911,80	17.887.660,70	17.887.660,70	19.486.111,80	2.322.251,10	2.322.251,10	723.800,00	17.886.930,70
64212	2.656.529,06	2.626.513,35	2.626.513,35	2.854.598,48	30.015,71	30.015,71	-198.069,42	2.625.312,03
64213	11.228.417,25	11.515.351,05	11.515.351,05	12.591.374,66	-286.933,80	-286.933,80	-1.362.957,41	11.515.350,99
64214	379.968,81	326.619,08	326.619,07	357.267,28	53.349,73	53.349,74	22.701,53	326.619,07
J	34.474.826,92	32.356.144,18	32.356.144,17	35.289.352,22	2.118.682,74	2.118.682,75	-814.525,30	32.354.212,79

Mapa do Controlo de Orçamento Económico - Custos e Perdas

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

Todos os valores são em EUR.

Página: 5
2. Abril 2012

	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processados	Orç.-Proc. Aquisição	Orç.-Enc. Assumidos	Orç.-Processad	Pagos
SUPLEMENTOS REMUNERAÇÃO:								
642211 Horas Extraordinárias	4.281.575,83	4.735.727,82	4.735.727,82	4.735.283,17	-454.151,89	-454.151,89	-453.707,24	4.735.283,17
642212 Prevenções	1.402.861,34	1.497.294,62	1.497.294,62	1.497.294,62	-94.433,28	-94.433,28	-94.433,28	1.497.294,62
642221 Noites e Suplementos	2.886.894,04	3.167.666,65	3.167.666,65	3.167.666,65	-280.772,61	-280.772,61	-230.772,61	3.167.666,65
642222 Subsídio de Turno								
642223 Abono p/a Falhas	2.147,55	2.739,33	2.739,33	2.739,33	-591,78	-591,78	-591,78	2.739,33
642224 Subsídio de Refeição	2.027.002,10	2.045.463,53	2.045.403,75	2.045.403,75	-18.461,43	-18.401,65	-18.401,65	2.045.403,75
642225 Ajudas de Custo	41.489,37	35.504,00	35.504,00	35.504,00	5.985,37	5.985,37	5.985,37	35.504,00
6422617 Vestuário e Artig. Pessoais/Alim. e								
642281 P.E.C.L.E.C.	442.547,17	876.420,51	876.420,51	876.420,51	-433.873,34	-433.873,34	-433.873,34	876.420,51
6422819 Outros Suplementos	971.132,37	1.085.722,37	1.080.410,12	1.064.570,12	-114.590,00	-109.277,75	-93.437,75	1.057.775,37
K Total da Conta 6422:	12.055.649,87	13.446.538,83	13.441.166,80	13.424.882,15	-1.390.888,96	-1.385.516,93	-1.369.232,28	13.418.087,40
6423 Prestações Sociais Directas	207.391,43	158.417,63	158.417,63	158.417,63	48.973,80	48.973,80	48.973,80	158.443,89
6424 Subsídio de Férias e Natal	5.879.663,11	3.057.607,42	3.057.607,42	3.511.555,21	2.822.055,69	2.822.055,69	2.368.107,90	3.057.607,42
643 Pensões	763.607,40	792.706,24	792.706,24	756.488,46	-29.098,84	-29.098,84	7.118,94	756.488,46
645 Encargos s/Remunerações	7.776.446,37	6.917.900,17	6.917.900,17	7.498.775,72	858.546,20	858.546,20	277.670,65	6.353.618,62
646 Seg. Acid. Trabalho e Doenças Profi	88.719,60	253.149,38	242.611,23	214.480,82	-164.429,78	-153.891,63	-125.761,22	214.480,82
647 Encargos Sociais Voluntários	267.720,41	238.031,86	238.031,86	238.031,86	29.688,55	29.688,55	29.688,55	238.031,86
648 Outros Custos c/Pessoal	373.899,99	408.633,33	288.768,38	284.536,38	-34.733,34	85.131,61	89.363,61	283.556,42
L Total da Conta 64:	62.165.860,96	57.882.853,38	57.747.078,24	61.641.790,81	4.283.007,58	4.418.782,72	524.070,15	57.088.252,02
65 Outros Custos Operacionais	215.661,76	215.820,08	165.763,68	162.960,55	-158,32	49.898,08	52.701,21	156.144,33
66 Amortizações do Exercício	4.413.347,24			4.314.978,88	4.413.347,24	4.413.347,24	98.368,36	
67 Provisões do Exercício	200.341,47			821.737,39	200.341,47	200.341,47	-621.395,92	

Mapa do Controlo de Orçamento Económico - Custos e Perdas

Instituição: HOSPITAL DE FARO, E.P.E.

Ano: 2011 Período De: Janeiro 2011 A: Dezembro 2011

Todos os valores são em EUR.

Página: 6
2. Abril 2012

	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processados	Orç.-Proc. Aquisição	Orç.-Enc. Assumidos	Orç.-Processad	Pagos
68 Custos e Perdas Financeiras	937.318,56	879.227,12	879.227,12	876.985,39	58.091,44	58.091,44	60.333,17	14.916,93
CUSTOS E PERDAS EXTRAORD.:								
691 Donativos								
692 Dívidas Incobráveis	591.685,92			13.958,71	591.685,92	591.685,92	577.727,21	
693 Perdas em Existências								
694 Perdas em Imobilizações	73.669,49			12.535,82	73.669,49	73.669,49	61.133,67	
695 Multas e Penalidades	6.122,87	1.492,30	1.492,30	1.492,30	4.630,57	4.630,57	4.630,57	1.492,30
697 Correc. Relativas a Exerc. Anteriores	724.655,45	7.110.986,03	7.110.986,03	5.124.733,23	-6.386.330,58	-6.386.330,58	-4.400.077,78	36.503.742,32
698 Outros Custos e Perdas Extraord.	110.900,24	6.135,66	6.135,66	6.456,25	104.764,58	104.764,58	104.443,99	6.135,66
M Total da Conta 69:	1.507.033,97	7.118.613,99	7.118.613,99	5.159.176,31	-5.611.580,02	-5.611.580,02	-3.652.142,34	36.511.370,28
TOTAL GERAL:	134.994.672,39	105.067.208,20	96.400.009,92	141.963.700,48	29.927.464,19	38.594.662,47	-6.969.028,09	109.667.973,93

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
(Pedro M. H. Nunes)

Vogal Executivo
(Luís Miguel Martins)
EnfDirector

Vogal Executivo
(Gracia Pereira)
Director Clínico

(José Vieira Santos)

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Nota prévia

As notas que se seguem estão ordenadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS). As notas omitidas devem entender-se como não aplicáveis à Entidade.

1.Caraterização da entidade

1.1 Identificação

Designação: Hospital de Faro, E.P.E.

Número de Identificação: 508 718 872

Endereço da Sede: Rua Leão Penedo, 8000 – 386 Faro

O Hospital de Faro (HF), como Entidade Pública Empresarial (E.P.E), foi criado no dia 1 de setembro de 2008, por força da publicação do Decreto-Lei n.º 180/2008, de 26 de agosto, extinguindo-se por conseguinte o Hospital Central de Faro, do qual sucederam para E.P.E todos os direitos e obrigações.

O seu objecto social, único, é a prestação de serviços de saúde, nos termos dos seus Estatutos e no respeito pelas normas que o regem, encontrando-se integrado no Serviço Nacional de Saúde.

Os montantes encontram-se expressos em Euros, salvo indicação em contrário.

1.2 Legislação

O Hospital de Faro, é uma pessoa colectiva de direito público de natureza empresarial, dotada de autonomia financeira e patrimonial, regendo-se nos termos da legislação aplicável ao Sector Empresarial do Estado.

Por obrigatoriedade legal, foi feito o fecho de contas em 31 de dezembro de 2011, tendo como objetivo conhecer a situação económica financeira da Instituição à data e que ora se apresenta.

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos pelo POCMS – Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (Ministério das Finanças e Ministério da Saúde, 2000).

Ao nível do registo e organização contabilística é de evidenciar que o sistema informático do Hospital de Faro está construído segundo as definições do referido POCMS, aprovado pela Portaria nº 898/2000, de 28 de Setembro (Ministério das Finanças e Ministério da Saúde, 2000), destacando-se o detalhe da classe 1, que reflecte a origem e o destino dos fluxos financeiros.

O regime jurídico aplicável ao HF, EPE é o seguinte:

- Decreto-lei nº 180/2008, de 26 de Agosto - Diploma criador;
- Decreto-lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro - Estatutos;
- Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro, com as alterações introduzidas, e o Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de Agosto - Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas;
- Lei nº 27/2002, de 8 de Novembro - Regime Jurídico de Gestão Hospitalar;
- Decreto-Lei n.º188/2003, de 20 de Agosto - Regulamentação da Lei de Gestão Hospitalar;
- Decreto-Lei nº11/93, de 15 de Janeiro - Estatuto do Serviço Nacional de Saúde
- Lei nº 48/90, de 2 de Agosto - Lei de Bases da Saúde;
- Normas especiais cuja aplicação decorra do seu objecto social e do regulamento.

1.3 Estrutura organizacional efetiva

(ver Modelo de Governo)

1.4 Descrição sumária das atividades

Desenvolvendo como actividade única a prestação de serviços de saúde, o HF, EPE presta a assistência aos seus utentes através de um Serviço de Urgência Polivalente que engloba a Urgência Geral, a Urgência de Ginecologia e Obstetrícia e a Urgência Pediátrica. Do Internamento que está organizado por Especialidades Clínicas, correspondendo as respectivas lotações aos rácios definidos pela rede de Referência Hospitalar. Da Consulta Externa e do Hospital de Dia, organizados também por especialidades. Desenvolve ainda actividades através de Unidades de Cuidados Intensivos Neonatais e Pediátricos, de Cuidados Intensivos Polivalente e de Cuidados Intensivos Coronários.

1.5 Recursos Humanos – Identificação dos responsáveis pela direção da Entidade

Os responsáveis do HF, EPE a 31 de Dezembro de 2011 são:

- Mestre Pedro Manuel Mendes Henriques Nunes (Presidente do Conselho de Administração)
- Dra. Graça Maria Palma Pereira (Vogal Executiva do Conselho de Administração)
- Dr. Luís Miguel da Costa e Cunha Martins (Vogal Executiva do Conselho de Administração)
- Dr. Jorge Manuel Domingues Salvador (Diretor Clínico)
- Dr. José Fernando Vieira dos Santos (Enfermeiro Diretor)

Durante o exercício de 2011 e dado que a nomeação dos atuais membros do Conselho de Administração foi publicada em 21 de Dezembro do referido exercício, foi atribuído o valor de 1.192,00€ conforme detalhe no capítulo sexto deste relatório.

O Hospital de Faro apresentava a 31 de Dezembro de 2011, 2394 funcionários e empregados, sendo responsável pela Gestão de Recursos Humanas a Técnica Superior, Dra. Jacinta Charneca.

1.6 Organização contabilística

a) Existência ou não de um manual de procedimentos contabilísticos;

É utilizado o Manual de Procedimentos Administrativos e Contabilísticos - Contabilidade geral/orçamental/analítica

b) Indicação dos livros de registo utilizados;

São utilizados os livros obrigatórios previstos na legislação comercial.

c) Descrição sumária da organização do arquivo dos documentos de suporte;

A organização do arquivo dos documentos de suporte segue a sequência numérica das Autorizações de Pagamento por Rubricas.

d) Breve descrição das principais características do sistema informático utilizado/existente;

O sistema informático utilizado corresponde à aplicação Microsoft Dynamics NAV fornecida pela Glinntt, existindo lançamentos que são efectuados por ligações automáticas de outras aplicações, tais como: da aplicação GHAF – Farmácia e Logística, do SONHO – Aplicação de Gestão de Doentes e do RHV – aplicação dos Recursos Humanos.

e) Existência ou não de Demonstrações Financeiras Intercalares;

Durante o exercício foram preparados Relatórios com a periodicidade trimestral.

f) Existência ou não de descentralização contabilística e, em caso afirmativo, breve descrição do sistema utilizado e do modo de articulação com a contabilidade central;

Não existe descentralização contabilística, a contabilidade encontra-se centralizada nas instalações do HF, EPE (Edifício da Administração), na dependência do Departamento Financeiro.

1.7 Outra Informação considerada relevante

Não existe qualquer outra informação de relevo que deva ser enunciada.

2. NOTAS AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Situações Derrogadas nas Demonstrações Financeiras

A derrogação do princípio de especialização no que se refere ao registo das taxas moderadoras o acto em que ocorrem versus momento de recebimento, deve-se à enorme dificuldade, motivada pelo sistema de informação utilizada na gestão de doentes (SONHO), na obtenção de dados que possibilitem, de forma sustentada, o cálculo dos montantes em dívida no final de cada período, embora estejam a decorrer esforços no sentido de solucionar tal dificuldade na cobrança e registo de dívidas (a receber) de taxas moderadoras.

2.2 Indicação e comentário das contas do Balanço e das Demonstrações dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com o exercício anterior

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos da Entidade, os quais se encontram de acordo com os princípios do POCMS e instruções da ACSS.

2.3 Critérios Valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração dos resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

As demonstrações Financeiras apresentadas foram elaboradas com o objectivo de obter uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações do Hospital e obedecem aos Princípios Contabilísticos geralmente aceites, designadamente: da Entidade Contabilística; da Continuidade; da Consistência; da Especialização; do Custo Histórico; da Prudência; da Materialidade e da Não Compensação.

Os critérios valorimétricos de cálculo utilizados foram os seguintes:

• Imobilizações Incorpóreas

Não existe qualquer valor desta natureza.

• Imobilizações Corpóreas

Os bens do ativo imobilizado corpóreo figuram pelo seu custo de aquisição, excepto o relativo aos ativos do imobilizado obtido a título gratuito, cuja valorização foi obtida pela aplicação do critério do preço de mercado e dos Terrenos e Edifícios que foram inscritos pelo valor de mercado com base na avaliação efectuada por uma empresa especializada e independente, em conformidade com a legislação aplicável (Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril – CIBE).

Os bens do activo imobilizado corpóreo figuram pelo seu custo de aquisição, excepto o relativo aos activos do imobilizado obtido a título gratuito, cuja valorização foi obtida pela aplicação do critério do preço de mercado e dos Terrenos e Edifícios que foram inscritos pelo valor de mercado com base na avaliação efectuada por uma empresa especializada e independente, em conformidade com a legislação aplicável (Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril – CIBE).

Os bens de domínio público, propriedade do Estado, bens ao serviço dos cidadãos que apoiam a instituição na prestação dos seus serviços, procedeu o Hospital de Faro em 2010 à relevação contabilística do valor dos imóveis de domínio público, com base na avaliação efectuada por Empresa especializada e independente American Appraisal.

É política do Hospital de Faro calcular as reintegrações sobre o valor do custo de aquisição, de modo a reintegrar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil pelo método das quotas constantes por duodécimos, aplicando as taxas máximas permitidas e constantes do Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 Janeiro, e da Portaria nº 671/00, de 17 Abril, sendo que, no caso dos Edifícios a taxa aplicada será da vida útil remanescente do bem proposta pela empresa que procedeu à avaliação dos imóveis em 2010.

Mediante o exposto e cumprindo a legislação em vigor o aumento das amortizações resultante de reavaliações de imobilizado só são aceites fiscalmente, quando ao abrigo de legislação de carácter fiscal, assim e perante tal facto o impacto do aumento das amortizações resultante da reavaliação dos edifícios não é aceite fiscalmente sendo acrescido no quadro 7 da modelo 22 do IRC.

• Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo, estão valorizadas ao custo de aquisição, com o acréscimo das respectivas despesas adicionais de compra, sendo que o método de custeio das saídas de armazém utilizado é o método do custo médio ponderado.

• Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros estão expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

• Impostos sobre o Rendimento do Exercício

A estimativa do I.R.C. atende às tributações autónomas conforme o preconizado no artigo 88.º do C.I.R.C.

• Acréscimos e Diferimentos

O Hospital de Faro regista os seus proveitos e custos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual esses proveitos e custos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos gerados são registados nas rubricas “ Acréscimos e Diferimentos”.

• Subsídios

Os subsídios atribuídos ao Hospital de Faro, no âmbito de projectos de investimentos, são registados como proveitos diferidos na rubrica de “Acréscimos e Diferimentos” e reconhecidos nas demonstrações de resultados, proporcionalmente às amortizações das Imobilizações Corpóreas Subsidiadas, com exceção do financiamento atribuído ao Hospital de Faro pela ARS Algarve, IP, para a criação de Unidade de Convalescença e de Cuidados Paliativos no âmbito da implementação da rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). Tal facto deve-se às obras, não encontrarem-se concluídas nem o valor do subsídio totalmente recebido, nem a garantia do seu recebimento, por se verificar a necessidade do reajustamento quanto aos efeitos do referido projeto.

• Provisões

De acordo com a Portaria nº 898/2000, de 28 de Setembro, a constituição de provisão deve respeitar apenas às situações a que estejam associados riscos em que não se trate apenas de uma simples estimativa de um passivo certo, a sua contabilização pretende registar perdas potenciais e tem como objectivo corrigir o resultado de um exercício e de um custo correspondente a riscos ou despesas a pagar de ocorrência e de montante, em geral, incerto.

A constituição de provisões baseia-se no Princípio Contabilístico da Especialização dos Exercícios e no Princípio Contabilístico de Prudência.

Estabelece o primeiro Princípio que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam. Estabelece o segundo que é possível integrar nas contas um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas nas condições de incerteza, sem contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas.

Face à definição de critérios objectivos de constituição ou reforço das provisões definidas nos artigos 35.º a 36.º do CIRC e à periodização do lucro tributável definido no art.º 18.º n.º1 do mesmo Código, a constituição da provisão é obrigatória, para efeitos fiscais, pelo que, quando o sujeito passivo não constitua provisão que, de acordo com os critérios definidos, deveria ter sido constituída, originará a não-aceitação para efeitos fiscais, no exercício em que se vier a efectivar, do custo ou perda não objecto de provisão.

Foram constituídas as seguintes provisões de acordo com o critério definido no ponto 2.7.1 do POCMS:

- Para Cobranças Duvidosas;
- Para Riscos e Encargos.

O montante de provisão para cobertura de dívidas em mora há mais de um ano e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, exceptuando as dívidas sobre entidades públicas, determinado de acordo com a mesma Portaria.

Quanto à Provisão para Outros Riscos e Encargos e mediante informação solicitada ao Gabinete Jurídico do Hospital de Faro, relativamente aos processos judiciais em curso contra o mesmo, por factos que à data de 31 de Dezembro de 2011, as responsabilidades sejam de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência constituídas segundo o Código do IRC artigo 39 nº 1 a), sendo que, nos processos com provável sentença a desfavor do Hospital de Faro e segundo o referido Gabinete é no valor de 576.871,54€, sendo que, e cumprindo o princípio contabilístico da prudência por precaução criada uma provisão pela totalidade dos mesmos.

2.7 Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes

Conta	Designação	Saldo Inicial	Reavaliações	Aumentos	Transferências e Abates (1)	Saldo Final
Bens de Domínio Público						
451	Terrenos e Recursos Naturais	8.845.575,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8.845.575,00 €
	Complexo Hospitalar	7.681.200,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7.681.200,00 €
	Unidade de Psiquiatria	1.164.375,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.164.375,00 €
452	Edifícios	33.703.200,00 €	0,00 €	520.204,23 €	0,00 €	34.223.404,23 €
	Complexo Hospitalar	31.029.300,00 €	0,00 €	365.970,38 €	0,00 €	31.395.270,38 €
	Unidade de Psiquiatria	2.673.900,00 €	0,00 €	154.233,85 €	0,00 €	2.828.133,85 €
445	Imobilizações em curso de bens de domínio público	4.014.659,04 €	0,00 €	2.583.112,43 €	385.977,13 €	6.211.794,34 €
Sub-Total		46.563.434,04 €	0,00 €	3.103.316,66 €	385.977,13 €	49.280.773,57 €
Imobilizações Incorpóreas						
431	Despesas de Instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
432	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Sub-Total		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imobilizações Corpóreas						
421	Terrenos e Recursos Naturais do Lar	1.227.600,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.227.600,00 €
422	Edifícios e Outras Construções do Lar	3.608.400,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.608.400,00 €
423	Equipamento Básico	29.416.734,71 €	0,00 €	1.271.823,24 €	211.315,69 €	30.477.242,26 €
424	Equipamento de Transporte	251.666,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	251.666,04 €
	Peugeot Patner 1.6 HDI - Matricula 36-41-AM	16.399,81 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16.399,81 €
	Auto Radio	162,11 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	162,11 €
	Mercedes-Benz Vito - Matricula 32-70-PB	21.982,47 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	21.982,47 €
	Mercedes-Benz 313 CDI - Matricula 14-83-RN	36.751,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	36.751,95 €
	Auto Radio	211,90 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	211,90 €
	Ford Transit 330 L - Matricula 97-67-VL	36.340,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	36.340,24 €
	Ford Transit 330 L - Matricula 20-44-XU	30.881,71 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	30.881,71 €
	Ford Transit 330 L - Matricula 55-89-ZO	31.912,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	31.912,67 €
	Honda Accord - Matricula 44-97-HT	6.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6.000,00 €
	Renault 5 TD - Matricula 42-23-HT	1.500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.500,00 €
	Fiat Iveco - Matricula 55-95-HP	9.500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9.500,00 €

	Citroen Jumper Fourgon - Matricula 72-95-JQ	14.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14.000,00 €
	Grande Reparação - Matricula 55-89-ZO	4.795,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4.795,64 €
	Peugeot Patner 1.6 HDI - Matricula 17-IO-64	20.613,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20.613,77 €
	Peugeot Patner 1.6 HDI - Matricula 17-IO-66	20.613,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20.613,77 €
425	Ferramentas e Utensílios	50.058,24 €	0,00 €	337,39 €	0,00 €	50.395,63 €
426	Equipamento Administrativo e Informático	9.655.645,84 €	0,00 €	740.027,74 €	94.807,28 €	10.300.866,30 €
427	Taras e Vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429	Outras Imobilizações Corpóreas	18.092,05 €	0,00 €	0,00 €	583,59 €	17.508,46 €
Sub-Total		44.228.196,88 €	0,00 €	2.012.188,37 €	306.706,56 €	45.933.678,69 €
Investimentos Financeiros						
441	Imobilizações em Curso de Investimentos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Sub-Total		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total Geral		90.791.630,92 €	0,00 €	5.115.505,03 €	692.683,69 €	95.214.452,26 €

1) Os abates são no valor de 220.917,40€.

Conta	Designação	Amortizações Iniciais	Amortizações do Exercício	Abates	Amortizações Acumuladas
48	Imobilizações Corpóreas				
4811	Terrenos e Recursos Naturais	- €	- €	- €	- €
4822	Edifícios e Outras Construções Lar	- €	65.672,76 €	- €	65.672,76 €
4823	Equipamento Básico	19.934.466,81 €	2.796.712,53 €	118.373,93 €	22.612.805,41 €
4824	Equipamento de Transporte	183.336,58 €	20.118,25 €	- €	203.454,83 €
	Peugeot Patner 1.6 HDI - Matricula 36-41-AM	16.399,81 €	0,00 €	0,00 €	16.399,81 €
	Auto Radio	162,11 €	0,00 €	0,00 €	162,11 €
	Mercedes-Benz Vito - Matricula 32-70-PB	21.982,47 €	0,00 €	0,00 €	21.982,47 €
	Mercedes-Benz 313 CDI - Matricula 14-83-RN	36.751,95 €	0,00 €	0,00 €	36.751,95 €
	Auto Radio	211,90 €	0,00 €	0,00 €	211,90 €
	Ford Transit 330 L - Matricula 97-67-VL	33.311,79 €	3.028,45 €	0,00 €	36.340,24 €
	Ford Transit 330 L - Matricula 20-44-XU	24.769,60 €	3.860,16 €	0,00 €	28.629,76 €
	Ford Transit 330 L - Matricula 55-89-ZO	23.601,99 €	3.989,04 €	0,00 €	27.591,03 €
	Honda Accord - Matricula 44-97-HT	3.400,00 €	600,00 €	0,00 €	4.000,00 €
	Renault 5 TD - Matricula 42-23-HT	1.062,62 €	187,56 €	0,00 €	1.250,18 €
	Fiat Iveco - Matricula 55-95-HP	5.383,41 €	950,04 €	0,00 €	6.333,45 €
	Citroen Jumper Fourgon - Matricula 72-95-JQ	9.916,59 €	1.749,96 €	0,00 €	11.666,55 €
	Grande Reparação - Matricula 55-89-ZO	799,36 €	599,52 €	0,00 €	1.398,88 €
	Peugeot Patner 1.6 HDI - Matricula 17-IO-64	2.791,49 €	2.576,76 €	0,00 €	5.368,25 €
	Peugeot Patner 1.6 HDI - Matricula 17-IO-66	2.791,49 €	2.576,76 €	0,00 €	5.368,25 €
4825	Ferramentas e Utensílios	39.796,18 €	3.945,03 €	- €	43.741,21 €
4826	Equipamento Administrativo e Informático	7.772.000,33 €	803.442,04 €	82.410,96 €	8.493.031,41 €
4827	Taras e Vasilhame	- €	- €	- €	- €
4829	Outras Imobilizações Corpóreas	9.347,35 €	2.007,16 €	583,59 €	10.770,92 €
4852	Edifícios	- €	622.591,35 €	- €	622.591,35 €
	Complexo Hospitalar		620.581,60 €		620.581,60 €
	Unidade de Psiquiatria		2.009,75 €		2.009,75 €
Total Geral		27.938.947,25 €	4.314.489,12 €	201.368,48 €	32.052.067,89 €

Conta	Designação	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas	Activo Liquido
Bens de Domínio Público				
451	Terrenos e Recursos Naturais	8.845.575,00 €	0,00 €	8.845.575,00 €
	Complexo Hospitalar	7.681.200,00 €	0,00 €	7.681.200,00 €
	Unidade de Psiquiatria	1.164.375,00 €	0,00 €	1.164.375,00 €
452	Edifícios	34.223.404,23 €	622.591,35 €	33.600.812,88 €
	Complexo Hospitalar	31.395.270,38 €	620.581,60 €	30.774.688,78 €
	Unidade de Psiquiatria	2.828.133,85 €	2.009,75 €	2.826.124,10 €
445	Imobilizações em curso de bens de domínio publico	6.211.794,34 €	0,00 €	6.211.794,34 €
Sub-Total		49.280.773,57 €	622.591,35 €	48.658.182,22 €
Imobilizações Incorpóreas				
431	Despesas de Instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €
432	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Sub-Total		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e Recursos Naturais do Lar	1.227.600,00 €	0,00 €	1.227.600,00 €
422	Edifícios e Outras Construções do Lar	3.608.400,00 €	65.672,76 €	3.542.727,24 €
423	Equipamento Básico	30.477.242,26 €	22.612.805,41 €	7.864.436,85 €
424	Equipamento de Transporte	251.666,04 €	203.454,83 €	48.211,21 €
	Peugeot Patner 1.6 HDI - Matricula 36-41-AM	16.399,81 €	16.399,81 €	0,00 €
	Auto Radio	162,11 €	162,11 €	0,00 €
	Mercedes-Benz Vito - Matricula 32-70-PB	21.982,47 €	21.982,47 €	0,00 €
	Mercedes-Benz 313 CDI - Matricula 14-83-RN	36.751,95 €	36.751,95 €	0,00 €
	Auto Radio	211,90 €	211,90 €	0,00 €
	Ford Transit 330 L - Matricula 97-67-VL	36.340,24 €	36.340,24 €	0,00 €
	Ford Transit 330 L - Matricula 20-44-XU	30.881,71 €	28.629,76 €	2.251,95 €
	Ford Transit 330 L - Matricula 55-89-ZO	31.912,67 €	27.591,03 €	4.321,64 €
	Honda Accord - Matricula 44-97-HT	6.000,00 €	4.000,00 €	2.000,00 €
	Renault 5 TD - Matricula 42-23-HT	1.500,00 €	1.250,18 €	249,82 €
	Fiat Iveco - Matricula 55-95-HP	9.500,00 €	6.333,45 €	3.166,55 €
	Citroen Jumper Fourgon - Matricula 72-95-JQ	14.000,00 €	11.666,55 €	2.333,45 €
	Grande Reparação - Matricula 55-89-ZO	4.795,64 €	1.398,88 €	3.396,76 €
	Peugeot Patner 1.6 HDI - Matricula 17-IO-64	20.613,77 €	5.368,25 €	15.245,52 €
	Peugeot Patner 1.6 HDI - Matricula 17-IO-66	20.613,77 €	5.368,25 €	15.245,52 €
425	Ferramentas e Utensílios	50.395,63 €	43.741,21 €	6.654,42 €
426	Equipamento Administrativo e Informático	10.300.866,30 €	8.493.031,41 €	1.807.834,89 €
427	Taras e Vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429	Outras Imobilizações Corpóreas	17.508,46 €	10.770,92 €	6.737,54 €
Sub-Total		45.933.678,69 €	31.429.476,54 €	14.504.202,15 €
Investimentos Financeiros				
441	Imobilizações em Curso de Investimentos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Sub-Total		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total Geral		95.214.452,26 €	32.052.067,89 €	63.162.384,37 €

2.8 Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos foi desagregado no mesmo, contudo foram evidenciadas as seguintes informações:

Foram mantidas as políticas e critérios contabilísticos inerentes ao reconhecimento e contabilização dos imobilizados corpóreos, à sua valorimetria e às bases de cálculo das amortizações, e à respectiva consistência com os exercícios anteriores enquanto Hospital Central de Faro, do qual sucederam todos os direitos e obrigações com excepção dos Terrenos e Edifícios que foram avaliados pela American Appraisal sendo registados pelo Justo Valor no ano de 2010.

Relativamente às contas de Imobilizado, importa destacar os seguintes aspectos:

- O único edifício em que o Hospital de Faro é proprietário é o Edifício Lar;
- O Complexo Hospitalar sito na Rua Leão Penedo em Faro e do edifício dos Serviços de Psiquiatria, Terapia Ocupacional e Pneumologia, situado na Estrada de Loulé, junto à Escola Superior de Saúde de Faro, sendo pois para efeitos contabilísticos bens de Domínio Público, propriedade do Estado, registados como tal na contabilidade;
- As ofertas de Imobilizado foram registadas pelo valor de mercado.

Quanto aos Abates temos um total de 220.917,41€ e encontram-se subdivididos da seguinte forma:

Equipamento Básico, num total de 125.647,03€, composto por:

1. Médico-Cirúrgico: 83.962,82€
2. De Laboratório: 3.615,93€
4. Mobiliário Hospitalar: 24.883,45€
5. De Hotelaria: 2.584,83€
7. Outros: 10.600€.

Equipamento Administrativo e Informático, num total de 94.686,78€, composto por:

1. Equipamento Administrativo: 43.834,15€
2. Hardware: 46.852,63€.
3. Software: 4.000€.

Outras Imobilizações Corpóreas no valor total de 583,59€.

2.11 Quadro discriminativo das reavaliações:

De referir que durante o exercício de 2011 não foram efetuadas reavaliações sendo que a reserva de reavaliação existente no balanço refere-se à avaliação dos imóveis em 2010 e divulgada no respetivo relatório conforme tabela infra.

Conta	Designação	Custos Históricos a)	Reavaliações b)	Valores Contabilísticos Reavaliados
	Bens de Dominio Publico:			
	Terrenos e Recursos Naturais	0,00 €	8.845.575,00 €	8.845.575,00 €
	Edifícios	4.014.659,04 €	33.703.200,00 €	37.717.859,04 €
	Outras Construções e Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Bens do Ptrimónio Histórico, Artístico e Cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	Outros Bens do Domínio Público	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Sub-Total		4.014.659,04 €	42.548.775,00 €	46.563.434,04 €
	Imobilizações Corpóreas:			
	Terrenos e Recursos Naturais	90.485,85 €	1.137.114,15 €	1.227.600,00 €
	Edifícios e Outras Construções	13.175.757,81 €	-9.567.357,81 €	3.608.400,00 €
	Equipamento Básico	1.556.775,24 €	7.925.492,66 €	9.482.267,90 €
	Equipamento de Transporte	21.833,54 €	46.495,92 €	68.329,46 €
	Ferramentas e Utensílios	3.627,54 €	6.634,52 €	10.262,06 €
	Equipamento Administrativo e Informático	1.507.414,34 €	376.231,17 €	1.883.645,51 €
	Taras e Vasilhame	294,58 €	-294,58 €	0,00 €
	Outras Imobilizações Corpóreas	15.609,99 €	-6.865,29 €	8.744,70 €
Sub-Total		16.371.798,89 €	-82.549,26 €	16.289.249,63 €
	Investimentos Financeiras:			
	Investimentos em Imóveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Sub-Total		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total Geral		20.386.457,93 €	42.466.225,74 €	62.852.683,67 €

a) Líquidos de Amortizações

b) Englobam as sucessivas Reavaliações

2.12 Imobilizado em curso

Quanto às imobilizações em curso, o valor apresentado nas demonstrações Financeiras são no total de 6.211.794,34€ e encontram-se subdivididos da seguinte forma:

- Obras existentes para a instalação da Unidade de Convalescença e Unidade Cuidados Paliativos, no âmbito RNCCI no valor total de 5.631.018,74€.
- Beneficiação das áreas de Internamento no valor total de 443.706,48€.
- Obras para a construção de um novo armazém central no valor total de 80.872,51€.
- Remodelação da Unidade de Cuidados Intensivos Neonatais no valor total de 48.188,08€.
- As restantes obras têm um valor total de 8.008,53€.

2.13 Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos

(Não existe qualquer valor desta natureza).

2.23 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada Rubrica de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Da análise rigorosa e específica das contas correntes de cada cliente, conclui-se que existiam dívidas de terceiros que estavam em mora há mais de um ano e cujo risco de incobrabilidade era devidamente justificado, pelo que à data de 31 de Dezembro de 2011, procedeu-se à transferência da conta 211 – Clientes C/C para a conta 218 – Clientes e Utentes de Cobrança Duvidosa de forma a refletir o valor de 571.589,45€ de clientes de cobrança duvidosa.

2.27 Valor das dívidas a Terceiros a mais de cinco anos, repartidos pelas respetivas rubricas de balanço:

Rubrica financeira	Valor
221	
A.M. CUNHA, LDA.	292,46€
CELPUR - TÉCNICA AMBIENTAL, LDA.	183,15€
F.V.C. - FÁBRICA VILAS CARREIRAS	183,77€
M. AUGUSTO SILVA E FILHOS, LDA.	1.596,59€
M. B. ORTOPEDIA, LDA.	1.211,46€
ORTOIMPLANTE, LDA.	50.460,63€
PAPELMUNDE - SOCIEDADE MANUFACTURAS GRÁFICAS, LDA.	214,60€
PAULO FERREIRA - TRADING	103,49€
TECNOMÉDICA - EQUIPAMENTOS MÉDICOS, LDA	1.422,62€
VOXMANIA - IMPORT E EXPORT., LDA.	3.494,26€
TOTAL	59.163,03€

2.31 Desdobramento das contas de provisões acumuladas, explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

Conta	Designação	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações tesouraria	- €	- €	- €	- €
291	Provisões para cobranças duvidosas	196.413,21 €	244.865,85 €	- €	441.279,06 €
292	Provisões para riscos e encargos	- €	576.871,54 €	- €	576.871,54 €
39	Provisões para depreciação de existencias	- €	- €	- €	- €
49	Provisões para investimentos financeiros	- €	- €	- €	- €
Total Geral		196.413,21 €	821.737,39 €	- €	1.018.150,60 €

Para efeitos de constituição da Provisão para Cobrança Duvidosa, consideram-se as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de um ano e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, tendo para esse efeito considerado para o seu cálculo o valor constante da conta 218 – Clientes e Utentes de Cobrança Duvidosa pelas seguintes percentagens:

- Créditos em mora há mais de 12 meses e até 24 meses - 50%;
- Créditos em mora há mais de 24 meses - 100%.

Ainda no que se refere as Provisões, é de esclarecer que foram constituídas Provisões para Outros Riscos e Encargos, nomeadamente sobre processos judiciais intentados contra o Hospital de Faro, uma vez que se afigura provável que uma eventual condenação no pagamento dos valores peticionados no valor de 576.871,54€.

2.32 Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício, em cada uma das contas da classe 5 – “Fundo Patrimonial”, constantes no Balanço

Conta	Designação	Saldo Inicial	Transferências	Aumentos	Redução	Saldo Final
511	Capital Social	22.422.097,00 €	- €	- €	- €	22.422.097,00 €
56	Reservas de Reavaliação	42.466.225,74 €	- €	- €	- €	42.466.225,74 €
Sub-Total		64.888.322,74 €	- €	- €	- €	64.888.322,74 €
Reservas						
574	Reservas Livres	6.006.155,75 €	- €	- €	- €	6.006.155,75 €
575	Subsídios	4.725.877,74 €	- €	- €	- €	4.725.877,74 €
576	Doações	1.117.199,48 €	- €	118.847,20 €	- €	1.236.046,68 €
Sub-Total		11.849.232,97 €	- €	118.847,20 €	- €	11.968.080,17 €
Resultados						
59	Resultados Transitados	-72.397.915,34 €		-18.229.316,68 €	- €	-90.627.232,02 €
88	Resultados Liquidos do Exercício	-18.229.316,68 €	- €	-17.047.387,00 €	-18.229.316,68 €	-17.047.387,00 €
Sub-Total		-90.627.232,02 €	- €	-35.276.703,68 €	-18.229.316,68 €	-107.674.619,02 €
Total Geral		-13.889.676,31 €	- €	-35.157.856,48 €	-18.229.316,68 €	-30.818.216,11 €

De acordo com o Decreto-Lei nº 180/2008, o Capital Estatutário do Hospital de Faro E.P.E., é constituído por uma dotação em numerário subscrita e integralmente realizadas pelo Estado de 22.422.097,00€, devidamente registado na rubrica de Capital Social.

Quanto às Reservas Livres, decorrem dos valores que deram origem ao Hospital de Faro E.P.E., provenientes do Património do Hospital Central de Faro S.P.A.

As Reservas de Reavaliação no valor de 42.466.225,74€, decorrente do registo dos activos avaliados por Empresa independente em 2010.

Quanto às Doações, em conformidade com o descritivo na Directriz Contabilística 02/91 da CNC, as Doações de Equipamento Imobilizado diz respeito à relevação do Imobilizado doado ao HF por diversas entidades pelo valor de 118.847,20€.

No que se refere aos Resultados Transitados, durante o exercício de 2011, procedeu-se à transferência do Resultado do Exercício anterior, de acordo com a aplicação de resultados deliberada por aprovação do Conselho de Administração do HF.

2.33 Demonstração dos Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, de acordo com o mapa seguinte:

Conta	Designação	Mercadorias	Matérias Primas,
			Subsidiárias e de Consumo
36	Existências Iniciais	- €	3.340.693,91 €
312+316	Compras	- €	41.039.207,83 €
793+693	Regularizações de Existências	- €	- €
36	Existências Finais	- €	2.909.634,27 €
61	Custo das Mercadorias Vendidas	- €	41.470.267,47 €

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas foram no montante de 41.470.267,47€, cuja demonstração é apresentada no quadro acima. O saldo final das existências do exercício de 2011 foi de 2.909.634,27€, o qual engloba as existências nos armazéns, farmácia, serviços clínicos e laboratórios.

2.35 Vendas e das Prestações de Serviços

Os proveitos gerados referem-se, essencialmente, a prestações de serviços resultantes da actividade de saúde com internamento, registando-se, ainda, proveitos provenientes da Venda de Energia e do Aluguer de Instalações, contudo, sem grande relevância e registados estes últimos na conta de Proveitos Suplementares.

Conta	Designação	2011
711	Vendas	608,34 €
712	Prestações de Serviços	111.476.212,92 €
	Total Geral	111.476.821,26 €

2.37 Demonstração dos Resultados Financeiros, como se segue:

Conta	Designação	Custos e perdas	
		2011	2010
681	Juros Suportados	862.396,29 €	917.676,09 €
685	Diferenças de Câmbios Desfavoráveis	218,80 €	- €
688	Outros Custos e Perdas Financeiras	14.370,30 €	19.642,47 €
82	Resultados Financeiros	-871.559,06 €	-908.324,37 €
	Total Geral	5.426,33	28.994,19 €

Proveitos e ganhos			
Conta	Designação	2011	2010
781	Juros Obtidos	3.297,21 €	4.459,06 €
785	Diferenças de Câmbios Favoráveis	- €	110,21 €
786	Descontos de P/Pagamento Obtidos	2.108,62 €	24.394,46 €
788	Outros P. e G. Financeiros	20,50 €	30,46 €
Total Geral		5.426,33 €	28.994,19 €

2.38 Demonstração dos Resultados Extraordinários, como se segue:

Custos e perdas			
Conta	Designação	2011	2010
692	Dividas Incobráveis	13.958,71 €	2.930.871,79 €
694	Perdas em Imobilizado	12.535,82 €	73.669,49 €
695	Multas e Penalidades	1.492,30 €	6.122,87 €
697	Correcções relativos a Exercícios Anteriores	1.980.992,59 €	723.300,93 €
698	Outros custos e Perdas Extraordinárias	6.456,25 €	110.900,24 €
84	Resultados Extraordinários	2.754.012,85 €	-2.635.357,41 €
Total Geral		4.769.448,52	1.209.507,91

Proveitos e ganhos			
Conta	Designação	2011	2010
792	Recuperação de dívidas	1.689,00 €	- €
794	Ganhos em Imobilizações	715,75 €	180,00 €
797	Correcções Relativas a exercícios Anteriores	4.136.176,33 €	402.370,44 €
798	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	630.867,44 €	806.957,47 €
Total Geral		4.769.448,52	1.209.507,91 €

2.39 Outras Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira dos resultados

No presente Relatório e Contas são feitos comentários, dos quais é permitido extrair análise e apreciação pormenorizadas da situação económica e financeira do Hospital de Faro, sendo de referir como nota final o saldo Activo e Passivo da rubrica “24 – Estado e Outros Entes Públicos”, que apresentava em 31 de Dezembro de 2011 o seguinte desdobramento:

Conta	Designação	Activo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento (I.R.C.)			
2411	Pagamentos por Conta	140.000,00 €	
2412	Retenções	208,69 €	
2413	Imposto Estimado	- €	13.280,60 €
Sub-Total		140.208,69 €	13.280,60 €
Retenções Imposto S/Rendimento(I.R.S.)			
2421	Trabalho Dependente	- €	789.775,04 €
2422	Trabalho Independente	- €	7.970,99 €
24291	Sobre outros Rendimentos	- €	1.758,00 €
24299	Retenções ACSS	31.000,47 €	- €
Sub-Total		31.000,47 €	799.504,03 €
Imposto sobre Valor Acrescentado(I.V.A.)			
2436	Iva a Pagar	- €	36.244,00 €
Sub-Total		- €	36.244,00 €
Contribuições para a Segurança Social			
2452	Caixa Geral de Aposentações	- €	470.698,84 €
2453	Segurança Social	- €	473.879,62 €
Sub-Total		- €	944.578,46 €
Total Geral		171.209,16 €	1.793.607,09 €

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e a eventual correcção por parte das autoridades fiscais por um período de quatro anos, sendo de dez anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais do exercício de 2011 podem vir a ser sujeitas a revisão, contudo não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras entregues.

10

Certificação Legal de Contas

Certificação Legal das Contas

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º Miraflores –
1495-132 Algés – Portugal

T +351 214 123 520
F +351 214 123 539

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B – 9000-064
Funchal – Portugal

T +351 291 200 540
F +351 291 200 549

E-mail: gt@gtthornton.pt

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do HOSPITAL DE FARO, E.P.E., as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 405.354.200 euros e um total de fundos próprios negativos de 30.818.216 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 17.047.387 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Hospital de Faro, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

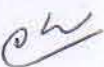
Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 a 10 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. No exercício de 2010 os terrenos e edifícios foram reavaliados com base numa avaliação realizada por uma entidade independente e credenciada. Adicionalmente, procedeu-se à regularização dos saldos relativos às restantes rubricas do imobilizado corpóreo. O valor relativo à reserva de reavaliação registada, naquele exercício, ascendeu a 42.466.226 euros, sendo 34.118.531 euros relativos à reavaliação de terrenos e edifícios e 8.347.694 euros relativos ao restante imobilizado. Em virtude de não ter sido realizada a inventariação da totalidade dos bens, nomeadamente dos distintos dos terrenos e edifícios, não se encontram disponíveis elementos que permitam concluir quanto à adequação dos montantes das imobilizações corpóreas (com exceção dos terrenos e imóveis), os quais, em 31 de dezembro de 2011, ascendiam a 9.733.875 euros, e quanto à parcela acima referida, relativa à reserva de reavaliação, no montante de 8.347.694 euros.
8. Os procedimentos atualmente implementados pelo Hospital de Faro, EPE, relativamente ao controlo das suas existências no armazém de consumo clínico, não permitem o apuramento adequado do valor das existências daquele armazém e, consequentemente, do seu custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas. Por outro lado, o atual sistema não permitiu aplicar procedimentos de auditoria alternativos, de acordo com as normas técnicas de revisão/auditoria, e, assim, concluir quanto à razoabilidade do valor de existências do armazém de consumo clínico, no total de 617.860 euros, bem como do seu custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, no valor de 9.307.247 euros, em 31 de dezembro de 2011.
9. No decurso do nosso trabalho, não obtivemos a confirmação externa e/ou a totalidade das reconciliações entre os saldos evidenciados na contabilidade e os saldos constantes das respostas aos nossos pedidos de confirmação, junto de um conjunto de entidades



incluídas nas rubricas de clientes e outros devedores evidenciadas no balanço, reportado à data de 31 de dezembro de 2011, no montante de 7.607.975 euros e 2.903.638 euros, respetivamente. Deste modo, não dispomos de informação que nos permita concluir quanto à correção e à realização daqueles saldos.

10. Os proveitos relativos à componente do serviço nacional de saúde, referentes ao exercício de 2011, foram registados com base em estimativas, não tendo sido possível validar a fiabilidade das estimativas utilizadas. Por outro lado, não foi, também, possível expressar uma opinião sobre o montante evidenciado na demonstração dos resultados, no valor de 111.476.821 euros.

Opinião

11. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 10 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do HOSPITAL DE FARO, E.P.E., em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o setor da saúde em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

12. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.


Ênfases

13. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 11 acima, chamamos a atenção para as situações seguintes:
 - 13.1 Conforme descrito na nota 2.1. do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, o Hospital de Faro, na elaboração das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2011, derogou o princípio da especialização dos exercícios, no que se refere ao registo das taxas moderadoras, registando-as no momento do seu recebimento e não no momento da sua ocorrência. Esta situação decorre da dificuldade de obtenção de dados fiáveis, a partir do sistema de informação utilizado na gestão de doentes (SONHO), embora estejam a ser tomadas medidas, no sentido de solucionar esta situação. Face aos montantes em questão não serem materialmente relevantes consideramos adequado o procedimento adotado.



- 13.2 As instalações do Hospital de Faro, E.P.E. não se encontram cobertas por seguros para multirriscos e responsabilidade civil. Apesar de já terem sido tomadas diligências de consultas ao mercado, não existem, ainda, diretivas claras quanto aos procedimentos a seguir relativamente a este tipo de seguros.
- 13.3 A rubrica de Acréscimos de proveitos, no montante de 328.324.745 euros, é referente a prestação de serviços ao Serviço Nacional de Saúde ainda não aprovada/faturada, relativa aos exercícios de 2009, 2010 e 2011. A realização do montante em questão encontra-se dependente da aprovação final por parte da Administração Central do Sistema de Saúde – ACSS – dos processos de faturação associados àquele montante.
- 13.4 No exercício 2010 foi registada uma Reserva de reavaliação, no montante de 42.466.226 euros. A Administração entendeu não registar o valor dos impostos diferidos associados à reavaliação efetuada, em virtude de o referencial contabilístico adotado – POCMS – ser omissivo nesta matéria.
- 13.5 Os fundos próprios do Hospital de Faro, E.P.E. são negativos, no montante de 30.818.216 euros, em virtude dos elevados prejuízos registados no exercício e em exercícios anteriores. Deste modo, enquadra-se na situação prevista no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, verificando-se estar perdida mais de metade do capital social, pelo que a continuidade das suas operações está dependente das decisões que vierem a ser tomadas pelas Entidades de Tutela, relativamente à disponibilização de meios financeiros, bem como da evolução da sua situação económico-financeira.
- 13.6 A situação descrita no parágrafo 9 da Certificação legal das contas, referente a 2010, relacionada com a não obtenção (i) do detalhe dos saldos da rubrica de fornecedores e outros credores, evidenciadas no Balanço; e (ii) da totalidade das reconciliações entre os saldos evidenciados na contabilidade e os saldos constantes das respostas aos nossos pedidos de confirmação junto de um conjunto de fornecedores, o que impossibilitou concluir, naquele exercício, quanto aos saldos das rubricas em questão, ter sido ultrapassada no corrente exercício, pelo que, este parágrafo é aqui incluído, apenas, para efeitos de um melhor entendimento da resolução da reserva referida.

30 de abril de 2012



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Representada por C. Lisboa Nunes

Relatório e Parecer do Fiscal Único



Grant Thornton

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Edifício Amadeu Sousa Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º Miraflores –
1495-132 Algés – Portugal

T +351 214 123 520
F +351 214 123 539

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B – 9000-064
Funchal – Portugal

T +351 291 200 540
F +351 291 200 549

E-mail: gt@gtthornton.pt

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração do HOSPITAL DE FARO, E.P.E. (HF), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Relatório

No desempenho das funções que nos são atribuídas e para cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, conjugado com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 16.º e na alínea h) do artigo 25.º, ambos do modelo de Estatutos anexo ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, na qualidade de Fiscal Único, acompanhámos regularmente a atividade do HF, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com o Conselho de Administração e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório do Conselho de Administração, o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes anexos, os quais apreciamos, são suficientemente esclarecedores da situação do HF e satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Nesta data, na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, emitimos a Certificação Legal das Contas da Sociedade referentes a 31 de dezembro de 2011, com quatro reservas e seis ênfases, a qual fica a fazer parte integrante do presente relatório.


Parecer

Considerando as análises e trabalhos efetuados, somos de parecer que as Entidades de Tutela do HOSPITAL DE FARO, E.P.E., ponderando o conteúdo da Certificação legal das contas, aprovem:

- a) O relatório de gestão e os demais documentos de prestação de contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.
- b) A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

30 de abril de 2012

O FISCAL ÚNICO



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Representada por C. Lisboa Nunes

12

Avaliação de Desempenho dos Gestores



Grant Thornton

Relatório do Fiscal Único nos termos do n.º 17 do Anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Edifício Amadeu Sousa Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º Miraflores –
1495-132 Algés – Portugal

T +351 214 123 520
F +351 214 123 539

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B – 9000-064
Funchal – Portugal

T +351 291 200 540
F +351 291 200 549

E-mail: gt@gtthornton.pt

Em cumprimento do disposto no n.º 17 do Anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, apresentamos o relatório relativo à avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor no HOSPITAL DE FARO, E.P.E. (HF), relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Relatório

Das indagações realizadas verificamos que não existem objetivos definidos ao nível individual, relativamente a cada um dos gestores executivos, pelo que, no nosso entendimento, não existem condições que permitam proceder à avaliação do seu desempenho individual. Assim, consideramos que apenas podemos proceder à análise do desempenho global dos membros do Órgão de Gestão, tendo por referência objetivos previamente definidos, pelo que se nos afigura que essa avaliação deverá ter por base o grau de execução do Plano de Desempenho o qual serviu de base à negociação do Contrato Programa celebrado pelo HF.

O quadro seguinte apresenta um resumo da taxa de execução do Plano de Desempenho definido para 2011.

Cumprimento do Plano de Desempenho				
Rubricas	Objectivo 2011	Real 2011	Desvio (Unid.)	Taxa Execução
Internamento				
Doentes saídos - Sem berçário e SO	21.500	19.748	-1.752	91,9%
Doentes saídos - Base de dados GDH	24.200	22.362	-1.838	92,4%
Total de dias de internamento	181.535	171.188	-10.347	94,3%
Consulta Externa				
N.º total de consultas	216.364	235.052	18.688	108,6%
N.º total de consultas médicas	204.613	207.820	3.207	101,6%
N.º de primeiras consultas médicas	66.113	61.288	-4.825	92,7%
N.º de consultas médicas subsequentes	138.500	146.532	8.032	105,8%
% de primeiras consultas médicas no total de consultas médicas	32,3%	29,4%	0	91,0%
Hospital de Dia				
N.º de sessões (a)	21.990	23.010	1.020	104,6%
Urgência				
N.º de atendimentos (total)	150.563	150.050	-513	99,7%
N.º de atendimentos (sem internamento)	133.368	134.732	1.364	101,0%
Intervenções Cirúrgicas (=doentes operados)				
Programada convencional	4.536	4.620	84	101,9%
Programada ambulatoria	5.433	4.584	-849	84,4%
Cirurgia urgente	2.733	3.720	987	136,1%
GDH de Ambulatório				
N.º de GDH médicos	20.950	23.724	2.774	113,2%
N.º de GDH cirúrgicos	4.300	3.357	-943	78,1%
Visitas Domiciliárias				
N.º de visitas domiciliárias	4.271	7.787	3.516	182,3%

(a) As sessões de Hospital de Dia não incluem as sessões de quimioterapia uma vez que estas são incluídas nos GDH médicos de ambulatório

(Fonte: Tabela 13 do relatório de gestão)



Da análise do quadro acima, verifica-se que na maioria das linhas de atividade, excetuando (i) as linhas relativas ao Internamento; (ii) Consulta Externa – N.º de primeiras consultas médicas e % de primeiras consultas médicas no total de consultas médicas; (iii) Urgência – N.º de atendimentos (total); (iv) Intervenções cirúrgicas – Programada ambulatoria; e (v) GDH de Ambulatório – N.º de GDH Cirúrgicos, o HF superou as metas do Plano de Desempenho. De salientar, que as metas definidas para as linhas de, Consulta Externa – N.º de primeiras consultas médicas e % de primeiras consultas médicas no total de consultas médicas e Urgência – N.º de atendimentos (total) ficaram muito perto de ser atingidas, uma vez que as mesmas apresentam uma taxa de execução de 92,7%, 91% e 99,7%, respetivamente.

Relativamente à apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor no HOSPITAL DE FARO, E.P.E., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, para além dos aspetos mencionados na Certificação legal das contas que, possam eventualmente ter influência nesta avaliação, não chegou ao nosso conhecimento nada que possa afetar de forma materialmente negativa a nossa avaliação nesta matéria.

30 de abril de 2012

O FISCAL ÚNICO

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Representada por C. Lisboa Nunes

